

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
NÍVEL MESTRADO

JÚLIO DE AZAMBUJA BORGES

**VIZINHOS EM GUARDA:  
O ANTICOMUNISMO NO BRASIL E NA ARGENTINA DURANTE AS  
DITADURAS CIVIL-MILITARES**

São Leopoldo

2010

JÚLIO DE AZAMBUJA BORGES

**VIZINHOS EM GUARDA:  
O ANTICOMUNISMO NO BRASIL E NA ARGENTINA DURANTE AS  
DITADURAS CIVIL-MILITARES**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir

São Leopoldo

2010

B732v Borges, Júlio de Azambuja  
Vizinhos em guarda: o anticomunismo no Brasil e na Argentina durante as ditaduras civil-militares / por Júlio de Azambuja Borges. -- São Leopoldo, 2010.

298 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2010.

“Orientação: Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir, Ciências Humanas”.

1.Ditadura – Brasil – Argentina. 2.Imprensa e política– Brasil – Argentina. 3.Jornalismo – Aspectos políticos. I.Elmir, Cláudio Pereira.  
II.Título.

CDU 321.6(81:82)  
070:32(81:82)

Catálogo na publicação:  
Bibliotecária Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

JÚLIO DE AZAMBUJA BORGES

**VIZINHOS EM GUARDA:  
O ANTICOMUNISMO NO BRASIL E NA ARGENTINA DURANTE AS  
DITADURAS CIVIL-MILITARES**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

Aprovado em     /     / 2010

BANCA EXAMINADORA

---

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir (PPGH – UNISINOS)

---

Prof. Dra. Carla Simone Rodeghero (PPGH – UFRGS)

---

Prof. Dr. Flávio Madureira Heinz (PPGH – PUCRS)

---

Prof. Dra. Marluza Marques Harres (PPGH – UNISINOS)

*Para Deise, minha amada companheira.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para realização deste trabalho, seja através de um auxílio direto, de uma aula, de um incentivo, de uma dica de fonte, de uma indicação de bibliografia, de uma conversa ou de uma risada para relaxar.

Agradeço especialmente ao Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos e à Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos que viabilizou a realização desta pesquisa, incluindo uma proveitosa e inesquecível missão de estudos na Argentina.

Agradeço com especial intensidade ao Prof. Cláudio Elmir, que desde a graduação me incentiva e orienta, dosando na medida certa a liberdade que traz autonomia e a proximidade que impede que saíamos da trilha. Muito obrigado pela reação positiva e instantânea no momento em que te relatei pela primeira vez a ideia desta pesquisa.

Agradeço também aos professores do PPG, especialmente à Prof. Marluza por todo o seu cuidado e acompanhamento durante a missão de estudos e à Prof. Eliane que, apesar de não ter sido minha professora em nenhuma disciplina do mestrado, sempre me incentivou em cada encontro. Também não poderia de agradecer a sempre solícita Janaína, que na secretaria do PPG “quebrou tantos galhos”.

Agradeço aos colegas do PPG em História, àqueles que como eu eram “da casa”, como a Carina e a Carol, bem como à todos os outros com quem pude compartilhar os desafios desta caminhada. Cabe uma especial referência ao Ianko, quem, desde o início, proporcionou uma farta troca de ideias.

Agradeço ao pessoal da Argentina, especialmente ao Juan Padrón e a Milagros Gallardo, por terem me recebido de forma tão amistosa e terem proporcionado o acesso a tantos materiais, respectivamente em Tandil e em Córdoba.

Agradeço também ao amigo Roberto que me recebeu tão bem em Buenos Aires e proporcionou vivências legitimamente portenhas.

Agradeço de forma especial aos amigos e irmãos Guilherme e Luciano, cuja presteza, disponibilidade e generosidade (antigas características) foram fundamentais para o encerramento deste trabalho.

Agradeço também à minha querida mãe, que em nenhum momento deixou de me apoiar, de me incentivar e de me fazer acreditar. Um especial obrigado também a minha

querida irmã, por seu auxílio, pelas torradinhas, pela preocupação nos momentos difíceis e pelas músicas cantadas em conjunto.

Após estas recordações, gostaria de agradecer, de forma muito especial, à pessoa que me acompanhou mais de perto e que me auxiliou mais intensamente: minha companheira Deise: muito obrigado por todo o incentivo, por cada correção, por cada ensinamento, pela paciência e carinho nos momentos difíceis e por todas as palavras de incentivo. Registro aqui a tua grande importância não só para execução deste almejado objetivo, mas também, e, principalmente, na jornada da vida.

*“A Revolução não pode prescindir de uma Imprensa livre”.*  
*(André Fernandes, militar brasileiro, em maio de 1964).*

## RESUMO

Esta investigação tem como objetivo analisar através de uma perspectiva comparada o papel do argumento anticomunista na construção da legitimidade da última ditadura civil-militar brasileira e da penúltima argentina. No Brasil, é focado o período entre 1964-1968. Na Argentina, interessam as duas primeiras presidências, entre 1966 e 1971. Em ambos os casos, foi averiguada a filiação política e as críticas aos presidentes depostos (João Goulart e Arturo Illia) e os discursos oficiais que tinham como objetivo fabricar o consenso na população diante do golpe de estado, da ditadura e de suas ações. Além disso, foi escolhido um periódico de cada país como estudo de caso para avaliação das possíveis repercussões do anticomunismo e dos demais argumentos legitimadores na imprensa regional: no caso brasileiro, optou-se pelo jornal *Zero Hora*, da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre; no caso argentino, foi analisado o discurso político do jornal *La Voz del Interior*, da província de Córdoba e sediado na capital de mesmo nome. A análise comparada dos dois campos de observação, realizada a partir da similitude básica – golpes civil-militares retirando presidentes eleitos na década de sessenta e no contexto da Guerra Fria – caminhou pela complexa relação entre semelhanças e diferenças. Ao fim, as especificidades de cada uma das realidades se revelaram com mais intensidade, demonstrando, apesar da paridade interpretativa inicial e da presença do anticomunismo em ambos os discursos, caminhos próprios, principalmente no que se refere às estratégias de legitimação. Os dois periódicos também revelaram posicionamentos peculiares, apresentando diferentes posturas diante do governo autoritário.

**Palavras-chave:** Ditadura civil-militar (Brasil – Argentina). História Comparada. Anticomunismo. Legitimidade. Imprensa.

## ABSTRACT

This research has as its main objective to analyze, through a compared perspective, the role of anticommunist argument in the construction of the legitimacy of the last Brazilian civil-military dictatorship and Argentina penultimate. In Brazil, the period from 1964 to 1968 is focused on. In Argentina, the first two presidencies are relevant, from 1966 to 1971. In both cases, it was investigated the political affiliation and the criticism of the deposed presidents (João Goulart and Arturo Illia) and the official speeches that were intended to produce the consensus of the population towards the coup, the dictatorship and its actions. In addition to this, a periodic from each country has been chosen as case study to evaluate the possible impact of anticommunism and other legitimating arguments in the regional press: in the Brazilian case, it was chosen *Zero Hora* newspaper, from the capital of Rio Grande do Sul, Porto Alegre; in the Argentinian case, it was analyzed the political speech of *La Voz del Interior* newspaper, from Cordoba province and headquartered in the capital of same name. The comparative analysis of the two observation fields, performed from the basic similarity – civil-military coups removing elected presidents in the sixties and in the context of the Cold War – walked through the complex relationship between similarities and differences. In the end, the specificities of each reality revealed itself with more intensity, showing, despite the initial interpretative parity and the presence of anticommunism in both speeches, their own path, mainly regarding the legitimating strategies. The two newspapers also revealed peculiar points of view, presenting different postures towards the authoritarian government.

**Key words:** Civil-military dictatorship (Brazil – Argentina). Comparative History. Anticommunism. Legitimacy. Press.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Caricaturas de Jango.....	30
FIGURA 2 - “O brinquedo nôvo” ( <i>Tribuna da Imprensa</i> , 27 nov. 1961, p. 4).....	31
FIGURA 3 - “Longa Viagem” ( <i>Jornal do Brasil</i> , 08 ago. 1963, p. 3).....	32
FIGURA 4 - “Buuu!” ( <i>O Estado de S. Paulo</i> , 05 jun. 1963, p. 4).....	33
FIGURA 5 - “Oportunismo” ( <i>O Estado de S. Paulo</i> , 05 jun. 1963, p. 4).....	34
FIGURA 6 - Direita e esquerda ( <i>Correio da Manhã</i> , 03 out. 1962, p. 12).....	35
FIGURA 7 - Que as ondas decidam ( <i>Correio da Manhã</i> , 26 set. 1963, p. 6).....	35
FIGURA 8 - Jango “moleque” ( <i>O Estado de S. Paulo</i> , 01 mar. 1964, p. 4).....	36
FIGURA 9 - Escândalos da Petrobras ( <i>O Globo</i> , 25 mar. 1964, p. 3).....	38
FIGURA 10 - Jango e Perón ( <i>O Estado de S. Paulo</i> , 11 ago. 1963, p. 4).....	39
FIGURA 11 - Jango e a CGT ( <i>Correio da Manhã</i> , 12 jun. 1963, p. 12).....	41
FIGURA 12 - O Baú de Vargas ( <i>Correio da Manhã</i> , 11 maio 1962, p. 1).....	49
FIGURA 13 - A chaleira da subversão ( <i>O Estado de S. Paulo</i> , 14 jan. 1964, p. 4).....	51
FIGURA 14 - Tigre comunista ( <i>O Estado de S. Paulo</i> , 09 fev. 1964, p. 5).....	51
FIGURA 15 - “Identidade de idéia” ( <i>O Estado de S. Paulo</i> , 17 mar. 1964, p. 4).....	52
FIGURA 16 - O xadrez de Krushev 1 ( <i>O Estado de S. Paulo</i> , 10 mar. 1964, p. 4).....	53
FIGURA 17 - O xadrez de Krushev 2 ( <i>O Estado de S. Paulo</i> , 04 abr. 1964, p. 4).....	54
FIGURA 18 - Onganía na capa 1 ( <i>PP</i> , 30 jun, 1966, capa).....	83
FIGURA 19 - Onganía na capa 2 ( <i>PP</i> , 30 jun, 1966, p. 2).....	84
FIGURA 20 - Illia na capa 1 ( <i>PP</i> , 16 jul. 1963, capa).....	85
FIGURA 21 - Illia na capa 2 ( <i>PP</i> , 3 mar. 1964, capa).....	86
FIGURA 22 - Illia na capa 3 ( <i>PP</i> , 12 out. 1965, capa).....	87
FIGURA 23 - Illia, <i>la tortuga</i> ( <i>PP</i> , 9 jul. 1964, p. 4).....	88
FIGURA 24 - Illia, o médico ( <i>PP</i> , 12 jan. 1963, p. 6).....	89
FIGURA 25 - Illia e a “queda” de Onganía ( <i>PP</i> , 30 nov. 1965, p. 12).....	90
FIGURA 26 - Sono do presidente ( <i>PP</i> , 07 jun. 1966, p. 14).....	91
FIGURA 27 - Ruído de “soldaditos” ( <i>PP</i> , 14 jun. 1966, p. 12).....	91
FIGURA 28 - O movimento estudantil ( <i>ZH</i> , 07 ago. 1968, p. 4).....	212
FIGURA 29 - Os "assaltantes comunistas" ( <i>ZH</i> , 15 ago. 1986, p. 4).....	217
FIGURA 30 - A invasão da Tchecoslováquia ( <i>ZH</i> , 06 set. 1968, P. 4).....	218
FIGURA 31 - Silogismo ( <i>ZH</i> , 18 set. 1968, p. 4).....	219

FIGURA 32 - Mapa do comunismo nas Américas ( <i>LV</i> , 29 ago. 1966, p. 10).....	232
FIGURA 33 - Diário velho ( <i>LV</i> , 26 jun. 1970, p. 13).....	267
FIGURA 34 - Córdoba em perigo ( <i>LV</i> , 09 mar. 1971, p. 13).....	272
FIGURA 35 - “Teu” mandato ( <i>LV</i> , 13 mar. 1971, p. 9).....	274
FIGURA 36 - “ <i>Proveecho</i> ” ( <i>LV</i> , 18 mar. 1971, p. 13).....	275

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 DOIS PRESIDENTES.....</b>	<b>22</b>
2.1 JANGO, ALIADO DOS COMUNISTAS.....	23
2.2 ARTURO ILLIA, “ <i>LA TORTUGA</i> ”.....	55
<b>3 DUAS DITADURAS.....</b>	<b>98</b>
3.1 O PERIGO VERMELHO NOS DISCURSOS FUNDACIONAIS.....	99
3.2 LEGITIMANDO AS DITADURAS.....	119
<b>4 DOIS JORNAIS.....</b>	<b>166</b>
4.1 <i>ZERO HORA</i> : A CAÇULA CONSERVADORA.....	166
4.1.1 <i>Última Hora</i> : golpe mata jornal.....	167
4.1.2 A certidão de nascimento de <i>Zero Hora</i> .....	176
4.1.3 “E agora José?” – O sensacionalismo de <i>Zero Hora</i> .....	189
4.2 A OPINIÃO DE <i>ZERO HORA</i> .....	195
4.3 <i>LA VOZ DEL INTERIOR</i> .....	224
4.3.1 Anticomunismo, Antiperonismo e Pró-radicalismo.....	229
4.3.2 Oposição velada .....	242
4.3.3 A oposição pós- <i>cordobazo</i> .....	258
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>281</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>293</b>
<b>FONTES E ARQUIVOS DE PESQUISA.....</b>	<b>298</b>

## 1 INTRODUÇÃO

“*O encontro de dois revolucionários*”. Esta foi a manchete utilizada pelo jornal gaúcho *Zero Hora* para destacar em sua capa o encontro, em março de 1967, entre o general Costa e Silva, em vias de assumir a presidência do Brasil, e o general Juan Carlos Onganía, então presidente da Argentina. A capa ainda apresenta uma legenda explicativa:

O presidente eleito do Brasil chegou ontem a Buenos Aires, para manter uma série de conversações com o general Juan Carlos Onganía. Na agenda dos dois presidentes (que são vistos na foto) está a criação da Fôrça Interamericana Permanente e a próxima reunião de chefes de Estado, programada para Punta del Este (*Zero Hora*, Porto Alegre, 03 mar. 1967, capa).<sup>1</sup>

A manchete, colocada como título da foto em que os dois golpistas se cumprimentam – olho no olho, leve sorriso –, coloca os dois militares em situação paritária. Duas realidades nacionais são evocadas e colocadas lado a lado. A do Brasil, em meio ao processo de troca dos generais-presidentes que derrubaram João Goulart da presidência em 1964; e a da Argentina, na consolidação do golpe civil-militar que retirou o presidente Arturo Illia da Casa Rosada em 1966.

Escolhemos esta comparação realizada pelo jornalista – que julgou possível enquadrar os dois generais na categoria de revolucionários – para iniciar a apresentação deste trabalho que irá demonstrar os resultados de uma pesquisa de História Comparada, que teve como duplo campo de observação as ditaduras civis-militares do Brasil e da Argentina nas últimas décadas do século XX.

A ideia inicial desta pesquisa nasceu durante a elaboração de nosso Trabalho de Conclusão do Curso em História, apresentado na UNISINOS em 2007<sup>2</sup>. Naquela ocasião, analisamos o jornal *Zero Hora* com o objetivo de conhecer as relações entre o seu discurso político e aquele produzido pela ditadura brasileira. O foco eram as estratégias de construção de legitimidade do governo autoritário, principalmente a argumentação anticomunista, entendida como uma das primeiras e principais justificativas governamentais na busca da construção de um consenso.

---

<sup>1</sup> Todas as transcrições e citações irão manter a grafia dos originais, sem atualizações gramaticais e sem correções, exceto quando o entendimento estiver comprometido.

<sup>2</sup> Ver BORGES (2007).

Ao termos contato com textos sobre História Comparada, pensamos em ampliar a análise em conclusão, buscando miradas mais gerais que nos possibilitassem uma compreensão mais abrangente do fenômeno observado no país. Com esse objetivo e partindo da ideia bastante generalizada de que as ditaduras do Cone Sul fazem parte de um mesmo processo, profundamente influenciado pelo contexto da Guerra Fria, elegemos como segundo campo de análise o país vizinho que também passou por ditaduras na segunda metade do século passado: a Argentina.

Para que pudéssemos realizar a pesquisa sob uma perspectiva comparada foi necessário a manutenção de uma determinada escala temporal e espacial. Diante disso, estabelecemos que no caso do Brasil trabalharíamos com os primeiros anos da última ditadura civil-militar, entre 1964-1968 (durante os governos dos generais-presidentes Castelo Branco e Costa e Silva); no caso argentino, o período escolhido foi o dos dois primeiros governos da penúltima ditadura, a chamada “Revolução Argentina”, entre 1966 e 1971 (durante as presidências dos generais Onganía e Levingston)<sup>3</sup>.

Em relação aos periódicos, o lado brasileiro já estava escolhido: jornal *Zero Hora*, da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre; no lado da Argentina, optamos por trabalhar com um jornal que também continua em circulação e que tem sua sede em uma importante capital do interior do país. Assim, foi escolhido o diário *La Voz del Interior*, de Córdoba, capital da província de mesmo nome. Ambos os jornais estão fora daquilo que podemos chamar de grande imprensa nacional (periódicos de São Paulo e Rio de Janeiro, no caso do Brasil; e de Buenos Aires, no país vizinho); estão ainda em circulação; e, opção prática, têm seu acervo disponível para pesquisa.

Apresentada a dupla delimitação, podemos fazer referência aos questionamentos que guiaram nossa pesquisa: qual a importância do argumento anticomunista em termos de estratégia de legitimação dos golpes e das ditaduras de ambos os países? Qual o posicionamento de ambos os periódicos em relação a esta justificativa anticomunista e as demais apresentadas pelo discurso oficial das ditaduras? Em determinado momento da pesquisa, quando as diferenças entre ambos os casos estavam se ampliando, adicionamos mais uma pergunta, que nos fez recuar um pouco mais no tempo, com o objetivo de ampliar a compreensão sobre as duas realidades: quais foram as críticas apresentadas, principalmente

---

<sup>3</sup> Decidimos excluir da pesquisa os dois últimos anos desta ditadura, de 1971 a 1973, período em que o general Lanusse esteve à frente do país, pelo fato de a assunção deste presidente ter iniciado um franco processo de retorno a democracia. Assim, mais do que se preocupar com discursos legitimadores, este governo buscou as formas para retomar a normalidade institucional, inclusive com a complexa reintegração do peronismo à vida política. Para mais detalhes, ver De Riz (2007).

pela grande imprensa nacional, às atuações dos presidentes derrubados (João Goulart – 1961 a 1964; e Arturo Illia – 1963 a 1966) ao longo de seus mandatos?

Entendemos que, antes de apresentar a estrutura desta pesquisa comparativa, é importante demonstrarmos qual o nosso entendimento, em linhas gerais, desta abordagem historiográfica.

É ponto pacífico o fato de que usamos a comparação de forma generalizada. No dia a dia e na pesquisa histórica, sempre que nos defrontamos com algo novo fazemos vínculos de analogias e diferenças com aquilo que conhecemos de antemão. Iluminamos um objeto ou situação a partir de outros mais conhecidos. Entretanto, é importante frisar, que nem tudo que é comparado constitui uma pesquisa comparativa propriamente dita; e que devem existir significativas diferenças entre uma operação intuitiva natural e um método de análise.

Em termos históricos, a comparação não pode ser considerada uma novidade. Tem-se como marco fundacional a palestra proferida por Marc Bloch, em 1928, na qual o eminente historiador tece reflexões teóricas e demonstra as vantagens da História Comparada. No entanto, ainda não temos atualmente um *corpus* metodológico consistente e sistemático iluminando a comparação em história. Segundo Lara Mancuso, “ainda não existe realmente algo como o campo da “história comparada” ou uma metodologia estabelecida para o emprego da comparação nos estudos históricos” (2005, p. 273).

Porém, pelo menos no Brasil, esta situação está sendo alterada, como a própria autora assevera em seu artigo que data do final de 2005. O incremento dos debates, a criação do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o lançamento da Revista deste PPG, são alguns exemplos da evolução da abordagem. É justamente deste periódico, a Revista de História Comparada<sup>4</sup>, que trazemos uma significativa contribuição para esta discussão. Já em 2007, na primeira edição, José D’Assunção Barros apresenta em seu artigo uma importante diferenciação entre História Comparada como campo metodológico e o comparativismo histórico. Este autor, portanto, diverge de Mancuso ao considerar a existência daquela metodologia como um campo intradisciplinar específico.

Segundo ele, o método comparativo é imprescindível à História Comparada, mas a definição desta não se resume àquele método, de sentido muito mais amplo e que pode ser empregado em outras modalidades historiográficas; como aquelas em que um objeto único de

---

<sup>4</sup> A Revista de História Comparada é um periódico publicado semestralmente pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A primeira edição é de junho de 2007.

análise é melhor delineado por comparações; ou ainda quando se foca duas realidades apenas em determinado momento da análise, capítulo inicial ou final com o propósito de problematizar seu objeto principal com outros análogos ou diversos.

Por sua vez, a História Comparada como campo metodológico define-se, entre outras coisas, pela utilização sistemática do comparativismo, que “deve corresponder a uma marca indelével que atravessa a obra como um todo” (BARROS, 2007, p. 25). Ainda na tentativa de conceituar de forma geral esta metodologia, podemos acrescentar, com o mesmo autor, que ela deve ser “uma modalidade historiográfica que atua de forma simultânea e integradora sobre campos de observação diferenciados e bem delimitados – campos, a bem dizer, que ela mesma constitui e delinea” (p. 7). Enfim, ela consiste

na possibilidade de se examinar sistematicamente como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas, duas estruturas situadas no espaço e no tempo, dois repertórios de representações, duas práticas sociais, duas histórias de vida, duas mentalidades e assim por diante. Faz-se por mútua iluminação de dois focos distintos de luz, e não por mera superposição de peças (BARROS, 2007, p. 24).

Esta análise interativa de dois objetos distintos nos remete a questão do que pode ser comparado. Quais seriam os requisitos mínimos que possibilitam uma História Comparada realizada com consequência? Na tentativa de responder a esta questão, pelo menos quatro textos, de seis autores<sup>5</sup> remetem-se a Marc Bloch:

Aplicar o método comparativo no quadro das Ciências Humanas consiste (...) em buscar, para explicá-las, as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos (apud THEML; BUSTAMANTE, 2007, p. 3).

Ou seja, a existência de similitudes de fatos em cenários contrastantes é imprescindível. Já e a partir daí surge um forte dinamismo entre as semelhanças e as diferenças, instâncias entre as quais o pesquisador deverá necessariamente transitar, não sem cuidados.

Bloch também definiu dois grandes possíveis roteiros para as pesquisas comparadas: um no qual se compara sociedades claramente heterogêneas, afastadas no tempo e no espaço; e outro no qual a lente comparativa, sempre multifocal, analisa objetos contemporâneos entre si, contíguos espacial e temporalmente.

---

<sup>5</sup> Cardoso e Brignoli (1990), Barros (2007), Thémel e Bustamante (2007) e Aymard (2008).

O historiador francês não negava sua preferência pelo segundo caminho, cuja vantagem, conforme Barros,

está precisamente em abrir a percepção do historiador para as influências mútuas, o que também o coloca em posição favorável para questionar falsas causas locais e esclarecer por iluminação recíproca, as verdadeiras causas, interrelações ou motivações internas de um fenômeno e as causas ou fatores externos (BARROS, 2007, p. 12).

A delimitação do nosso duplo objeto, em termos gerais, parece atender àqueles aspectos irredutíveis colocados por Bloch: similaridade de fatos – golpes civis-militares que derrubaram presidentes eleitos e instituíram fortes ditaduras; em ambientes diversos: dois países do Cone Sul, Brasil e Argentina que, apesar de fronteiriços, têm todo um conjunto de especificidades que os diferenciam sobremaneira. Fica claro que optamos pelo caminho da comparação de realidades contíguas e interinfluentes.

Este básico atendimento ao modelo deixado por Bloch esconde uma complexidade maior que subjaz neste contexto comparativo específico e possivelmente em outros e que, portanto, deve servir-nos de alerta quanto aos riscos da utilização apressada deste método.

Para ilustrar esta questão, vamos interrogar mais a fundo a similitude entre as duas realidades ditatoriais. Por que nossa lente multifocal averigua o Brasil entre 1964-68 e a Argentina entre 1966-71?

Primeiro o Brasil. Está claro na historiografia brasileira que o Ato Institucional nº 5 (AI-5), instaurado em dezembro de 1968, representa um marco na ditadura civil-militar. A partir dele ocorreu um forte e violento acirramento das medidas autoritárias: fechamento do Congresso e incremento da censura, das cassações, prisões, torturas, desaparecimentos e assassinatos. O que permite afirmarmos que o período anterior foi menos duro, em comparação com os infelizes dias pós-1968. O acirramento da censura é exemplo que se encaixa em nossa temática. Antes do AI-5, havia certa liberdade para a imprensa divulgar suas opiniões. Jornais como o *Última Hora* gaúcho tiveram que deixar de circular. Outros, porém, a despeito do apoio ao golpe, não deixaram de fazer duras críticas à “revolução” e aos governos. No entanto, mais do que avaliar a profundidade da crítica, importa, para os objetivos deste trabalho, a existência do espaço para a imprensa posicionar-se contra o governo em si ou contra as suas ações específicas.

A afirmação da existência deste espaço não significa concordância com as ideias de que antes de 1968 não havia ditadura e de que ao final deste ano ocorreu um “golpe dentro do golpe”. Compartilhamos com Carlos Fico (2004b) a posição de que desde a derrubada de

Jango estava sendo forjado o aparato repressivo que lograria chegar ao poder com o AI-5, em uma leitura que se contrapõe àquela que entende o acirramento da repressão como sendo conjuntural e reativo à opção de parte da esquerda pela “luta armada”.

Portanto, durante o período escolhido, 1964 a 1968, os apoios à ditadura – dos quais a produção/reprodução do anticomunismo é um grande exemplo – podem ser considerados como uma ação colaborativa relativamente espontânea das empresas jornalísticas e a inexistência de oposições sistemáticas não seria consequência da ação de censores.

Já no caso da Argentina, nas décadas de sessenta, setenta e oitenta, houve não uma, mas duas ditaduras separadas por um confuso interregno democrático. A primeira, um de nossos objetos de estudo, é a chamada “Revolução Argentina”, iniciada em 1966 com um golpe militar liderado pelo General Juan Carlos Onganía que derrubou o presidente Arturo Illia e que se encerrou em 1973. Este período é pouco conhecido e discutido no Brasil, talvez por ficar minimizado ao lado da ditadura instaurada no ano de 1976.

Esta última, denominada por seus executores como “Processo de Reorganização Nacional”, foi extremamente violenta, possivelmente a mais ferrenha ditadura da América Latina. Capelato (2006), utilizando o termo de “Estado Terrorista”, oriundo dos movimentos de direitos humanos, afirma que este governo foi

Responsável por uma violência extrema que levou a sociedade argentina a uma desintegração resultante de uma prática rotineira de tortura e assassinato de pessoas. A existência de campos clandestinos de detenção e extermínio e o número elevado de desaparecidos, estimados em trinta mil pelas organizações de direitos humanos, confere um caráter de excepcionalidade a essa ditadura argentina (CAPELATO, 2006, p. 66).

A “Revolução Argentina” (1966-1973), por sua vez, foi mais tolerante em suas políticas repressivas, permitindo manifestações e o contraditório às suas posições. Esta caracterização nos permite uma aproximação em termos analíticos ao período dos governos de Castelo Branco e de Costa e Silva, entre 1964 e 1968, que também se notabilizaram por uma maior liberalização, se comparados com as características dos governos que os sucederam.

Temos, portanto, uma similitude de fatos em ambientes diferenciados; existe uma aparente sincronia temporal; e uma determinada escala parece estar atendida: jornal de uma capital regional importante, Porto Alegre, cotejado com outro de capital regional de importância nacional, Córdoba.

O anticomunismo é outro tema que merece algumas palavras introdutórias, dada a sua centralidade ao longo do trabalho. O significado normalmente atribuído a ele é ao mesmo

tempo elementar e abrangente: é o conjunto de ideias e de práticas que se opõem sistematicamente ao comunismo (Cf. Motta, 2002, p. XIX e Rodeghero, 2003, p. 28). Elementar pelo fato de ser definido por sua contrariedade a algo, e não por um conjunto de ideias afirmativas; abrangente porque, com isso, permite o enquadramento de grupos e indivíduos dos mais heterogêneos matizes.

O primeiro parágrafo do Manifesto Comunista afirma que o espectro do comunismo ronda a Europa; também assevera que as potências da velha Europa unem-se para conjurá-lo. Aquilo que Marx e Engels firmavam na metade do século XIX, passou a ser, no curto século XX, muito mais que um fantasma ou uma ameaça e amealhou severas oposições que extrapolavam as fronteiras europeias.

As afirmações que iniciam o Manifesto acabam complementando o conceito apresentado, haja vista revelarem que é o comunismo quem engendra o anticomunismo. Isto não quer dizer, no entanto, que as ações anticomunistas são sempre reativas a alguma demonstração de força daquela ideologia – seu uso também pode ser preventivo ou exagerado. O que queremos destacar é que sempre há, em algum grau, a ligação entre um e outro.

Também queremos afirmar, desde já, que concordamos com a posição sustentada por Motta de que

A motivação anticomunista resultou da intrincada mistura entre instrumentalização (ou manipulação) e convicção, que se combinaram em medida[s] diferentes ao longo da história. Para compreender como se deu tal processo é preciso analisar as conjunturas históricas específicas, pois a riqueza inerente a cada caso singular se perderia em uma abordagem excessivamente generalizadora (2002, p. XXIV).

Ou seja, não pretendemos enfatizar a dimensão oportunista do anticomunismo – que realmente existiu – para não perder de vista outras motivações e outros usos. O resultado desta pesquisa, em alguma medida, revela esta multiplicidade.

Aquele autor (2002, p. XX) também destaca que, ao longo do último século, o conflito entre comunismo e anticomunismo teve um papel central na dinâmica mundial. Isto teria ficado ainda mais evidente com a Guerra Fria, quando o comunismo transformou-se em uma força de dimensões planetárias, estando presente não só na União Soviética, mas em países da Ásia, América e África. No caso de nosso país, esta realidade não foi diferente: segundo ele (p. XXI), o anticomunismo teve papel marcante na recente história política brasileira.

Motta (2002, p. XXII) considera escassa a quantidade de estudos acadêmicos sobre a temática anticomunista, principalmente se considerarmos sua importância para a compreensão

da história do último século. Carla Rodeghero (2007), por sua vez, demonstra que, ao menos no Brasil, esta temática vem ganhando destaque nas pesquisas históricas das últimas duas décadas (que agora já podemos chamar de três). A autora fez um apanhado, na introdução da publicação de sua tese de doutoramento, que demonstra (até o ano de 2001) o crescimento e a abrangência dos estudos focados nesta temática, destacando que eles apresentam uma “insistente presença do anticomunismo na vida nacional e o observam geralmente de maneira crítica relacionando-o a projetos autoritários e/ou totalitários” (p. 18). Apesar da diversidade de fontes utilizadas nestas pesquisas, a imprensa manteve um papel destacado como objeto/fonte na maior parte das análises. Estas produções mostram que o anticomunismo foi mais intenso em nosso país de 1935 a 1937 e de 1961 a 1964. Nesses períodos, Motta (2002) identifica as duas grandes ondas de radicalização do anticomunismo, cuja intensidade no Brasil variou ao longo dos anos, indo desde uma simples presença residual, até a condição de argumento político decisivo para justificar golpes de estado. Nosso trabalho se propõe a ultrapassar essa barreira de 1964, dedicando-se a avaliar a presença do combate militante ao inimigo vermelho até 1968, durante os primeiros anos da última ditadura brasileira.

A historiografia argentina, por sua vez, não apresenta o mesmo desenvolvimento em relação a esta temática. Podemos encontrar referências ao anticomunismo em diversos estudos, porém sempre como uma variável a mais em pesquisas mais amplas. Essa carência de bibliografia mais focada, apesar de criar dificuldades para nossa pesquisa, faz com que ela ganhe importância no país vizinho, por contribuir, ainda que timidamente, para o alargamento deste campo pleno de potencial investigativo.

A estrutura da apresentação dos resultados de nossa pesquisa pretende revelar, para além de seu conteúdo, a opção pela História Comparada. Desta forma, estruturamos o trabalho para que os três capítulos apresentassem análises da realidade brasileira e argentina. Dada a complexidade e multiplicidade dos assuntos abordados, optamos pela justaposição da escrita relativa a cada um dos países, tendo em vista o melhor entendimento dos leitores. Integrar os dois focos de estudo em um mesmo texto que perpassasse todo o trabalho, além de tarefa deveras difícil, comprometeria, em nossa opinião, a compreensão do conteúdo. No entanto, ao longo dos capítulos, apresentamos referências cruzadas que estabelecem relações e servem como sinalizadores iniciais de algumas das similitudes e diferenças entre os dois casos, que serão tratadas, em conjunto, na conclusão.

O primeiro capítulo, intitulado *Dois Presidentes*, não estava previsto na primeira estrutura de nosso projeto. Ele é o resultado da constatação, ao longo da pesquisa na Argentina, das significativas diferenças entre os dois processos. Nesta parte inicial,

apresentamos uma comparação entre as críticas construídas, principalmente por parte da grande imprensa, contra os dois presidentes retirados de suas prerrogativas pelos golpes de estado analisados: João Goulart (1961-1964) e Arturo Illia (1963-1966). Com isso, buscamos compreender as origens (ou parte delas) das diferenças dos discursos utilizados para legitimar a tomada do poder e o estabelecimento das ditaduras civil-militares em cada um dos países. Devemos destacar que este não é um capítulo de contextualização típica, apesar de “ambientar” o leitor, principalmente aqueles que desconhecem detalhes de uma das duas realidades trabalhadas.

No segundo capítulo, denominado *Duas Ditaduras*, nos dedicamos a avaliar o grau de importância do anticomunismo nos discursos legitimadores dos golpes e das ditaduras através da análise do conteúdo de alguns dos documentos produzidos por aqueles que tomaram o poder na década de 1960 tanto no Brasil quanto na Argentina. Nele, percorremos uma série variada de documentos que podem denotar, pelo grau de presença ou pela ausência, a importância do anticomunismo e de outros argumentos no discurso oficial.

No terceiro e último capítulo, cujo título é *Dois Jornais*, apresentamos uma análise comparada da cobertura política dos diários regionais *Zero Hora* (Porto Alegre) e *La Voz del Interior* (Córdoba). Esta análise teve como objetivo demonstrar a existência ou não de uma correspondência dos discursos jornalísticos com os discursos dos governos – apresentados no capítulo precedente – principalmente em relação às representações anticomunistas.

Na análise destes poderosos instrumentos de formação de opinião, foram focados prioritariamente os editoriais não assinados, que representam a opinião institucional da empresa jornalística. Entretanto não deixaram de ser analisadas outras seções, tanto escritas quanto imagéticas.

Na conclusão apresentamos uma síntese que agrega comparativamente as duas perspectivas analisadas ao longo do trabalho. Em um texto único, elaborado a partir dos marcos sinalizadores já estabelecidos nos demais capítulos, integramos a complexa relação entre semelhanças e diferenças de cada um dos casos estudados.

\* \* \*

Antes de finalizar, é preciso dar destaque a algumas questões práticas deste trabalho de investigação comparativa. Como pesquisadores de uma das nacionalidades estudadas,

iniciamos este projeto com um relativo desequilíbrio: sobre o Brasil, país onde nascemos e vivemos, já havia um conhecimento prévio mais consolidado; sobre a Argentina, no entanto, tínhamos apenas informações gerais e um discernimento básico sobre sua história. Esta disparidade inicial não ocorria só em termos de conhecimentos históricos, mas também no que se refere à acessibilidade das fontes de ambos os países.

A primeira dificuldade foi enfrentada com especial dedicação às leituras da bibliografia argentina sobre a temática. Porém, e infelizmente, a disponibilidade de material historiográfico sobre o país vizinho é extremamente escassa no Brasil, mesmo em um estado fronteiriço como é o caso do Rio Grande do Sul. Desta forma, as viagens para a Argentina foram fundamentais em um duplo sentido: tanto para prospecção de bibliografias, quanto para a pesquisa documental das fontes.

Realizamos duas viagens para superar estas condições. A primeira, mais curta, foi concentrada em Córdoba e dedicou-se a busca inicial dos materiais necessários. A segunda, de um mês de duração, foi realizada no marco do convênio entre o Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS e o *Centro de Estudios Sociales de América Latina* (CESAL) da *Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires* (UNICEN). Graças ao convênio, pudemos efetivar pesquisas bibliográficas e documentais em variados acervos de Buenos Aires, Tandil e Córdoba, bem como discutir com diversos pesquisadores, condições necessárias para a viabilização da investigação. A relação entre as duas instituições de ensino e pesquisa também permitiu o estabelecimento de contatos com pesquisadores argentinos em estudo no Brasil, o que foi fundamental para as delimitações iniciais do foco a ser perseguido.

Em ambas as viagens, acessamos o acervo do jornal *La Voz del Interior* na Hemeroteca do Poder Legislativo da Província de Córdoba, instalada em uma das salas do antigo *cabildo*, localizado no centro daquela capital. Lá, realizamos a pesquisa inicial – quando tudo que pudesse interessar foi fotografado – que gerou em torno de 4 mil fotografias do diário. Já no Brasil, este material foi sendo analisado e filtrado com o auxílio de um importante instrumento: o caderno no qual foi registrado o assunto e o grau de relevância para nossa pesquisa da folha de jornal fotografada.

Este método de trabalho já havia sido aplicado na pesquisa documental do jornal *Zero Hora*, realizada no acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, no centro de Porto Alegre. Nesta etapa foram geradas aproximadamente 5 mil fotografias do periódico gaúcho.

Assim, buscando um equilíbrio entre nosso duplo campo de observação, efetivamos a análise deste conjunto de materiais, cujo resultado será apresentado nas próximas páginas.

## 2 DOIS PRESIDENTES

Este capítulo, apesar de iniciar o trabalho, não foi o primeiro a ser concebido. Seu conteúdo é o resultado dos rumos tomados pelo processo de investigação. Ao realizarmos a pesquisa nos dois diários regionais – *Zero Hora* no Brasil e *La Voz del Interior* na Argentina – e efetuarmos as leituras da bibliografia disponível sobre o período, percebemos que a comparação empreendida caminharia prioritariamente na direção das diferenças e tanto mais profunda fosse a investigação, mais as similitudes se tornariam superficiais.

Não é necessário adiar uma afirmação importante: o lugar do anticomunismo no processo de legitimação da última ditadura brasileira (1964-1985) e da penúltima ditadura argentina (1966-1973) foi bastante distinto. Podemos, sem dúvida, alinhar diversas semelhanças entre ambos casos; porém, as especificidades existentes são marcantes e estão vinculadas aos desenvolvimentos próprios de cada país. Assim, olhando-se para dentro ou de dentro fica mais patente o caráter único, complexo, irrepetível de cada um dos processos ditatoriais sob análise.

Tal constatação fez com que reajustássemos o período a ser estudado. O encontro com as diferenças trouxe a necessidade de explicação destas diferenças. Por que o anticomunismo teve papéis distintos nos dois países? Poder-se-ia objetar o inverso: por que seriam semelhantes? No entanto, para justificar nossa opção pela primeira forma da questão, cabe explicitar que partimos da ideia bastante generalizada de que as ditaduras civil-militares que dominaram a América Latina nas décadas de sessenta, setenta e oitenta faziam parte do contexto da Guerra Fria e esta participação traria laços de semelhança entre os processos dos diversos países. A força das especificidades, porém, insistiu em predominar e isto nos levou por novos caminhos.

Mirar apenas as ditaduras não pareceu ser suficiente, então nos dedicamos, neste capítulo, a ampliar o período de análise. A comparação, assim, teve seu início antecipado para o tempo em que João Goulart governava o Brasil (1961-1964) e Arturo Illia, a Argentina (1963-1966).

Perguntamo-nos quais as semelhanças e as diferenças na atuação destes dois governos e as tentativas de respostas encontram-se aqui; baseadas prioritariamente nas críticas elaboradas pelas oposições, com especial destaque àquelas construídas pela grande imprensa nacional. Desta forma, compreendendo ao menos parte das origens dos ataques aos

presidentes, poderemos avaliar com mais precisão as diferenças dos discursos legitimadores do golpe de estado e das ações da ditadura civil-militar implantada em cada um dos países.

Esta não é propriamente uma contextualização do período pré-golpe nos dois países. Abdicamos deste expediente desde o começo do projeto. Sua localização no primeiro capítulo do trabalho, a despeito de sua origem tardia, consequência da investigação, foi definida para manter a cronologia e facilitar a compreensão do texto. Resolvemos explicitar este caminho antes de tudo para que o desenvolvimento desta pesquisa histórica possa deixar claro o seu caráter de construção. As perguntas e as respostas aqui encontradas foram elaboradas com base nas fontes e na bibliografia pesquisada; o texto final, que apesar de final é sempre provisório, é uma consequência delas e não pretende ser uma reconstrução dos agitados e complexos anos sessenta e setenta.

## 2.1 JANGO, ALIADO DOS COMUNISTAS

Em um contexto de significativa liberdade democrática, quando as principais forças políticas em ação no país podiam participar livremente das eleições – deve-se destacar como limitantes desta situação a proibição legal do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a não permissão dos votos dos analfabetos – as eleições de 1960 colocaram no poder um presidente e um vice de matizes políticos antagônicos. Jânio da Silva Quadros e João Belchior Marques Goulart<sup>6</sup>, no entanto, cumpririam seus papéis constitucionais por poucos meses.

Com a renúncia do presidente, em 25 de agosto de 1961, o gaúcho Jango, apelido pelo qual o vice era conhecido desde a infância, foi alçado a uma posição de destaque de onde enfrentaria distintas e poderosas oposições que acabariam convergindo e sendo eficazes na tarefa de afastá-lo definitivamente do poder e da vida política brasileira.

Nesta parte do primeiro capítulo destacaremos as críticas que foram direcionadas a Jango durante seu curto governo e que serviram para legitimar o golpe civil-militar de 1964. Focados principalmente na postura da grande imprensa do país, pretendemos fazer um

---

<sup>6</sup> Desde a Constituição de 1946, presidente e vice eram eleitos em separado. Conforme Biz (2004, p. 15), Jânio foi eleito com pouco mais de cinco milhões e meio de votos (48% do eleitorado). A chapa pela qual concorreu tinha como candidato a vice-presidente Milton Campos e era uma coligação dos seguintes partidos: Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Trabalhista Nacional (PTN), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Libertador (PL). João Goulart obteve quatro milhões e meio de votos e era o candidato a vice-presidente pela chapa do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que tinha à frente o marechal Henrique Teixeira Lott como candidato ao Palácio do Planalto.

apanhado geral dos argumentos utilizados pelas oposições na tarefa de macular a imagem do político e de seu governo, buscando demonstrar o dinamismo e a, por vezes, ambiguidade de tal argumentação.

São paradigmáticas as críticas construídas pelos ministros militares que conseguiram impedir a imediata assunção de João Goulart no cargo de presidente da República e acabaram por forçar o parlamentarismo para limitar seu poder. Tais críticas apresentam as linhas mestras que nos auxiliam na tarefa de sintetizar e analisar os principais argumentos da oposição ao governo Jango. Justificando a “absoluta inconveniência” do retorno<sup>7</sup> ao país do vice-presidente, os ministros divulgaram manifesto em 30 de agosto de 1961, no qual se lê, entre outras coisas:

[...] Já ao tempo em que exercera o cargo de Ministro do Trabalho, o Sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até em pontos-chave de sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas. No cargo de Vice-Presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, movimentações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E ainda há pouco, como representante oficial, em viagem à URSS e à China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países exaltando o êxito das comunas populares. [...]

Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao Chefe da Nação, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas. [...] (Apud FICO, 2004a, p. 224 e 225).

A argumentação dos militares é patente ao justificar o impedimento da posse de Jango com base no risco que isto acarretaria à segurança nacional devido a sua suposta e antiga proximidade e admiração pelo comunismo. Mas o texto nos revela, além deste argumento geral, o nascedouro de sua aplicação à figura de Jango: a sua atuação como ministro do Trabalho de Getúlio Vargas durante oito meses, entre junho de 1953 e fevereiro de 1954.

Segundo a historiadora Angela de Castro Gomes (2006, p. 32), este momento da carreira de Goulart pode e deve ser considerado como um “acontecimento biográfico”, fundador de sua trajetória em um duplo sentido: por uma lado pelas marcas que produziu na construção da sua imagem para si mesmo e para os seus aliados diretos (principalmente do PTB). Imagem de um político nacionalista e reformista, disposto a sofrer as consequências

---

<sup>7</sup> Quando da renúncia de Jânio Quadros, Jango estava em missão oficial na China.

por se posicionar ao lado dos trabalhadores urbanos e rurais. E, por outro, pelos desdobramentos que esta imagem produziu entre seus opositores – grupos políticos, destacadamente os da UDN, expressivos setores militares e poderosos grupos empresariais.

Neste período, iniciou-se um processo interessantíssimo de metamorfose dos argumentos. Ficava cada vez mais claro que João Goulart – na época além de ministro também presidente do PTB – havia sido escolhido como o maior e melhor herdeiro político pelo próprio Vargas. Assim, aos poucos lhe foram transferidos não só o carisma como também as fortes oposições que culminaram com o suicídio do velho líder trabalhista. Em outras palavras, Jango, ao herdar o capital político de Vargas, herdou também a oposição antigetulista de grande parte das elites conservadoras e liberais da sociedade brasileira. Durante esse processo, ao antigetulismo sofrido pelos dois políticos somava-se, gradativamente, a partir da ação do mais novo deles à frente do ministério, um argumento que não é novo na história do Brasil Republicano, mas que é fundamental para entender a oposição ao personagem em estudo: o anticomunismo.

Jango assumiu a pasta do Trabalho em substituição ao segundo ministro do governo Vargas e em meio a uma forte crise caracterizada pela crescente carestia e pela onda de protestos de trabalhadores. Sua tarefa era tentar recuperar o diálogo e o prestígio do governo junto ao movimento sindical. No seu cumprimento, apresentou mudanças expressivas que desencadearam de forma marcante uma ferrenha oposição: o pleno conhecimento e a condescendência, ao menos aparente, da estratégia do PCB de disputar cargos de liderança nos sindicatos; a sua prioridade política que o levava a ocupar quase que a totalidade do seu tempo no relacionamento com os representantes dos sindicatos, principalmente dos trabalhadores; suas cogitações de estender a legislação trabalhista ao campo; sua evidente aproximação com o movimento sindical e seu apoio às lideranças sindicais e suas demandas. Todos estes motivos inter-relacionados causaram, como seria de se esperar, uma forte reação das elites civis e militares que já se opunham a Vargas.

Baseada nos documentos que alertavam ao presidente sobre a atuação deste ministro, Gomes (2006) destaca que

embora Jango, em nenhum momento e de nenhuma maneira, tivesse sido identificado como comunista, era responsabilizado pela crescente participação desses “agitadores profissionais”, que ele acobertava e mesmo patrocinava, na medida em que acreditava poder, através deles, fortalecer “suas manobras políticas” (p. 50).

Tal argumento, como discutiremos na sequência, seria utilizado largamente durante a sua presidência e constituiria uma das posições opositoras mais importantes.

Cumprir destacar que durante este período as críticas a Jango e a Vargas estavam intimamente vinculadas. A grande imprensa os atacava sistematicamente, especialmente a *Tribuna da Imprensa* do udenista e ferrenho opositor Carlos Lacerda, que considerava o ministro como o agitador principal do movimento sindical. Gomes afirma que “de toda a forma, a conclusão a que se chegava era que ambos articulavam planos maléficis e continuístas de instalação de uma “República Sindicalista”” (2006, p. 51). Esta última referência deve ser entendida em analogia ao governo de Perón na Argentina, que em 1954 ainda era o presidente do país vizinho, amplamente apoiado por uma firme estrutura sindical. Como veremos adiante, esta alusão comparativa ao líder argentino, inicialmente utilizada em relação a Vargas<sup>8</sup> se repetiria algumas vezes ao longo da presidência de Jango.

No início de 1954, o ministro do Trabalho, há poucos meses na função, propôs um projeto que aumentava o salário mínimo em 100%. Com isso, eclodiu uma crise que difundiu e dividiu amplamente sua imagem no país acabando por culminar com o seu pedido de demissão do cargo em março. Logo depois, em maio de 1954, Vargas implantou o novo salário em uma tentativa de amenizar a crise que culminaria com seu suicídio.

Flávia Biroli (2009), em artigo recentemente publicado, também faz referência à sobreposição no seio das oposições entre os argumentos antigetulistas e anticomunistas. A autora assevera que no período democrático de 1945-64 a maior parte da grande imprensa manteve, nos momentos chave da política nacional, um posicionamento antigetulista que se desdobrava em ações e opiniões golpistas. Destacando os artigos de Carlos Lacerda, que exemplificam seu argumento, ela afirma que

Como se sabe, a polarização entre getulismo e anti-getulismo sobreviveu ao suicídio de Vargas e esteve relacionada a uma série de elementos que compuseram o debate e os conflitos políticos no período [...]. Quando o foco das críticas se voltou para Goulart, sobrepuseram-se anti-getulismo e anti-comunismo, resistência à centralidade cada vez maior dos sindicatos na política, resistência a mudanças sociais e à exposição ampliada de demandas dos trabalhadores; resistências, enfim, às transformações em curso que poderiam reconfigurar os limites do debate público e da esfera política no Brasil (BIROLI, 2009, p. 277).

---

<sup>8</sup> As comparações ente Getúlio Vargas e Juan Perón são bastante comuns na historiografia. Destacam-se como estudos sérios e sistemáticos sobre estas comparações, o livro da brasileira Maria Helena Capelato: **Multidões em cena**. Propaganda política no varguismo e no peronismo (1998); e o livro *Los dos Príncipes: Juan D. Perón y Getúlio Vargas - Un estudio comparado del populismo latinoamericano*, do argentino Alejandro J. Groppo (2009).

Desta forma, podemos perceber que o argumento anticomunista fortemente usado pelos ministros militares para justificar o impedimento do retorno e da posse de Jango em 1961, havia começado a prosperar como elemento de oposição ao jovem político, quando de sua atuação como ministro do Trabalho, numa reelaboração, ou sobreposição ao argumento antigetulista. Sua utilização, no entanto, não foi suficiente para garantir, na integridade, os objetivos golpistas. O até então vice-presidente voltou e teve sua posse assegurada por movimentos legalistas dos quais se destacam a “Campanha da Legalidade”, liderada por Leonel de Moura Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, e apoiada militarmente pelo Comandante do III Exército, sediado em Porto Alegre; e, no Congresso, pela coalizão entre membros do PSD, parte da UDN, do PTB, grupos de esquerda e nacionalistas, também apoiados pela parte legalista das Forças Armadas, que se dedicaram a trabalhar por uma solução que mantivesse a ordem constitucional no país.

Apesar de assumir a presidência, João Goulart não dispunha do poder efetivo, pois a solução negociada entre as oposições e seus defensores foi a implantação do sistema parlamentarista, com a aprovação do Ato Adicional à Constituição, em 2 de setembro de 1961, no Congresso. Esta situação perdurou até 1963, quando, através de um plebiscito ganho com folga<sup>9</sup>, o presidencialismo foi reinstaurado e Jango pôde começar de forma efetiva o seu governo.

Ao considerarmos o conjunto do governo João Goulart, desde a sua dificultada posse até o golpe que o retirou da presidência, podemos afirmar, como grande parte da historiografia atual, que o argumento anticomunista exerceu um papel preponderante no processo de convergência das oposições. Além de unificar heterogêneos adversários, o temor ao perigo vermelho justificou suas ações que desembocaram no 31 de março de 1964 e se desdobraram em uma ditadura civil-militar de 21 anos.

Esta interpretação de conjunto que permite asseverar a centralidade do anticomunismo como elemento de oposição à presidência de Jango, entretanto, não dá conta de representar as variações e o dinamismo do comportamento das oposições ao longo dos três anos de governo do último presidente trabalhista. A realidade, sempre mais multifacetada e complexa do que o pesquisador pode apreender, acaba, quase sempre, por ser avessa a simplificações.

A análise da postura da grande imprensa brasileira que, com raras exceções, pode ser considerada uma das principais forças opositoras a João Goulart é exemplar na demonstração

---

<sup>9</sup> O presidencialismo venceu com quase 10 milhões de votos - 76,8% (BIZ, 2004, p. 27). A campanha contou com o apoio de vários setores da sociedade, inclusive correntes partidárias contrárias a João Goulart, que já se preparavam para o próximo pleito presidencial marcado para 1965.

da existência destas variações. Alzira Alves de Abreu (2006) e Rodrigo Patto Sá Motta (2006a e 2006b) são dois dos pesquisadores que apresentam conclusões nesta linha.

Segundo Abreu (2006)<sup>10</sup>, os anos sessenta assistiram ao apogeu do jornalismo político e, a despeito de a imprensa estar prioritariamente nas mãos das elites conservadoras e de direita, apresentou um comportamento variável em relação ao governo João Goulart. Mesmo assim, se sobressai um forte predomínio do anticomunismo, que “foi usado para difundir o medo na classe média e para identificar as “reformas de base” com a passagem do regime capitalista para o comunista. Os jornais, com maior ou menor ênfase, participaram da pregação anticomunista” (ABREU, 2006, p. 110).

Além disso, a pesquisadora, destacando a ambiguidade de posições da mídia, afirma que a relação da imprensa carioca e paulista com Jango começou, em boa medida, de forma positiva: após a renúncia de Jânio Quadros, a maior parte dos jornais utilizou seu espaço para apresentar um discurso favorável à Constituição e a legítima posse de Goulart, apesar de alguma desconfiança, justificada por sua trajetória descrita acima. Os jornais *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e a *Tribuna da Imprensa* servem de contraexemplo e ecoavam, de certa forma, as restrições apresentadas pelos ministros militares.

Motta também reforça a importância da imprensa como força opositora e ao mesmo tempo destaca as caricaturas:

Embora não se possa responsabilizar a grande imprensa pela queda de Goulart, é inquestionável a contribuição dos jornais para o enfraquecimento do governo, ao divulgar imagens que ajudaram a disseminar insegurança e mesmo pânico entre setores influentes da sociedade brasileira. Como parte integrante do discurso jornalístico, as caricaturas concorreram para o estabelecimento do quadro de insegurança que alicerçou as bases para o golpe de Estado, não obstante a sua veia humorística implicasse, por vezes, abordagens menos dramáticas da crise política (MOTTA, 2006b, p. 179).

Ao longo deste primeiro capítulo, utilizaremos algumas caricaturas apresentadas no excelente trabalho de Motta (2006b)<sup>11</sup> para com elas e a partir delas destacar as principais críticas que foram direcionadas ao presidente João Goulart. Na segunda parte, faremos o mesmo em relação ao presidente argentino Arturo Illia. Com isso pretendemos fazer uma

---

<sup>10</sup> A autora analisou os seguintes jornais diários do Rio de Janeiro e de São Paulo: *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *O Jornal*, *Jornal do Brasil*, *A Noite*, cobrindo o período de 25 de agosto de 1961 (renúncia de Jânio) até 1º de abril de 1964.

<sup>11</sup> O historiador analisou para elaboração de seu livro os seguintes periódicos (destacamos apenas os mais utilizados ao longo de seu texto): *Correio da Manhã* (RJ), *Folha de S. Paulo* (SP), *Jornal do Brasil* (RJ), *O Estado de S. Paulo* (SP), *O Globo* (RJ), *Tribuna da Imprensa* (RJ), *Ultima Hora* (RJ), entre outros; todos analisados no período do governo de João Goulart e alguns no que o antecede.

comparação das representações opositoras que foram direcionadas para ambos os presidentes através desta ferramenta imagética de feição popular – portanto de maior potencial, ao menos teórico, de penetração no grande público – e que opera com recursos cognitivos nem sempre utilizados nos discursos políticos convencionais.

Sobre a possível contribuição das caricaturas na criação de um clima propício para a ocorrência do golpe, podemos afirmar com Motta que,

essas imagens ajudaram a construir um retrato desfavorável de Jango, realçando e atribuindo-lhe qualidades negativas. Nos momentos finais da crise, as representações caricaturais de Goulart, embora usando sua linguagem particular, convergiram para o estabelecimento de uma interpretação dramática da situação, em que o presidente aparecia como líder carregado de intenções sinistras. Contribuíram, assim, para tornar o golpe uma ação política justificável e mesmo desejável aos olhos de largas camadas da sociedade brasileira (MOTTA, 2006b, p. 25).

A figura 1 apresenta um apanhado de retratos caricaturais de Jango que, embora descontextualizados, já revelam em certa medida algumas características comumente utilizadas pelos desenhistas nas representações do presidente.<sup>12</sup> Mais do que as coincidências físicas que podem ser notadas nos diferentes desenhos (calvície incipiente, rosto rechonchudo, nariz proeminente), é necessário destacar as psicológicas, que também podem ser apreendidas nos traços dos diversos artistas: o quase onipresente sorriso, que demonstraria um certo ar de amabilidade, ingenuidade ou ainda de uma desfaçatez comum aos políticos (dependendo do ângulo da crítica); o sorriso também poderia ser interpretado em conjunto com os traços que revelavam um olhar indireto, com os olhos fechados, ou direcionados ao chão, o que poderia revelar certa timidez que alguns interpretavam como fruto da modéstia e outros da malícia. Estas variações antecipam o paradoxo que acompanhou as críticas a Jango durante todo o seu governo: ora ele era caracterizado como ingênuo, incapaz, um brinquedo nas mãos de forças superiores; ora era retratado como político ardiloso e oportunista. Veremos, com alguns exemplos, o desenrolar destas críticas ao longo das próximas páginas.

---

<sup>12</sup> Todas as caricaturas que constam neste capítulo sobre o governo João Goulart foram retiradas do livro de Motta (2006b). Para evitar repetições, apresentaremos nas legendas das imagens apenas o nome do periódico, a data e a página na qual foi publicada. No referido livro poderão ser encontradas as referências relativas aos desenhistas e aos acervos pesquisados. Esta primeira imagem é uma composição de vários retratos de João Goulart elaborada por Motta (p. 44) cujos originais foram publicados em diferentes lugares. Os desenhos são, da esquerda para a direita, de: Biganti, Lan, Hilde, Augusto Bandeira, Adail e Theo.



FIGURA 1 - Caricaturas de Jango.

Logo após a posse, algumas ações do novo presidente reforçaram e tornaram verossímeis os receios da oposição. O discurso de Luís Carlos Prestes, em ato público em São Paulo, no qual pediu a legalização do PCB, bem como o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, são exemplos destas ações que comprovariam as ligações do novo presidente com o comunismo. O restabelecimento da diplomacia com a potência vermelha ganhou contorno especial pelo fato de ter ocorrido às vésperas das comemorações da vitória militar sobre a chamada “Intentona Comunista”, ocorrida em novembro de 1935. Diversos analistas<sup>13</sup> consideram este acontecimento o marco a partir do qual o anticomunismo começou a ser utilizado de forma mais sistemática no contexto brasileiro, principalmente no meio castrense que anualmente comemorava a vitória em uma espécie de reafirmação de sua oposição ao comunismo.

A próxima charge apresentada (figura 2) é exemplar bastante ilustrativo das críticas ao restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS. Nela a figura clássica do cavalo de Troia é atualizada ao contexto internacional da época: o feliz e ingênuo presidente traz para o Brasil seu “brinquedo novo”, um cavalo que esconde em seu interior o presidente da URSS, Nikita Krushev – figura muito utilizada na produção caricatural da época. Jango, portanto, seria o responsável por abrir as portas do país ao comunismo internacional com sua ação diplomática favorável a URSS.

<sup>13</sup> Ver, por exemplo, Motta (2002) e Ferreira (2005).

## O BRINQUEDO NÔVO

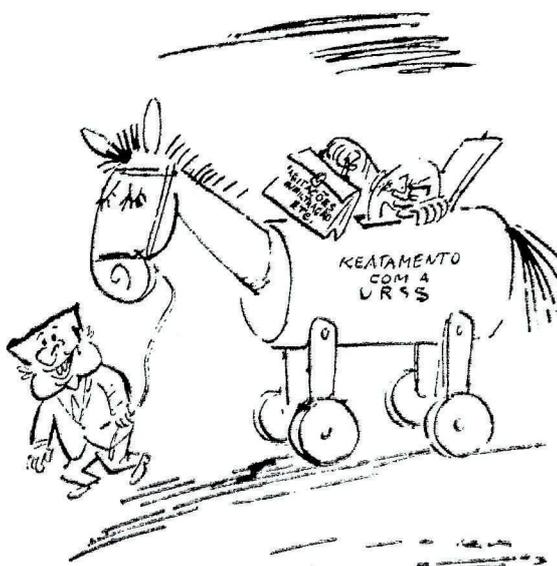


FIGURA 2 - “O brinquedo nôvo” (*Tribuna da Imprensa*, 27 nov. 1961, p. 4).

A reaproximação com o país líder do bloco socialista não foi um ato isolado na diplomacia brasileira, que se caracterizou neste governo por sua política externa independente. Também foram estreitadas relações comerciais e políticas com outros países socialistas, dos quais China e Iugoslávia são bons exemplos. Esta ação propiciou muitas críticas contra o governo Goulart, boa parte delas munida de argumentos anticomunistas.

Apesar do temor das “más companhias” de Jango e das críticas às suas primeiras ações, a maioria conservadora – incluindo a imprensa que permanecia em uma atitude de maior confiança perante o presidente – apoiou a volta do presidencialismo no plebiscito que redefiniria o regime político brasileiro. Segundo Motta,

Poucas vozes se levantaram para defender o parlamentarismo, mesmo porque os candidatos em potencial à presidência gostariam de ver o Executivo restaurando seu poder tradicional. Goulart não era considerado ainda um aliado incondicional e irreversível da esquerda revolucionária. Significativamente, a mobilização eleitoral anticomunista de outubro de 1962 [renovação parlamentar] poupou o presidente, que, por seu turno, procurava quebrar as resistências conservadoras e distribuía “afagos” e “acenos” à direita. A observação é interessante por colocar em questão a crença de que a derrubada de Jango era um processo inexorável (2006a, p. 135).

Nos primeiros meses de seu governo, incluindo o período parlamentarista – ante o qual desde o primeiro momento se opôs, não contribuindo para o seu sucesso como sistema – Jango foi considerado por seus observadores como um político hábil e bom negociador. Com

suas atitudes mais moderadas e conciliadoras entre as forças políticas, ele logrou desarmar boa parte de seus oponentes iniciais. Exemplo disto é a atitude do jornal carioca *O Globo* que havia se posicionado contra sua posse e que, em um segundo momento, se reconciliou com o presidente. Tal fato se mostra como uma estratégia do campo conservador que viu espaço para tentar atrair o presidente e, conseqüentemente, afastá-lo das esquerdas.

A figura 3 apresenta uma charge que ilustra o período em que as interpretações positivas de Jango, enquanto político hábil e no comando da situação, atingiu seu ápice. O desenho mostra Goulart tranquilamente sentado na cadeira presidencial, com seu chimarrão, após uma “longa viagem”, na qual, com sua habilidade conseguiu passar por todos os empecilhos que foram colocados em seu caminho.



FIGURA 3 - “Longa Viagem” (*Jornal do Brasil*, 08 ago. 1963, p. 3).

Neste momento, as críticas dos adversários do presidente o caracterizavam como malicioso, oportunista e demagogo.

Segundo muitas caricaturas, Jango era mais do que um político hábil e um estrategista eficiente na conquista de suas metas. Ele seria um enganador inveterado e, por isso, indigno de confiança. Nessa versão forte do tema da malícia, o presidente seria um homem sem princípios, com o único propósito de fortalecer seu poder e manter-se à frente do Estado, a qualquer custo. As propostas e promessas que fazia, de acordo com tal interpretação, não passavam de argumentos para justificar seus intentos e atrair o apoio popular.

Uma das vertentes dessa crítica desaguava na denúncia de que Goulart não passava de um demagogo, um político inescrupuloso capaz de explorar os sentimentos de frustração dos pobres em benefício próprio. Assim, a pregação de Jango a favor de reformas sociais não passaria de burla; de acordo com os críticos, sua real intenção não era beneficiar os miseráveis nem fazer reformas, mas estimular a criação de um clima de insatisfação social e projetar-se como líder popular. Alguns discursos [...] sugeriam que Goulart insuflava artificialmente as crises e semeava a insegurança visando a tirar proveito do ambiente de conturbação (MOTTA, 2006b, p. 59).

Um bom, e engraçado, exemplo da crítica que acentuava o caráter artificial da crise é a charge publicada em *O Estado de S. Paulo* em meados de 1963 (figura 4). Nela o presidente aparece tentando amedrontar as pessoas com uma boneca assustadora cujo rosto, na verdade, era sua própria imagem caricaturada (portanto há uma caricatura dentro da outra). A boneca “crise” tenta intimidar com um simples “Buuu!”, que sugere que a ação maliciosa de Jango não estaria fazendo efeito.



FIGURA 4 - “Buuu!” (*O Estado de S. Paulo*, 05 jun. 1963, p. 4).

Outra representação do mesmo jornal destaca mais um dos aspectos destas críticas que focam a habilidade do presidente. Na figura 5, o presidente aparece confuso e com as chaves na mão em frente a um armário com discursos destinados a diferentes e antagônicos setores da sociedade brasileira (industriais, militares, operários e homens do campo). Esta metáfora destaca o oportunismo do presidente que variaria o seu discurso para agradar os distintos interlocutores, demonstrando não ter compromisso real com o que professava.

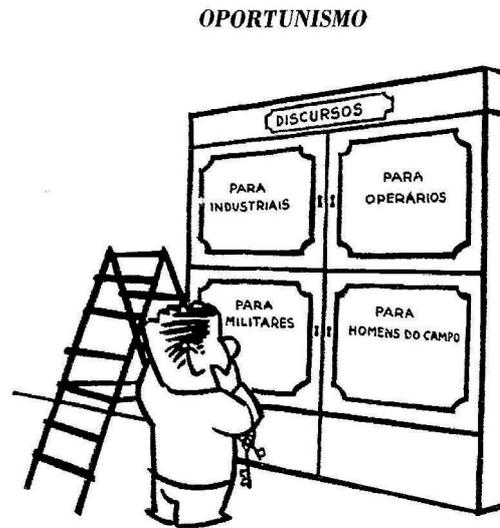


FIGURA 5 - “Oportunismo” (*O Estado de S. Paulo*, 05 jun. 1963, p. 4).

A figura de João Goulart também foi caracterizada, especialmente até a primeira metade de 1963, como a de um político ambíguo, sem convicções ideológicas claras e, em alguns casos, como de alguém fraco, suscetível a pressões externas. É interessante notar a abrangência desta interpretação, conforme afirma Motta,

Significativamente, esse era o único ponto convergente nas avaliações das diferentes forças políticas, da esquerda e da direita, sobre a figura de João Goulart. O presidente era visto, em quase todos os quadrantes, como homem de posições políticas pouco sólidas e claras. Apontavam-se nele, de maneira recorrente, falta de firmeza política e indecisão ideológica. À direita, o temor era de que essa suposta personalidade fraca fosse influenciada pelos grupos de esquerda à sua volta, especialmente o cunhado, Leonel Brizola, e pelos comunistas. Na esquerda, o medo corrente era de que Jango não tivesse firmeza suficiente para levar adiante os compromissos assumidos com o projeto reformista, e vacilasse ante as pressões dos grupos conservadores. Temia-se mesmo que ele traísse a aliança esquerdista e fechasse acordo com a direita, voltando-se contra os antigos amigos (MOTTA, 2006b, p. 70).

Duas charges do *Correio da Manhã*, uma de outubro de 1962 e outra de setembro de 1963, demonstram a ambiguidade ideológica do presidente, assunto muito tratado pelos caricaturistas do período. A figura 6 mostra o gaúcho Jango equilibrado entre dois cavalos bravos: à direita e à esquerda; sendo que cada um o puxa para um lado, deixando o presidente em uma difícil situação. A figura 7 segue a mesma linha. Nela o presidente está perdido no mar sobre uma “jangada”. Apesar de haver uma bússola – que mostra os diferentes quadrantes políticos ao invés dos pontos cardinais – ele não a usa e prefere deixar “que as ondas

decidam” por ele, que não sabe para que lado quer ir. As ondas, portanto, estariam selando o destino não só do presidente, mas do país que ele comandava.



FIGURA 6 - Direita e esquerda (*Correio da Manhã*, 03 out. 1962, p. 12).

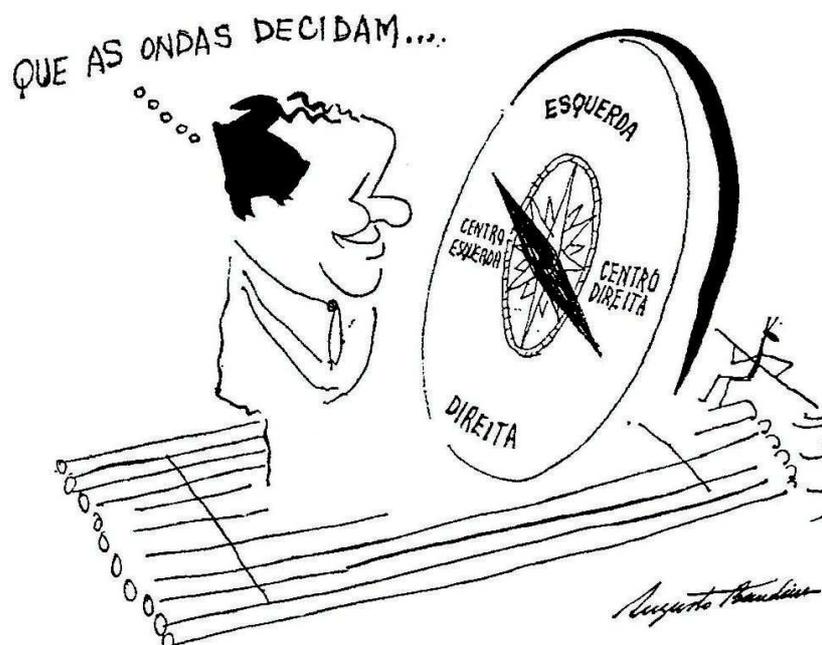


FIGURA 7 - Que as ondas decidam (*Correio da Manhã*, 26 set. 1963, p. 6).

O presidente conviveu com as críticas sobre sua ambiguidade e indecisão durante todo o seu governo. No entanto, a partir de 1963, esta situação foi se alterando gradativamente. A

manutenção do complicado equilíbrio entre as pressões dos grupos de esquerda e de direita ficou cada vez mais difícil. Em pouco tempo, o contexto econômico e político do país e as escolhas do presidente fizeram com que se erodisse a frágil confiança, ou melhor, a expectativa, que os grupos moderados haviam depositado no líder gaúcho durante este breve período de trégua. Estes moderados começaram a se movimentar na direção dos direitistas radicais, aqueles que em nenhum momento baixaram a guarda, mantendo firme seus argumentos anticomunistas.

Esta ampliação das oposições, que acabariam por convergir na solução golpista, iniciou em meados de 1963 quando, na esfera econômica, ficou cada vez mais claro que o Plano Trienal estava fracassando em seu intento de melhorar a economia brasileira.

A charge a seguir (figura 8) apresenta o presidente Jango como um “moleque” descalço e arteiro que amarra e acende “bombinhas” no rabo do cavalo que representa a inflação. O animal já se demonstra agitado e agressivo e as feições do “moleque” parecem revelar que ele está consciente e feliz com as consequências de sua “arte”. A caixa de onde saíram as “bombinhas” tem a inscrição “novo salário mínimo” e esta é a chave para compreender a imagem. Como afirma Motta (2006b),

Diante das promessas do governo de aumentar o salário mínimo para acalmar a insatisfação dos segmentos populares mais afetados pelo crescente custo de vida e fortalecer a base de sustentação política de Goulart, Hilde denuncia a presença de objetivos ocultos. É possível perceber, na imagem, que Jango está sendo acusado de botar lenha na crise social e política em benefício próprio (p. 99).



FIGURA 8 - Jango “moleque” (*O Estado de S. Paulo*, 01 mar. 1964, p. 4).

Illia, o presidente argentino, também enfrentou a oposição devido à questão do salário mínimo. A diferença é que, no seu caso, o que ele tentava fazer era implantar o chamado salário mínimo, vital e móvel. Medida que, como veremos na segunda parte deste capítulo, foi muito criticada pelos setores conservadores argentinos que argumentavam da mesma forma que os brasileiros: tal ação traria como consequência o incremento da inflação.

No caso brasileiro,

Embora os problemas econômicos constituíssem elemento importante no debate político, o pequeno número de caricaturas que eles inspiraram merece reflexão. A economia era importante, é claro, mas atuou como elemento secundário na crise que redundou no golpe. Ao observarmos os discursos verbais no contexto, a sensação é a mesma: a temática econômica ficou em segundo plano.

O elemento forte nas críticas dirigidas ao governo tinha natureza eminentemente política: as suspeitas despertadas por sua aliança com as esquerdas e a suposição de que Jango almejava tornar-se ditador (MOTTA, 2006b, p. 81).

Se bem que o discurso sobre o perigo comunista foi o eixo central que uniu os diferentes setores conservadores da sociedade brasileira e serviu para legitimar a derrubada de Jango, não podemos deixar de destacar a heterogeneidade desta coalizão opositora. Dentro dela, além das variações relacionadas à própria temática comunista, com os diferentes graus de aversão e de uso contrapropagandístico desta ideologia, estiverem ainda presentes, como estamos vendo, outros elementos desabonadores da conduta do então presidente João Goulart.

Um dos argumentos que também funcionou como aglutinador e mobilizador das oposições foi a tolerância de Jango com a corrupção, que supostamente grassaria em seu governo. Tal falta de atitude era considerada mais uma herança do varguismo.

A crítica sobre a corrupção, embora pouco frequente – dado que indica o seu caráter secundário no debate político do período 1961-64 – e nem sempre focada na figura do presidente, também vinculava-se frequentemente aos comunistas, pois estes estimulariam tal prática com objetivo de atrair para perto de si os políticos mais “suscetíveis” a ela.



**CORTINA DE... REFORMAS ou o BICHO ESCONDIDO  
COM TUDO DE FORA...**

FIGURA 9 - Escândalos da Petrobras (*O Globo*, 25 mar. 1964, p. 3).

A charge anterior (figura 9) surgiu em meio à crise da Petrobras, que via sua imagem abalada desde janeiro de 1964 por denúncias de corrupção envolvendo sua diretoria. As supostas revelações foram amplamente repercutidas na imprensa e davam conta de que existiam desvios que estavam direcionando os recursos da estatal para o financiamento de grupos de esquerda – era apontada a existência de dois militantes do PCB na diretoria da empresa – e para os bolsos de alguns diretores. Diante disso tudo, Jango substituiu o presidente da estatal, sendo que o demitido acusou os comunistas de serem os responsáveis pelas irregularidades denunciadas.

Na charge, vemos um militante comunista tentando inutilmente cobrir os escândalos da gigante empresa com o cartaz das reformas. Ou seja, a metáfora acusa os comunistas de manipularem as reivindicações a favor das reformas para abafar o caso de corrupção da Petrobras.

A esfera política, portanto, traria os maiores problemas para o governo. A pacificação política foi dificultada – ou inviabilizada – por grupos de esquerda próximos ao presidente que o pressionavam vigorosamente e não aceitavam suas oscilações e ambiguidades. Neste sentido, destaca-se a figura do então deputado federal Leonel Brizola como um dos principais defensores do lema “reformas na lei ou na marra”.

Os problemas econômicos que o país enfrentava refletiam no desequilíbrio social, levando a um contexto de descontentamento e protestos frequentes, que acabaram se

transformando em outro foco de crise: uma onda grevista, que crescia desde o início da década de sessenta, se agravou pelo país nos meses anteriores ao golpe. Esta situação também apresenta alguma semelhança com as pressões sociais sofridas pelo presidente argentino da época, que viu a situação laboral de seu país se agravar com a execução do multifacetado *Plan de Luchas* organizado pela *Confederación General del Trabajo* (CGT). Porém esta situação foi muito mais significativa para o golpe civil-militar no país vizinho do que no Brasil.

A percepção de que o país estava sendo engolfado por um surto grevista afrontou os grupos conservadores, cuja sensação era a de estarem assentados sobre um vulcão social, prestes a explodir. O medo era agravado pela presença de Goulart no governo, a quem viam como político instigador dos movimentos sociais radicais, e não um chefe de Estado fiador da manutenção da ordem social, como acreditavam ser a postura correta de um presidente (MOTTA, 2006b, p. 103).

Os já referenciados vínculos entre Jango e os líderes sindicais, com todo o seu histórico desde o ministério do Trabalho do último governo Vargas, alimentavam as cogitações da oposição de que o presidente pretendia transformar o país em uma “República Sindicalista”. Tal ideia não tinha argumentos consistentes, de modo que era difícil encontrar no discurso opositor uma definição mais precisa dessa pretensa ameaça. Como afirmamos no início deste capítulo, esta imagem, como o próprio nome já sugere, estava apoiada na suposição de que o presidente poderia estabelecer um governo autoritário amparado nos sindicatos. A figura 10 é ilustrativa por demonstrar uma das facetas desta ideia: a de que ela seria inspirada na forma de atuação do líder argentino Perón.



FIGURA 10 - Jango e Perón (*O Estado de S. Paulo*, 11 ago. 1963, p. 4).

Como podemos ver, a imagem anterior apresenta um grande retrato do velho político argentino, com seu conhecido sorriso e com a inscrição J.P. (Juan Perón) na gravata, colocada na mesa de trabalho de Jango. A charge sugere que o presidente brasileiro – reconhecido pelo nariz proeminente e pelo cabelo ralo, elementos caricaturais de identificação comumente utilizados como vimos na figura 1 – teria afinidades com o líder argentino. Ele seria uma espécie de fã, de aprendiz olhando para seu mestre; ou ainda, alguém mirando para um espelho e vendo a imagem do que gostaria de ser, como sugere a análise de Motta (2006b, p. 146).

Este mesmo autor afirma que, a despeito do que alguns analistas supõem, as críticas usando o argumento da “República Sindicalista” não foram muito frequentes e nem circularam de forma significativa entre as esferas oposicionistas. Este baixo nível de relevância fica ainda mais patente se o compararmos com o uso do argumento anticomunista. Os grupos conservadores acreditavam que Jango tinha se aliado aos comunistas com o objetivo de se manter no poder através de um regime autoritário. O mútuo apoio entre presidente e sindicatos dava verosimilhança aos seus temores.

Apesar da proximidade de Jango com os comunistas, tal aliança não era tão estreita quanto acreditava a oposição. Existiam tensão e disputas nessa relação, principalmente no que se refere ao controle dos movimentos sociais, com destaque aos sindicatos. De um lado o presidente não confiava plenamente nos comunistas. De outro, os representantes dessa ideologia desconfiavam constantemente que o presidente poderia dar uma guinada à direita e passar a persegui-los.

A partir de janeiro de 1964, no auge da crise, o presidente trabalhista, com uma postura cada vez menos ambígua e mais inclinado para a esquerda, acabou por apoiar a chapa comunista na eleição para a Confederações Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) – uma das diversas centrais intersindicais que foram criadas ou ganharam notoriedade nas décadas de cinquenta e sessenta<sup>14</sup>. Com a vitória da chapa apoiada pelo presidente, os grandes empresários paulistas aliaram-se de forma definitiva com os setores opositores. Pouco tempo depois, os conservadores teriam mais uma “prova” acerca de seus temores, os sindicalistas comunistas da CGT organizaram um dos atos considerados como estopim do golpe: o Comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964.

---

<sup>14</sup> O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) brasileiro surgiu em 1962, como resultado das experiências positivas dos primeiros organismos intersindicais. Esta agremiação cresceu rapidamente e tornou-se um dos mais fortes instrumentos de pressão política dos movimentos sociais. Entre as greves organizadas por eles, destaca-se a de setembro de 1962, convocada para fazer pressão pela antecipação do plebiscito sobre a permanência ou não do parlamentarismo.

Motta (2006b, p. 105) afirma que foram muitas as caricaturas sobre temas relacionados ao sindicalismo, às greves e à intranquilidade social, com abordagens que destacavam as atitudes (negativas) e estratégias (oportunistas) de Jango. A imagem apresentada a seguir (figura 11) é exemplar das críticas ao governo. Nesta caricatura, o presidente aparece tentando, sem sucesso, amansar a serpente – imagem de forte carga simbólica, usada tradicionalmente para representar o mal – identificada como sendo o CGT. A reação do animal peçonhento, como os liberais e conservadores viam esta organização intersindical, demonstra que, em verdade, o encantador não tem tanto poder e acaba por se encontrar em difícil situação de perigo: além de enrolá-lo, o réptil o ameaça em posição de ataque frontal. A imagem é de simples interpretação: o presidente que pretendia utilizar os sindicatos a favor de si mesmo, acaba sofrendo o ataque do forte movimento que supunha controlar.



FIGURA 11 - Jango e a CGT (*Correio da Manhã*, 12 jun. 1963, p. 12).

O Levante ou “Revolta” dos Sargentos, ocorrido em setembro de 1963, foi mais um dos acontecimentos amedrontadores e mobilizadores das oposições. A partir dele, uma série de outros acontecimentos se conjugariam no sentido de unificar os setores que lutavam contra

o governo de João Goulart. O medo e a ansiedade dos setores conservadores e de centro, aproximou ambos das posições da direita anticomunista. Motta (2006a) também destaca que

no final de 1963, os setores conservadores e liberais estavam unidos e mobilizados contra a esquerda e intensificaram a campanha para insuflar o temor anticomunista. Mas as condições necessárias à consolidação da “frente” ainda não haviam se apresentado, pois o posicionamento de Goulart não estava claro. A postura do governo tinha importância decisiva, uma vez que a esquerda não era considerada capaz de tomar sozinha o poder. Embora a propaganda anticomunista pintasse um quadro bastante exagerado sobre a “infiltração”, os grupos conservadores tinham a exata noção de que o PC era força política minoritária, sem condições de conduzir sozinho uma ação revolucionária vitoriosa. O que realmente temiam era a possibilidade de Jango se envolver em algum golpe com o apoio dos comunistas, abrindo-lhes o caminho ao poder (p. 138).

O presidente parecia tornar real os receios de seus mais variados oponentes quando, a partir da virada do ano, em meio à crise econômica, ladeado por uma intensa polarização no campo político e percebendo as dificuldades da implantação de suas propostas reformistas, acabou por dar mostras de que abandonara sua política pendular e aproximou-se dos movimentos nacionalistas e de esquerda.

A imprensa, conforme afirmam diversos pesquisadores – como Abreu (2006), Motta (2006a e 2006b) e Biroli (2009) – seguiu a mesma linha das oposições e, com esta movimentação de Jango à esquerda, demonstrada nos muito citados acontecimentos que agudizaram a crise no país – Revolta dos Sargentos, Comício das Reformas, Levante dos Marinheiros e, finalmente, com a reunião dos sargentos no Automóvel Clube do Rio de Janeiro – distanciou-se definitivamente do presidente. Alguns jornais pediam em seus editoriais a intervenção militar para salvaguardar a democracia brasileira. Outros pediam o *impeachment*, seguindo os preceitos constitucionais. Poucos foram os que mantiveram o apoio ao presidente até a sua deposição, como foi o caso dos jornais *Última Hora* e *Diário Carioca*.

O famoso Comício da Central do Brasil ou “das Reformas”, realizado no Rio de Janeiro em 13 de março de 1964, foi duplamente impactante: de uma lado a esquerda identificava o real comprometimento de Jango em favor das reformas e o apoio do povo a elas, dada a sua participação massiva no evento; do outro, as esferas conservadoras, ao perceberem o mesmo que a esquerda, tiveram uma das mais fortes comprovações de seus temores, o que as impulsionou para uma grande demonstração antiesquerdista: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Esta espécie de resposta ao Comício da Central se realizou em São Paulo já no dia 19 de março e, preparada pela elite paulistana reunida em verdadeira frente anticomunista e antiGoulart, atraiu centenas de milhares de pessoas.

A marcha de São Paulo inspirou a realização de muitas outras em todo o país, mesmo após o golpe civil-militar<sup>15</sup>. Seu caráter anticomunista, já sugerido no próprio nome, fica ainda mais claro nas duas citações a seguir.

A primeira é um excerto de uma proclamação divulgada pelos organizadores da marcha:

Povo do Brasil,  
A Pátria, imensa e maravilhosa, que Deus, nos deu, está em extremo perigo. (...) Deixaram infiltrar-se no corpo da Nação, na administração, nas Forças Armadas e até nas nossas igrejas os servidores do poder totalitário, estrangeiro e devorador. Não defendemos a nossa casa enquanto era tempo, quando era fácil, e, agora, as forças do mal, da mentira e da demagogia ameaçam a própria vida da família brasileira. Mas hoje, na praça pública, no dia da família, essa multidão imensa veio, espontaneamente, responder ao chamado das mulheres brasileiras (...). Reformas, sim, nós as faremos, a começar pela reforma da nossa atitude. De hoje em diante os comunistas e seus aliados encontrarão o povo de pé. (...) Fiéis às nossas religiões, fiéis à nossa Constituição, fiéis à nossa pátria construiremos o Brasil autêntico, livre, forte e feliz. Com Deus, pela Liberdade, marchemos para a salvação da Pátria! (apud MOTTA, 2006a, p. 140)

A segunda referência é parte de um dos discursos pronunciados durante o evento, o do padre e senador Calazans:

Hoje é dia de São José, padroeiro da família, o nosso padroeiro. Fidel Castro é o padroeiro de Brizola. É o padroeiro dos comunistas. Nós somos o povo. Não somos do comício da Guanabara. Aqui estão mais de 500 mil pessoas para dizer ao Presidente da República que o Brasil quer a Democracia e não o tiranismo vermelho. Aqui está a resposta ao plebiscito da Guanabara: não! Não! Não! (apud MOTTA, 2006a, p. 140)

Os dois excertos demonstram a interpretação alarmista sobre o perigo vermelho e são uma conclamação à reação contra este contexto. Ambos também são explicitamente religiosos em sua pregação anticomunista, como podemos perceber pelos termos utilizados.

Neste momento, as oposições a Jango já estavam devidamente alinhadas e de prontidão. As forças que em vão tentaram impedir a posse do presidente, agora contavam com um contingente muito maior e, principalmente, muito mais amplo, composto de diversos setores militares e da sociedade civil.

O estopim que desencadeou a derrubada do presidente normalmente é atribuído a dois eventos que se conjugam com o Comício da Central do Brasil: a Revolta dos Marinheiros, nos

---

<sup>15</sup> Fico (2004a, p. 208) apresenta uma listagem de boa parte delas em sua cronologia do regime militar.

dias 26 e 27 de março; e, na noite do dia 30 de março, o encontro no Automóvel Clube do Brasil.

O primeiro fez eclodir a maior crise militar do governo Goulart. O presidente anistiou cabos e marinheiros que haviam se amotinado no Palácio do Aço, sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, após a ordem de prisão do ministro da Marinha, almirante Silvio Mota. Esta ordem havia se baseado na existência de fortes ligações entre a pequena Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais e o PCB. O tamanho da indignação dos militares pode ser percebido pelo pedido de demissão do ministro da Marinha.

O segundo ato ocorreu uma semana depois, no dia 30 de março, quando João Goulart aceitou o convite e compareceu ao Automóvel Clube do Brasil, também no Rio de Janeiro, onde a associação dos subtenentes e sargentos da Polícia Militar comemorava o seu quarto aniversário. Em meio à grande crise militar, o presidente compareceu a uma reunião de sargentos, militares de nível subalterno, a despeito das admoestações contrárias a sua participação.

Nos momentos mais exaltados do seu discurso, transmitido por rádio e televisão, o presidente declarou:

A crise que se manifesta no país foi provocada pela minoria de privilegiados que vive de olhos voltados para o passado e teme enfrentar o luminoso futuro que se abrirá à democracia pela integração de milhões de patrícios nossos. [...] Não admitirei o golpe dos reacionários. O golpe que nós desejamos é o golpe das reformas de base, tão necessárias ao nosso país. Não queremos o Congresso fechado. Ao contrário, queremos o Congresso aberto. Queremos apenas que os congressistas sejam sensíveis às mínimas reivindicações populares. [E, finalizando afirmou:] As forças progressistas deste país podem estar tranquilas, e especialmente tranquilas, depois de ouvirem ao longe e assistirem pela televisão esta memorável assembléia. Ninguém mais pode se iludir com um golpe contra o governo, contra o povo (apud GASPARI, 2002, p. 63, 65 e 66).

Esse discurso foi seu sentenciamento final. A partir daí, a oposição civil e militar se unificou definitivamente e consumou o golpe contra o presidente brasileiro.

Do lado civil, é preciso destacar novamente, a imprensa teve um papel significativo na consecução do golpe. Na mesma madrugada, o jornal carioca Correio da Manhã preparava o editorial “Basta!”, que seria publicado no dia 31 de março. Este editorial, bem como o que se seguiu, é bastante citado na historiografia que analisa a derrubada de Jango, pelo fato de estar publicado em um órgão da grande imprensa e por apresentar uma opinião claramente contrária ao presidente às vésperas do golpe. Entretanto, como se pode ver nos excertos a seguir, as representações anticomunistas não faziam parte da argumentação do jornal:

Basta!

Até que ponto o Presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos, leis, a função do poder legislativo? [...]

Basta de farsa! Basta da guerra psicológica que o próprio governo desencadeou, com o objetivo de convulsionar o país e levar avante a sua política continuísta. Basta de demagogia, para que realmente se possam fazer as reformas de base. Quase todas as medidas tomadas pelo Sr. João Goulart, nestes últimos tempos com grande estardalhaço, mas inexecuíveis, não têm outra finalidade, senão a de enganar a boafé do povo, que, aliás, não se enganará.

Não é tolerável essa situação calamitosa, provocada artificialmente pelo governo, que estabeleceu a desordem generalizada, desordem esta que cresce em ritmo acelerado e ameaça sufocar todas as forças vivas do país. [...]

Queremos o respeito à Constituição, queremos as reformas de base votadas pelo Congresso, queremos a intocabilidade das liberdades democráticas, queremos a realização das eleições em 1965. Se o Sr. João Goulart não tem capacidade para exercer a Presidência da República e resolver os problemas da Nação dentro da legalidade constitucional, não lhe resta outra saída senão a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. [...] (apud, FICO, 2004a, p. 322 e 323).

Jango é caracterizado neste editorial com atributos sobre os quais tratamos anteriormente: é o oportunista que desencadeou a crise no país, o demagogo que tenta enganar o povo com objetivo de se manter no poder e, ao mesmo tempo, o político incapaz de solucionar os problemas nacionais dentro da legalidade.

Desta forma, podemos afirmar que o jornal carioca não constrói os argumentos a partir de representações anticomunistas; e que, a despeito de seu tom imperativo e rigorosamente opositor, o editorial guarda certa moderação ao se referir à manutenção da legalidade e da Constituição. Este mesmo tom é mantido no editorial “Fora!”, editado no irônico, porém trágico, 1º de abril de 1964:

Fora!

A nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart que não a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: Saia!

Durante dois anos o Brasil agüentou um governo que paralisou o seu desenvolvimento econômico, primando pela completa omissão, o que determinou a completa desordem e a completa anarquia no campo administrativo e financeiro. Quando o Sr. João Goulart saiu de seu neutro período de omissão foi para comandar a guerra psicológica e criar o clima de intranquilidade e insegurança, que teve o seu auge na total indisciplina que se verificou nas Forças Armadas. [...]

É o maior responsável pela guerra fratricida que se esboça no território nacional. Por ambição pessoal, pois sabemos que o Sr. João Goulart é incapaz de assimilar qualquer ideologia e quer permanecer no governo a qualquer preço. Todos nós sabemos o que representa de funesto uma ditadura no Brasil, seja ela de direita ou de esquerda. [...]

O Sr. João Goulart não pode permanecer na Presidência da República, não só porque se mostrou incapaz de exercê-la, como também conspirou contra ela; como se verificou pelos seus últimos pronunciamentos e seus últimos atos. [...]

Nós do Correio da Manhã defendemos intransigentemente, em agosto e setembro de 61, a posse do Sr. João Goulart, a fim de manter a legalidade constitucional. Hoje, como ontem, queremos preservar a Constituição. O Sr. João Goulart deve entregar o governo ao seu sucessor, porque não pode mais governar o país; a Nação, a

democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-la (apud FICO, 2004a, p. 324 e 325).

Este editorial, publicado quando o golpe já estava em franca execução, repete a ideia do oportunismo e da incapacidade de João Goulart. E vai mais longe ao fazer um histórico de sua presidência: primeiro destaca o período de dois anos da “neutra omissão” que paralisou o desenvolvimento econômico e impôs completa desordem e anarquia nos campos administrativo e financeiro. Neste ponto o presidente é taxado de omissor e de incapaz, críticas que guardam semelhanças com aquelas atribuídas ao presidente Illia na Argentina, como veremos a seguir. No segundo momento – provavelmente a partir da segunda metade 1963 – Jango teria descortinado seu lado oportunista e manipulador ao comandar a “guerra psicológica” e criar o clima de intranquilidade e insegurança no país, que estaria à beira de uma guerra civil. E, devemos enfatizar, o periódico não usa de artifícios para afirmar que estas ações eram movidas por ambição pessoal para permanecer no poder a qualquer preço, já que o presidente seria incapaz de assimilar qualquer ideologia. Assim, sua aliança com os setores de esquerda não é destacada. Os editorialistas preferem focar sua ácida crítica no oportunismo e na ambição por poder de Jango.

O jornal, além de mais uma vez tentar demonstrar certa moderação se opondo a ditaduras de esquerda e de direita, historiza sua própria trajetória ao afirmar que apoiou João Goulart na crise aberta com as ações contra sua posse. Com base nos mesmos princípios, a manutenção da legalidade constitucional, ele justifica sua posição atual favorável à saída do presidente.

A opinião institucional apresentada pelo *Correio da Manhã* nestes editoriais ilustra exemplarmente a postura de oposição assumida pela imprensa com a aproximação de Jango às posições mais nacionalistas e de esquerda, como afirmamos anteriormente.

O jornal carioca, no entanto, como outros meios e atores do grupo opositor, demonstra uma maior moderação na utilização dos argumentos anticomunistas, que não são usados de forma exagerada e oportunista. Portanto, não foram só os poucos jornais que apoiaram o presidente até o fim, como foi o caso do *Última Hora* e do *Diário Carioca*, que não utilizavam esta argumentação de forma instrumental. Estes últimos alinhados ao presidente iam ainda mais longe e denunciavam com vigor esta estratégia de parte da oposição. Exemplo disto é *Diário Carioca* que

“atribuía “as agitações, a comunização do Brasil”, a uma invenção dos jornais, estações de rádio e emissoras de televisão. Segundo o editorialista do diário, os

meios de comunicação eram “máquinas monstruosas de propaganda a serviço das forças retrógradas e antinacionais”” (ABREU, 2006, p. 124).

Um dos principais atores civis da conspiração e do golpe de 1964, o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, surpreendentemente também percebia este processo propagandístico, tanto que denunciou em mensagem à nação, no início de março, que “áreas enormes, sobretudo da classe média brasileira, estão sendo submetidas a um processo de hipnose que arrasta as camadas da população a um anticomunismo irracional e fanatizado” (apud ABREU, 2006, p. 124).

O *Correio da Manhã*, por sua vez, depois de seus editoriais “Basta!” e “Fora!”, logo percebeu a inspiração e a ação dos “pseudovencedores”. Em um editorial ao qual não se faz frequentes referências na historiografia – já que relativiza o apoio da imprensa por um lado e criticar os “revolucionários” por outro – o periódico carioca faz um lúcido e impressionantemente precoce diagnóstico da situação. O editorial de 02 de abril, denominado “Basta! E Fora!” não dirigia mais seus imperativos exclusivamente para o presidente deposto. Inicia reiterando o seu apoio à queda do presidente, mas já faz um alerta:

Está terminado o episódio mais inglório da história republicana do Brasil. Basta! Mas não só basta disso, também basta de aproveitamento reacionário do episódio. Basta! E fora!

[...] Agradecemos ao destino por o Brasil ter sido poupado e passamos a apurar as responsabilidades. É possível reunir estas responsabilidades numa frase curta e incisiva: João Goulart cai pelos erros e crimes políticos de João Goulart, é politicamente aquilo que não quis ser, um suicida. Não sabemos, e só futuramente será possível verificar, até que ponto João Goulart, ao lado de sua própria ambição subversiva e ditatorial, foi empurrado por um grupo de falsos revolucionários. Este grupo [...] prejudicou terrivelmente os próprios sindicatos e demonstrou a fraqueza daquele comunismo que agora serve a pseudovencedores de pretexto para perseguições. Nenhuma culpa de outros serve para desculpar o falso líder, da falsa revolução.

[...] Não há motivos para não elogiar devidamente os méritos dos que resistiram. Elogiamos francamente a resistência das Forças Armadas, elogiamos francamente a resistência do povo que não se deixou seduzir pelos fantasmas de glórias e promessas utópicas. Elogiamos devidamente um estadista, que como o primeiro levantou a bandeira da resistência [...] o Governador Magalhães Pinto [Minas Gerais] agiu e agiu na hora [...] (apud FICO, 2004a, p. 325 e 326).

Depois de responsabilizar João Goulart e elogiar as Forças Armadas, demonstrando todo o seu caráterpositor ao anterior governo, o editorial encerra denunciando e se posicionando contra o anticomunismo fanático e reacionário:

Não toleramos, agora, o terrorismo nem o fanatismo da reação. Não combatemos a ilegalidade para alterar com outra ilegalidade. A reação já comete crimes piores que os cometidos. Depõe Governadores, prende Ministros e Deputados, incendia prédios, persegue sob a desculpa do anticomunismo a tudo e a todos. Não

admitiremos; a estes fanáticos e reacionários opomos a mesma atitude firme de ontem. A eles também diremos: Basta! E Fora! (apud FICO, 2004a, p. 325 e 326).<sup>16</sup>

Observa-se, portanto, inclusive dentro do movimento civil-militar que levou a efeito o golpe, a percepção da dimensão oportunista, utilitarista, do anticomunismo. Supomos que esta crítica interna se referia ao exagero, à “irracionalidade” e ao “fanatismo” da oposição ao perigo comunista e não era frontalmente contrária a tal postura, já que estes críticos aliados, certamente contrários ao comunismo, provavelmente divergiam apenas quanto à ação vinculada ao ideário.

Como viemos afirmando, o contexto do governo João Goulart foi complexo e multifacetado. As críticas à sua atuação tinham distintas origens e razões – apresentando, inclusive, facetas ambíguas; além disso, foram dinâmicas, apresentando diferentes matizes ao longo dos seus dois anos e seis meses de governo. No entanto, precisamos destacar os dois principais argumentos da agenda antiGoulart, argumentos estes que já vêm sendo tratados ao longo do texto: o primeiro afirmava que o presidente trabalhista tinha vocação golpista e autoritária; o segundo, que se vincula e dá gravidade ao anterior, sustentava que ele estaria envolvido em uma conspiração comunista.

Diversos autores ressaltam essa posição, dando maior ou menor ênfase a cada um dos argumentos. Reiteramos aqui, no entanto, a interpretação de Motta (2006b):

Divulgadas por seus inimigos, essas duas imagens – ditador em potencial e aliado do comunismo – constituíram-se nos argumentos mais fortes contra o governo e foram responsáveis, em última instância, por gerar a poderosa mobilização contra Goulart (p.142).

As críticas que focavam sua suposta tendência autoritária estavam, inicialmente, associadas a seus vínculos com o getulismo já destacados no início deste capítulo. A figura 12 apresenta uma charge que realça a herança deixada por seu ascendente político. O velho baú de Getúlio Vargas seria um repositório de ideias ditatoriais, pois o caricaturista destaca a faceta mais autoritária do antigo presidente com as referências ao Estado Novo, à Constituição autoritária de 1937 (a chamada “Polaca”), ao movimento queremista e aos livros sobre manobras políticas.

---

<sup>16</sup> Exatamente cinco meses após contribuir para a precipitação do golpe, o diário carioca *Correio da Manhã*, iniciou uma significativa campanha contra as violências do regime civil-militar. Ver Gaspari, 2002, p. 143.



No início de seu governo, Jango foi poupado pelos grupos mais radicais que professavam sua ferrenha oposição ao comunismo. Apesar da insistência opositora sobre o crescimento da influência, ou infiltração, desta ideologia no país, a imagem de Jango não era frequentemente utilizada na produção caricatural da grande imprensa que se ocupava de outras figuras que compunham seu governo como San Tiago Dantas. No entanto,

a partir de fins de 1963, e em especial no início de 1964, os ataques de natureza anticomunista contra o governo tornaram-se mais freqüentes. A figura de Goulart deixou de ser poupada, tornando-se objeto de críticas mais duras e de acusações explícitas de associação com o comunismo (MOTTA, 2006b, p. 162).

Motta também afirma que nessas representações caricaturais, bem como nos discursos verbais da oposição, os objetivos atribuídos à Jango variavam. Enquanto uns destacavam a ideia de que o presidente aliara-se aos comunistas por oportunismo, para reforçar sua popularidade e criar condições para um suposto continuísmo; outros afirmavam que ele realmente era um político de convicções de esquerda, comprometido com a efetivação das reformas. No entanto, e este ponto é fundamental, as acusações não identificavam, normalmente, o presidente como sendo ele mesmo um comunista – sua condição de estancieiro dificultava ainda mais esta vinculação. O que as críticas focavam era aliança de Jango com os vermelhos e os riscos que essa proximidade traria ao país. Como veremos adiante, os discursos anticomunistas utilizados contra o presidente argentino apresentam diferenças profundas com a forma usada no Brasil. Illia não era acusado nem de comunista e nem de aliado dos que professavam e atuavam segundo esta ideologia. De acordo com seus oponentes, era a sua ineficiência como administrador do país, fruto do suposto fracasso do sistema político argentino, que abria as portas para a infiltração do perigo vermelho internacional.

As charges representadas a seguir ilustram as críticas anticomunistas – com suas variações – ao presidente João Goulart. Na primeira delas (figura 13) o presidente é retratado com trajes típicos gaúchos, atizando o fogo que esquenta a chaleira identificada como “subversão”. O conjunto de bomba e cuia que o acompanha demonstra que a água quente seria utilizada para o chimarrão do próprio, em uma metáfora de que ele insuflava a radicalização da esquerda com o objetivo de beneficiar-se da situação. Ou, alternativamente, que ele poderia se queimar com a água fervida, isto é, o presidente poderia perder o controle da situação.



FIGURA 13 - A chaleira da subversão (*O Estado de S. Paulo*, 14 jan. 1964, p. 4).

A figura 14, por sua vez, apresenta uma faceta diferente: Jango é representado como alguém que tenta domar uma fera cuja força está muito além de suas possibilidades, o que demonstraria sua inabilidade. O presidente está sentado em cima de um tigre – que representa o comunismo com suas manchas que formam o tradicional símbolo da foice e martelo – com feições de dúvida e com um pequeno e insuficiente, haja vista o porte do animal, chicote nas mãos. Ou seja, ao tentar domar os comunistas, o incauto presidente corria o risco de ser destruído por seus pretensos e incontroláveis “aliados”.

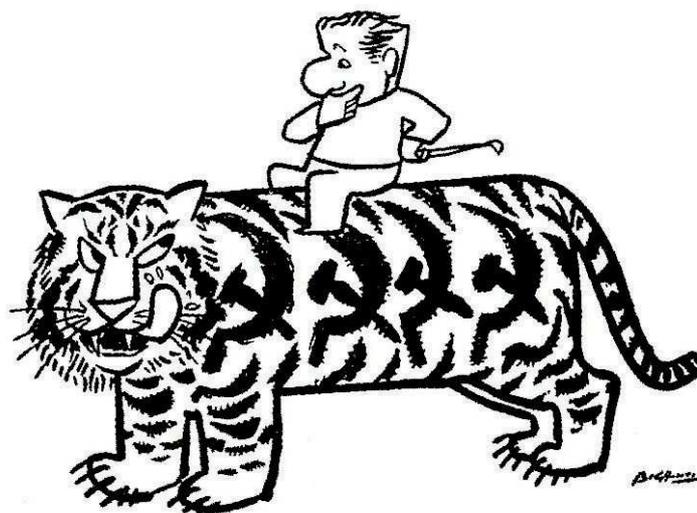


FIGURA 14 - Tigre comunista (*O Estado de S. Paulo*, 09 fev. 1964, p. 5).

Já a figura 15 utiliza uma crítica parecida com esta, mas com um maior destaque para o suposto oportunismo do presidente no trato com os vermelhos. Neste ótimo exemplar de crítica pela imagem, o presidente aparece caminhando abraçado com um sujeito comunista sob o título “Identidade de Idéia”. Enquanto o primeiro imagina, demonstrando suas verdadeiras intenções com a aliança, sua permanência na presidência após o fim do seu mandato constitucional; o segundo, também com malícia, pensa em fazer o mesmo: caminhar com o presidente até o Palácio do Planalto e, chegando lá, já em uma ditadura, expulsaria o ingênuo mandatário que “voaria” surpreso com a situação. Motta (2006b) afirma que esta imagem apresenta uma síntese do principal temor das forças conservadoras: a de que os comunistas ascenderiam ao poder a partir da brecha aberta por Goulart. Este autor afirma ainda que

trata-se de exemplar interessante do que pode ser chamado cartum ou caricatura editorial: uma representação figurada do discurso do jornal, transposição para a linguagem do desenho cômico de argumentos verbalizados pelo editorialista. Em diversas ocasiões, os dirigentes do Estado de S. Paulo externaram sua preocupação com a estratégia de alianças de Goulart, e com a possibilidade de que o presidente estivesse usando “a técnica da revolução comunista com a ilusão de desfazer-se posteriormente dos comunistas e manter-se no poder” (MOTTA, 2006b, p. 166 e 167).

### IDENTIDADE DE IDEIA



FIGURA 15 - “Identidade de idéia” (*O Estado de S. Paulo*, 17 mar. 1964, p. 4).

Mais uma vez podemos destacar a diferença com o presidente argentino que também, segundo algum de seus críticos, tinha aberto as portas para a infiltração comunista, não por sua perigosa e ingênua relação com tais forças, mas por falta de ações efetivas e enérgicas contra seus representantes.

As figuras 16 e 17 apresentam o componente internacional da crise brasileira. Elas utilizam a conhecida e caricatural imagem do então presidente da URSS Nikita Krushev em ataques que mobilizam o anticomunismo de características tradicionais – aquele que dá destaque à ameaça estrangeira.<sup>17</sup>

A primeira charge, publicada dias antes do golpe civil-militar, apresenta Jango como uma peça manipulada pelo líder soviético no jogo político da América Latina. O presidente brasileiro surge associado ao peão – a peça mais simples e fraca na lógica do jogo de xadrez – e estaria sendo utilizado no contexto internacional para que a grande potência comunista, representada por seu líder máximo em traços malignos, dominasse a região.



FIGURA 16 - O xadrez de Krushev 1 (*O Estado de S. Paulo*, 10 mar. 1964, p. 4).

Poucos dias após a queda definitiva de Jango, o mesmo caricaturista retorna com a imagem, porém com uma variação contextual: a derrubada do presidente brasileiro tinha constituído não só uma vitória nacional como também havia obtido repercussão na política

<sup>17</sup> Motta (2006b, p. 159) afirma que nas primeiras décadas do século XX o perigo comunista era associado à URSS, identificada como potência estrangeira inimiga. No entanto, com o surgimento de outras nações socialistas no pós-guerra, novos focos internacionais de infiltração passaram a fazer parte do imaginário anticomunista. No caso brasileiro, durante a crise da primeira metade da década de sessenta, Cuba ganhou destaque por aproximar o perigo e dividir com a URSS a função de protagonista nas representações referentes à influência estrangeira.

internacional. A derrota do “peão” Jango, que se parte ao tocar o chão, para desespero do líder soviético, foi considerada adicionalmente como uma derrota do comunismo internacional, que na charge anterior parecia dominar maliciosamente a situação.



FIGURA 17 - O xadrez de Krushev 2 (*O Estado de S. Paulo*, 04 abr. 1964, p. 4).

Durante a radicalização da crise que antecedeu o golpe,

alastrou-se o pânico anticomunista no Brasil, e muitas pessoas foram contaminadas por esse medo. O fato de os comunistas e a esquerda influenciarem o governo não pode ser negado, e nesse sentido a “ameaça vermelha” não foi mera fabulação. Entretanto, as representações sobre ela construíram imagens exageradas da situação, criando um temor superior à efetiva força política revolucionária (MOTTA, 2006b, p. 166 e 167).

A grande imprensa foi influenciada por essa “onda” anticomunista e a produção caricatural como vimos até aqui, também contribuiu para sua propagação.

Assim, fortemente baseadas no argumento acerca do perigo vermelho, as diversas oposições civis e militares convergiram e consumaram o golpe que retirou João Goulart da presidência. Acabava, desta forma, o período de aproximadamente vinte anos, nos quais o Brasil viveu, ainda que com limitações e tentativas de golpes, com uma incipiente democracia política. Começava, então, um novo e duro ciclo, no qual uma ditadura civil-militar nascida com a promessa de ser provisória – e por isso apoiada por muitos – acabou dominando o país por duas longas décadas. Décadas que marcaram corpos e mentes e cujas consequências o Brasil ainda ensaia superar.

## 2.2 ARTURO ILLIA, “LA TORTUGA”

Em meio a um contexto de proscricção do peronismo – Perón foi retirado do poder pela chamada “Revolução Libertadora” em 1955 e desde então vivia, sem nunca se afastar plenamente da política argentina, no exílio em Madri – as eleições de 1963 culminaram com um resultado que surpreendeu boa parte da sociedade argentina. O cordobês Arturo Umberto Illia foi eleito presidente da República Argentina pela *Unión Cívica Radical del Pueblo* (UCRP)<sup>18</sup> com apenas 25,15% dos votos<sup>19</sup>.

A baixa quantidade de votos alcançada por Illia, somada à massa de votos em branco e ao conjunto de votos em outros partidos, é ilustrativa da difícil situação na qual o novo presidente assumiu o governo. No entanto, esta escassa legitimidade, a despeito de ser empregada comumente entre os críticos da administração Illia, não pode ser utilizada de forma simplista nas tentativas de explicações de sua queda. Como afirma Catalina Smulovitz (1993, p. 403), a ilegitimidade de um regime não é causa suficiente para provocar seu colapso. Apenas quando esta se combina com uma real alternativa de organização política, que surge como possível solução dos problemas, é que podemos considerar que a estabilidade de um regime está ameaçada.

As limitações impostas ao livre jogo político, entre as quais se destaca o afastamento legal do peronismo – que levou analistas como Liliana de Riz (2007) a caracterizar este período como de “*orden semiconstitucional*” e Marcelo Cavarozzi (2006) de “*semidemocracia*” – e a resultante escassa legitimidade do novo governo são dois pontos que já diferenciam, desde o início, os presidentes João Goulart e Arturo Illia. A despeito das tentativas de impugnação da assunção do então vice-presidente Jango com a renúncia de Jânio Quadros, o plebiscito que estabeleceu o retorno do presidencialismo com 76% dos votos fornecia suficiente legitimidade ao novo presidente dentro de organização democrática brasileira. Porém, não podemos afirmar sem a devida complementação que Illia havia sido

---

<sup>18</sup> Ver Persello (2007) e Tcach e Rodríguez (2006)

<sup>19</sup> Os votos em branco – ordenados por Perón – obtiveram a segunda posição com 19,75% dos votos; a *Unión Cívica Radical Intransigente* (UCRI) obteve 16,40%; a *Unión del Pueblo Argentino* (UDEPA) 7,49%; o Partido *Demócrata Progresista* 6,38%; o Partido *Demócrata Cristiano* 4,48%; o Partido Socialista Argentino 2,87%, entre outras forças menores (TCACH, 2006, p. 59 e 60).

eleito democraticamente. Ele foi efetivamente escolhido pela maioria simples da população, mas em um contexto que não permitia a concorrência de todas as forças políticas – principalmente aquela que pode ser considerada a principal delas: o peronismo.

Como na primeira parte deste capítulo, nosso objetivo é sintetizar as críticas construídas pelas oposições ao presidente que, em última instância, levaram ao golpe civil-militar, agora com o foco na Argentina. Praticamente todos os pesquisadores sobre o período analisados nesta investigação afirmam que houve uma convergência de oposições ao governo – resultado de uma conjugação de fatores – e uma bem construída campanha de desprestígio da imagem de Illia que visava atingir/convencer a população de sua inaptidão para o cargo máximo do país.

Sendo assim, antes de adentrar nos argumentos utilizados, cabe fazer um pequeno apanhado de quem eram estas oposições que convergiram a um mesmo fim. Faremos isso com base, principalmente, na análise de Marcelo Cavarozzi (2006), que esquematiza o complexo, dinâmico e multifacetado jogo político argentino no período entre 1955 e 1966 afirmando a existência de um sistema político dual.

O autor sustenta (p. 16) que a insurreição civil-militar que pôs fim ao governo peronista em 1955 foi levada a cabo por uma ampla frente política que incluiu todos partidos não peronistas, os representantes corporativos e ideológicos das classes médias e das burguesias urbana e rural, as Forças Armadas e a Igreja Católica. Todos estes, mesmo perseguindo objetivos específicos distintos, juntaram-se na luta pela democracia em oposição ao regime peronista de suposto caráter ditatorial e totalitário. Porém, a despeito desta confluência de forças, cada vez mais tênue a partir da queda de Perón, o peronismo sobreviveu operando modificações que o tornaram o eixo de um vigoroso movimento opositor. Sua ação no sistema político legal, entretanto, estava excluída. Com isso, estabeleceu-se uma profunda disjunção na sociedade e no funcionamento da política argentina, onde coexistiram duas forças macro conflitivas e dinâmicas: uma composta pela frente antiperonista que ocupou o sistema político tradicional e as instituições do Estado; e outra formada pelo setor popular que exercia sua força desde *afuera*, com um caráter extrainsitucional, expressa de forma organizada prioritariamente através do peronismo.

Este período de semidemocracia assistiu a alternância de governos civis e militares.<sup>20</sup> Todos eles eram fortemente pressionados pelo referido setor popular a partir de fora do sistema político oficial.

Por outro lado, o amplo bloco social que se uniu para efetivar a derrubada de Perón foi rapidamente demonstrando suas profundas diferenças na medida em que o objetivo comum havia sido alcançado e o poder do Estado, com todas as suas soluções, deveria ser exercido. Cavarozzi (2006, p. 18) afirma que nesse momento houve uma “disjunção dentro da disjunção”. A separação entre os partidos não peronistas e os militares ocorreu gradualmente em função de dois motivos: devido à perda gradual da vocação democrática dos militares (consigna sob a qual a frente antiperonista havia sido formada); e pelo fato de os partidos não peronistas serem a principal expressão de uma complexa interação entre duas controvérsias que dominaram a sociedade argentina pós-1955 – uma possível integração do peronismo no sistema político e o modelo sócio-econômico mais adequado ao país.

Em relação ao peronismo as posições poderiam variar desde o chamado “*gorilismo*” - defensor da extirpação completa do peronismo da sociedade – até o “*integracionismo*” – que postulava uma gradual reabsorção desta força real à vida política, mas destacavam, ainda assim, a necessidade da exclusão de aspectos e figuras mais extremistas, como o próprio Perón.

Em relação à definição do modelo sócio-econômico que devia, em princípio, substituir o da década anterior (1945-1955), Cavarozzi (p. 19) apresenta uma divisão bastante esclarecedora, por contribuir com a caracterização das forças opositoras ao governo Illia, que divide o campo antiperonista em populista reformista, desenvolvimentista e liberal. Reproduzimos sua subdivisão de forma simplificada abaixo:

- Populista reformista: não questionou as premissas básicas da política peronista. Aventou a possibilidade de promover simultaneamente os interesses da classe operária e da burguesia urbana. Além disso, propôs uma política nacionalista moderada que limitava a presença do capital estrangeiro em setores de energia, comunicações e produção de bens de capital. Combinavam elementos “populistas” com reformas de

---

<sup>20</sup> Em resumo, após a derrubada de Perón houve os seguintes governos na Argentina: general Eduardo Lonardi e general Pedro Eugenio Aramburu, impostos pelas Forças Armadas de 1955 a 1958; Arturo Frondizi membro da *Unión Cívica Radical Intransigente* (após a “Revolução Libertadora” de 1955 as diversas tendências do antiga *Unión Cívica Radical* (UCR) se dividiram em dois partidos o *del Pueblo* (UCRP) e o *Intransigente* (UCRI) – um dos principais motivos desta subdivisão foram as diferentes posturas em relação à exclusão do peronismo: os radicais intransigentes tinham uma postura mais conciliadora enquanto os radicais do povo eram abertamente antiperonistas) foi eleito presidente em 1958, ficando no poder até ser retirado por um golpe militar em 1962; o civil José María Guido assumiu a presidência após o golpe contra Frondizi, por ser o então presidente do Senado. Manteve-se no poder até a eleição de 1963 na qual Arturo Illia foi eleito.

algumas políticas do tempo de Perón entendidas como equivocadas, como maior apoio à produção agropecuária, à indústria pesada e ao desenvolvimento da infraestrutura econômica, além de diminuir os gastos com custeio e ampliar os investimentos em obras públicas. Este setor era representado prioritariamente pelo radicalismo (antiga UCR). Com a divisão entre radicais do povo e radicais intransigentes, os primeiros permaneceram com estas fundamentações, enquanto os segundos, liderados por Arturo Frondizi (presidente eleito entre 1958 e 1962), sofreram uma significativa alteração passando a defender uma posição desenvolvimentista.

- Desenvolvimentista: a posição *desarrollista* – no termo em espanhol – sustentava que a paralisia da economia argentina era resultado do lento crescimento das indústrias de base. Esta deficiência, segundo o seu entendimento, só seria superada com um processo de aprofundamento da expansão dos setores produtores de bem de capital e intermediários, e também da infraestrutura econômica. Defendiam ainda que a política de conciliação de classes criada no período peronista tinha uma contradição insuperável que só podia ser desfeita com a diminuição do salário real dos trabalhadores para que os industriários pudessem aumentar sua renda e assim elevar o nível de investimento. Além disso, eles sustentavam que sendo o capital local insuficiente para levar a cabo o processo de aprofundamento, era necessário recorrer massivamente ao capital estrangeiro. Apesar de promover adequações na correlação de forças em favor da burguesia urbana, o programa desenvolvimentista não questionou os aspectos centrais do modelo de industrialização substitutiva das importações existente desde a década de trinta. Propunha, ao contrário, a aceleração e a ampliação qualitativa deste processo.
- Liberais: estes, por sua vez, criticavam profundamente a política de industrialização iniciada nos anos trinta e as práticas sociais e políticas associadas a ela. Além de criticarem o processo de conciliação de classes, questionavam também a premissa de que o desenvolvimento industrial devia constituir o núcleo fechado de uma economia fechada. Argumentavam que ao longo das décadas a Argentina vinha convivendo com uma crescente deterioração da disciplina dos trabalhadores e a ineficácia de amplos segmentos da burguesia industrial. Segundo eles, estes dois problemas críticos eram resultado do fechamento da economia que favoreceu a proliferação de indústrias artificiais e um excessivo crescimento do Estado. Como postura clássica dos liberais, o mercado constituía chave fundamental tanto no que se refere à abertura e reintegração de economia argentina ao mercado internacional mediante a diminuição de impostos e

a eliminação de distorções que protegiam os setores artificiais; quanto na necessidade de uma drástica redução da intervenção do Estado na economia mediante adequados incentivos aos setores privados. A posição liberal carecia de um partido conservador forte ou de uma suficiente representação parlamentar para efetivar seus objetivos.

Em relação à integração do peronismo, podemos afirmar de modo geral que neste período os desenvolvimentistas tinham uma política mais integracionista, enquanto os populistas reformistas (pelo menos até a assunção de Illia) e, principalmente, os liberais, defendiam o gorilismo.

Segundo Cavarozzi,

*La complejidad de la política argentina del período 1955-1966 se debió en gran medida a que las adhesiones y oposiciones políticas generadas, por una parte, por las predicciones acerca de los efectos que tendría la aplicación de las políticas económicas alternativas sobre lo que cada grupo percibía como “sus” intereses, y, por otra parte, las reacciones de los distintos grupos con respecto a las estrategias alternativas de exclusión o reincorporación del peronismo a la escena política legal, estaban relacionadas pero no fueron totalmente coextensivas. La lógica de esta compleja interrelación fue gobernada principalmente por las oscilaciones pendulares de aquellos partidos, organizaciones empresarias y sectores militares que expresaron y articularon la posición liberal (2006, p. 21 e 22).*

Ao citar as oscilações pendulares dos liberais, o autor sugere que os integrantes deste grupo (que não tinha um partido forte, mas obtivera a adesão de amplos setores da burguesia argentina), após a derrota do seu principal inimigo (Perón), tiveram que escolher entre aquilo que consideravam como “*males menores*”: o desenvolvimentismo e o reformismo populista. Estes dois modelos eram representados pelos dois partidos radicais, respectivamente, o intransigente (UCRI) e o do povo (UCRP), as duas grandes forças políticas com potencial eleitoral considerando-se a exclusão do peronismo.

Entretanto os liberais nunca estiverem plenamente satisfeitos com os grupos com os quais se aliaram: quando junto dos radicais intransigentes, entre 1959 e 1961, compartilhavam da postura econômica e discordavam do caráter integracionista (em relação ao peronismo) deste grupo; quando apoiaram os radicais do povo, o faziam por similitudes em relação ao rechaço total à integração com o peronismo, mas demonstravam sérios desentendimentos em relação à política econômica.

Conscientes da pouca efetividade destas oscilações no atendimento de seus objetivos de longo prazo, os liberais operaram uma mudança de postura que foi fundamental ao golpe que derrubou Illia:

*Hacia mediados de la década de 1960 esta progresista toma de conciencia fue un factor decisivo que indujo a los liberales a optar por una estrategia abiertamente*

*antidemocrática. Tal estrategia puso énfasis en la necesidad de eliminar aquellas mediaciones políticas, los partidos y los mecanismos parlamentarios que, supuestamente, habían impedido por más de una década la implementación del programa liberal. Entre 1964 y 1966, a diferencia del período frondizista, el énfasis renovado puesto por los liberales en sus objetivos económicos no desembocó en otra alianza con el ala desarrollista del espectro político. A esa altura los liberales ya estaban convencidos de que para alcanzar sus objetivos económicos y políticos debían romper sus vínculos con el establishment partidario no peronista (CAVAROZZI, 2006, p. 24).*

A compreensão das alterações ocorridas no seio do sindicalismo no pós-1955 também são fundamentais para o entendimento deste período que assistia ao desmantelamento do agrupamento antiperonista.

Apesar do notório fracasso do regime militar que esteve no poder de 1955 a 1958 de erradicar o peronismo da classe trabalhadora, estes esforços provocaram mudanças importantes no interior do movimento operário. Uma destas foi a alteração do controle político exercido sobre os sindicatos, que era até então baseado em uma “tutelagem benévola” da classe operária pelo Estado, com total subordinação ideológica do movimento sindical a Perón. Outra alteração foi que o movimento ganhou certa independência em relação a Perón. Este, apesar do exílio em Madri, não desapareceu da vida política argentina, mas sua influência passou por alterações. Ele perdeu seu vínculo direto com as massas populares por não poder mais atender suas demandas de forma direta e também perdeu, em parte, seu poder de controlar os líderes peronistas<sup>21</sup>.

Além disso, toda vez que a proscrição do peronismo foi levantada, mesmo que de forma parcial, a esfera de ação dos líderes sindicais foi ampliada e os votos dos trabalhadores se transformaram em um instrumento de pressão e negociação comparável às paradas e as greves.

Cavarozzi (2006 p. 25 e 26) destaca que o poder do sindicalismo peronista se ampliou após 1955. As conotações ideológicas foram se livrando da influência direta de Perón e passaram a refletir a correlação de forças internas ao movimento. Sendo assim, o peronismo se transformou paulatinamente em um grupamento proletário. Este sindicalismo transformado passou a executar negociações nas quais não estava presente até então, podendo interagir diretamente com outros atores como os partidos, as associações empresariais e os militares.

As práticas políticas deste movimento sindical caminharam por duas rotas: uma diz respeito à política de partidos que se manifestou através da limitada, mas efetiva, capacidade

---

<sup>21</sup> Cabe destacar, entretanto, que mesmo que alguns políticos provinciais e alguns líderes sindicais tenham criado, com isso, uma base própria de poder que deu espaço para desafiar a autoridade de Perón, os enfrentamentos mais sérios e explícitos ao velho político fracassaram invariavelmente.

dos líderes influenciarem sobre a conduta eleitoral dos trabalhadores; e uma ação de desgaste de longo prazo, um contínuo e implacável assédio desde “*afuera*”, que foi exercido contra regimes políticos que excluíram o peronismo.

*Las administraciones del periodo 1955-1966, tanto civiles como militares, resultaron debilitadas por los efectos que produjo uno de sus propios axiomas operativos, es decir, la exclusión del peronismo de la escena política legal. [...] En consecuencia, el movimiento sindical peronista se tornó, tal como se quejaban algunos de sus adversários, una fuerza subversiva. Tal carácter subversivo, sin embargo, no estuvo asociado a un cuestionamiento de la naturaleza capitalista de las relaciones sociales. Reflejó, en cambio, que el sindicalismo – así como otros actores – recurrió, como último recurso, al quebrantamiento de las reglas formales del sistema (CAVAROZZI, 2006, p. 27).*

Porém, o efeito de desestabilização provocado pelo sindicalismo foi sempre indireto. Seu poder se materializava através de outros atores, principalmente por meio das Forças Armadas.

*Los sindicalistas contribuyeron a crear circunstancias que indujeron a los militares a deponer a las administraciones civiles, o frustraron los objetivos de los regímenes militares, induciéndolos de ese modo a abandonar el poder para evitar situaciones que, al menos en la percepción de los militares, hubieran requerido como solución la aplicación de medidas de represión masiva (CAVAROZZI, 2006, p. 28).*

A terceira força (ao lado do grupamento não peronista e do sindicalismo peronista) que emergiu em 1955 e que foi analisada por Marcelo Cavarozzi, foi a composta pelos militares. A partir da insurreição que retirou Perón do poder, os militares argentinos passaram a agir segundo um padrão que pode ser chamado de “intervenção tutelar”. Neste tipo de intervenção, eles se impuseram de duas formas: retirando o direito de significativa parcela da população de votar nos candidatos de sua preferência; e recorreram de forma reiterada a ameaças de deposição das autoridades eleitas se estas não satisfizessem suas demandas.

Estas intervenções, mais curtas e com objetivos mais específicos do que os golpes efetivados em 1966 e em 1976, eram realizadas em nome da democracia. O principal argumento era que tais ações eram necessárias para proteger a democracia de seus inimigos: o peronismo e, a partir de 1959 com a Revolução Cubana, o comunismo.

No princípio da década de sessenta, importantes setores das Forças Armadas interpretaram que a relação custo benefício destas intervenções não atendia mais suas expectativas. Segundo Cavarozzi (2006, p. 30), os militares perceberam que a opinião pública estava identificando as Forças Armadas como responsáveis pelas distorções nas práticas democráticas. Além disso, também concluíram que o seu envolvimento com o gerenciamento dos assuntos públicos havia redundado em uma profunda fragmentação interna. O ponto mais

crítico desta fragmentação foi o confronto, que chegou a ser armado, entre duas alas: “*azules*” contra “*colorados*”. Os primeiros defendendo uma maior legalidade e menos radicais em relação à questão peronista, e os segundos identificados com um forte antiperonismo e com tendências mais golpistas.

Em 1963, os *azules* saíram vitoriosos, sob o comando de uma liderança que despontava como sendo a principal do exército argentino: a do general Juan Carlos Onganía. Com ele ocorre uma profunda reavaliação na estratégia política dos militares. As práticas de “intervenção tutelar” foram rapidamente abandonadas, o exército e as Forças Armadas, de certa forma se reunificaram, e com a eleição de Arturo Illia os militares inauguraram uma fase pretensamente “profissional”, suspendendo em boa medida sua intromissão nos assuntos de governo.

Cavarozzi (2006, p.31) afirma que durante o governo Illia, os militares, inspirados na Doutrina de Segurança Nacional, chegaram à conclusão de que o experimento semidemocrático iniciado em 1955 deveria ser encerrado. Para eles, a política dual instaurada a partir daquele ano teria gerado como consequência o dissenso nas Forças Armadas e a inviabilização de um crescimento econômico vigoroso, já que os políticos não transcendiam as demandas setoriais de curto prazo dos diversos atores sociais. Além disso, a referida fragmentação militar, somada à proliferação de conflitos sociais, provia um terreno fértil para subversão. Cavarozzi não explicita, mas dado o contexto podemos concluir que ele se refere tanto ao peronismo quanto ao comunismo.

Dois grupos da sociedade argentina receberam de forma positiva a interpretação dos militares: os liberais e, por mais contraditório que possa parecer em um primeiro momento, um dos setores que os militares justamente queriam liquidar, o sindicalismo peronista.

Como afirmamos anteriormente, os liberais tinham concluído que a política parlamentar os obrigava a optar por soluções que invariavelmente lhes resultavam insatisfatórias.

*Por lo tanto, el golpe militar y la posibilidad de fundar un régimen no democrático, permanente y estable, apareció ante los liberales como una opción tentadora. La misma no sólo parecía resolver el problema planteado por su endémica carencia de votos, sino también – ellos esperaban – les proveería los medios para dar un golpe final, decisivo, a los sindicatos peronistas que tan exitosamente se habían constituido en uno de los actores políticos centrales del período de 1955-1966 (CAVAROZZI, 2006, p. 31).*

O sindicalismo peronista, principalmente a corrente então hegemônica dentro dele, o vandomismo,<sup>22</sup> também recebeu com beneplácito a ideia golpista. Um acordo político com militares se converteu em uma tentação cada vez maior para o sindicalismo que via a proscricção do peronismo sendo renovada pelos governos semidemocráticos. Além disso, a ambiguidade das propostas de Onganía em relação à política econômica, somadas à afinidade do sindicalismo peronista com as invocações à ordem, à unidade, o verticalismo, o anticomunismo e a tutela estatal, também presentes nos primeiros planos esboçados, fez com que este grupo visse com bons olhos um regime político autoritário.

Esta aliança de forças entre amplos setores militares, liberais e sindicalistas, ocorrida durante o governo Illia e que culminou com o seu derrocamento, é realçada por diversos autores que estudaram a década de sessenta na Argentina<sup>23</sup>. Destes, destacaremos dois em nosso texto: o historiador César Tcach que recentemente publicou um livro dedicado a análise do governo Arturo Illia e do golpe<sup>24</sup>; e a cientista política Catalina Smulovitz, que publicou um artigo (1993) que contribuiu significativamente para a discussão do peso e das relações entre os diversos argumentos legitimadores da penúltima ditadura argentina.

Diferente da visão panorâmica que temos com Cavarozzi, que analisa todo o período de 1955 a 1966, o foco de Tcach (2006) se situa mais diretamente no governo Arturo Illia; o que nos auxilia, após a compreensão de um período mais longo, a entender de forma mais detalhada as oposições e, posteriormente, as críticas ao governo radical.

Tcach (2006, p.79) se refere a uma oposição dual para destacar as duas coalizões que se opuseram ao governo Illia. Estas duas forças contribuem para o entendimento das dinâmicas interrelações dos grupos apresentados anteriormente. Cabe sublinhar que o termo “coalizão” não representa aqui uma frente ou aliança explícita, mas sim uma conjunção de

---

<sup>22</sup> Em referência a Augusto Timoteo Vandor, “*El Lobo*”, dirigente máximo da *Unión Obrera Metalúrgica* (UOM). Vandor, a figura mais proeminente dentro do sindicalismo peronista no pós-1955, foi quem tentou levar mais longe as tentativas de emancipação de Perón. Defendeu a integração da força peronista (mesmo sem o seu velho líder) ao processo político durante a década de sessenta. Ver De Riz (2007) e McGuire (2004).

<sup>23</sup> Além do próprio Cavarozzi (2006), De Riz (2007), Tcach (2006), Smulovitz (1993), Potash (1994), entre outros.

<sup>24</sup> O livro “*Arturo Illia: un sueño breve – el rol del peronismo y de los Estados Unidos en el golpe militar de 1966*” (2006) é composto por duas partes: uma é análise política desenvolvida por Tcach; a outra é apresentação de parte do material recolhido por Celso Rodríguez, historiador que faleceu antes de terminar seu projeto de pesquisa. Nela, encontramos uma série de documentos estadunidenses (Embaixada e Inteligência) e de entrevistas realizadas pelo historiador com personalidades da época.

correntes de oposição que sustentam ideias comuns sobre um mesmo tema específico, apesar de manterem fortes diferenças internas.

Uma destas, que ele denomina como “*nacional popular*”, estaria articulada em torno do sindicalismo peronista e era respaldada, com distintos matizes, por frondicistas e alendistas (da UCRI), democratas cristãos, nacionalistas, setores católicos e um ampla parte da esquerda.

A outra, chamada de “*liberal conservadora*”, agrupou os grandes empresários industriais e rurais e obteve apoio dos partidos conservadores provinciais reunidos na *Federación de Partidos de Centro*, da *Unión del Pueblo Argentino* (UDELPA - seguidora dos ideais da “Revolução Libertadora”) e de uma grande parte da imprensa.

*La política anunciada por el gobierno de Illia – nacionalizaciones, reglamentación de la ley de asociaciones profesionales, aumentos salariales y control de precios de productos de primera necesidad – distaba de sonar dulce a un amplio abanico de dirigentes sindicales, empresariales y políticos. Por cierto, los motivos de esa oposición eran con frecuencia contrapuestos. Los primeros percibían en su acción una amenaza a su lugar de preeminencia como factor de poder en la política argentina. Los segundos creían sentir sobre sus espaldas una amenaza a la libre empresa y a libertad económica. Los terceros identificaban sus medidas con el continuismo de las políticas populistas del peronismo (TCACH; RODRÍGUEZ, 2006, p. 81)*

Estas diferenças demonstram a heterogeneidade da oposição ao governo, mas que desde o seu início já atuava de uma forma que progressivamente se aprofundou. A *Confederación General del Trabajo* (CGT), principal órgão do sindicalismo peronista, já vivia em 1963 sem a intervenção de militares e fortemente influenciada por Vandor. Neste mesmo ano, alguns meses após o novo governo ter assumido, lançou seu famoso *Plan de Luchas*, através do qual pressionou fortemente o governo, por um lado, e gerou críticas nos setores conservadores que acusavam a falta de repressão de Illia.

O *plan de lucha*, que havia iniciado no final de 1963 apenas com greves, já no início do outro ano retomava suas ações somando aos *paros* a ocupação de estabelecimentos industriais. Estas medidas, logo se percebeu, estavam sendo realizadas independentemente das iniciativas governamentais a favor das demandas sindicalistas e de uma maior liberdade para o peronismo.

Nos primeiros seis meses de governo, Illia rompeu os contratos petroleiros com empresas estrangeiras que tinham sido acordados durante o governo Frondizi; impulsionou a lei de abastecimento e a lei de medicamentos; e ainda, iniciou as discussões para elaboração do Estatuto dos Partidos Políticos (com objetivo de diluir acusações sobre a falta de

legitimidade de origem do seu governo e viabilizando a participação legal do peronismo sem a presença de Perón) e encaminhou a lei do salário mínimo vital e móvel.

O encaminhamento da lei sobre o salário mínimo, realizado pelo próprio presidente em abril de 1964, combinava, segundo a interpretação de Tcach (2006, p. 84 e 85) princípios e pragmatismo: ao mesmo tempo que assegurava que a meta era criar riqueza e distribuí-la com justiça, a medida deveria funcionar como dique de contenção frente ao comunismo e ao peronismo.

A quantidade e a significância das medidas levadas a cabo pelo novo governo nestes primeiros meses não foram suficientes para evitar uma das críticas mais repetidas ao longo de todo o período da administração Illia: o argumento da lentidão; sustentado tanto pelo sindicalismo como pelos círculos de direita. O senador Ramón Acuña, aliado ao governo, descreveu bem a situação durante os debates sobre o salário mínimo:

*(...) desde el principio mismo de la gestión presidencial de Illia, y desde distintos sectores de opinión pública, se ha definido a este gobierno a través de un "slogan" (...) que terminó por convertirse en el argumento más contundente de la oposición: gobierno antiguo, gobierno del que se adueñó una especie de quietismo nirvánico, gobierno que ha paralizado al país, gobierno que no es de este siglo sino de otro tiempo y acaso difícil de ubicar en la historia, etc. (apud TCACH; RODRÍGUEZ, 2006, p. 85).*

Em maio de 1964, a oposição da CGT se intensificou. Foram ocupadas centenas de fábricas nos principais centros industriais do país, demonstrando uma impressionante capacidade de organização e disciplina do movimento sindical. Além do mais, esta forte mobilização demonstrava novos aspectos: o crescente apoio estudantil nas ocupações das fábricas; a detenção de chefias e executivos por parte dos operários (que, na ótica conservadora, estavam sendo sequestrados) como nova forma de pressão; o respaldo de partidos políticos não peronistas (com destaque a UCRI); e o apoio de setores vinculados à Igreja Católica (principalmente da *Acción Católica*).

Tcach (2006, p. 90 e 91) afirma que dificilmente se pode explicar a magnitude destes protestos sociais encabeçados pelo sindicalismo e apoiados por outros setores em termos econômicos. O governo Illia estava conseguindo superar o ciclo recessivo da economia argentina, tinha logrado um aumento de aproximadamente 10% no salário real, além de ter congelado as tarifas dos serviços públicos. Como explicar, então, os motivos destas mobilizações? Tcach recorre a três autores para esboçar uma resposta:

*Para el historiador Daniel James, a lógica del plan de lucha respondía a un doble objetivo: mostrar a debilidad del gobierno radical y demostrar la fuerza de los*

*sindicatos ante los militares a efectos de facilitar algún tipo de compromiso con ellos. Para la politóloga Catalina Smulovitz, tenía también por finalidad mostrarle a Perón la formidable potencia del sindicalismo – particularmente de la UOM [Unión Obrera Metalúrgica, controlada por Vandor] – y su capacidad para fijar y llevar adelante metas políticas independientes. Reubicada, asimismo, al sindicalismo como alfa y omega del fragmentado arco político peronista, y más aún, como el verdadero centro de la oposición política en Argentina. Desde la perspectiva del análisis de los procesos internos de las Fuerzas Armadas, Robert Potash ha considerado que el debilitamiento de la imagen pública del gobierno, promovido deliberadamente por el plan de lucha, alentaba la especulación en torno a un golpe militar (TCACH; RODRÍGUEZ, 2006, p. 91).*

Por sua vez, a oposição exercida pelo segmento liberal conservador, também demonstrou sua força durante este período e se posicionou fortemente contra o governo Illia. A visão da equipe radical que estava à frente do governo de acentuar a função social do empresariado, vinculado ao desenvolvimento de uma nação independente, além da ênfase dada à intervenção do Estado no desenvolvimento econômico e na definição dos preços e salários, destoava claramente dos grupos que defendiam o liberalismo econômico. Estas diferenças de princípios contaminaram a relação desde o início do governo e levaram os setores nacionais e estrangeiros e a direita liberal a uma ação opositora de desprezo.

Em resposta ao encaminhamento da lei do salário mínimo, a *Unión Industrial Argentina* (UIA) lançou uma campanha nos meios de imprensa, através da publicação de “a pedidos” nos quais asseverava seu temor contra tal medida e as catastróficas consequências que ela acarretaria, utilizando-se, inclusive de charges para tanto. Em contrapartida, a entidade exigia que os salários deveriam estar vinculados à produtividade do país e a orçamentos equilibrados.

Teach (2006) acrescenta que o descontentamento dos grandes empresários nacionais e estrangeiros era muito mais profundo do que o gerado pela lei do salário mínimo. Segundo ele (p. 94), era quase uma questão de pele: o “populismo radical” era percebido como uma continuidade do “populismo peronista”.

O ruralismo argentino também exercia oposição ao governo Illia. Algumas ações do governo, como a prorrogação dos contratos de arrendamento, para dar estabilidade aos pequenos e médios produtores, foi considerada pela *Sociedad Rural Argentina* como um ataque ao direito de propriedade.

A campanha da grande burguesia era apoiada e reforçada por parte de alguns partidos como a UDELPA, liderada pelo general e ex-presidente Aramburu, e a *Federación de Partidos de Centro*. Um dos principais pontos de divergência foi a presumida falta de ação do governo frente ao *plan de lucha* do sindicalismo. Estes partidos denunciavam a pressão exercida ao debate parlamentar por estas mobilizações e compartilhavam um desejo da direita

liberal: que o governo apelasse à repressão contra os operários. Neste sentido, Tcach se refere a um documento da juventude da *Federación de Partidos de Centro* que sustentava que “*el gobierno no hizo “nada” frente al plan subversivo de la CGT y, para colmo de males, era tolerante com la “penetración comunista”*” (2006, p. 95).

Também cabe apresentar um excerto do jornal metropolitano *La Prensa* (antiperonista) que denunciava a coexistência de debilidade e de autoritarismo do governo:

*Es débil respecto de los elementos manifiestamente perturbadores del orden público y es autoritario con respecto a los ciudadanos respetuosos de la ley. Para los primeros su tolerancia es manifiesta; para los segundos, su rigor va más allá de sus atribuciones. Esto sucede cuando la gente de orden y responsable es obligada por vía administrativa, a consentir en avances sobre sus derechos privados* (apud TCACH; RODRÍGUEZ, 2006, p. 95).

Um periódico do interior, *La Nueva Provincia*, de Bahía Blanca, compartilhava do ponto de vista apresentado por *La Prensa*. E adicionava que o *plan de lucha* tinha colocado em jogo a segurança nacional e, além disso, tinha demonstrado o “vazio de poder”, expressão que foi largamente utilizada pela oposição ao governo Illia.

Estas rápidas referências a imprensa argentina, servem como exemplo de seu alinhamento com as posições liberais conservadoras. Mais adiante no texto, dedicaremos uma análise específica à campanha difamatória ao governo Illia levada a cabo por ela.

Enquanto o governo se enfrentava com a direita nas discussões sobre o salário mínimo vital e móvel, a CGT lançou mais uma etapa do seu *plan de lucha*, que iniciava com o “*operativo tortugas*”: cem tartarugas foram soltas no centro de Buenos Aires com o objetivo de sinalizar a suposta lentidão do governo. Esta ação teve uma pronta resposta da juventude radical que tentou fazer um uso reverso do símbolo:

*Bienvenidas las tortugas en las calles de Buenos Aires; tortugas de andar lento y firme, de coraza dura, que son efectivamente la imagen de este gobierno, que sin estridencias pisa fuerte, que con su fortaleza moral está habilitado para resistir con la dureza del acero los ataques de sus ligeros adversarios* (apud TCACH; RODRÍGUEZ, 2006, p. 97).

Também como resposta, Illia demonstrou estar consciente das oposições duais que enfrentava seu governo, e afirmou na rádio da Universidade de Córdoba:

*Los predicadores del desastre auguran a cada paso la ruina del país, pero son seres vacuos y superficiales. Son seres unicelulares. Estos señores dueños de falsos slogans y con la patente de inteligencia son los que viven de los oportunismos. Son los que han engordado con los gobiernos. No voy a hacer nombres. Ustedes los conocen muy bien. Son pequeños roedores (...) No termina de aparecer una medida y ya es tachada de mala. Nunca se da el esquema de una solución* (apud TCACH; RODRÍGUEZ, 2006, p. 97 e 98)

Entretanto esta foi uma atitude de reação explícita rara do presidente. Enquanto suas oposições agiam sem descanso, em nome próprio ou através da imprensa em uma clara campanha de desprestígio, Illia se negava a fazer uso dos meios de comunicação que se multiplicavam na década de sessenta na Argentina. Ele preferia acreditar que a concretude dos fatos e não a propaganda construiria o apoio da população. Anos depois, Illia reconheceu sua total responsabilidade por não fazer uso das mídias, mesmo com reiteradas advertências de seus companheiros de partido, como informou Ricardo Balbín em entrevista a Celso Rodríguez (TCACH; RODRÍGUEZ, 2006).

Em 1982, Illia afirmou:

*¿Venderme? (...) hacer como hacen muy comúnmente, que ponen un artículo en una cajita, le ponen un buen papel y ponen unos buenos moñitos, lo que vale es la parte exterior, lo que tiene adentro no tiene mucha importancia. No (...) a mí no me vende nadie, yo soy como soy, el que quiere creer que soy una tortuga que crea que soy una tortuga, el que quiere creer que soy médico de Cruz del Eje que curo con té de peperina, no me interesan todas esas cosas, yo soy el que soy, y nada más, no me engalanan (...)* (apud TCACH; RODRÍGUEZ, 2006, p. 158, nota 26).

Tcach (2006, p. 133) elabora uma hipótese que tenta explicar a ausência de uma política comunicacional a partir de um conjunto complexo de fatores, a saber: pela crença na teoria dos “fatos que falam por si” vinculada a concepção espontaneísta da construção de consenso; um rechaço à mercantilização da política; a vontade de contrastar com os modelos de fazer política exercidos por Frondizi; sua repugnância pelos regimes totalitários que havia conhecido na Europa de entreguerras; e por uma visão da comunicação política que não estava a altura do momento no qual ficou à frente da sociedade argentina.

Alguns outros fatos vivenciados durante o governo radical trouxeram à tona novas expressões das oposições já apresentadas, bem como novos atores que foram se somando a coalização opositora que levou ao golpe.

As eleições parlamentares que renovaram a metade da Câmara dos Deputados, em março de 1965, trouxeram dois aspectos novos e vinculados entre si: por um lado foi a primeira eleição em que o peronismo foi reincorporado e cujo resultado foi respeitado, e por outro, com a grande votação alcançada por estes, os olhos das duas forças opositoras (o próprio peronismo e os liberais conservadores) direcionaram-se aos militares em aproximação golpista.

A *Unión Popular*, bandeira sob a qual os dirigentes peronistas se organizaram para participar do pleito, venceu por uma pequena quantidade de votos a UCRP. Esta, apesar de ter

aumentado sua participação percentual na Câmara, perdeu em locais chave como Córdoba e Buenos Aires, e viu o mesmo peronismo dos sindicalistas vandoristas – aqueles que efetivaram o implacável *plan de lucha* – emergir poderosamente. Com isso, estabeleceu-se uma paridade entre os blocos radicais e peronistas no parlamento, o que possibilitou a ambos a prática de vetos que dificultaram as interações legislativas.

Os vitoriosos peronistas, no entanto, tinham outros objetivos que não a participação direta no modelo democrático. Tcach (2006, p. 119) apresenta a manifestação de um dos seus dirigentes logo após o pleito, a qual demonstrava que eles viam o resultado eleitoral como uma terminante derrota do liberalismo políticos que asfixiava o país. O “pluripartidarismo desgregador”, imposto desde cima, seria o grande derrotado de março. Além disso, o mesmo dirigente afirmava a necessidade de um novo encontro, sem rancores, entre o povo e as Forças Armadas.

Tcach (2006, p.119) conclui a partir desta situação chave que:

*Como puede apreciarse, el acceso al parlamento parecía tener un valor más instrumental que sustantivo, el pluralismo partidario era concebido en términos negativos – en la vieja línea del pensamiento conservador sería un factor disgregador de una esencial unidad orgánica de la nación – y la apelación a los militares evocaba los ecos del período fundacional del peronismo. En otras palabras, no se trataba sólo de restañar las heridas de 1955, sino de algo más ambicioso: la reedición de un compromiso militar-sindical que tan buenos resultados había dado en el período formativo del peronismo (TCACH; RODRÍGUEZ, 2006, p. 119).*

Esta explicação para a aproximação do peronismo com as forças armadas, já apresentada por Cavarozzi (2006) fica, assim, mais clara com a presença deste componente conjuntural que foi a eleição parlamentar do início de 1965.

Os demais partidos que formavam o arco nacional popular também intensificaram as críticas ao governo depois das eleições, cada vez mais focados em uma crítica geral ao sistema político vigente. O ex-candidato a presidente da república pela UCRI Oscar Alende sustentava que o país não tinha saída constitucional. O comitê de seu partido lançou um documento que alertava para a existência de um perigoso vazio de poder. O grupo liderado por Frondizi, por sua vez, incentivava a mobilização popular contra o que identificava como regime minoritário da UCRP, contra um governo de minoria e de ocasião que defendia um programa antinacional.

Do lado liberal, políticos como Álvaro Alsogaray asseveravam que as eleições se resumiram em opções de apoio ou repúdio a Perón, por um lado, e ao governo pelo outro, ambas opções interpretadas como atrasadas, insuficientes e que impediam o desenvolvimento

da livre empresa. Assim, também insatisfeitos com as opções políticas da sociedade argentina os liberais conservadores voltaram-se para a instituição militar, como já havia feito a coalizão nacional popular.

Além disso, os representantes do grupo liberal conservador viam o resultado da eleição como uma ruptura dos princípios da “Revolução Libertadora”. O governo havia liberado a propaganda peronista e esta poderosa força emergiu quebrando o monopólio parlamentar dos setores não peronistas. Sendo assim, as perspectivas quanto ao resultado das eleições de março de 1967, nas quais seriam eleitos vinte governadores e mais noventa e seis deputados nacionais, eram por demais preocupantes para aqueles que haviam se dedicado a varrer o peronismo do país.

Arumburu e o seu grupo político da UDELPA alertavam quanto ao risco de um golpe militar e, ainda não totalmente entregues a esta solução, concitavam o presidente a proscrever o peronismo novamente, como condição para manutenção da estabilidade política.

Os grandes setores empresariais industriais e rurais também ampliavam suas críticas. Teach (2006, p. 126) ilustra a crescente oposição destes grupos reproduzindo as críticas realizadas por Faustino Fano, presidente da *Sociedad Rural Argentina*. Ele, em julho de 1964, durante a abertura de uma exposição pecuária, havia condenado o estatismo intervencionista do governo Illia. Já em 1965, no mesmo evento, o eixo central do seu discurso foi a necessidade de combater o comunismo; preocupação que os empresários vinculavam à forte indisciplina nos âmbitos laborais e que estimulavam sua desconfiança na capacidade dos mecanismos republicanos de contrapô-la de forma efetiva.

Em 1965, a figura do general Juan Carlos Onganía – líder do segmento vitorioso *azul*, nas disputas de 1963, e mantido como comandante em chefe do exército durante o governo Illia – estava sendo cada vez mais cultuada, principalmente pelas elites argentinas e por uma forte campanha na imprensa que logo destacaremos. Em setembro deste ano, um grupo formado pela *Unión Argentina de Proprietarios*, pelo *Centro de Proprietarios de Córdoba* e pela *Asociación de Proprietarios de Mendoza*, elaborou uma carta aberta a Onganía na qual pediam ajuda ao comandante considerado defensor da constituição e da lei. As entidades criticavam o governo Illia, dizendo que este não estava respeitando as leis no que se refere à propriedade privada e ao direito de exercer as atividades industriais e comerciais, através do demagógico sofisma da função social da propriedade; o que renegava os valores da cultura ocidental e cristã. Vale a pena reproduzir parte da carta:

*Señor General: mientras el sr. Presidente Dr. Illia pide “solidaridad nacional y olvidar agravios”, se fomenta desde el propio gobierno la discordia y la*

*inseguridad (...) ¿Cómo permite el sr. Presidente que subsistan leyes demagógicas e inmorales como la ley de alquileres, que han creado el hábito de aprovecharse de lo ajeno? (...) corrompiendo la moral y las buenas costumbres, con lo que se facilita la tarea desintegradora del comunismo (...) Mientras el sr. Presidente subestima las nefastas consecuencias de esta ideología, de todos los sectores responsables se advierte el peligro. Recientemente el general Alsogaray en en Club Americano, afirmó: “La guerra revolucionaria está en pleno desarrollo en nuestro país, se prepara en todos los ámbitos, inclusive en el gobierno y en la Iglesia (...). Señor General: como digno representante del Ejército, pedimos por vuestro intermedio amparo a las Fuerzas Armadas, creadas precisamente para garantizar nuestro tradicional sistema de vida (...) Y por todas las cosas, no queremos perder nuestra condición de hombres libres. Porque desconocer el derecho de propiedad, significa en la práctica, negar el derecho a la libertad (...) (apud TCACH; RODRÍGUEZ, 2006, p. 129).*

Em sua análise, Tcach destaca o “salto” que os setores proprietários dão ao passar da sua defesa corporativa do direito de propriedade, vinculada a uma lei de aluguéis que beneficiava os inquilinos, à luta contra o comunismo e à guerra contra quem se opõe ao seu estilo de vida ocidental e cristão. Neste salto, fica patente que a mediação não deveria ocorrer pelos partidos e pelo parlamento, mas pelo exército liderado por Onganía. Segundo este autor, *“la sociedad corporativa desplazaba a la sociedad de ciudadanos. El juego intercorporativo reemplazaba al juego democrático”* (TCACH; RODRÍGUEZ, 2006, p. 129).

Desta forma, começa a se configurar aquele que parece ser o principal argumento identificado por César Tcach como explicação dos motivos que levaram ao golpe: a interpretação de amplos setores da sociedade argentina – tanto da ala nacional popular como da liberal conservadora – de que o sistema político partidário estava esgotado.

Na progressiva junção de forças opositoras, surgiu um novo ator a pressionar o governo: os estudantes. Em um contexto de ampliação da agitação estudantil e de radicalização das ações da juventude em toda a América Latina, e também no mundo ocidental, os estudantes universitários argentinos não ficaram para trás. Apesar da não interferência do seu governo na administração das universidades e do importante clima de desenvolvimento científico tecnológico e de modernização dos estudos das ciências sociais (até 1965, na Universidade de Buenos Aires, José Luis Romero era o decano da Faculdade de Filosofia e Letras), a juventude, mesmo com predomínio dos grupos reformistas (ligados aos ideais da reforma universitária de 1918) e de esquerda não violentos, lutava por objetivos que extrapolavam o âmbito estudantil. Junto às exigências concretas de ampliação do orçamento (com o consequente aumento de número de bolsas de estudo, de bibliotecas, residências estudantis, financiamento de pesquisas, etc.) as manifestações continham demandas sobre a nacionalização das indústrias, dos bancos e do comércio, sobre a ruptura com organismos

financiadores internacionais de caráter imperialista, reforma agrária, solidariedade com Cuba, etc.

As crescentes manifestações estudantis culminaram com um novo acontecimento: a ocupação estadunidense de Santo Domingo; justificada pela necessidade de se impedir o estabelecimento de outra nação comunista no continente. Os jovens se opunham à participação de tropas argentinas nas ações da Organização dos Estados Americanos (OEA). O governo radical de Illia, fiel à tradição yrigoyenista e da reforma universitária de 1918 e não em chave marxista (Cf. TCACH; RODRÍGUEZ, 2006, p. 136), reafirmou sua vocação anti-imperialista e optou, não sem discussões internas, pela não intervenção. Tal atitude opôs frontalmente o governo e as Forças Armadas e marcou, principalmente, as relações futuras entre Illia e Onganía.

Tcach resume bem o resultado da opção do governo em não enviar suas tropas:

*A partir de entonces, la campaña contra el gobierno débil y complaciente con la infiltración comunista se agigantó. En la panoplia argumentativa, su actitud condescendiente con respecto a las movilizaciones estudiantiles y a la presencia del marxismo en las universidades públicas ocupó lugar privilegiado. En Bahía Blanca, el diario La Nueva Provincia señalaba que la autonomía universitaria servía para “amparar y alentar la subversión y la indisciplina”. En Mendoza, el periódico Los Andes denunciaba la pasividad de las autoridades frente a la “infiltración extremista”. En San Juan, el Diario de Cuyo relacionaba a la Universidad con los “empresarios del desorden”. Y los empresarios del orden, a su vez, reunidos en ACIEL [Acción Coordinadora de Instituciones Empresariales Libres] expresaban su malestar con la Universidad pública. La gran prensa porteña expresaba, con distintos matices, idéntico malestar. Tras los bancos en la calle y las clases públicas subyacían, a su parecer, la debilidad, la ineficiencia, y quizá algo peor, la complacencia con el comunismo. Illia se enfrentaba como nunca a la bifacialidad del arco político opositor. Porque a las críticas de ese tenor se sumaban las de la oposición peronista, que tampoco trepidó en criticar la “infiltración marxista” en las universidades (TCACH; RODRÍGUEZ, 2006, p. 137).*

Com isso, percebe-se o crescimento do componente anticomunista nas críticas, oriundas das duas coalizões ao governo Illia que vincularam-se aos da sua debilidade e da inviabilidade do modelo político.

Em meados de 1965, o vandomismo colhia os louros da sua vitória eleitoral e ampliava sua gama de ação e de poder aliando-se a políticos neoperonistas das províncias argentinas. Sua autonomia em relação a Perón, junto com o seu poder de influência no país, aumentava progressivamente até que o antigo líder, desde o exílio em Madri, percebendo esta ascensão independente, passou a agir de forma mais direta. O divisor de águas teria sido uma assembleia organizada por Vandor em Avellaneda na qual os principais líderes sindicalistas aliados a ele teriam decidido por uma espécie de enfrentamento a Perón. Neste encontro, Vandor teria expressado a famosa frase: “*para estar con Perón, hay que estar contra Perón*”.

A partir daí, o velho político iniciou uma ofensiva que foi liderada localmente por sua esposa, María Estela Martínez (também e mais conhecida como Isabel Perón) e por seus líderes mais fiéis. Eles lograram quebrar o bloco que o vandomismo e o neoperonismo haviam construído no parlamento e no campo sindical. Tcach (2006, p.140) destaca que o grupo que seguiu Isabel dentro do parlamento mantinha uma ideologia de direita e antiliberal, criticando o sistema de partidos (eles se entendiam como parte de um movimento doutrinário, muito diverso do que seria um partido tradicional) e o movimento estudantil, cuja infiltração marxista denunciava com o mesmo afincamento do bloco conservador.

O epílogo do confronto entre vandomismo e o verticalismo isabelino foi a eleição para governador na província de Mendoza, em abril de 1966. Nela, Alberto Serú García era o candidato do vandomismo e do neoperonismo e Ernesto Corvalán Nanclares, um candidato com aparente baixa capacidade de atrair votos, foi respaldado por Isabel. O governo Illia, entendendo que o perigo mais próximo (responsável pelo duro *plan de lucha*) era maior que o perigo distante (Perón havia pretensamente falhado na tentativa de retornar ao país em 1964; e tinha franca oposição dos militares), deixou o terreno livre para que Isabel celebrasse uma ampla campanha em favor do seu candidato. Além de percorrer toda a província, ela pode fazer uso exclusivo da insígnia do Partido Justicialista e pode utilizar o rádio e a televisão na campanha, levando, inclusive, mensagens gravadas por Perón.

A divisão do peronismo deu espaço para a vitória do candidato do Partido Democrata, Emilio Jofré, com 129.000 votos. Porém o que de mais importante ocorreu foi a expressiva votação do candidato apoiado por Perón, Corvalán Nanclares, que obteve 102.000 votos, em uma vitória esmagadora sobre o candidato vandomista que obteve apenas 62.000 votos. Como escreveu Mariano Grondona, importante editorialista ao qual já vamos nos dedicar, nas páginas da revista *Primera Plana*: “*Después de Mendoza, la capital del peronismo está otra vez en Madrid*” (apud SMULOVITZ, 1993, p. 416).

César Tcach (2006, p. 141) considera que se podem tirar três lições deste resultado: a possibilidade de uma força não peronista derrotar um peronismo dividido; a incapacidade da confluência neoperonista-vandomista para derrotar eleitoralmente candidatos apoiados por Perón; e a impossibilidade de resolver a questão peronista através da integração política do neoperonismo.

No âmbito militar, como já afirmara Cavarozzi (2006), estava se operando uma mudança significativa. A semidemocracia construída após a retirada de Perón do poder estava identificada como não plenamente adequada. O antiperonismo não servia mais como o argumento agrupador e foi substituído pelo antipartidarismo. Conforme Tcach (2006), tratava-

se, neste momento, de substituir a política pela administração. Este autor acrescenta que as Forças Armadas da Argentina, desde o início da década de sessenta, vinculavam a este processo de afastamento do sistema de partidos o princípio da guerra interna.

Desde 1960, amparados pela doutrina de contrainsurgência francesa desenvolvida no caso da Argélia, os militares da Argentina expressavam que o país estava em guerra contra a subversão,

*identificando ésta con un amplio abanico de fuerzas peronistas y de izquierda. [...] los militares no identificaban a sus enemigos con un contendiente bélico, sino con quienes atentaban – en virtud de sus ideas – contra el alma del pueblo, o un metafísico “ser nacional”* (TCACH; RODRÍGUEZ, 2006, p. 143).

Em 1962, o general Osiris Villegas publicou o livro *Guerra Revolucionaria Comunista* pelo Círculo Militar.<sup>25</sup> Em 1963, a obra também foi publicada por outra editora. O compêndio, com claro caráter didático, tem o objetivo exposto (VILLEGAS, 1963, p. 16) de orientar os jovens oficiais das Forças Armadas argentinas sobre as principais características do pensamento político-militar comunista, que seriam “sumamente interessantes” para compreender o que estava ocorrendo no mundo, na América e na própria Argentina.

A obra de Villegas descreve uma síntese da história do comunismo, contendo os principais aspectos da ideologia, diversas características da guerra revolucionária e a necessária ação contrarrevolucionária. Além disso, apresenta: diversos mapas sobre a dominação e expansão do comunismo, em todo o planeta e em regiões específicas; diversas tabelas explicativas, com resumo do que fora apresentado nos curtos capítulos e com informações adicionais como um comparativo da guerra clássica com a revolucionária; lista das ações e resultados da agressão comunista no “velho” e no “novo mundo”,<sup>26</sup> divisão

<sup>25</sup> A “*Biblioteca del Oficial*”, nome pela qual eram publicados os livros do Círculo Militar da Argentina, editou, entre os anos de 1960 e 1966, 83 volumes. Dentre os quais, podemos identificar, apenas pelo título, a presença de 13 obras com vinculação à temática comunista. Essas publicações se concentram no ano de 1963 e 1964, sendo que em 1965 e 1966 não encontramos nenhuma edição com esta temática. Alguns títulos servem para ilustrar: *La conquista de la China por Mao Tse-Tung*; *Democracia y Comunismo* (publicado em cinco volumes ao longo de três anos); o próprio *Guerra Revolucionaria Comunista*; *El Kremlin después de Stalin*; entre outros. Esta listagem foi verificado no catálogo de 1967 da “*Biblioteca del Oficial*” publicada junto com o livro LABIN, Suzanne. *Faltan Cinco Minutos*. Trad. General Juan Carlos Sanchez, Buenos Aires, Círculo Militar, 1967. Na introdução do livro, provavelmente do tradutor, mas não identificada, a autora Suzanne Labin é identificada como a escritora anticomunista mais impetuosa da França. Em 1967, além deste livro, foram publicados mais dois sobre o comunismo: *El arte de la guerra contrarrevolucionaria*; e *Subversión Comunista em Latinoamérica*.

<sup>26</sup> Aqui aparece como primeira ação no “novo mundo” e uma das primeiras em todo o planeta, a ação de 1935 no Brasil. O livro a identifica com o resultado “*fracaso*” e apresenta como consequência a revolta comunista em Pernambuco e no Rio de Janeiro (VILLEGAS, 1962, p. 160 e 161).

mundial em termos de população e território, entre blocos comunista, neutralista e livre, entre outras.

No capítulo denominado Comunismo e anticomunismo, o general faz defesa incontestada deste último, defendendo as características que garantiriam qualidade a essa ação. Ele afirma, que “*hay en las masas un grande, un legítimo escepticismo, resultado de las incompreensiones humanas de ayer y de hoy. Los discursos demagógicos ya no sirven; las palabras han ido perdiendo su valor; los pueblos exigen soluciones concretas*” (VILLEGAS, 1961, p. 48); demonstrando que o argumento contrário à demagogia e favorável a uma ação profissional, já era proclamado desde antes da assunção de Illia.

Ao apresentar o “panorama atual de tensão internacional”, o autor discorre sobre as situações mais graves dos países da Europa, Ásia, África e América. Ao fazer referência a Argentina, o general não destaca nenhum problema especial e a coloca ao lado de Peru e Colômbia, afirmando que nestes locais os governos estavam denunciando a agitação e a subversão comunista de forma frequente e pública. Em relação ao Brasil, Villegas sublinha a existência de duas situações que demonstrariam alguns sucessos da atividade comunista: as Ligas Camponesas da “*zona del nordeste*”; e a recente situação ocorrida em um estado vizinho:

*Conviene acotar, además, que en la última crisis que condujo al Brasil al borde de la guerra civil, el peligro rojo se puso al descubierto en Río Grande do Sul. En efecto, el comunismo aprovechó al máximo la coyuntura, infiltrándose a través de las “milicias de defensa de la legalidad” y realizando una campaña de reclutamiento logró reunir, en los primeros cinco días, un total de 45.000 adherentes (VILLEGAS, 1962, p. 130).*

Também cabe ressaltar um importante aspecto da ideologia subjacente ao livro, que é resumido pela direção do Círculo Militar em sua advertência inicial/introdução do livro, na qual se afirma que,

*En síntesis, durante el desarrollo de la guerra revolucionaria la gravitación de las Fuerzas Armadas sobre el poder político debe estar en relación a la magnitud de la amenaza y a la efectividad del gobierno para detenerla. La limitación que en este sentido impongan las leyes no puede ir más allá de las exigencias que plantea la defensa de los intereses vitales de la nación, que es obligación de Estado y sus FF. AA. salvaguardar (VILLEGAS, 1962, p. 14).*

Esta ideia de que as Forças Armadas, no cumprimento de sua missão, podem ir além dos governos e das leis caso os “interesses vitais da nação estejam em perigo”, foi sendo desenvolvida e reafirmada publicamente pelo general Juan Carlos Onganía, enquanto ele ainda ocupava o cargo de comandante em chefe do exército no governo Illia.

O mais destacado e referenciado discurso do general Onganía foi o pronunciado com o título “*El gobierno, las Fuerzas Armadas y la Comunidad Nacional. Relaciones cívico-militares*”, na V Conferência de Exércitos Americanos em *West Point*, Nova Iorque, Estados Unidos, em agosto de 1964. Nele o militar reafirma a postura “profissional” que as Forças Armadas deviam exercer em relação à administração estatal, deixando ao governo as deliberações – essa postura, que representa uma mudança em relação aos anos imediatamente posteriores ao derrocamento de Perón, iniciou com a vitória da facção *azul* dentro da organização castrense argentina. Ele destaca também que quando as instituições militares não agem assim acabam por engendrar o caos na sociedade, tornando-a presa fácil para o comunismo internacional. Em outro momento, assevera a necessidade de combate à propaganda comunista através da elevação do nível de vida das populações, tarefa para a qual as forças militares deveriam contribuir. Entretanto, o que de mais significativo consta naquele que ficou conhecido como o discurso de *West Point*, foram os argumentos, pretensamente baseadas na Declaração de Independência dos EUA e na francesa Declaração dos direitos do homem e do cidadão, que destacam o papel interventor das Forças Armadas em ocasiões emergenciais:

[...] *Está claro, entonces, que tal deber de obediencia [à autoridade governamental constituída] habrá dejado de tener vigencia absoluta, si se produce, al amparo de ideologías exóticas, un desborde de autoridad que signifique la conculcación de los principios básicos del sistema republicano de gobierno, o un violento trastocamiento en el equilibrio e independencia de los poderes, o un ejercicio de la potestad constitucional que presuponga la cancelación de las libertades y derechos de los ciudadanos.*

*En emergencias de esa índole, las instituciones armadas, al servicio de la Constitución, no podrían, ciertamente, mantenerse impasibles, so color de una ciega sumisión al poder establecido, que las convertiría en instrumentos de una autoridad no legítima [...]* (apud GARCIA; MOLAS, 1989, p. 537).

Onganía ainda realça, na continuidade do seu discurso, que a intervenção das Forças Armadas deveria ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais, afirmando que seria um crime de “*lesa patria*” se a ordem constitucional fosse quebrada devido a desacertos no manejo dos negócios públicos por parte do governo, por mais grave que esses fossem. Segundo ele,

*En una democracia, los errores en la conducción gubernativa, sólo deben encontrar remedio, en la expresión de disconformidad de los ciudadanos a través del sufragio. [...] En tanto y cuanto un gobierno por más inepto que fuere, ajuste su accionar a los principios esenciales que emanan de la Constitución, deberán [as Forças Armadas] respaldar la autoridad del mismo, toda vez que ello significa ceñirse a su cometido constitucional, sin que ello implique pronunciar-se con relación a la eficacia de su cometido constitucional, sin que ello implique pronunciarse con*

*relación a la eficacia de su gestión política, ni tampoco dejar de contribuir, activamente, dentro de sus posibilidades, en el desarrollo económico-social del país* (apud GARCIA; MOLAS, 1989, p. 539).

Como podemos ver, o general circunscreve a ação militar à condição excepcional caracterizada pelo não cumprimento da Constituição, pela ameaça ao sistema republicano de governo e ao equilíbrio dos poderes. Tudo isso considerado como riscos oriundos de ações de “ideologias exóticas”. Apesar de não nomear diretamente o comunismo, esta é a única ideologia à qual ele se refere com destaque nos seus riscos. É também passível de destaque o detalhamento da condição excepcional na qual Onganía explicita que os erros na condução governamental, a ineptidão ou a ineficácia da gestão estatal, desde que respeitados os princípios constitucionais, não poderiam justificar a intervenção militar.

Em 1965, em pelo menos outros dois momentos, discursos de mesma índole foram repetidos por Onganía. Primeiro no Brasil (que já vivia sob tutela militar), quando, junto a Costa e Silva (então ministro da guerra da ditadura presidida por Castelo Branco), defendeu a doutrina das fronteiras ideológicas – aquela que dividia o mundo entre capitalistas e comunistas, independentemente das fronteiras tradicionais, e cujos princípios supunham uma redefinição das funções das Forças Armadas na América Latina. E depois, nos primeiros dias de novembro, na reunião de exércitos americanos ocorrida na cidade de *Virreys* no Peru, quando repetiu, praticamente nos mesmos termos, as ideias expostas em *West Point*, conforme destaca Tcach (2006, p. 144 e 145).

Em 22 de novembro de 1965, o general Onganía apresentou sua renúncia do cargo de comandante em chefe do exército devido à nomeação de um novo secretário de guerra (general Castro Sanches) de menor antiguidade que ele próprio. Tal fato constituiria um rompimento por parte de Illia de um acordo tácito entre os militares argentinos sobre a prioridade da antiguidade nas nomeações. O general Pascual Pistarini substituiu Onganía, mesmo sendo um dos mais identificados com suas ideias.

Esta renúncia provocou uma série de reações tanto no âmbito militar – nos meses seguintes a totalidade dos generais, inclusive Pistarini, se solidarizou com Onganía – quanto nas esferas civis, com as declarações de apoio ao antigo general emitidas pelos blocos parlamentares opositores a Illia.

Como destacamos anteriormente, Catalina Smulovitz (1993) contribuiu de forma esclarecedora para a discussão do peso e das relações entre os diversos argumentos legitimadores, dando ênfase a um que agrupa os demais: a ineficácia. Vale retomar aqui suas afirmações principais.

Em linhas gerais, a autora defende que o período que precedeu a derrubada de Illia, assistiu a construção de um consenso alternativo focado na apelação à eficácia, tanto como crítica quanto como utopia. Como crítica, este argumento legitimador se embasou em uma reelaboração de antigas preocupações da política argentina, das quais se destacam o temor pelo retorno do peronismo, caso específico do país; e o medo da expansão do comunismo, vinculado às questões internas assim como ao contexto mais amplo da América Latina em um mundo dividido pela Guerra Fria.

Junto a estas duas questões de fundo (antiperonismo e anticomunismo) se coadunaram acontecimentos nacionais e internacionais que serviram a esta reelaboração que formou o argumento geral da ineficácia.

*La incapacidad para mantener el orden interno y la ineficacia para defender la soberanía frente a los peligros externos fueron los temas centrales del argumento de la ineficacia gubernamental en su forma crítica. Mientras el temor a un probable triunfo peronista en las elecciones de 1967, la expansión del comunismo y de la guerrilla y la crítica a la gestión económica y social del gobierno constituyeron las dimensiones internas de la cuestión, el temor a la expansión mundial del comunismo y la conducta del gobierno frente a los conflictos limítrofes con Chile fueron los componentes de la dimensión internacional (SMULOVITZ, 1993, p. 404-405).*

A autora agrupa em um argumento geral – a ineficácia – uma série de outros argumentos constitutivos, tanto de fundo (como o antiperonismo e o anticomunismo), quanto acontecimentos pontuais (como os conflitos de fronteira com o Chile a as eleições da província de Mendoza em março de 1966) que serviram de justificativa a este temor ou ainda como prova de sua presumida existência.

Smulovitz também comenta a tentativa fracassada do governo radical de Illia em reincorporar o peronismo à vida política argentina sem a presença da inevitável liderança de Perón (estratégia conhecida como “*el peronismo sin Perón*”). A base desta proposta dependia do êxito de líderes peronistas locais (como Vandor, principalmente) em substituir a liderança de Perón de forma efetiva. O fracasso desta estratégia (patente com o resultado das eleições de Mendoza) possibilitou que a oposição construísse uma argumentação alternativa:

*Las dificultades encontradas para obtenerlos [os resultados desejados] eran interpretadas no solo como consecuencia de la incapacidad del partido radical para detener la “avalancha” peronista sino también como producto de la inoperancia del sistema de partidos y de los mecanismos electorales en su conjunto. Lentamente se fue construyendo un consenso cultural, un clima de ideas, caracterizado por la crítica a la eficacia y legitimidad del sistema de partidos como mecanismo de asignación de poder político (SMULOVITZ, 1993, p. 406).*

Nesta citação, o argumento de Smulovitz encontra o de Tcach (2006). A apregoada ineficácia, termo agrupador defendido por ela, não estaria se referindo apenas à incapacidade de Illia e de seu partido, mas também a inoperância do sistema político argentino (sustentado por Tcach como principal argumento para justificar o golpe). Isto é, a defesa dos dois pesquisadores é bastante semelhante, eles apenas utilizam termos e ênfases distintos.

O “*consenso cultural*” referido por ela trazia consigo a necessidade da criação de uma nova liderança; na verdade, a necessidade de substituição da figura de Perón por uma contraliderança, que conseguisse resolver as limitações do sistema partidário argentino para derrotar a maioria eleitoral peronista.

Neste ponto, a cientista política levanta uma hipótese bastante plausível e que explica a ausência do antiperonismo, ao menos diretamente, nos discursos fundacionais que serão analisados no próximo capítulo:

*Sin embargo, la experiencia había mostrado que el antiperonismo no podía ser el argumento convocante del nuevo liderazgo. Los intentos de polarización intentados hasta esa fecha habían mostrado ser poco fructíferos. Por lo tanto, el nuevo liderazgo no podía ser planteado como una solución abiertamente antiperonista. Por el contrario, su éxito dependía de la posibilidad de aparecer desligado de las partes de la tradicional antinomia. Sólo si conseguía constituirse como un tercero con independencia de los polos de la antinomia podría, el nuevo liderazgo, aparecer como una instancia superadora de ésta y resolver por elevación la vieja cuestión peronista (SMULOVITZ, 1993, p. 406-407).*

A nova liderança deveria estar acima destas divisões políticas irreconciliáveis – não podendo ser peronista e nem antiperonista –, para buscar a concórdia política, a racionalização e a eficiência técnica econômica e social, objetivos inquestionáveis que permitiriam a adesão de diversas esferas da sociedade, inclusive as antagônicas.

A autora também reconhece o anticomunismo como um dos argumentos, um dos velhos temas da política argentina que constituíam o argumento geral e reelaborado em meados dos sessenta, da ineficácia governamental e do sistema político. A incompetência do governo em frear a presumida infiltração comunista no país, bem como sua falta de efetividade no enfrentamento com o avanço continental do comunismo, demonstravam toda a sua debilidade. Acontecimentos internacionais como a Revolução Cubana e atos de violência interno ao país, bastante explorados pela imprensa como sendo movimentos de intenção revolucionária, outorgaram condições de verossimilhança às acusações da oposição civil-militar.

Este anticomunismo porém, diferentemente do que ocorreu no caso brasileiro, era atribuído apenas de forma indireta ao governo Illia. A autora reforça esta tese:

*Ya sea por ingenuidad o por desaprensión, el gobierno terminaba siendo cómplice de la presunta infiltración. Para aquellos que pedían medidas drásticas, las respuestas del gobierno resultaban inoperantes en el corto plazo [o governo defendia que o melhor caminho para combater o comunismo era a criação de condições que permitissem sair da miséria]. En un contexto en donde la reiteración de denuncias difusas se convirtió en el elemento de prueba, en donde el consenso más que la evidencia sostenía a la acusación, la acción del gobierno se convirtió en incompetencia (SMULOVITZ, 1993, p. 409).*

Devemos adicionar de forma sucinta a explicação da consideração anteriormente exposta de que a eficácia pode ser vista como crítica e como utopia. O lado crítico já foi apresentado. Em relação ao componente utópico, Smulovitz defende que a demanda por eficácia é legítima por si só e que o novo governo que assumira o poder se fiava em uma condição futura de superação dos problemas diagnosticados. Ou seja, segundo esta matriz, a legitimidade deveria ser construída por meio dos resultados; resultados futuros que deveriam ser alcançados por aqueles que se autoatribuíam com qualidades suficientes para se impor sobre o jogo democrático, “acima” da política.

Desta forma, as afirmações de Smulovitz (1993) se integram as de Tcach (2006) por revelarem a presença da crítica específica a administração Illia vinculada intimamente com as demonstrações de inconformidade com o sistema de partidos. Inconformidades estas, que são consequências, entre outras coisas, da suposta má administração do presidente radical. Após transcorrido algum tempo do governo estabelecido após o golpe, esta eficácia como utopia seria colocada a prova, pois o instrumento da crítica (Illia) não estaria mais disponível.

\* \* \*

Ao final de 1965, grande parte da imprensa argentina já estava imbuída na campanha de dupla tarefa: destruir a reputação de Illia e construir a de Onganía. Esta campanha teve como ponta de lança a revista semanal *Primera Plana*.

Inicialmente concebida para ser um veículo de divulgação das ideias do grupamento azul das Forças Armadas argentinas, *Primera Plana* acabou por se tornar em um dos semanários mais prestigiados e mais lembrados dos anos sessenta. Esta foi uma revista de informação inspirada na estadunidense *Newsweek*, que apesar de dedicar diversas e ácidas páginas para analisar a situação política nacional, tratava dos mais variados temas que pudessem interessar ao seu público alvo. Apesar de seu grande poder de influência na

sociedade, *Primera Plana* não pode ser considerado uma revista popular, pois seu preço equivalia a seis diários da época. Segundo Daniel Mazzei<sup>27</sup> (1994, p. 38-40), pode-se afirmar que o semanário era prioritariamente destinado a um público específico: homens adultos dedicados aos negócios e a profissões liberais. Adicionalmente também podem ser considerados como alvos os intelectuais ligados às correntes culturais nascidas na década em estudo, pois a revista deu destaque à boa parte da renovação cultural, nos mais diversos âmbitos, ocorrida nos países estrangeiros e na própria Argentina.

Mazzei (1994) afirma que podem ser especificados três distintos períodos no que se refere à atuação de *Primera Plana* ao longo do governo Illia.

Durante os primeiros quinze meses de governo, a revista se caracterizou pelo seu “*anticoloradismo*” com críticas tanto ao setor militar, quanto aos seus “sócios” políticos (principalmente a alas da UCRP). Nestes meses foi criada uma visão maniqueista de ambos os lados: enquanto os *colorados* eram identificados como golpistas, antiperonistas implacáveis e responsáveis pela existência de um exército deliberativo, os *azuis* eram tidos como profissionais, legalistas inquebrantáveis e garantidores da democracia. No final de 1964, a revista muda o seu foco quando a divisão entre *colorados* e *azuis* vai esmorecendo com a flexibilização destes últimos. Neste período, *Primera Plana* passou por algumas significativas mudanças das quais se destacam a incorporação de Mariano Grondona como editorialista político e a saída do fundador e editor Jacob Timerman, substituído por Victorio Dalle Nogare.

A partir de maio de 1965, com as discussões acerca do envio de tropas para Santo Domingo, o semanário passou a ecoar as posições majoritárias dos militares em apoio à intervenção, favorável ao aumento do orçamento militar e à necessidade de dinamizar a ação do governo. Illia passou a ser o centro das críticas, nas quais se multiplicavam as caracterizações que destacavam a perda de tempo, o simplismo, a indecisão ou a improvisação do presidente radical. A esta imagem de irresponsabilidade e incapacidade se opunha a imagem de um novo exército, profissional, preocupado com as questões econômicas, com a construção de obras públicas e com a defesa da nação frente à ameaça guerrilheira. Dentro deste exército era destacado o imprescindível papel de Onganía que, segundo diversos artigos, era “*la más fuerte garantía de la legalidad, el único responsable de que en la Argentina existiese democracia. Sólo él – decían – podía impedir el golpe de Estado* [supostamente

---

<sup>27</sup> Que utilizou como critérios para o estabelecimento do público alvo a análise da estrutura da revista, no que se refere às suas seções, ao estilo de redação e ao preço; e a análise da publicidade contida em suas páginas. Ambos elementos que poderiam revelar o potencial leitor.

efetivado pelos militares e cuja possibilidade já aparecia de forma recorrente nas páginas do semanário] (MAZZEI, 1994, p. 29).

A terceira fase de oposição começou justamente com a renúncia de Onganía, em novembro de 1965. A partir de então a revista começou uma “ofensiva golpista” que só terminou com o derrocamento do presidente Illia.

*Esta última fase estuvo acompañada por la idea de irreversibilidad del golpe de Estado. Para crear esta imagen se sobredimensionaron conflictos y se pusieron en foco sucesos que, de otra manera, habrían pasado inadvertidos. Primera Plana funcionaba también como amplificador de rumores – a veces disparatados – sobre la inestabilidad del gobierno, cuya función era generar la sensación que éste se encontraba en un callejón sin salida. Finalmente, a partir de mayo el tema del golpe de Estado monopolizó todos los comentarios políticos y culminó con una edición extra, el 30 de junio de 1966, destinada a dar la bienvenida a la llamada “Revolución Argentina” (MAZZEI, 1994, p. 29 e 30).*

Segundo este autor, quando um grupo de oficiais, no início de 1965, começou a analisar seriamente a possibilidade de um golpe de Estado, levantou-se também a necessidade de uma campanha psicológica para criar o clima adequado à interrupção da ordem constitucional. Esta campanha se utilizou de diversos canais de comunicação, dirigidos a segmentos diferentes da população. Sobressaem-se neste conjunto de meios a revista *Confirmado*, criada em maio de 1965 para esse objetivo, e a própria *Primera Plana* por sua penetração nas classes dominantes.

Em *Primera Plana* se destacavam (MAZZEI, 1994, p. 30) os artigos políticos que questionavam a autoridade e a eficiência presidencial, a campanha contra a suposta infiltração comunista, a utilização de caricaturas e o humor político na construção de imagens arquetípicas de Illia e Onganía e, fundamentalmente, os editoriais de Mariano Grondona.

Onganía era pintado pelo semanário como principal suporte da legalidade, como responsável pela reunificação das Forças Armadas, como um modelo de profissionalismo, eficiência, modernização. Enfim, um modelo de homem forte que poderia reorientar a nação. Estas características eram algumas vezes contrastadas com as dos políticos tradicionais, o que reforçava a ideia de esgotamento do sistema de partidos. Mazzei (1994) também destaca que o conteúdo anticomunista do discurso de *West Point* deu ao general projeção internacional; e que seu giro pela Europa foi apresentado à opinião pública como a busca por uma política exterior coerente e alternativa à do oficialismo e que priorizava o anticomunismo.

Onganía figurou na capa de *Primera Plana*<sup>28</sup> seis vezes, desde a criação da revista até a edição que deu as “boas vindas” ao golpe, o que dá uma boa ideia da predominância de sua figura. A figura 18 apresenta a capa da edição de 30 de junho de 1966. A figura 19 demonstra outras três capas em distintos momentos. Estas capas, através da imagem – Onganía sempre aparece com um ar de seriedade e com olhar fixo – e das manchetes – respectivamente: “*General Onganía: ¿un ejército profesional?*” (25/11/1962); “*Onganía: El nuevo Ejército*” (05/01/1965); “*El nuevo Onganía*” (21/09/1965); “*Presidente Juan Carlos Onganía: un nuevo gobierno*” (30/06/1966) – parecem sempre reafirmar as posições de profissionalismo, eficiência e modernidade (em três das quatro capas apresentadas a palavra “nuevo” estava presente).

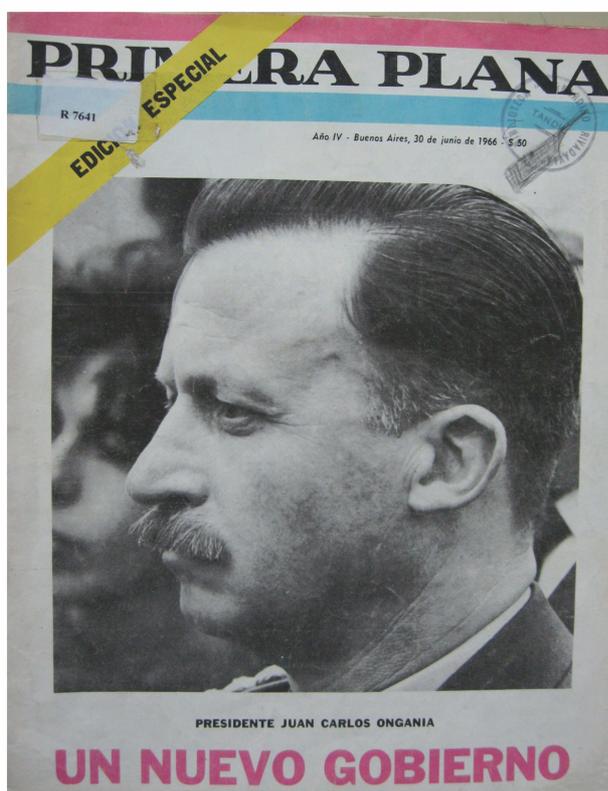


FIGURA 18 - Onganía na capa 1 (*PP*, 30 jun, 1966, capa).

<sup>28</sup> Tivemos acesso a significativo acervo desta revista na Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia, localizada na cidade de Tandil, província de Buenos Aires, Argentina. No restante do trabalho, sempre que reproduzirmos imagens ou citarmos informações da revista *Primera Plana*, indicaremos nas referências a forma reduzida *PP*, seguida da data e da página da publicação.



FIGURA 19 - Onganía na capa 2 (PP, 30 jun, 1966, p. 2).

Por outro lado a figura de Illia era paulatinamente desacreditada. Mazzei (1994) resumiu da seguinte forma o descrédito criado pelas páginas de *Primera Plana*:

*Se conformó entonces una imagen negativa de Illia, cuyo rasgo principal era “la lentitud de procedimientos” que “forma parte de su naturaleza política”; enfatizando en su “extraordinaria capacidad de postergar decisiones”. Su visión de la realidad era adjetivada como “pacífica”, “dulce”, “beatífica” y “bucólica”. Ello le permitía trazar la imagen de un hombre lento, con actitudes escapistas y una visión, ingenua e irreal de la Argentina. La imagen de un Illia bonachón e ingenuo – exagerada hasta el ridículo – se proponía generar entre los lectores la idea de incapacidad para desempeñar su cargo (MAZZEI, 1994, p. 32).*

Se compararmos as capas que apresentam Onganía com as que apresentaram Illia já podemos ter uma boa noção acerca da diferença no tratamento da revista. As capas de três momentos distintos são deveras significativas. A figura 20 apresenta a capa da edição posterior às eleições vencidas por Illia e ainda não apresenta de forma patente as características negativas já citadas. A manchete faz referência apenas à possibilidade de o vencedor das eleições não assumir a presidência, o que é afirmado no contexto de eleições com a proscricção do peronismo e com uma vitória assegurada pela pequeno percentual de 25% dos votos.



FIGURA 20 - Illia na capa 1 (PP, 16 jul. 1963, capa).

Outras duas capas dos anos subsequentes apresentam de forma ainda mais clara o componente crítico. A primeira (figura 21), de 03/03/1964, traz uma caricatura de Flax (Lino Palacios) que destaca uma aparência cansada, demasiado velha, com olhos caídos e certo ar de deboche. Uma imagem que remete à caracterização de lentidão e ineficácia do presidente. A manchete também vai nesta direção com uma frase ambígua: “*Arturo Illia: comienza el invierno*”.

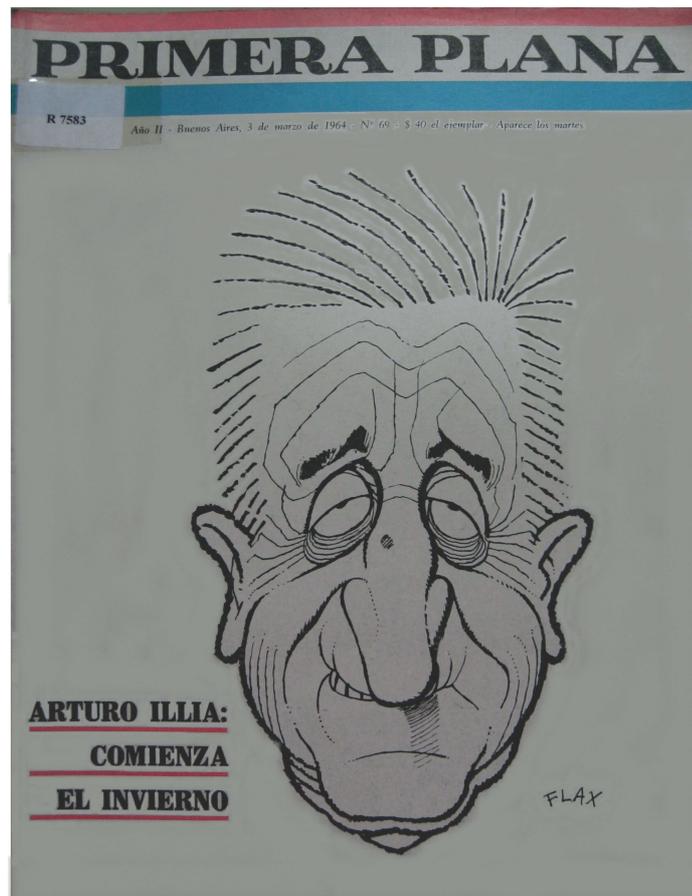


FIGURA 21 - Illia na capa 2 (PP, 3 mar. 1964, capa).

A última capa que escolhemos destacar (figura 22) é do final de 1965 e, além de trazer uma manchete que fala por si só “*¿Dos años perdidos?*” apresenta uma foto do presidente com olhar vago, distante, muito distinto do das fotos escolhidas de Onganía.

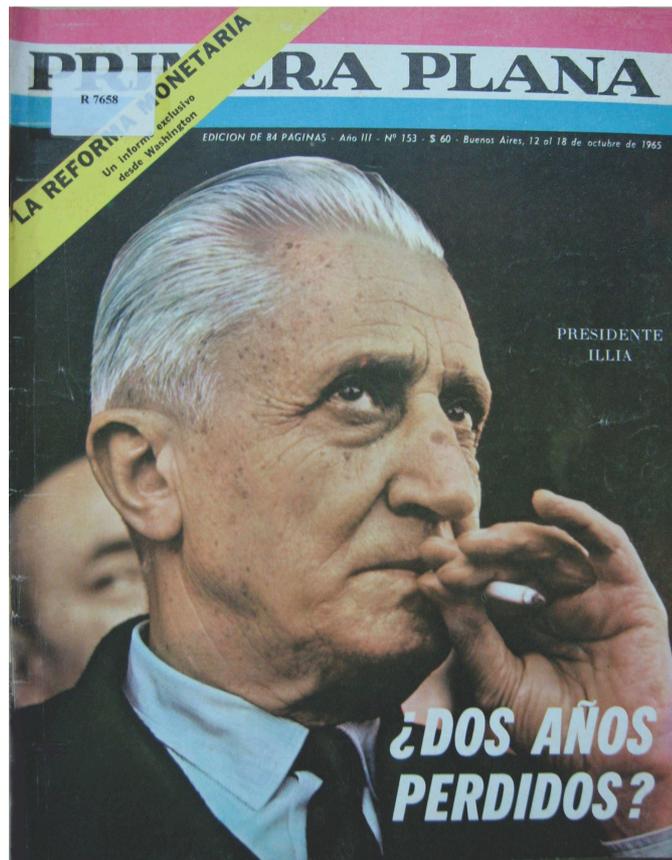


FIGURA 22 - Illia na capa 3 (*PP*, 12 out. 1965, capa).

O humor foi largamente utilizado por *Primera Plana* e outros meios da imprensa argentina para fixar estas imagens que caracterizavam o governo Illia com atributos do gênero da lentidão, ingenuidade, incapacidade, imobilismo, etc. As figuras mais marcantes foram aquelas que o identificavam como sendo uma tartaruga. A figura 23 apresenta uma das versões, a elaborada pelo chargista da própria *Primera Plana*, Flax (Lino Palacios). No texto que a acompanha é afirmado que o primeiro a utilizar a imagem foi o chargista Landrú (Juan Carlos Colombres) vinculado ao matutino *El mundo*. O também citado desenhista Juan Roberto Mezzadra afirmou em entrevista a Celso Rodríguez (TCACH; RODRÍGUES, 2006,

p. 299 e 300) que estava seguro de ter sido ele o primeiro a desenhá-la e que depois disso outros desenhistas o seguiram<sup>29</sup>, a despeito do escrito nesta figura.

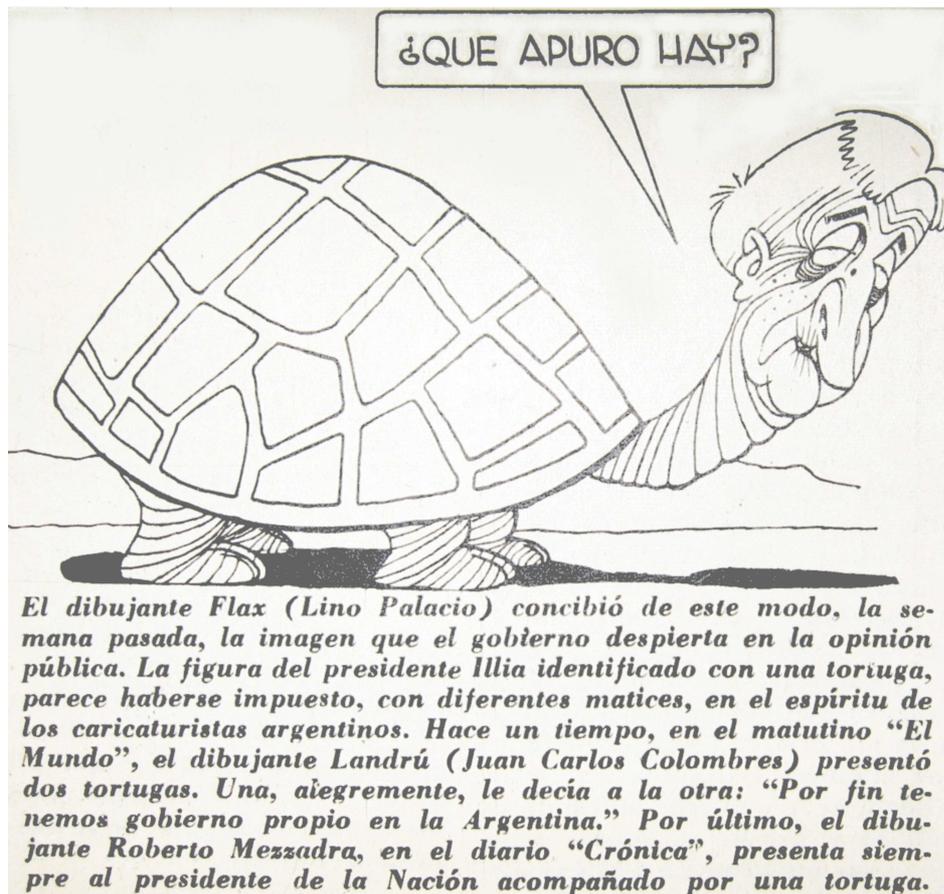


FIGURA 23 - Illia, la tortuga (PP, 9 jul. 1964, p. 4).

Flax, o chargista de *Primera Plana*, também recorria a uma mesma imagem para caracterizar Illia nas mais diversas situações: além do ar de cansaço, o presidente sempre era representado acompanhado por uma das pombas da *Plaza de Mayo*, na maior parte das vezes, sobre sua cabeça.

<sup>29</sup> Nesta mesma entrevista, Mezzadra retira o caráter político desta representação, ao menos em sua origem: "Aquella tortuga nace al comienzo del gobierno Illia. Al principio nos pareció una cosa un poco infantil, que no iba a tener eficacia como símbolo de un gobierno paralítico. Pero de pronto fue tomando así un carácter humorístico, que yo mismo fui experimentando, ya la tortuga hasta tenía cara humana y se convirtió en un símbolo de la quietud de aquel gobierno". E acrescenta ao ser perguntado sobre sua participação em uma suposta conjura militar com objetivo de derrubar Illia que contou com a colaboração da imprensa: "Yo nunca estuve en una confabulación de ninguna clase. En ese pequeño muñequito que salía todos los días no hubo tal cosa. Sólo se me ocurrió a mí, un día, y salió. Sí, yo sé que la lancé, lancé la figurita. Pero que después alguien haya querido hacer de la tortuga un elemento político, es otra cosa. Es cierto que con el paso del tiempo empezó a representar en parte una actitud del gobierno, pero al principio no. ¡Si era un animalito de lo más inocente!" (TCACH; RODRÍGUEZ, 2004, p. 299 e 300).

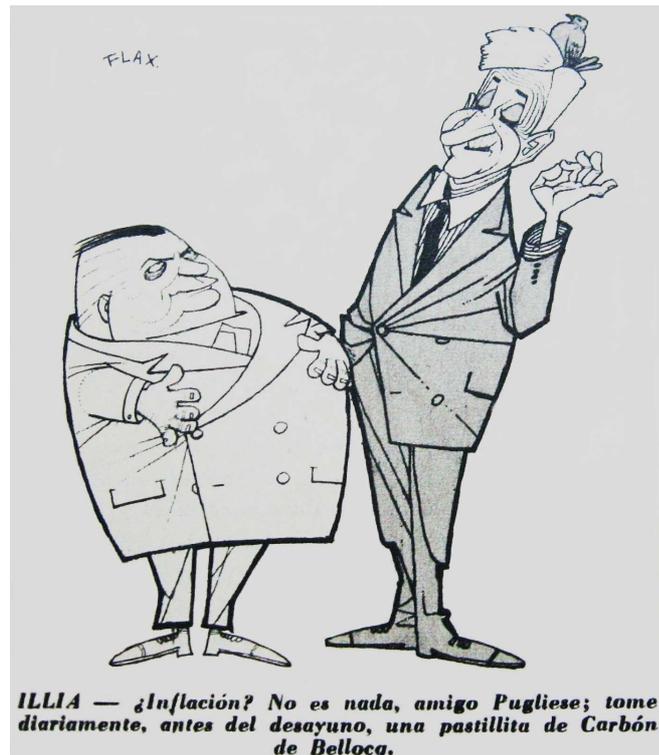


FIGURA 24 - Illia, o médico (*PP*, 12 jan. 1963, p. 6).

A figura 24 além de apresentar a referida pomba sobre a cabeça do presidente, também traz outra recorrente representação largamente utilizada pelos seus opositores: a de Illia como um médico rural, com uma concepção simplista da realidade, e que além de tardar no diagnóstico da república, tentava “curá-la” com remédios caseiros (conforme Mazzei, 1994, p.33).

A próxima charge (figura 25) apresenta Illia em prantos pela renúncia de Onganía, atitude que teria sido desencadeada por ele próprio com a nomeação de um secretário de guerra menos antigo que o general. Illia é representado aqui como um frágil presidente que afirma, em desculpas, que “foi sem querer” e que parecia antever os futuros problemas com a saída daquele que era considerado por muitos como o sustentador da legalidade no país.



FIGURA 25 - Illia e a “queda” de Onganía (*PP*, 30 nov. 1965, p. 12).

Em duas edições do mês em que ocorreu o golpe civil-militar que retirou Illia do poder, *Primera Plana* publicou duas charges que reforçavam as imagens tão propagadas de sonolência e falta de atitude, as quais sugeriam sua ineptidão para governar o país. Em 07 de junho de 1966, a revista publica uma charge (figura 26) na qual o líder da UCRP Ricardo Balbín canta para o presidente que dorme sossegado e escorregando pela poltrona – acompanhado pela pomba – uma paródia de uma canção do folclore argentino sobre a eficaz ação de Isabel Perón nas eleições provinciais.<sup>30</sup> Já em 14 de junho, foi editada uma charge (figura 27) que não esconde a iminência do golpe, já ampla e abertamente discutido por diversos meios. Nela, o presidente, com o reiterado ar de cansaço e com a pomba confortavelmente pousada sobre sua cabeça, afirma a seu ministro da defesa Leopoldo Suárez que apesar de ouvir ruídos de “*soldaditos*” nada ocorrerá e, portanto, não era preciso nenhum tipo de ação.

<sup>30</sup> O refrão original da canção – de *Los Chalchaleros*, composição de Rodolfo “Polo” Gimenez – parodiada por Flax é:

*Paisaje de Catamarca  
Con mil distintos tonos de verde;  
Un pueblito aquí, otro más allá,  
Y un camino largo que baja y se pierde.*



FIGURA 26 - Sono do presidente (PP, 07 jun. 1966, p. 14).



FIGURA 27 - Ruído de "soldaditos" (PP, 14 jun. 1966, p. 12).

Na edição especial sobre o golpe, *Primera Plana* apresentou uma charge que conclui a utilização da pomba da *Plaza de Mayo*. Aqui ela aparece apenas com uma mala, buscando nos classificados um novo emprego e afirma, entre outras coisas: “[...] *nunca hallaré un empleo más tranquilo; jamás habrá un lugar más apacible*” (PP, 30 jun 1966, p. 4).

Além do humor como ferramenta de ridicularização do presidente, outro componente de destaque na campanha golpista encabeçada por esse semanário dirigido a um público elitizado foi a ampla argumentação construída nos editoriais de Mariano Grondona<sup>31</sup>. Diversos autores<sup>32</sup> destacam o papel desempenhado pelo jovem editorialista no movimento de desconstrução da imagem de Illia e de construção da de Onganía.

De início, a crítica girava em torno do caráter minoritário do governo – que teria tido um “*precario punto de partida*” em 1963, quando “*recibió casi accidentalmente*” o poder (PP, 12 out 1965, p. 7) – a lentidão do mandatário, a sua perda de tempo e de oportunidades, o que pode ser resumido na ideia de ineficácia e consequente inaptidão do governo. Grondona destacava que,

*cuando los órganos normales de poder no funcionan con eficacia – y la eficacia es, lo queramos o no, el nuevo dios de la política contemporánea –, surgen de fuera del gobierno los sectores reales que operan como reservas y que, a menos que su operación sea muy breve y mesurada, terminan por desnivelar el sistema* (apud DE RIZ, 2007, p. 17).

Gradualmente a campanha antigovernamental foi se agudizando, principalmente a partir dos acontecimentos de 1965 – como a recusa de envio das tropas argentinas para Santo Domingo, a vitória peronista nas eleições parlamentares, as reiteradas ações do sindicalismo e do setor estudantil. Desta forma, somavam-se ao argumento da ineficácia, as ideias de vazio de poder e de fracasso do sistema de partidos argentino. O editorialista de *Primera Plana* fundamentava esta teoria:

*que un edecán pueda criticar al presidente sin recibir más que un castigo simbólico; que unos obreros ocupen una fábrica y puedan retener contra la voluntad a quienes tienen posiciones de mayor jerarquía en la empresa; que unos estudiantes no reciban sanción por su atrevimiento al interrumpir un acto al que asisten las más altas autoridades de la República (...) comprometen la base fundamental de nuestro sistema de valores: la idea de que el superior merece respeto y de que quien se*

<sup>31</sup> O jovem professor da Escola Superior de Guerra se integrou à equipe de *Primera Plana* em junho de 1964. Anteriormente, ele havia sido subsecretário do Interior no governo Guido e colunista do diário *La Nación*. Além disso, Grondona foi um dos principais intelectuais que acompanharam e apoiaram os militares *azules* nos conflitos castrenses de 1962/63; tanto que foi ele o redator do famoso documento comunicado 150, que continha as bases do projeto deste agrupamento (Cf. MAZZEI, 1994, p. 33).

<sup>32</sup> Como por exemplo Smulovitz (1993), Mazzei (1994), De Riz (2007), entre outros.

*igual a otro en aquello en que es no-igual, debe sufrir las consecuencias (...) A veces se confunde, así, democracia con democratismo (apud DE RIZ, 2007, p. 26).*

A resposta a esta debilidade era dada com a exaltação das virtudes das Forças Armadas. Conforme Mazzei (1994), com a renúncia do general Onganía do seu cargo nas Forças Armadas, em novembro de 1965, Grondona, que já o caracterizava positivamente, como toda a revista, há tempos, abandona uma posição mais legalista que concebia uma possível presidência de Onganía apenas dentro do sistema, e passou a assumir uma posição mais claramente pró-golpe.

Na edição especial de *Primera Plana* logo após a derrubada de Illia, Grondona não esconde seu entusiasmo com a “revolução” e, principalmente, com a ascensão do novo líder:

*En las jornadas de setiembre de 1962 surgió algo más que un programa, una situación militar o una intención política: surgió un caudillo. Fenómeno es éste, de tanta importancia, que no se repite en la misma generación. A partir de entonces, el problema del país fue uno solo: cómo homologar el mando profundo, la autoridad secreta y sutil del nuevo protagonista. Se intentó primero la vía electoral [33]. Pero cuando quedó bloqueada, el proceso político siguió una vida ficticia y sin sentido: exactamente como la legalidad que se edificó sobre su derrumbe. Al jurar la presidencia en octubre de 1963, Arturo Illia no comprendió el hondo fenómeno que acompañaba a su encumbramiento: que las Fuerzas Armadas, dándole el Gobierno, retenían el poder. El poder seguía allí, en torno de un hombre solitario y silencioso. [...] Y hasta que el sistema político no se reconcilia con esa primacía, no encuentra sosiego. La Nación y el caudillo se buscan entre mil crisis, hasta que, para bien o para mal, celebran su misterioso matrimonio.*

E termina o editorial esperançoso: [...] *La etapa que se cierra era segura y sin riesgos: la vida tranquila y declinante de una Nación en retiro. La etapa que comienza está abierta al peligro y a la esperanza: es la vida de una gran Nación cuya vacación termina (PP, 30 jun 1966, p. 3).*

Desta forma, o destacado semanário encerrava sua contribuição para selar o destino político da argentina, destino este que encontraria, em poucos anos, a própria revista. Mazzei (1994) resume perfeitamente o papel da revista e de seus mais ilustres integrantes:

---

<sup>33</sup> Logo após a vitória da facção *azul*, o ministro do interior Rodolfo Martínez, em conjunto com seu subsecretário Mariano Grondona, tentou levar a cabo uma estratégia política do “*azulismo*” para tentar assegurar uma transição sem risco para a vida democrática. Suas ideias giravam em torno de uma frente ou coalizão que contasse tanto com o apoio de Perón e das lideranças peronistas quanto das demais forças políticas do país. O ministro e seu subsecretário tentaram concretizar esta estratégia através de uma frente com o general Onganía como candidato a presidente da República. Esta tentativa desmoronou quando um dos políticos mais conhecidos da UCRP Miguel Ángel Zavala Ortiz (que anos após foi ministro de Illia) declarou publicamente que o ministro Martínez havia lhe proposto o cargo de vice-presidente na chapa encabeçada por Onganía. A negativa, acompanhada da revelação pública, sepultou não só esta tentativa de colocar o general no poder através da via eleitoral como também o cargo de Martínez no governo Guido (Cf. SIDICARO, 1993, p. 304).

*Primera Plana, el fenómeno periodístico de los años Sesenta, significó una renovación en el estilo y el lenguaje; fue modelo del proceso de modernización y su historia siguió la parábola de los sucesos políticos de la década. Representó, también, la profunda contradicción de una parte de la sociedad argentina de aquellos años. En sus páginas convivía la modernización económica del desarrollismo con las formas más progresistas del arte y la cultura. Pero también un profundo escepticismo frente al sistema democrático que llevó al semanario a apoyar la llegada al poder de un régimen reaccionario y autoritario. La propia Primera Plana fue víctima de esa contradicción (MAZZEI, 1994, p. 40).*

Na sua edição de número 345, em agosto de 1969, *Primera Plana* foi fechada pelo governo Onganía, devido a sua cobertura do conflito entre o presidente e o general Lanusse. O último diretor, Ramiro de Casasbellas, lembrou, em uma reportagem do início da década de noventa, o papel da revista e o seu fechamento:

*Es obvio que obraba en nosotros el ejemplo de los semanarios estadounidenses y europeos y de ciertos diarios tales como Le Monde y The New York Times. Lamentablemente no tomamos de ellos lo más necesario para el periodismo político que se precie de serio: la defensa de las instituciones democráticas. Por presumir de “independientes” acabamos por serlo del destino de nuestra sociedad y ayudamos como todas las publicaciones de la época, al derrocamiento del gobierno Illia. Cuando reaccionamos, al menos en Primera Plana, el general usurpador de la Casa Rosada cerró la revista. Tal vez hizo bien (apud MAZZEI, 1994, p. 40).*

O jornal *La Nación*, tradicional diário de Buenos Aires e de clara orientação liberal, também colaborou com a criação do clima de forte oposição ao governo Illia, se bem que não fazia parte das largas frentes que propagavam diretamente as ideias de caráter golpista ou antidemocráticas, conforme argumenta Ricardo Sidicaro (1993)<sup>34</sup>.

Além de criticar as condições para as eleições presidenciais de 1963, cujas limitações afirmavam ser suficientes para condenar o pleito e impugnar seus resultados, após a vitória de Arturo Illia o diário portenho produziu e reproduziu as críticas liberais às principais ações do governo radical. A anulação dos contratos petroleiros, o projeto de mudança do regime tributário agrário, a *Ley de Abastecimientos* e o estabelecimento do salário mínimo, vital e móvel, foram duramente criticados pelo jornal que se alinhava aos grandes proprietários rurais – agrupados na *Sociedade Rural Argentina* – e industriais.

Notadamente antiperonista, *La Nación* também utilizava como estratégia analítica a comparação das ações de Illia com as medidas tomadas no tempo do peronismo, criticando e reafirmando sua posição perante ambos. Por sua vez, as reiteradas manifestações do sindicalismo, iniciados com o *Plan de Lucha* e cada vez mais amplas, deram origem às

---

<sup>34</sup> O sociólogo argentino Ricardo Sidicaro (1993) analisou os editoriais políticos do jornal *La Nación* no período compreendido entre 1909 e 1989.

caracterizações do diário acerca da inoperância do governo, acusado de não agir com o devido rigor, o que denotava sua perda de autoridade. Desta forma, o matutino fazia eco aos protestos das diferentes centrais empresariais.

Ao identificar o carácter subversivo das manifestações do sindicalismo, em relação à quebra da ordem motivada pelo descontentamento peronista, também vinculado, em alguma medida e em alguns setores, ao comunismo internacional, o jornal alertava quanto aos riscos a que o país estava submetido. Entretanto, e apesar de estar ao lado dos diversos grupos que criticavam fortemente o governo, o matutino portenho alertava e se posicionava contra um golpe de direita. Sidicaro argumenta que,

*en el primer trimestre de 1966, cuando ya era un secreto a voces la inminencia de un movimiento militar para deponer a Illia y llevar al poder a Onganía, el diario hizo una reflexión sobre los peligros de una eventual ruptura del orden institucional. Para marcar distancias tanto del gobierno como de los golpistas, decía: “La situación actual pareciera protagonizada, primordialmente, por dos conjuntos negativos. Por un lado, el gobierno nacional, que no acierta a hacer de la democracia una herramienta, si no de bienestar, al menos de confianza. Por el otro, los sectores que son incapaces de sentir la democracia como un destino nacional”. La Nación descartaba la utilidad de cualquier estilo de régimen dictatorial, fuese de tipo latinoamericano o de factura fascista. (SIDICARO, 1993, p. 316).*

Enquanto a oposição dual ao governo Illia – que abrangia desde as lideranças empresariais até os sindicatos peronistas – caminhava cada vez mais na direção da convergência que culminou no golpe, *La Nación* destoava, apresentando suas críticas de forma simétrica ao governo e aos setores golpistas; tanto que Sidicaro conclui que “*no es exagerado afirmar que en los primeros meses de 1966 la reflexión política del matutino fue más civilista que la de buena parte de la población, aun cuando esto no significó la adopción de una actitud de defensa a ultranza de las instituciones* (SIDICARO, 1993, p. 318).

A despeito disto, este analista argumenta que o diário, mesmo sem querer, favorecia as ideias pró-golpe ao fazer eco em seus editoriais das críticas produzidas pelas corporações de empresários e ruralistas; e, principalmente, ao afirmar a incapacidade do governo radical de superar os interesses partidários e eleitorais, o que lhe caracterizava como crítico do sistema de partidos, posição que estava vinculada às concepções antidemocráticas dos setores mais favoráveis ao golpe.

Apesar de sua esparsa presença, é preciso destacar que as representações anticomunistas fizeram parte da campanha golpista. Mazzei afirma que os semanários amplificavam as declarações de altos oficiais das Forças Armadas que as pronunciavam com base na Doutrina de Segurança Nacional e com motivos concretos como a questão

dominicana que demonstrava o crescimento do comunismo na América Latina. Segundo ele, “*el sobredimensionamiento de este tema tuvo su origen en la necesidad de los golpistas de encolumnar a las Fuerzas Armadas – sin divisiones – detrás de la figura de Onganía, cruzado del anticomunismo*” (MAZZEI, 1994, p. 31).

A crise ocorrida na província açucareira de Tucumán, desde o final de 1965 até o golpe, era outro acontecimento que dava condições para que a propaganda tivesse vínculos com a realidade. A crise política e econômica, seguida da agitação social ocorrida nesta província era o caso ótimo para o fomento do macartismo. *Primera Plana* se ocupou desta temática sem medir adjetivos que sublinhassem a ideia de caos e de vazio de poder.

Outro acontecimento que também serviu para reforçar a ideia do perigo comunista foi a realização da Conferência Tricontinental, ocorrida em Havana, Cuba, no princípio de 1966. A participação de figuras ligadas ao peronismo, como principalmente John Willian Cooke, na reunião entre os setores revolucionários da Ásia, África e América Latina, parecia confirmar a tese da ligação entre o peronismo e as esquerdas radicalizadas de inspiração castrista. Neste sentido, Sidicaro (1993, p. 315, 316) destaca que o jornal *La Nación*, além de identificar Cooke com o comunismo, também chamou a atenção sobre o significado daquela reunião, na qual percebeu a conjunção de estratégias orientadas desde Moscou e Havana às quais aderiram setores do peronismo. O matutino portenho ainda caracterizava de maneira elogiosa a reação do governo Illia sobre a conferência, expressa pelo chanceler Miguel Ángel Zavala Ortiz, na qual foi expresso o descontentamento com as intervenções subversivas estimuladas desde a capital cubana.

César Tcach também argumenta que a campanha golpista construída pela imprensa destinada a um “público líder” – ao enfatizar com vigor crescente que os partidos eram estruturas caducas e ineficientes – alinhava-se à transição que ocorria no seio das Forças Armadas.

*Ya no se trataba de reemplazar al peronismo por un sistema de partido trunco como en 1955, sino de sustituir la política por la administración. Por consiguiente, el antiperonismo trocaba en un antipartidarismo generalizado. Ese antipartidarismo, a su vez, se nutría de la adopción – por las Fuerzas Armadas – del principio de la guerra interna (TCACH; RODRÍGUEZ, 2006, p. 142 e 143).*

Segundo ele, desde o início da década de sessenta, inspirados na doutrina de contrainsurgência francesa na Argélia, os militares argentinos expressavam interna e publicamente que o país estava em guerra contra subversão, a qual identificavam como um grande leque de forças peronistas e de esquerda.

Este autor também apresenta, como mais uma das contribuições para exaltação dos ânimos nas semanas anteriores ao golpe – que merece referência por ser uma das esporádicas representações que alertam quanto ao perigo do comunismo –, as declarações da XXII Assembleia da *Acción Coordinadora de Instituciones Empresariales Libres* (ACIEL), ocorrida em Córdoba na primeira semana de junho de 1966 de que

*el gobierno favorecía la actividad disolvente de grupos minoritarios que incitaban a la ocupación de fábricas y universidades; abriendo las puertas a un proceso que favorecía “la propagación de ideas extremistas que propugnan, directa o indirectamente, la implantación del colectivismo”* (TCACH; RODRÍGUEZ, 2006, p. 149).

E assim, como já previsto na imprensa desde meados de 1965, o quinto golpe<sup>35</sup> da história contemporânea argentina ocorreu em 28 de junho de 1966. Nesta data, no horário previsto, com apenas alguns minutos de atraso, o presidente Arturo Illia, eleito pela população argentina em um contexto de semidemocracia, é retirado da Casa Rosada pelos militares que assumiam, com a participação e o apoio de grandes parcelas civis, o poder na Argentina. Começava, então, a denominada “Revolução Argentina”, uma ditadura que, diferente das anteriores, não se impunha com um caráter provisório e com o objetivo de resolver situações específicas; esta se afirmava com a pretensão e com a promessa de alterar as estruturas do país de uma forma até então desconhecida. Porém, como logo pode se constatar, inclusive no seio dos grupos mais golpistas, as pretensões foram demasiadas e as promessas estiveram longe de ser cumpridas. A ditadura civil-militar de 1966 acabou por contribuir para a degradação das instituições argentinas, degradação que culminou com a sexta e última ditadura, aquela considerada por muitos como a mais agressiva da América Latina.

---

<sup>35</sup> Durante o curto século XX ocorreram seis golpes de estado na Argentina: em 1930, 1943, 1955, 1962, 1966 e 1976.

### 3 DUAS DITADURAS

Entendemos que para avaliar o grau de importância do anticomunismo nos discursos legitimadores das ditaduras sob estudo faz-se necessário uma análise do conteúdo dos documentos produzidos por aqueles que tomaram o poder na década de sessenta, tanto no Brasil quanto na Argentina. Tais documentos têm as mais variadas origens, podendo ser desde complexas elucubrações jurídicas até pronunciamentos improvisados que, a despeito de sua origem oral e pouco elaborada, podem revelar a presença e o nível de proeminência do anticomunismo. As origens ainda podem ser, vale destacar para demonstrar a complexidade inatingível da realidade, pequenos *insights* escritos em pedaços de papéis e que geram, após elaborações que podem envolver diversas mãos, discursos memoráveis.<sup>36</sup>

Neste capítulo objetivamos percorrer uma série variada de documentos que podem denotar, pelo grau de presença ou pela ausência, a importância do anticomunismo no discurso que optamos por chamar de oficial, termo entendido aqui com a restrita acepção de documentos elaborados por pessoas do governo.

Iniciando pelos documentos fundacionais, pretendemos demonstrar qual foi a importância do discurso anticomunista na tentativa de legitimar a tomada do governo no Brasil e na Argentina. Após a análise destes textos inaugurais, trilharemos um caminho possível entre leis e discursos presidenciais encontrados nos peculiares ambientes políticos dos dois maiores países do Cone Sul, visando o entendimento do peso dessa argumentação legitimadora agora no transcorrer da própria ditadura.

Entendemos que, em um primeiro momento, a legitimação do golpe, a construção do consenso em relação a sua necessidade, é prioritariamente discursiva; porém, implantado o novo regime, esta construção passa a ser muito mais ampla e complexa, sendo formada, além de discursos, por medidas nas mais diversas áreas de atuação do governo. Este trabalho foca apenas a ação discursiva legitimadora do golpe e da ditadura, mas é importante salientar a relevância e sinalizar a necessidade de estudos posteriores que se debrucem sobre a análise destas medidas que, dependendo dos locais, das comunidades e dos momentos em que foram efetivadas podem ter sido tão ou mais importantes que as palavras proferidas pelas ditaduras.

---

<sup>36</sup> Como relata Juan Gallardo, funcionário do Ministério do *Bienestar Social* da Argentina, que revela o costume de Onganía escrever papezinhos com ideias e depois repassar para que alguém montasse os discursos que seriam pronunciados em alguma ocasião oficial. GALLARDO, Juan Luis. *De Memoria Nomás: recuerdos políticamente incorrectos*. (livro de memórias inédito, escrito entre 2005/2006).

Focados na perspectiva comparada, buscamos construir um texto fluido e costurado dentro dos limites permitidos por similitudes que possibilitam contatos, com o cuidado de não construir paralelos forçados que neguem as especificidades de cada país. Como nem sempre encontraremos documentos equivalentes que se prestem à comparação (por exemplo: enquanto no Brasil o general Castelo Branco pronunciou um discurso de posse ao assumir a presidência, na Argentina o general Onganía não o fez) vamos comparar conjuntos de documentos que, sob algum critério, podem ser agrupados. Iniciaremos, conforme já indicado, por aqueles que podem ser considerados como fundacionais das duas ditaduras.

### 3.1 O PERIGO VERMELHO NOS DISCURSOS FUNDACIONAIS

Como já afirmamos, todos os regimes entendem a necessidade de se legitimar e, portanto, trabalham para isso. Além de toda a campanha prévia de depreciação dos presidentes dos dois países, e dos movimentos militares que efetivaram os golpes, foram emitidos, nos dois casos, documentos que justificavam a tomada do poder, buscavam legitimação e indicavam as primeiras medidas. Esses documentos inaugurais foram chamados, no Brasil, de Ato Institucional e, na Argentina, de *Acta de la Revolución Argentina*.

O que definimos tratar como conjunto de documentos fundacionais das duas ditaduras é formado essencialmente por estes dois documentos. Porém, acrescentamos outros que estão ligados tanto temporal quanto ideologicamente a estes, mas que não são trabalhados como fontes tão comumente.

Para ampliar a compreensão das justificativas para a tomada do poder no Brasil, incluímos na análise: o manifesto do deflagrador do golpe militar general Olympio Mourão, Comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria, (31 de março de 1964); o manifesto do general Amauri Kruehl, comandante do II Exército (1º de abril de 1964); a autodenominação do general Costa e Silva como comandante-em-chefe do exército nacional (1º de abril 1964); além do discurso de posse do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco na presidência do país (15 de abril de 1964).

Para o caso argentino, tratamos da *Mensaje de la Junta Revolucionaria al Pueblo Argentino*, anexo 1 da *Acta* e texto divulgado nos jornais da época como *Proclama Revolucionaria*; e ainda analisamos a extensa *Directiva para el planeamiento y desarrollo de la acción de gobierno* (04 de agosto de 1966).

Com foco duplo, vamos analisar os documentos que inauguraram as ditaduras civil-militares do Brasil e da Argentina buscando esclarecer qual o lugar do anticomunismo como estratégia legitimadora do golpe nos dois países.

No Brasil, a identificação de um inimigo justificava a atitude das Forças Armadas, que saíram dos quartéis com a alegação da necessidade de “salvar a pátria”. O documento que trouxe a público “a revolução” de forma sistematizada foi o Ato Institucional (AI), primeiramente sem número, mas que devido aos dezesseis que o seguiram, passou a ser conhecido como AI-1. Neste ato, os militares se autoatribuíram a tarefa de combater o comunismo, supostamente endossados pela população que reclamava essa necessidade.

No que se refere à legitimidade, é também na introdução do Ato, quando o Comando Supremo da Revolução se dirige à nação, que surge a falaciosa ideia de que a “revolução vitoriosa se legitima por si mesma”.

Primeiro é estabelecido o conceito de revolução:

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. (apud FICO, 2004a, p. 339)

O documento argumenta que a revolução se distingue de outros tipos de movimentos – ou seja, não seria um golpe – pelo fato, insistentemente afirmado, de o movimento “civil e militar” em questão ser resultado da “vontade da Nação”; e continua:

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constitucional. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destituiu o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. [...] O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe. [...] Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o país. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o

processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que se possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional.

Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação (apud FICO, 2004a, p. 339).

O Comando Supremo sustenta que a “revolução vitoriosa”, tradução do interesse da Nação, tem uma missão restauradora. Tanto o verbo “restaurar” quanto o “reconstruir” são utilizados para descrever as ações necessárias que justificaram o movimento civil-militar em questão. Segundo sua lógica, o Brasil precisava da revolução para ser reconstruído em termos econômicos, financeiros, políticos e morais; a ordem interna e o prestígio internacional tinham que ser recuperados. Nesta missão restauradora também é destacada a necessidade urgente de “drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas dependências administrativas”.

Em conjunto com estas justificativas, o documento – todo ele uma construção legitimadora – afirma que o Poder Constitucional pode se manifestar pela eleição popular ou pela revolução, sendo esta última sua forma mais expressiva e radical. Assim, “a revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constitucional” e, portanto, podem os Comandantes afirmar que ela “se legitima por si mesma”. Desta forma, a revolução teoricamente teria todo o poder – “força normativa” – em suas mãos: pode destituir o governo anterior e constituir um novo; como também pode editar novas normas jurídicas sem necessariamente ser limitada pela normatividade anterior.

Porém, o Ato afirma que a revolução se apressa, junto com a sua institucionalização, a limitar os plenos poderes de que dispõe: para demonstrar que não pretendiam radicalizar o processo revolucionário, os civis e militares golpistas, em uma atitude autolimitante, decidiram manter a Constituição de 1946 (modificando-a apenas no que se referia aos poderes do Presidente da República) e também o Congresso Nacional. Já no final desta introdução que precede os onze artigos do Ato, para não deixar nenhuma sombra de dúvidas, reaparece a afirmação de que a revolução não pretende legitimar-se através do Congresso; pelo contrário, é este que recebe a legitimação através do Ato Institucional.

A princípio, esta construção dispensaria a elaboração de novas formas de legitimação, pois o regime conteria no seu próprio cerne a sua legitimidade. Mas não há dúvidas de que é necessário ir além deste primeiro discurso oficial. Qualquer governo pode afirmar-se como legítimo e esta retórica pode surtir efeitos, mas o que efetivamente se busca é um consenso real mais amplo, mesmo que fabricado, que apoie e dê suporte para o Estado e suas políticas. Como afirma Klein (1978, p. 100), os governos que se instauram por uma via não institucionalizada necessitam “forjar” sua legitimidade *a posteriori*. Legitimidade esta, cujas bases são, dado o processo de construção, instáveis e parecem tender a um esgotamento – tenta-se plantar o consenso, mas o que se consegue, ao fim, é colher o dissenso.

Dessa forma, podemos perceber no AI-1 duas primeiras estratégias. Há referência direta e de forma justificada à ameaça comunista, que estaria infiltrada na cúpula do governo e nas esferas administrativas. E há também a atitude autolimitante e por isso provavelmente passível de maior aprovação por parte da população, de aparente compromisso com as instituições do regime político anterior, manifestado pela manutenção da Constituição, do Congresso e dos partidos políticos, a despeito das limitações.

No entanto, tudo indica que a primeira e principal estratégia de construção do consenso perante a população foi efetivamente o anticomunismo. Segundo nosso entendimento, os indivíduos e grupos que consumaram o golpe civil-militar e os governos ditatoriais que se seguiram usaram, nos primeiros anos, de forte propaganda anticomunista para justificar a tomada do poder e as ações repressivas dela decorrentes, realinhando economicamente a dependência do Brasil ao capitalismo internacional e produzindo uma suspensão na iminente ampliação da democracia política e social do país; processo este que, como veremos adiante, ocorreu de forma distinta na Argentina.

Ao nos remetermos à documentação produzida durante o movimento que derrubou o presidente João Goulart, percebemos que ela também não se furta a identificar a ameaça comunista como um dos principais motivos de sua ação “libertadora”. Os pronunciamentos dos militares golpistas justificam de forma patente a importância atribuída pelos pesquisadores<sup>37</sup> ao “perigo vermelho”. Eles demonstram a centralidade desta oposição e o seu caráter propagandístico.

Inicialmente cabe destacar três significativos documentos produzidos durante o processo de derrubada do presidente. O primeiro deles é o manifesto do general Olympio Mourão, Comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria, que deflagrou o

---

<sup>37</sup> Como Klein (1978), Alves (1984) e Petersen (2004).

golpe em Minas Gerais na madrugada de 31 de março de 1964, após assistir, pela televisão, o discurso de João Goulart no Automóvel Clube. Por ser um manifesto paradigmático, vale a pena ser reproduzido na íntegra:

À Nação e às Forças Armadas:

Faz mais de dois anos que os inimigos da Ordem e da Democracia, escudados na impunidade que lhes assegura o Senhor Chefe do Poder Executivo, vêm desrespeitando as instituições, enxovalhando as Forças Armadas, diluindo nas autoridades públicas o respeito que lhes é devido em qualquer nação civilizada, e, ainda, lançando o povo em áspero e terrível clima de medo e desespero.

Organizações espúrias de sindicalismo político, manobradas por inimigos do Brasil, confessadamente comunistas, tanto mais audaciosos quanto estimulados pelo Senhor Presidente da República, procuram infundir em todos os espíritos a certeza de que falam em nome de um Estado estrangeiro, a cujos interesses imperialistas estão servindo em criminosa atividade subversiva, para traírem a Pátria Brasileira, tão generosa e cavalheiresca.

E o atual governo, a cujos projetos que negam a soberania do Brasil vêm servindo essas organizações, dá-lhes até mesmo a faculdade de nomear e demitir ministros, gerais e altos funcionários, objetivando, assim, por conhecido processo, a desfazer as instituições democráticas e instituir, aberrantemente, o totalitarismo que nega a Federação, a República, a Ordem Jurídica e até mesmo o progresso social.

Tentaram revoltar o disciplinado e patriótico “Círculo de Sargentos”, e, recentemente, essas organizações e esse governo tudo fizeram para desmoralizar e humilhar a Marinha de Guerra do Brasil, na mais debochada e despuddorada ofensa à sua disciplina e hierarquia, que nela devem predominar.

O povo, governos Estaduais e Forças Armadas, animados de fervoroso sentimento patriótico, repelem esse processo caprichosamente executado pelo Senhor Presidente da República, o qual, divorciado dos preceitos constitucionais, negando solene juramento, pretende transformar o Brasil, de Nação soberana que é, a um ajuntamento de sub-homens, que se submetem a seus planos ditatoriais.

Na certeza de que o Chefe do governo está a executar uma das etapas do processo de aniquilamento das liberdades cívicas, as Forças Armadas, e, em nome delas, o seu mais humilde soldado, o que subscreve este manifesto, não podem silenciar, diante de tal crime, sob pena de com ele se tornarem coniventes.

Eis o motivo pelo qual conclamamos todos os brasileiros e militares esclarecidos para que, unidos conosco, venham ajudar-nos a restaurar, no Brasil, o domínio da Constituição e o predomínio da boa-fé no seu cumprimento.

O Senhor Presidente da República, que ostensivamente se nega a cumprir seus deveres constitucionais, tornando-se, ele mesmo, chefe de governo comunista, não merece ser havido como guardião da Lei Magna, e, portanto, há de ser afastado do Poder de que abusa, para, de acordo com a Lei, operar-se a sua sucessão, mantida a Ordem Jurídica.

Juiz de Fora, 31 de março de 1964.

Assinado por mim Olympio Mourão Filho, General-de-Divisão, Comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria.<sup>38</sup>

Considerando que sejam reais as circunstâncias da escrita deste documento, podemos analisá-lo como um grito de indignação de um militar revoltado com a condução política do país. Portanto, parece não haver tanta autocensura na apresentação do motivo primordial para o golpe: o perigo do comunismo. Além disso, considerando também que este manifesto

<sup>38</sup> Disponível no sítio do Grupo de Estudos sobre a Ditadura (UFRJ). <[http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/documentos\\_lista.php?page=6&ncat=1](http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/documentos_lista.php?page=6&ncat=1)>. Acesso em: 24 out. 2009.

deflagrou o movimento militar que derrubou Jango, podemos mensurar o grau altamente relevante da justificativa anticomunista no caso brasileiro.

O general sente-se na obrigação de denunciar tão terrível situação que assola o país: “Os inimigos da Ordem e da Democracia [...] as Organizações espúrias de sindicalismo político, manobradas por inimigos do Brasil, confessadamente comunistas” sendo estes liderados pelo Presidente da República, “chefe do governo comunista”, estão com “certeza [...executando] uma das etapas do processo de aniquilamento das liberdades cívicas” e pretendem “transformar o Brasil, de Nação soberana que é, a um ajuntamento de sub-homens, que se submetem a seus planos ditatoriais”. Diante desta situação, ele conclama “todos os brasileiros e militares esclarecidos” para o processo de restauração do domínio da Constituição. Não há meias palavras. O presidente deve ser afastado do poder de que está abusando em favor da transformação do país em uma pátria comunista.

O manifesto do general Amauri Kruehl, comandante do II Exército e um dos últimos e definitivos militares de alta patente a se decidir pelo golpe, também é um documento que merece ser citado. O general, horas após solicitar insistentemente ao presidente João Goulart o afastamento dos “vermelhos” como condição de permanência ao seu lado, escreve o seu manifesto em 1º de abril:

O II Exército, sob meu comando, coeso e disciplinado, unido em torno de seu chefe, acaba de assumir atitude de grave responsabilidade com o objetivo de salvar a pátria em perigo, livrando-a do jugo vermelho. [...]

A atitude assumida pelo II Exército está consubstanciada na reafirmação dos princípios democráticos prescritos pela Constituição vigente. Inteiramente despida de qualquer caráter político-partidário, visa exclusivamente a neutralizar a ação comunista que se infiltrou em alguns órgãos governamentais e principalmente nas direções sindicais, com o único propósito de assalto ao poder.

O II Exército, ao dar este passo de extrema responsabilidade para a salvação da pátria, manter-se-á fiel à Constituição e tudo fará no sentido da manutenção dos poderes constituídos, da ordem e da tranqüilidade. Sua luta será contra os comunistas e seu objetivo será o de romper o cerco do comunismo que ora compromete a autoridade do Governo da República (apud FICO, 2004a, p. 328).

Apesar de o general se comprometer com a manutenção da Constituição, o ponto principal de seu texto e que justifica a tomada de uma posição contrária ao governo então instituído é o argumento anticomunista. O pequeno manifesto faz oito referências ao perigo do comunismo (considerando-se os termos comunismo, comunistas, Partido Comunista, jugo vermelho e esquerda) e, portanto, reitera o argumento utilizado pelos seus companheiros de farda e pelos civis que efetuaram o golpe. Também cabe destacar a reafirmação do papel salvacionista do exército

No pequeno texto, também de 1º de abril, no qual o general Costa e Silva se autodenomina Comandante-em-chefe do Exército Nacional, além dos formalismos de praxe constam também as primeiras ações na nova posição assumida:

[...] De imediato, o Exmo. Sr. adotou uma série de providências, notadamente nomeações para diversos postos de comando, tendo em vista restabelecer a coesão e a eficiência operativa das grandes unidades do Exército, com o objetivo primordial de assegurar a ordem no país e, sobretudo, de eliminar a subversão dirigida no Rio Grande do Sul por Leonel Brizola.<sup>39</sup>

Aqui as providências primordiais tomadas pelo militar são justificadas pela necessidade de assegurar a ordem e eliminar a subversão, termo que serve, no Brasil e para os conservadores, nesse período em geral e também neste caso específico, para indicar o comunismo.

A referência ao Rio Grande do Sul e a Leonel Brizola está longe de ser casual. No dia em que o texto foi escrito, o gaúcho Jango ainda estava em seu estado natal (o mesmo de Costa e Silva e também de Brizola); e ainda havia manifestações de resistência ao golpe, principalmente da parte de Brizola que, em 1961, havia participado intensamente do movimento que permitiu a assunção de Jango na presidência após a renúncia de Jânio Quadros. Persistiam esperanças de um lado e temores do outro de que a “Campanha da Legalidade” fosse reeditada, como indica a principal manchete de capa da sucursal gaúcha do jornal carioca *Última Hora* do dia 02 de abril: “Jango chegou: Reagirei contra o golpe” (*Última Hora*, 02 abr. 1964, capa).<sup>40</sup>

Como último elemento deste conjunto de documentos fundacionais da última ditadura civil-militar brasileira, incluímos o discurso de posse do primeiro general-presidente, Castelo Branco.

O termo “comunismo” não é utilizado de forma direta no texto pronunciado em 15 de abril por aquele que fora “escolhido” pelo Congresso Nacional para liderar o país nesta nova fase. A construção é comedida e visa, de forma prioritária, o futuro. Porém o texto nos fala muito, pelas suas ausências e pelas suas pensadas presenças.

Podemos dividi-lo de forma didática para esta análise em 6 partes:

<sup>39</sup> Disponível no sítio do Grupo de Estudos sobre a Ditadura (UFRJ). <<http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/48.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2009.

<sup>40</sup> No restante do trabalho, sempre que citarmos informações do jornal *Última Hora*, indicaremos a forma reduzida *UH*, seguida da data e da página da publicação.

Na Introdução são apresentados aspectos mais gerais, como o propósito do presidente, o compromisso com as leis e com as “tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira”, etc.

A Política Internacional é tratada na segunda parte, na qual o novo presidente afirma que a independência continuará como postulado básico e todas as nações amigas, democráticas e livres serão aliadas, bem como “as históricas alianças que nos ligam às Nações livres das Américas serão preservadas e fortalecidas”. Os adjetivos utilizados para descrever os países que contariam com o apoio do Brasil servem para reforçar, mesmo com a ausência literal, a oposição ao “mundo comunista”. A pretensa liberdade sempre foi um dos principais conceitos utilizados na luta de propaganda da Guerra Fria, assim como também a democracia; por mais restrito que seja o sentido desta última, que estava sendo supostamente garantida através de um duro golpe contra a vontade popular.

A referência às “históricas alianças” com as “Nações livres das Américas” pode ser compreendida, na menor síntese possível, como a escolha pelo “mundo capitalista” liderado pelos Estados Unidos da América, a principal “nação amiga”. Amizade reafirmada anos antes pela Aliança pelo Progresso e assegurada pelo instantâneo reconhecimento do novo governo – menos de vinte e quatro horas após o golpe – fruto da participação ativa na preparação do movimento golpista hoje tornada ponto pacífico com os estudos sobre a operação *Brother Sam*.<sup>41</sup>

A terceira parte do discurso trata da “revolução”. Castelo Branco afirma:

Farei quanto em minhas mãos estiver para que se consolidem os ideais do movimento cívico da nação brasileira nestes dias memoráveis de abril, quando se levantou unida, esplêndida de coragem e decisão, para restaurar a democracia e libertá-la de quantas fraudes e distorções a tornavam irreconhecível. Não através de um golpe de Estado, mas por uma Revolução que, nascida nos lares, ampliada na opinião pública e nas instituições e decisivamente apoiada nas Forças Armadas, traduziu a firmeza das nossas convicções e a profundidade das nossas concepções de vida. Convicções e concepções que nos vêm do passado e deveremos transmitir aprimoradas às gerações futuras. Foi uma revolução a assegurar o progresso sem renegar o passado. Vimos, assim, a Nação, de pé, a reivindicar a sua liberdade e a sua vontade, que afinal, e nos termos previstos pela Constituição, se afirmou através do Congresso, legítimo representante dos ideais e aspirações do nosso povo.

Segundo sua lógica, não há qualquer indício de golpe, entretanto na construção dos argumentos foi necessária referência a ele em oposição à caracterização da “revolução”. O sentido apresentado pela introdução do AI-1 é então repetido, com a diferença de um

---

<sup>41</sup> O livro de Carlos Fico (2008) é um dos mais recentes e completos estudos sobre a participação estadunidense no último golpe civil-militar brasileiro.

posicionamento mais afastado das Forças Armadas. Aqui a percepção das distorções da histórica democracia parte das convicções e concepções dos brasileiros, teve início nos lares, foi ampliada pela opinião pública e pelas instituições, conjunto que no fim foi decisivamente apoiado pelas Forças Armadas. Assim, a democracia, a liberdade e o progresso foram assegurados e tudo isso, destaca-se, de forma legítima utilizando a Constituição.

Quem ameaçava a democracia e a liberdade? Apesar de o discurso não citar diretamente, o conjunto de documentos até aqui apresentado não deixa dúvidas sobre o inimigo: o comunismo. Diferentemente do caso argentino, no Brasil não existia outro inimigo à altura deste conjurante pretensamente forte. Não havia algo equivalente ao peronismo, força viva e comandada pelo seu grande representante desde o exílio madrilense. A luta no país era exclusivamente contra ideologias estrangeiras, infiltradas sim, mas com origens distantes.

Outro ponto de diferença com o processo argentino que podemos adiantar é relativo ao importante argumento legitimador que andou lado-a-lado com o argumento anticomunista na primeira fase da ditadura civil-militar: a atitude autolimitante da manutenção da Constituição e do Congresso. A Constituição argentina também foi mantida após o golpe de 1966, mas o Congresso, bem com todo o poder executivo, ficou concentrado na mão da ditadura. Ou seja, como veremos adiante, o argumento da autolimitação, que revelaria certo compromisso com as instituições legais, não serve como estratégia legitimadora para o caso argentino, como aqui serviu.

Na quarta parte Castelo Branco se compromete com o desenvolvimento econômico do Brasil que seria, através da “elevação moral, educacional, material e política”, o centro da preocupação do seu governo. Ainda aqui, ele faz um alerta que revela com quem se aliaria: “o Estado não será estorvo à iniciativa privada; sem prejuízo porém, de imperativo de justiça social devida ao trabalhador, fator indispensável à nossa prosperidade”.

Na quinta parte do discurso a extrema-esquerda é tratada como uma doença para a qual ele e seus aliados têm a solução: “Caminharemos para a frente, com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizerem necessárias”. Essas reformas que deveriam levar a um desenvolvimento não poderiam ancorar-se na “orgia inflacionária”, que devia ser atacada com o sacrifício de todos. Neste ponto, aproximando-se do final, o ditador que assumia o poder faz uma conclamação ao papel de cada um dos brasileiros “na tarefa de soerguimento nacional”. A conclamação volta-se de forma especial para as elites dominantes. Citando Ruy Barbosa, ele afirma:

“É nas classes mais cultas e abastadas que devem ter seu ponto de partida as agitações regeneradoras. Demos ao povo o exemplo e ele nos seguirá”. Cumpram, pois, os brasileiros mais felizes ou mais dotados o seu dever para com a Nação e verão que o Brasil os imitará para a perenidade, glória e concórdia desta Pátria privilegiada.

A figura do povo surge nesta parte final como um reflexo cego da elite “cultas e abastada”. Possivelmente foram os lares desta elite os que identificaram a necessidade de se fazer a “revolução”. O povo, como massa de manobra das estratégias subversivas, não pode muito mais que um títere comandado pelos esclarecidos que detêm o poder.

O discurso de posse do presidente da ditadura que duraria 21 anos, e que impediria uma eleição direta para presidente ainda por mais 4 anos (só em 1989 a sociedade teve o direito de expressar sua vontade, e eventualmente de errar) se encerra com mais uma referência ao seu processo de escolha, visto como natural e honroso:

Os votos dos Representantes da Nação, na escolha para a governar em hora difícil, valem, por certo, pela maior honra que o cidadão poderia receber. A mim, entretanto, proporciona, também, nítida idéia de grandeza da tarefa a que estarei obrigado para corresponder às esperanças da nacionalidade. Direi que a minha humildade de toda uma vida cresce neste instante: - nunca um só homem precisou tanto da compreensão, do apoio e da ajuda de todos os seus concidadãos. Venham a mim os brasileiros, e eu irei com eles para, com o auxílio de Deus, e com serena confiança, buscarmos melhores dias nos horizontes do futuro.<sup>42</sup>

O novo presidente, eleito pelos Representantes da Nação, que, na verdade, apenas referendaram a indicação da Junta Militar, solicita compreensão e apoio dos seus concidadãos justamente no pontapé inicial da crescente restrição da cidadania.

\* \* \*

Na Argentina, a autodenominada “*Revolución Argentina*”, após destituir o presidente Illia, já desgastado perante a opinião pública devido a uma forte campanha de desprestígio, centralizou todo o poder em suas mãos. O Congresso Nacional foi fechado, os partidos e as atividades políticas foram proibidos, os membros da *Corte Suprema de Justicia* foram substituídos, ou seja, toda a estrutura federal do Estado foi dissolvida, diferentemente do ocorrido no Brasil.

<sup>42</sup> Disponível no sítio do Grupo de Estudos sobre a Ditadura (UFRJ). <<http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/50.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2009.

A justificativa para tais atos partiu do grupo que tomou a frente do processo golpista: as Forças Armadas. Como no Brasil, elas se autoatribuíam o papel de única instituição com virtudes suficientes para assumir a organização do país e salvá-lo do perigo iminente:

*El significado y los alcances de este golpe contrastan con las intervenciones militares precedentes. Ya no se trataba de tomar el poder para buscar una salida electoral: había que fundar una nueva Argentina [...]. Ante un gobierno debilitado, sacudido por el Plan de Lucha lanzado por la CGT, el temor de que demasiada libertad desembocara en el temido retorno del peronismo y sirviera de caldo de cultivo para el izquierdismo, los militares se sintieron convocados para transformar la economía y la sociedad argentina (DE RIZ, 2007, p. 26).*

A *Acta de la Revolución Argentina*, documento fundador da penúltima ditadura, descreve uma situação desalentadora:

*[Los comandantes en jefe de las tres fuerzas armadas de la Nación] proceden a realizar un último y exhaustivo análisis de la situación general del país, como así también de las múltiples causas que han provocado la dramática y peligrosa emergencia que vive la República. Ese examen pone de manifiesto que la pésima conducción de los negocios públicos por el actual gobierno, como culminación de muchos otros errores de los que le precedieron en las últimas décadas, de fallas estructurales y de la aplicación de sistemas y técnicas inadecuados a las realidades contemporáneas, han provocado la ruptura de la unidad espiritual del pueblo argentino, el desaliento y el escepticismo generalizados, la apatía y la pérdida del sentir nacional, el crónico deterioro de la vida económico-financiera, la quiebra del principio de autoridad y una ausencia de orden y disciplina que se traducen en hondas perturbaciones sociales y en un notorio desconocimiento del derecho y de la justicia. Todo ello ha creado condiciones propicias para una sutil y agresiva penetración marxista en todos los campos de la vida nacional, y suscitado un clima que es favorable a los desbordes extremistas y que pone a la Nación en peligro de caer ante el avance del peligro colectivista. Esta trágica realidad lleva ineludiblemente a la conclusión de que las fuerzas armadas, en cumplimiento de su misión de salvaguardar los mas altos intereses de la Nación, deben optar, de inmediato, las medidas conducentes a terminar con este estado de cosas y encauzar definitivamente al país hacia la obtención de sus grandes objetivos nacionales [...] (Acta de la Revolución Argentina, 28 de junho de 1966).<sup>43</sup>*

Estes grandes objetivos estão vinculados à Doutrina de Segurança Nacional – arcabouço teórico utilizado pelas facções conservadoras de vários países latino-americanos na justificação de golpes civil-militares. Conforme De Riz (2007), essa doutrina, na Argentina, devido às reelaborações dos intelectuais das forças armadas, como o general Osiris Villegas, coadunava os seus dois principais ramos em um só: o desenvolvimento econômico (suposto nacionalismo irmanado com o capital estrangeiro) e a segurança (leia-se, em síntese, a luta contra a subversão, contra o marxismo); dentro de um sentido em que a segurança era concebida como subordinada ao crescimento econômico. Ainda segundo essa autora, retirar

<sup>43</sup> Acessado em <[http://es.wikisource.org/wiki/Acta\\_de\\_la\\_Revoluci%C3%B3n\\_Argentina](http://es.wikisource.org/wiki/Acta_de_la_Revoluci%C3%B3n_Argentina)>, em março de 2009.

Illia do poder era apenas um primeiro passo deste empreendimento autoritário que não tinha prazos, apenas objetivos de transformação do país.

A *Mensaje de la Junta Revolucionaria al Pueblo Argentino*, o anexo 1 da *Acta* referenciada acima, tem como objetivo apresentar as principais causas do ato revolucionário. Os diários cordobeses *La Voz del Interior* e *Los Principios*, em suas edições de 29 de junho de 1966, publicaram a *Mensaje* na íntegra sob os títulos de *La Proclama Revolucionaria* e *Texto de la Proclama de la Junta*, respectivamente. Seguem excertos das partes mais significativas à nossa análise:

*Nos dirigimos al pueblo de la República en nombre del Ejército, la Armada Nacional y la Fuerza Aérea, con el objeto de informar sobre las causas de la Revolución Argentina.*

*El gobierno que acaba de ser sustituido contó con el anhelo de éxito mas fervoroso y con un crédito de confianza ilimitado por parte de todos los sectores de la vida nacional.*

*Un pueblo se elevaba generosamente por encima de las diferencias de partidos, abrumado por la angustia, los desaciertos y frustraciones del pasado, alentando la gran esperanza que se iniciara de una vez para siempre la marcha hacia la conquista de un destino de grandeza. Sin embargo, la falta de una política auténtica que incorporara al quehacer nacional a todos los sectores representativos, se tradujo en un electoralismo que estableció la opción como sistema.*

*Este recurso vulneró la libertad de elección, instituyendo en los hechos, una práctica que estaba en abierta contradicción con la misma libertad que se proclamaba.*

*La autoridad, cuyo fin último es la protección de la libertad, no puede sostenerse sobre una política que acomoda a su arbitrio el albedrío de los ciudadanos.*

*Sin autoridad auténtica, elemento esencial de una convivencia armónica y fecunda, sólo puede existir un remedo de sociedad civilizada, cuya excelencia no puede ser proclamada sin agravio de la inteligencia, la seriedad y el buen sentido.*

*Nuestro país se transformó en un escenario de anarquía caracterizado por la colisión de sectores con intereses antagónicos, situación agravada por la inexistencia de un orden social elemental.*

*[...] La inflación monetaria que soportaba la Nación fue agravada por un estatismo insaciable e incorporada como sistema y, con ello, el mas terrible flagelo que puede castigar a una sociedad, especialmente en los sectores de menores ingresos, haciendo del salario una estafa y del ahorro una ilusión.*

*Este cuadro penoso sólo podía revertir al exterior una imagen lamentable, sin vigor ni personalidad.*

*Nuestra dignidad internacional ha sido gravemente comprometida por la vacilación y la indiferencia en conocidos episodios.*

*[...] Debe verse en este acto revolucionario, el único y auténtico fin de salvar a la República y encauzarla definitivamente por el camino de su grandeza.*

*A las generaciones de hoy, nos ha correspondido la angustia de sobrellevar la amarga experiencia brevemente señalada.*

*[...] Hoy, como en todas las etapas de nuestra historia, las fuerzas armadas, interpretando el mas alto interés común, asumen la responsabilidad irrenunciable de asegurar la unión nacional y posibilitar el bienestar general, incorporando al país los modernos elementos de la cultura, la ciencia y la técnica que al operar una transformación sustancial lo sitúan donde le corresponde por la inteligencia y el valor humano de sus habitantes y las riquezas que la Providencia depositó en su territorio.*

*[...] La transformación nacional es un imperativo histórico que no puede demorarse si queremos conservar nuestra fisonomía de sociedad civilizada y libre y los valores esenciales de nuestro estilo de vida.*

[...] *Hace ya mucho tiempo que los habitantes de esta tierra bendita no nos reconocemos por nuestro propio nombre: argentinos. Unámonos alrededor de los grandes principios de nuestra tradición occidental y cristiana, que no hace muchos años hizo de nuestra patria el orgullo de América, e invocando la protección de Dios, iniciemos todos juntos la marcha hacia el encuentro del gran destino argentino. Que así sea (Mensaje de la Junta Revolucionaria al Pueblo Argentino, 28 de junho de 1966).*<sup>44</sup>

As referências ao anticomunismo são mais diretas na *Acta* do que na *Mensaje*. A primeira, o documento principal que resume as definições e no qual são apensados 3 anexos, revela, entre outras coisas, a necessidade de reação contra o perigo vermelho. O argumento da *Acta* parte da suposta incompetência do governo de Illia e dos seus antecessores nas últimas décadas na condução dos negócios públicos. Inabilidade que gerou, em primeiro lugar “a ruptura da unidade espiritual do povo argentino”, o ceticismo generalizado, a deterioração da vida econômico-financeira, a quebra dos princípios de autoridade, a ausência de disciplina. Esse ambiente possibilitou uma “sutil e agressiva penetração marxista em todos os campos da vida nacional”, deu guarida ao extremismo e colocou a nação sob o risco de sucumbir ao coletivismo. As Forças Armadas, ao diagnosticarem essa “trágica realidade”, tiveram que cumprir sua missão de salvaguardar a nação, acabando com esta situação e realinhando o país na direção de seus grandes objetivos.

Como se pode perceber, o perigo vermelho está na série do argumento utilizado para justificar a tomada do poder. Entretanto, ele não está sozinho e nem vinculado de forma direta ao governo Illia ou a seus antecessores. Na verdade, é a situação criada por estes governantes que possibilita o avanço da infiltração, ou seja, eles são instrumentos do inimigo por meio de sua incompetência.

Já a *Mensaje*, documento destinado a ser uma espécie de justificativa pública para *el pueblo* (equivalente à introdução do AI-1 no Brasil), repete boa parte dos argumentos da *Acta*, adiciona outros e trata do perigo comunista indiretamente, através das referências aos valores tradicionais. Vale destacar, nesse ponto, que na Argentina a Igreja Católica teve importante papel no desenrolar das duas últimas ditaduras e era considerada um dos pilares do país. A Igreja, simbolizada pela cruz, em conjunto com a espada, representação das Forças Armadas, eram para o conservadorismo argentino a base de sustentação da autoridade e entendidas como unidades indissociáveis.<sup>45</sup>

---

<sup>44</sup> Acessado em <[http://es.wikisource.org/wiki/Anexo\\_1:\\_Mensaje\\_de\\_la\\_Junta\\_Revolucionaria\\_al\\_pueblo\\_argentino](http://es.wikisource.org/wiki/Anexo_1:_Mensaje_de_la_Junta_Revolucionaria_al_pueblo_argentino)>, em março de 2009.

O conteúdo da *Mensaje* refere-se novamente à perda de autoridade e ao ambiente anárquico; a crise econômica é apresentada pela sua faceta de inflação; e também é feita menção à “imagem lamentável” que o exterior tem do país. Além disso, ao reiterar o papel salvador das Forças Armadas, os valores tradicionais da sociedade argentina, do seu estilo de vida, são reforçados: sociedade civilizada e livre, ocidental e cristã. Com isso, a também conhecida como *Proclama* é encerrada como se fosse uma prece, invocando a proteção de Deus e terminando com um “*Que así sea*”.

Ao fazer referência à defesa ou à recuperação desses valores tradicionais, o documento marca território junto ao lado capitalista do globo. Tais atributos são apresentados, nesse caso<sup>46</sup>, em oposição ao comunismo, visto como ideologia estrangeira e destruidora das tradições locais.

Como pode-se perceber, o argumento que traz o perigo do comunismo como justificador do golpe que derrubou o presidente Illia está, sem dúvida, presente nos discursos oficiais. Tal presença no Brasil é ainda mais marcante. O que se torna necessário questionar e reavaliar é qual o peso relativo deste argumento potencialmente legitimador nos dois países. No caso argentino, nos documentos até então apresentados, bem como no próximo, trabalhado abaixo, constatamos, junto com o anticomunismo (elemento exógeno), a forte presença da argumentação sobre a ineficácia do governo deposto e do sistema de partidos argentino (elemento endógeno).

Além disso, cabe destacar que os discursos da *Mensaje* e da *Acta* não fazem menção à questão peronista, a despeito de sua importante participação na vida nacional. Como vimos no capítulo anterior, Smulovitz (1993) já havia afirmado que no entendimento dos grupos que

---

<sup>45</sup> Alain Rouquié, em *Autoritarismo y Democracia* (1994), apresenta um capítulo sumamente esclarecedor sobre os profundos vínculos entre Onganía, o primeiro general presidente da penúltima ditadura, e setores católicos integristas argentinos.

<sup>46</sup> É importante que se destaque a ambiguidade das referências às “tradições” ou às “nossas tradições”. O significado destes termos varia de acordo com o emissor. Se nas expressões dos golpistas pode significar oposição ao comunismo, encontra-se também sua expressão em contraposição a ditadura. O até então presidente da Argentina, Arturo Illia, em um dos seus últimos comunicados, emitido na primeira hora do dia 28 de junho de 1966, quando ainda tentava impedir o golpe destituindo o *comandante en jefe del ejército*, faz uso distinto dos termos, o que serve de exemplo explicativo:

*Un gobierno que ha afianzado la paz en la república, liberando su economía con profundo sentido nacional, y que ha sacado a la Nación del estancamiento, recobrado su prestigio en el mundo y ha hecho que el pueblo recupere la fé en sus instituciones y en sus destinos, se ve en este instante perturbado por el estado de rebelión en que se ha colocado el comandante en jefe del ejército, respondiendo a intereses que no son los de la nación sino de minorías que anhelan destruir las instituciones democráticas, e implantar un régimen contrario a nuestras tradiciones.*

*Conciente de mi responsabilidad ante el país, en mi carácter de comandante en jefe de las fuerzas armadas, he dispuesto el relevo de su cargo del general Pascual Pistarini, lo que ha sido comunicado a las fuerzas armadas, a fin de que se defienda el orden constitucional (Los Principios, 29 jun. 1966, capa, grifo nosso).*

tomaram o poder, a nova liderança deveria estar acima das divisões políticas. Não poderia ser peronista e nem antiperonista. Só assim os objetivos nacionais seriam alcançados.

O documento analisado a seguir é, além da reiteração do diagnóstico, uma carta de intenções, aparentemente aceita por muitos setores da sociedade argentina, na qual fica patente a presença do argumento da ineficácia (no sentido político – falência do sistema de partidos argentinos – e no administrativo), bem como do anticomunismo.

A *Directiva para el Planeamiento y Desarrollo de la Acción de Gobierno* foi enunciada pelo próprio presidente Onganía em conferência de imprensa pouco mais de um mês após o golpe – em 04 de agosto de 1966. Este extenso documento teve como objetivo dar a conhecer as “bases concretas” que orientariam a ação das novas autoridades. Conforme consta em sua introdução, a apresentação dos meios e procedimentos para alcançar os “*altos fines de la Revolución Argentina*” é o que concede importância à *Directiva*, que também acaba por deixar patente a opinião do governo sobre diversos aspectos da vida da nação.

Após a introdução que demonstrou o objeto da reunião com a imprensa, é apresentado um diagnóstico geral da situação nacional cujo título já indica o sentido do seu conteúdo: “*SITUACIÓN GENERAL (ANOMALÍAS EXISTENTES) Es necesario puntualizar, en una somera enunciación, una serie de anomalías, que afectan el desarrollo espiritual y material de la Nación y que sugieren por sí mismas, las medidas que es necesario adoptar*” (p. 5).

Dos quinze itens apresentados, listamos os mais significativos: vigência de um individualismo na sociedade; formação desvinculada do acervo religioso e histórico da nação; descrença e falta de fé no país e em seus administradores; ideia errônea sobre direitos e deveres; desigualdades entre as regiões; distribuição e integração demográfica distorcidas; falta de prestígio da Justiça; insuficiências críticas na educação e na saúde pública.

Além destes, destacamos alguns de especial relevância. Dois deles vinculam-se às posturas ideológicas contrárias ao país:

*e) Desarrollo de una peligrosa infiltración ideológica, bajo las formas más sutiles, que está carcomiendo las raíces profundas del ser nacional, alterando sustancialmente la esencia de nuestro sistema de vida tradicional y cristiano y que se manifiesta, con particular virulencia, en determinados ámbitos culturales y laborales.*

[...]

*j) Existencia de un estatismo que abarca casi todos los sectores de la vida nacional, y limita el espíritu creativo y ahoga la iniciativa, repercutiendo desfavorablemente no sólo en el desenvolvimiento económico, sino que, y por sobre todo, afecta los principios fundamentales que hacen a la persona humana y a la libertad y establece un esquema de organización nacional aprovechable por cualquier extremismo (p. 6).*

Nesse diagnóstico não aparece a palavra comunismo, mas isso não impede que os termos utilizados revelem que é a essa ideologia que o novo governo está se referindo. São repetidos termos utilizados na *Acta* e na *Mensaje*, como “sutil penetração” e “tradições cristãs”. Cabe lembrar que o argumento da *Acta* condiciona esta penetração comunista como consequência da incompetência do governo Illia. O item *j* também vincula à organização nacional, nesse caso um exagerado estatismo, como criador de possibilidades para o aproveitamento do extremismo; o que já revela uma das opiniões da ditadura sobre o papel de intervenção do Estado nas empresas, que deveria ser mais limitado abrindo espaço à iniciativa privada.

Outros itens do diagnóstico dão prevalência à questão da ineficácia da administração pública:

*h) Estructuras funcionales, políticas y sociales ineficaces y desconectadas entre si y entre la Nación, las provincias, los municipios y demás centros de la vida nacional. [...]*

*i) Desarrollo económico lento y distorsionado, sin una explotación integral y racional de las riquezas potenciales de la Nación, agudizado por una acelerada inflación que ha desalentado el ahorro y la radicación de capitales, disminuyendo el poder adquisitivo del pueblo y variado el concepto de país pujante y progresista que se tuvo en el pasado de la Argentina. [...]*

*k) Prevalencia de una burocracia excesivamente desarrollada y en la cual existe una fuerte influencia de política partidista y de factores que conducen a la corrupción (p. 5 e 6).*

Após a descrição destas desalentadoras anomalias – um dos textos em que aparecem de forma mais completa as justificativas para o golpe – o documento ainda se estende por diversas páginas na apresentação das diretrizes que serão seguidas pelas novas autoridades à frente do país.

A introdução da terceira parte do documento, denominada *Bases Fundamentales*, na qual é apresentada a essência embasadora da ação do governo, reafirma o alinhamento ao mundo ocidental e a condenação dos extremismos:

*La Revolución Argentina se nutre del ser nacional y extrae de él sus principios básicos. Defiende la dignidad y el respeto de la persona humana en base a una auténtica libertad; se inspira en la moral cristiana y en los principios culturales, éticos y políticos de la civilización occidental. Condena todos los extremismos y no acepta terceras posiciones ni eclecticismos materiales u oportunistas (p. 6).*

A quarta parte, *Modalidades de Ejecución*, traz peremptórias assertivas a respeito dos limites da ação do governo. Diferentemente dos discursos fundacionais da ditadura civil-militar brasileira, que afirmavam uma pretensa autolimitação, a penúltima ditadura argentina

não fez dessa um dos seus lemas legitimadores. Ao contrário da situação brasileira, o discurso se coadunava com a prática:

*Salvo lo establecido en el Estatuto y los Fines de la Revolución Argentina y en la Constitución Nacional, nada puede limitar la acción de Gobierno de las actuales autoridades. Las disposiciones vigentes, tanto legales como reglamentarias, serán derrocadas cuando se opongan, total o parcialmente, a los objetivos fundamentales de la Revolución.*

*La actual situación argentina exige que se actúe con la máxima energía, decisión y dinamismo. Por ello se concebirán actos de gobierno audaces y renovadores, que dejarán claramente sentado que en la Nación se ha producido algo más que un mero cambio en el elenco gubernativo (p. 7).*

Apesar de ser feita uma referência inicial à Constituição, as frases seguintes demonstram que, em verdade, nada limita este governo, o qual está disposto a mudar o que for necessário para atingir seus objetivos, o que ocorreria com atos audazes e renovadores. Cabe reafirmar que o governo golpista, além de derrubar o presidente, concentrou os poderes Executivo e Legislativo, destituindo governadores, intendentes, senadores, deputados, além de provocar mudanças e exercer forte influência no Judiciário.

As partes seis e sete do documento apresentam de forma bastante estruturada e detalhada o *Plan Nacional de Desarrollo y Seguridad* e o *Programa de Ordenamiento y Transformación*. Conforme a parte cinco do documento, que introduz tal apresentação, o *Programa*, que estabelece as diretrizes para a resolução dos problemas mais urgentes, deveria ser confeccionado ainda em 1966 e colocado em prática no mesmo ano e em 1967; enquanto o *Plan* seria preparado em 1967 e materializado de forma efetiva em 1968.

As diretrizes para ambas partes do documento são muito semelhantes e apresentadas em uma estrutura praticamente igual, formada por todas as áreas da organização nacional segundo a divisão estipulada pelo novo governo: Relações Exteriores, Interior (Governo, Cultura e Educação, Justiça e Comunicações), Economia e Trabalho, Bem-estar Social (Previdência Social, Saúde e Habitação), Forças Armadas. Dada esta semelhança de estrutura e conteúdo, faremos referência apenas àqueles itens que se vinculam aos possíveis argumentos legitimadores do anticomunismo e da ineficácia<sup>47</sup>.

As referências vinculadas ao anticomunismo nesse planejamento são transcritas abaixo:

***Programa de Ordenamiento y Transformación***

*[Area de Interior – Ambito de Gobierno]*

*1. Supresión de las actividades político-partidarias.*

<sup>47</sup> Apesar de o *Plan* ser apresentado antes do *Programa*, faremos as referências na ordem inversa, que corresponde mais adequadamente à ordem de planejamento e efetivação proposta pela ditadura.

- *Proyectar la ley de prensa destinada a garantizar el ejercicio de la libertad de prensa, e igualmente del derecho de libertad de asociación, de reunión, de petición ante las autoridades, etcétera, las que serán restringidas sólo en la medida que aseguren el cumplimiento de la ley 16.894.*

- *Impedir la acción del comunismo y de toda ideología extremista (p. 14).*

[Ambito de Cultura y Educación]

1. Estructura Educacional

- *Impedir el uso de la cátedra para la difusión de ideologías extremistas.*

[Ambito de la Justicia]

- *Legislar sobre los delitos que atenten contra la estabilidad y seguridad interna de la Nación, en particular, actividades de la lucha irregular (p. 15).*

### **Plan Nacional de Desarrollo y Seguridad**

[Area de Interior – Gobierno]

a) *Neutralizar todo tipo de extremismo, en particular el comunismo, que se oponga a la unión espiritual de la población y la disocie del acervo histórico y cultural argentino, así como de nuestro sistema de vida occidental y cristiano.*

e) *Hacer respetar la autoridad, la propiedad y el derecho ajeno (p. 9).*

Como se pode perceber há diversas referências, diretas e indiretas, ao comunismo e à necessidade de seu combate. Não há meias palavras. O documento menciona como itens do planejamento do governo o impedimento da ação do comunismo e a neutralização deste e de qualquer tipo de extremismo que se oponha à união espiritual da nação e a dissocie de seu sistema de vida ocidental e cristão. Na educação também é necessária uma ação especial para que seja impedido o uso das cátedras para difusão deste tipo de ideologia.

Porém, em termos quantitativos, as referências diretas à eficácia, transcritas abaixo, são mais intensas. É certo que a eficácia se subdivide em diversos temas da organização nacional, o que aumenta sua abrangência, mas podemos afirmar que sua presença é mais marcante na definição das diretrizes futuras, como já o foi no diagnóstico. Isso parece demonstrar a validade da hipótese de Smulovitz (1993) acerca da subordinação do argumento anticomunista ao argumento geral da ineficácia.

Seguem as transcrições acerca dessa argumentação:

### **Programa de Ordenamiento y Transformación**

- *Racionalizar la organización y funcionamiento del Correo, a fin de reducir los costos de exploración y posibilitar una mejor prestación de servicios con sus propios recursos, revisando en caso de ser necesario las leyes y disposiciones existentes (p. 15).*

- *Racionalizar administrativamente Agua y Energía, Yacimientos Carboníferos Fiscales y Gas del Estado.*

- [Transportes] *Administrar los servicios estatales que subsistan, con eficiencia y economicidad eliminando las anomalías existentes, a la mayor brevedad, bajo la responsabilidad de los funcionarios a cargo de los mismos.*

- [Transportes] *Racionalizar administrativamente y estudiar los métodos y procedimientos empleados en las distintas tareas y actividades desarrolladas en los distintos puertos [...].*

- [Ferrocarriles] *Eliminar los factores que provocan las deficiencias en la dirección, en todos los niveles jerárquicos, como también en la racionalización de las tareas [...].*

- [Ferrocarriles] *Racionalizar administrativamente la Empresa* [...] (p. 18 e 19).  
*Los servicios de la Administración Pública adolecen en general de serias deficiencias que no conciben con el elevado porcentaje que insumen del ingreso nacional. Asimismo, puede afirmarse que no satisfacen las mínimas exigencias a que puede aspirar una progresista y eficiente comunidad* [...] (p. 20).

[...] *Se adoptarán de inmediato las siguientes medidas:*

- *Se derrocarán todas las disposiciones vigentes que constituyan trabas para una rápida y eficiente prestación de los servicios de gobierno.* [...]

*Sobre la base de nuevos métodos, eliminando todo trámite que no sea estrictamente necesario, se redistribuirán las tareas y se pondrá a disposición el personal excedente* (p. 21).

### ***Plan Nacional de Desarrollo y Seguridad***

- *Racionalizar todo el sistema educativo argentino, fijando claramente sus fines y objetivos, reestructurando sus articulaciones y revisando planes, métodos y orientación de los esfuerzos para adecuarlos a las actuales necesidades de la comunidad. En el desencuentro existente entre los reales requerimientos de la vida moderna, el proceso de industrialización que tiene lugar en el país y la falta de evolución de nuestra enseñanza en todos sus niveles, debe buscarse una de las principales causas del sentimiento de frustración argentino actual* (p. 9).

[*Area de Economía – Eficiencia*] *El alto nivel de empleo y la estabilidad de los precios no son, sin embargo, condiciones suficientes para lograr la transformación y modernización del sistema económico. Los recursos económicos disponibles es necesario utilizarlos con eficiencia, es decir, en aquellas actividades y con tecnologías que rindan el máximo de beneficio social posible.*

*Dentro del sector público el énfasis, en busca de estas condiciones de eficiencia, debe ponerse en las empresas del Estado y en la erradicación de la evasión fiscal. El sector privado deberá tender a reducir sus costos elevados, en cuanto ellos se originan por una mala organización de la empresa y por una política indiscriminada de protección industrial. Se deberá promover de manera muy activa, la apertura de mercados internacionales para los productos industriales que se encuentren en condiciones de competir en ellos.*

[*Lineamientos para el sector público*] *La acción de Gobierno se dirigirá a completar o consolidar la supresión de las ineficiencias, ya iniciada a través del Programa de Ordenamiento y Transformación, a fin de eliminar en forma total los déficit de explotación de las empresas estatales y de prestación de los servicios públicos y obtener así una racionalización administrativa profunda* (p. 10 e 11).

[*Area de Bienestar Social – En Salud Pública*]

a) *Reordenar el sistema de salud sobre la base de una racionalización efectiva de las prestaciones y su coordinación en todas las jurisdicciones, se trate de organismos nacionales, provinciales, municipales, obras sociales, instituciones de bien público u otros.*

*Implantar un sistema hospitalario técnicamente modernizado y adecuadamente financiado, con efectiva participación de la comunidad* (p. 12).

Aqui os termos se repetem nos diversos segmentos de atuação do governo: racionalizar (o mais utilizado); administrar com eficiência e economicidade; eliminar fatores que provocam deficiências; supressão das ineficiências; implantar sistema tecnicamente modernizado e adequadamente modernizado, etc. Tudo indica a necessidade de uma grande transformação na administração nacional. Identificadas as anomalias, interpretada a vontade nacional, os militares e civis que tomaram de assalto o governo estavam apresentando seu plano para alcançar os fins de sua revolução.

Tendo em vista que o objetivo geral desta investigação é a análise comparada do papel do anticomunismo na argumentação legitimadora das ditaduras brasileira e argentina, podemos questionar, nesse ponto, a hipótese da subordinação deste argumento, no caso argentino, ao argumento central da ineficácia do governo anterior e do sistema político até então vigente.

A penetração do comunismo pode ser considerada apenas um argumento a mais, ao lado do antiperonismo (não revelado nos discursos iniciais), das dificuldades econômicas, etc., como formativo de um argumento geral, o da ineficácia, como postula Smulovitz (1993)?

Certamente há sentido na afirmação, porém a mensuração exata não é tarefa simples. Em alguns momentos o perigo vermelho aparece como sendo justamente consequência da debilidade e incompetência da administração Illia; nesse sentido, a ideia da subordinação ganha força. Entretanto, a despeito de uma presença mais intensa de questões gerais vinculadas à eficácia (racionalização, modernização, efficientização) em partes da *Directiva*, a presença do anticomunismo não pode ser comparada à necessidade de efficientização na saúde, nos meios de transporte, nos correios, etc; sua presença é mais marcante e tratada em separado não só nesse documento, mas nos demais analisados.

Um autor que destaca a relevância do anticomunismo no caso argentino é o pesquisador estadunidense Cyrus Stephen Cousins. Em artigo recentemente publicado (2008), ele argumenta que os militares, sob a liderança do general Onganía, asseveravam que o comunismo ameaçava o futuro da Argentina e que a estabilidade social, política e econômica somente seria possível com sua erradicação. Além disso, seus discursos também enfatizavam a necessidade de acabar com a estagnação econômica, a alta inflação, a irresponsabilidade fiscal, o declínio dos investimentos estrangeiros, etc. Entretanto, e esse é o principal argumento de Cousins (2008, p. 65), nos seis primeiros meses, o novo governo dedicou-se com grande energia na tentativa de salvar o país da degradação moral e de acabar com o comunismo, antes de se dedicar à resolução dos problemas econômicos.

Ele desenvolve suas ideias (p. 70) afirmando que a retórica oriunda dos oficiais não se transforma, necessariamente, em ações; e que uma boa forma de avaliarmos o nível de importância dado à miríade de objetivos reformadores escrito por eles, é a consecução efetiva destas propostas e o prazo em que elas se deram.

A implementação de sua retórica no que concerne ao comunismo e à religião, indica que os militares acreditavam que as ideologias de esquerda tinham contribuído para a degradação espiritual da sociedade e de seus valores morais, o que justificava sua feroz batalha anticomunista. Parte deste combate ao comunismo incluía reestruturar a sociedade

para refletir seus valores católicos. Construindo uma cultura moral, os oficiais acreditavam que podiam blindar a sociedade, especialmente os jovens, do avanço da infiltração comunista. Eles transformaram sua retórica em realidade implementando uma campanha de moralidade para interromper as ações consideradas imorais em todo o país, especialmente entre os jovens. E também combateram a propagação das ideologias de esquerda através de uma dura intervenção nas universidades nacionais. Ambas as ações, a cruzada moral e a intervenção nas universidades, ocorreram imediatamente após o golpe, seis meses antes do general Onganía endereçar seus esforços para a problemática economia. Segundo Cousins, “*In their minds* [dos oficiais], *combating communism and immorality was just as important as stabilizing the economy*” (2008, p. 76)<sup>48</sup>.

De qualquer forma, para o nosso interesse na pesquisa, mais importante que esta questão específica que continuará sendo trabalhada no restante deste capítulo, é a constatação da existência do anticomunismo nas construções argumentativas das esferas golpistas argentinas, como ocorrera no Brasil; mais do que isso, também é de suma importância a constatação inicial da fundamental diferença do lugar desta retórica legitimadora nos dois países.

### 3.2 LEGITIMANDO AS DITADURAS

A análise dos documentos fundacionais já indica em suficientes termos a complexidade do processo de legitimação sob estudo e as diferenças entre as realidades de ambos os países, o que nos permite destacar a existência de um anticomunismo brasileiro e de um anticomunismo argentino.

Nesse processo de complexificação da análise da realidade, podemos iniciar o estudo que dá continuidade ao anterior que estava focado nos discursos golpistas fundacionais. Até o final do capítulo, trabalharemos entre indícios com potencial revelador da presença dos anticomunismos nos dois países na continuidade das ditaduras. Agora o foco passa a ser não mais a retórica legitimadora dos golpes e sim as tentativas de justificação, de construção de um consenso sobre as ditaduras já instituídas. Poderíamos objetar com razão que não há

---

<sup>48</sup> “Em suas mentes, combater o comunismo e a imoralidade era tão importante quanto estabilizar a economia”. Tradução nossa.

divisão objetiva entre estes dois momentos: legitimação do golpe e legitimação da ditadura; porém – para maior dificuldade do pesquisador que se vê na obrigação de criar divisões analíticas que são, no fim, artificiais – constatamos que os discursos vão se adaptando progressivamente. Agora que a tarefa de derrubada de um presidente constitucional está feita, suas vinculações com o comunismo internacional ou sua inaptidão em perceber a deletéria penetração da ideologia estrangeira, não podem mais ser justificativas para a ação. A retórica das ditaduras já instituídas precisava, para ter algum sentido, passar por atualizações e é a ela, permanecendo com a perspectiva comparada, que vamos nos dedicar.

Delimitamos aquilo a que chamamos de discursos fundacionais da deflagração do golpe até a posse de Castelo Branco, perfazendo meio mês no caso brasileiro e entre o golpe e a publicação da *Directiva*, fechando aproximadamente quarenta dias no caso argentino. O próximo período estende-se destes momentos até o fechamento de nossa janela temporal em estudo: no Brasil, com o AI-5 em dezembro de 1968; na Argentina, com a queda do segundo ditador, general Levingston, em março de 1971.

No caso brasileiro, não poderíamos deixar de ter como eixo condutor da análise os quatro atos institucionais – desde o golpe, o mais efetivo dos documentos na interlocução entre os militares e civis no poder com a população do país – instaurados até 1968 e que dão o tom do progressivo aumento da repressão da última ditadura brasileira. Além disso, acrescentamos o discursos de Castelo Branco, quando decretou o fechamento do Congresso em outubro de 1966, e o pequeno discurso de posse de Costa e Silva.

Sem dúvida, o Ato Institucional número 2 (AI-2), editado em 27 de outubro de 1965, foi o mais importante documento e o mais significativo movimento da ditadura civil-militar brasileira se considerarmos o período pós-golpe e pré-AI-5.

As interpretações sobre o AI-2 são variadas, principalmente quando se trata do suposto posicionamento moderado de Castelo Branco. O que necessita ser destacado em uma rápida contextualização da edição deste ato, é a inegável (até consensual) interpretação do arrocho do processo ditatorial que aprofundou seu caráter repressivo.

Existiu, e ainda persiste, um mito firmado pela repetição, sobre a suposta moderação do primeiro general presidente. Muitas vezes ele é caracterizado como legalista e como representante de uma ala mais refinada, os intelectuais do exército que seriam mais afeitos às normas constitucionais e que tratariam os “inimigos da Revolução” com mais brandura. Entretanto, nas recentes produções historiográficas estas noções são desconstruídas. Castelo Branco é apresentado, com amparo em pesquisas acadêmicas, como o governante que abriu o espaço e permitiu a ascensão da chamada “linha dura”, aqueles militares mais radicalizados

que se colocavam como guardiões da “revolução” e que não hesitavam em agir através de arbitrariedades. É importante também destacar que a simples dicotomia “linha dura” *versus* “moderados” também está sendo revista. Compreende-se, atualmente, que não podemos pretender a construção de uma tipologia precisa dos grupos militares, pois os diversos critérios de classificação – posicionamento a respeito da tortura, formação militar, laços de lealdade, entendimento acerca do desenvolvimento econômico, etc. – não estão distribuídos de forma uniforme pelo corpo militar.<sup>49</sup>

Conforme afirma Carlos Fico (2004b), Castelo Branco, a despeito da recorrente caracterização moderada, foi o presidente que, após impedir, com suas habilidosas articulações entre civis e militares, a máxima ascensão de Costa e Silva durante o golpe, não conseguiu, durante o seu governo, impedir o crescimento do seu ministro da Guerra – cargo que “sobrou” para o principal líder da “linha dura” – e do grupo radical que a ele estava ligado. No seu governo foram cassadas, demitidas ou passadas para reserva, mais de 4 mil pessoas<sup>50</sup>; foram proibidas as atividades políticas dos estudantes (fechamento da UNE); foram adiadas as eleições presidenciais e foi prorrogado o seu mandato e, por consequência, o próprio golpe. Foi instituído o Ato Institucional nº 2 (AI-2), dissolvendo os partidos e tornando indireta a eleição de seu sucessor; além disso, ele tornou indireta as eleições para governadores; não conseguiu impedir a candidatura de Costa e Silva; e fechou o congresso, logo após a eleição deste, por um período de quase trinta dias.

Triunfado o golpe, era necessário iniciar o processo de expurgos políticos, militares e administrativos que garantiriam e efetivariam as propostas golpistas. E, portanto, Castelo não tardou em entrar em ação, não podia perder tempo, o período de “caça” estabelecido pelo Ato Institucional, duraria oficialmente poucos dias – sessenta para os banimentos políticos e seis meses sem a vitaliciedade e a estabilidade dos funcionários públicos e militares. Assim, milhares de pessoas, aproximadamente 5 mil, foram presas, como tantas foram as cassações, demissões e aposentadorias compulsórias. Houve levas de exilados políticos que buscavam abrigo em outros países, o que não ocorria desde a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Nas atividades de repressão política foi utilizado um instrumento instaurado pelo próprio Ato Institucional: os inquéritos policial-militares (IPMs). Eles se propunham, em

---

<sup>49</sup> Exemplo desta diversidade é o General Ernesto Geisel, penúltimo presidente militar e responsável pelo início da distensão. Ele é reconhecido como “moderado” a despeito de admitir a tortura e o assassinato sob conjunturas específicas. Ver Gaspari (2002).

<sup>50</sup> Para os números dos punidos, ver Gaspari (2002).

resumo, a combater a subversão e a corrupção. Mais a primeira do que a segunda, pois era muito mais fácil perseguir os setores de esquerda e nacionalistas do que os corruptos sem bandeiras partidárias e que por isso estariam junto ao regime, independente de suas propostas. Estima-se que de 1964 a 1966 foram processadas mais de 2 mil pessoas, das quais a um quarto foi recomendado punições, em grande parte, por atividades subversivas.

Dada a morosidade da apuração destes IPMs e o baixo índice de punição, as parcelas militares mais radicais, conhecidos inicialmente como “força autônoma” e que com o passar do tempo constituíram, em termos gerais, a chamada “linha dura”, buscaram e conseguiram ampliar os processos de repressão. Para Fico (2004b), neste momento já estava forjando-se o aparato repressivo que lograria chegar ao poder com o AI-5, em 1968. Esta leitura contrapõe-se àquela que entende o acirramento da repressão como sendo conjuntural e reativo:

Portanto, é fundamental destacar que, se o anseio punitivo que caracterizava a linha dura não surgiu repentinamente em 1968, como reação à opção de parte da esquerda pela chamada “luta armada”, de fato, a partir do AI-5, as diversas instâncias repressivas já existentes passaram a agir segundo o ethos da comunidade de segurança e de informações ou com ela entraram em conflito (FICO, 2004b, p. 37).

A tese sobre a moderação de Castelo Branco se ampara, entre outras coisas, na ideia de que o militar liberal realmente esperava cumprir os papéis revolucionários dispostos no Ato Institucional, “tranquilizando” política e economicamente o país e então encaminharia o exército novamente para dentro dos quartéis. Esta concepção de que no tempo de Castelo vivia-se uma “ditadura temporária”, completamente distinta da fase que se seguiu, quando ocorreu “o golpe dentro do golpe”, não é mais considerada, atualmente, por historiadores como Fico, que entende o regime civil-militar como “a trajetória de surgimento, ascensão auge e decadência do setor conhecido como linha dura”. Ele afirma, desta forma, que “Castello foi complacente com as arbitrariedades da linha dura, não teve forças para enfrentá-la e permitiu, assim, que o grupo de pressão fosse conquistando, paulatinamente, mais espaço e poder” (2004b, p. 33).

Pode-se perceber, politicamente, a ascensão deste grupo durante seu governo. O primeiro ponto que deve ser destacado é a prorrogação de seu mandato. Conforme o AI-1, as próximas eleições, para presidente e vice-presidente, deveriam ocorrer no dia 03 de outubro de 1965, sendo que a posse ocorreria em 31 de janeiro de 1966. O presidente, que se apresentava como um defensor da constituição, da democracia e, portanto, da eleição direta, divulgava, em meados de 64, a sua inclinação a ampliar os direitos de votos. Entretanto o regime conseguiu afastar do seu caminho esta eleição, levando ao Congresso, através do

deputado João Agripino, a emenda constitucional que prorrogava o mandato presidencial até março de 1967. Após a aprovação, em julho de 64, com a maioria absoluta do Congresso, Castelo Branco declarou no programa radiofônico “A Voz do Brasil” o seu descontentamento e revelou, nas entrelinhas, a sua falta de força que permitiu a ascensão dos grupos radicais:

Apesar da minha repetida rejeição à idéia, muitos políticos trabalharam para a sua consecução, formando-se mesmo uma corrente favorável e ponderável no meio revolucionário e político. Agora, é uma situação de fato. Pessoal e politicamente, preferia terminar o meu mandato a 31 de janeiro de 1966. Procurarei, então, cumprir o mandato até 15 de março de 1967 (apud FICO, 2004a, p. 348).

Após mais este afastamento da legalidade, o governo civil-militar se deparou com uma crua realidade: no início de outubro de 1965, a ditadura não passou no teste das eleições diretas para parlamentares e para governador em onze estados.

Como relatou o embaixador argentino no Brasil, Carlos Alberto Fernandez, em ofício ao Ministério de Relações Exteriores do governo Illia datado de outubro de 1965, entre a divulgação do resultado das eleições e a edição do AI-2, o pleito ficou polarizado:

*a pesar de toda la fuerza y énfasis puesta de manifiesto por el Gobierno revolucionario para señalar ante la opinión pública que la revolución no estaba siendo juzgada, la campaña electoral evidenció lo contrario de esta afirmación. [...] los candidatos de las posiciones opositoras [...] se identificaron decididamente con la bandera anti-revolucionaria o por lo menos con las aspiraciones revanchistas de algunos sectores políticos alejados de las áreas del poder (apud SILVEIRA, 2008, p. 134).*

O resultado das eleições, principalmente na Guanabara, em Minas Gerais e em Goiás, demonstraram como seria a eleição direta para presidente marcada para 1966 e esperada por muitos dos civis que apoiaram a derrubada de João Goulart, dos quais Carlos Lacerda é exemplo paradigmático. O embaixador argentino, no documento recém referenciado, demonstra seu entendimento de que mesmo antes dos resultados negativos

*los observadores militares del gobierno revolucionario habían recogido suficiente información como para configurar un cuadro definitivo respecto de las posibilidades electorales que existen para la confrontación convocada para sucesión presidencial [...]. Ello les llevó a la conclusión de que el país no cuenta con suficientes garantías ni posibilidades que le permitan aguantar el impacto de unas elecciones presidenciales, dentro de los términos democráticos normales (apud SILVEIRA, 2008, p. 134).*

Diante desta suposta incapacidade do país de aguentar o impacto de eleições presidenciais em termos democráticos, julgamento de certa forma compartilhado pelo embaixador, três semanas após o resultado do pleito de 3 de outubro de 1965, foi instituído o Ato Institucional nº 2, o AI-2.

Assim como no caso do AI-1, o preâmbulo do documento é significativo por trazer uma retórica argumentativa que não se encontra de forma direta na edição dos próprios decretos contidos nos atos. A primeira frase já é exemplar por reiterar as justificativas anteriores e por manter a “revolução” em um estado presente:

À NAÇÃO

A Revolução é um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro para atender às suas aspirações mais legítimas: erradicar uma situação e um Governo que afundavam o País na corrupção e na subversão.<sup>51</sup>

Antes de comentar esta afirmação inicial, acreditamos que cabe uma sucinta referência ao tempo verbal que presentifica a “revolução” e demonstra a forma complexa como um documento considerado oficial pode ser produzido. Segundo descreve Gaspari (2002), quando da conclusão do preâmbulo – escrito em conjunto pelo então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) Golbery do Couto e Silva, pelo jurista Nehemias Gueiros e por Ernesto Geisel (não fica explícita a participação ou apenas o acompanhamento deste último) – um coronel teria levado o manuscrito para ser datilografado e, no caminho, teria iniciado sua leitura para um conjunto de oficiais:

- A revolução foi um movimento... – começou [o coronel] Moraes Rego.  
- A revolução é um movimento – corrigiu o capitão Heitor Ferreira, sublinhando o “é”. (apud GASPARI, 2002, p. 259)

A sugestão de Ferreira<sup>52</sup> foi aceita e assim, reforçando a permanência da “revolução”, iniciou o AI-2, que continua:

Não se disse que a revolução foi, mas que é e continuará. Assim o seu Poder Constituinte não se exauriu, tanto é ele próprio do processo revolucionário, que tem de ser dinâmico para atingir os seus objetivos. [...]

A introdução justificativa que antecede os novos decretos além de reafirmar a existência no tempo presente da “revolução” retoma, de forma seletiva, argumentações utilizadas no AI-1. A principal delas diz respeito ao poder constituinte que a “revolução” goza devido a sua essência, na esteira da lógica da autolegitimação. Entretanto, neste novo ato é

<sup>51</sup> Os Atos Institucionais nº 2, 3, 4 e 5 foram consultados no sítio do Grupo de Estudos sobre a Ditadura (UFRJ) <<http://www.gedm.ifcs.ufjf.br/upload/documentos>> em novembro de 2009. Para evitar repetições, não inserimos está referência em cada uma das transcrições dos referidos AIs.

<sup>52</sup> Então secretário de Golbery, posteriormente secretário de Geisel e uma das principais fontes privilegiadas utilizadas por Gaspari na escrita de sua coleção sobre a ditadura, tanto que o jornalista destaca sua participação em termos de uma co-autoria.

destacado desde o início o necessário dinamismo que o processo revolucionário deve ter para alcançar seus objetivos. Objetivo este também lembrado: “erradicar uma situação e um Governo que afundavam o País na corrupção e na subversão”. O governo já estava “erradicado”, os investimentos agora deveriam se voltar para a situação vinculada à corrupção e a subversão; sendo que esta última deve ser entendida, na lógica dos civis e militares então no poder, como sendo a ação comunista.

O preâmbulo segue, agora destacando a postura inicial autolimitante da ditadura:

A autolimitação que a revolução se impôs no Ato institucional, de 9 de abril de 1964 não significa, portanto, que tendo poderes para limitar-se, se tenha negado a si mesma por essa limitação, ou se tenha despojado da carga de poder que lhe é inerente como movimento. Por isso se declarou, textualmente, que "os processos constitucionais não funcionaram para destituir o Governo que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País", mas se acrescentou, desde logo, que "destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo Governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do poder no exclusivo interesse do País".

A revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil. Para isto precisa de tranquilidade. Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos, procura colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático. Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional. [...]

Aqui já começa a surgir um texto de maior força. Destaca-se que esta limitação não significava uma autonegação, mas sim o uso do seu poder inerente e exclusivo. Exclusividade que decorre, neste ponto o AI-1 é citado textualmente, da incapacidade dos processos constitucionais em destituir o governo que estava “bolchevizando” – mais uma vez a justificativa anticomunista do golpe e da ditadura é apresentada.

Na sequência, é afirmada a necessidade de tranquilidade para que a “revolução” cumpra o seu papel de reconstrutora do país. Esta tranquilidade estaria sendo ameaçada por elementos da situação anterior que estariam se aproveitando da autolimitação inaugural para desafiar a ordem revolucionária. Porém, afirma o documento, “não se pode desconstituir a revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional”. Sendo assim, o presidente da república, considerando que o país precisa de tranquilidade para o desenvolvimento econômico e para a construção do bem-estar do povo, “e que não pode haver paz sem autoridade, que é também condição essencial da ordem”; e

também considerando o poder constituinte intrínseco da “revolução”, não só para sua institucionalização, mas também para o cumprimento de seus objetivos, edita uma série de artigos que apresentam de forma mais crua as facetas autoritárias e repressivas da ditadura.

O AI-2 transferiu ao Congresso o poder de eleger o presidente da República; reabriu o ciclo punitivo encerrado com a expiração dos prazos do AI-1; extinguiu os partidos políticos, criando o alegórico bipartidarismo;<sup>53</sup> transferiu para a Justiça Militar o dever de julgar os processos políticos; estabeleceu a possibilidade de o presidente decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores em estado de sítio, ou fora dele; entre outras ações de menor impacto.

Em síntese, podemos destacar que as duas mais impactantes medidas, cujas feridas ainda não cicatrizaram em sua totalidade nos dias atuais, foram: a limitação política, com a extinção dos partidos e a impossibilidade de a população escolher o presidente por quase três décadas; e a militarização da ordem política nacional com a transferência dos processos políticos para a Justiça Militar, o que permitiu uma série terrível e interminável de desmandos sem apelação que culminavam com prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos.

Com essas ações, o potencial legitimador daquela estratégia complementar à estratégia anticomunista, utilizada nos primeiros meses da ditadura brasileira citada no início deste trabalho acaba por se esvaziar. Este esvaziamento demonstra o dinamismo do processo legitimador, bem como refirma a tendência, de esgotamento das retóricas de um regime implantado de forma arbitrária. Se esta manutenção das instituições políticas do regime anterior perde seu valor retórico no caso brasileiro – vale destacar que o processo da penúltima ditadura argentina, dado seu rompimento total com a organização anterior, não apresentou esta estratégia – o anticomunismo, por sua vez, novamente citado na introdução do AI-2, ganha relevância na retórica dos civis-militares por agora não estar mais acompanhado.

Diferentemente do AI-2 que significou um considerável aprofundamento da ditadura civil-militar, os dois atos que se seguiram – emitidos no início e no final de 1966 – são menos impactantes em termos de suas definições e em relação à sua retórica anticomunista.

O AI-3, editado em fevereiro de 1966, ampliou o alcance da votação indireta para a escolha dos governadores e vice-governadores dos estados, que passaram a ser escolhidos

---

<sup>53</sup> Com o objetivo de manter minimamente o aparato político anterior, a ditadura “permitiu” a existência de um partido de “oposição responsável”, que deveria oferecer “crítica construtiva” ao governo. Os diversos partidos de oposição associaram-se para formar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que além de ter sérias dificuldades em sua organização inicial, foi paulatinamente limitado na sua ação pelo governo civil-militar. Todos aqueles que se identificavam e apoiavam a “revolução” associaram-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido oficial do governo que, em simples palavras, deveria ganhar sempre.

pelas Assembleias Legislativas. Neste mesmo ato, também ficou estabelecido que os prefeitos das capitais estaduais seriam escolhidos pelos governadores (nos demais municípios ficou mantido o voto direto) e ficaram definidas as datas das eleições do referido ano. Como no AI-2, visando limitar ao máximo as “interferências” do poder judiciário – conforme havia ocorrido nos primeiros meses do governo golpista –, também ficaram excluídas de apreciação judicial as ações praticadas com fundamento no AI-3 e em seus atos complementares.

A introdução do documento, quando mais uma vez a ditadura se dirige à nação, não apresenta a mesma elaboração dos dois primeiros atos. Aqui o texto é mais objetivo e apresenta apenas oito “considerandos” que levaram o presidente da república (“Chefe do Governo da Revolução e Comandante Supremo das Forças Armadas”) a instituir as medidas apresentadas no parágrafo anterior. O documento inicia remetendo-se ao AI-2 para deixar claro, desde o princípio, que o poder constituinte da “revolução” lhe é intrínseco não apenas na institucionalização do novo regime, mas também na continuidade do processo de atendimento dos objetivos a que se propôs. Além disso, os motivos alegados que mais se destacam são:

CONSIDERANDO ser imperiosa a adoção de medidas que não permitam se frustrarem os superiores objetivos da Revolução;  
CONSIDERANDO a necessidade de preservar a tranquilidade e a harmonia política e social do País; [...]  
CONSIDERANDO, mais que e conveniente à segurança nacional alterar-se o processo de escolha dos Prefeitos dos Municípios das Capitais de Estado;

A lógica do discurso civil-militar evoca, como tentativa de justificar as limitações ao direito de voto, a necessidade de proteção dos objetivos da “revolução”; a preservação da tranquilidade política e social do país; e a conveniência em termos de segurança nacional de se alterar a forma constitucional de escolha dos prefeitos de capitais. A interpretação referente ao “despreparo” do país (portanto de sua população incapaz) utilizado para tornar indireta a eleição presidencial é aqui ampliada para os demais níveis governativos.

Após as justificativas para o golpe em si (necessidade de derrubar o governo comunizante), as estratégias legitimadoras passam a ter como foco a criação de um consenso sobre as medidas crescentemente repressivas, porém utilizando-se dos mesmos argumentos, agora em termos mais velados, como por exemplo: necessidade de tranquilidade, segurança nacional, impedimentos para o alcance dos objetivos. Todos estes vinculados ao mesmo e reiterado perigo vermelho.

Neste ato ficou definido que as eleições presidenciais indiretas ocorreriam no dia 3 de outubro de 1966 (um mês depois das eleições para governadores e um mês antes do pleito

para o senado e para câmara dos deputados). Porém o processo de escolha (ou de referendamentação) do candidato do governo não foi tão simples como poderia imaginar a ditadura com a interdição do eleitorado brasileiro e a passagem para forma indireta de eleição definida no AI-2.

No início de 1966, o general Arthur da Costa e Silva havia lançado sua candidatura a presidência da República pelo partido governista, a ARENA. Após a homologação de sua candidatura pelo partido, ele saiu numa espécie de campanha, em viagens por todo o Brasil, prometendo, entre outras coisas, “humanizar” o regime. Em uma destas viagens, no meio do ano, sofreu um atentado no aeroporto de Guararapes, em Recife (PE). Uma bomba explodiu no aeroporto, matando um almirante e um jornalista e deixando quinze pessoas feridas. Foi uma das primeiras ações armadas contra a ditadura. Entretanto Costa e Silva nada sofreu. Após uma pane em seu avião, ele havia chegado de carro à cidade.

Em outubro, sem candidato da oposição, o ex-ministro da guerra foi eleito Presidente da República pelo Congresso Nacional. Na sessão que o elegeu, o partido oposicionista, MDB, absteve-se massivamente. Ainda como fruto da questão eleitoral, Castelo Branco, em um de seus últimos atos significativos como presidente, decretou o recesso do Congresso, em 20 de outubro. Depois de reiteradas críticas da oposição na Câmara dos Deputados contra as cassações e as suspensões dos direitos políticos dos candidatos à eleição legislativa, que ocorreria em novembro, e um esboço de revolta dos deputados em Brasília, o general-presidente, usando dos poderes do AI-2, fechou o Congresso, alegando:

A entrada do Congresso Nacional em recesso obedece exclusivamente à defesa dos objetivos revolucionários em geral e, em particular, à salvaguarda do papel da Câmara e do Senado. O governo tudo fez para contornar a situação criada na Câmara, limitar os seus efeitos, e encontrar uma solução capaz de normalizar a vida do legislativo. Tomaram os perturbadores a nossa serena e prolongada atitude conciliatória como fraqueza do Poder Executivo e desfalecimento revolucionário. Aí vimos, então, que o objetivo não era outro senão o de somente solapar a ordem e desviar os rumos da própria Revolução. Não só o governo viu, mas também a Nação. Não estava havendo sessões na Câmara. Realizavam-se apenas reuniões de uma parte da oposição, que se obstina em empolgar o Congresso pelos processos mais condenáveis, que atingem o próprio decoro do Congresso.

Ajuntamentos, realizados em busca da desordem, não têm nenhuma característica regimental e legal. O insulto, o baixo nível dos pronunciamentos, baixos pelo tom insólito e pelo tipo de conduta pessoal, tudo compromete a dignidade parlamentar e a harmonia entre os Poderes.

[...] A Nação precisa saber que os elementos que se amotinam na Câmara desejaram suprimir a eleição de 3 de outubro último. Não podendo fazê-lo, procuraram perturbá-la e depois dela não participaram. Agora desejam suprimir as eleições do próximo 15 de novembro. E tudo fazem para que a posse de 15 de março de 1967 não se verifique. É uma conduta perturbadora, subversiva, contra-revolucionária (apud FICO, 2004a, p. 362-363).

Nessas justificativas enviadas ao seu ministério, Castelo Branco afirma que o fechamento das principais casas do legislativo foi motivado pela necessária defesa dos objetivos revolucionários, que, na mesma linha argumentativa do AI-2 e do AI-3, estavam sendo ameaçados. Segundo ele, a conduta “perturbadora, subversiva, contra-revolucionária”, principalmente dos deputados federais, tinha como objetivo acabar com a ordem e desviar os rumos da “revolução”. Aqui o perigo do comunismo não é mencionado de forma direta, entretanto as referências ao embate contrarrevolucionário (revolução que tinha como grande objetivo combater a infiltração marxista) e à subversão (palavra polissêmica, mas, como já vimos, utilizada na época e pelos grupos em questão como subversão da ordem ocidental, capitalista, ou seja, ação realizada pelos principais inimigos, os comunistas) são os elementos que nos permitem reconhecer a manutenção da retórica anticomunista como principal argumento na tentativa de construção do consenso afirmativo sobre as ações da ditadura civil-militar brasileira.

Desta forma, o general Castelo Branco possibilitou as eleições legislativas de forma distorcida pelas ausências dos cassados e garantiu a posse do seu sucessor. Uma semana após o fechamento do Congresso, a revista estadunidense *Time* publicava um resumo da crise brasileira e da atuação do presidente.

[...] Depois que a revolução de 1964 o instalou no poder, o presidente Humberto Castelo Branco tem governado o país com uma pragmática mistura de democracia e decretos ditatoriais. À medida que o tempo foi passando, a parte democrática da mistura foi-se tornando cada vez menor. Até que, na semana passada, o pouco que restava de democracia foi temporariamente posto de quarentena (apud *Zero Hora*, 27 out. 1966, p. 8).<sup>54</sup>

A interpretação sobre a gradual escalada do nível repressivo e antidemocrático da ditadura, comentado anteriormente como contra-argumento à tese da moderação castelista, é aqui reforçada por uma interpretação contemporânea aos acontecimentos e a partir de uma imprensa e de um país que, de forma geral, apoiavam as ações do regime de exceção então vigente no Brasil.

Aproximadamente um mês e meio após o fechamento do Congresso, foi editado o último ato institucional do governo Castelo Branco. O AI-4, apesar da simplicidade de objetivos e pobreza de argumentação em relação aos atos aqui já discutidos, é significativo pelo fato de ser a oficialização do processo de implantação de uma nova Constituição. No arremedo de democracia existente, com um Congresso não representativo devido às cassações

---

<sup>54</sup> No restante do trabalho, sempre que citarmos informações do jornal *Zero Hora*, indicaremos a forma reduzida *ZH*, seguida da data e da página da publicação.

e ao bipartidarismo imposto, e também fragilizado pelo recente recesso provocado pelo presidente, foi enviado ao legislativo para “discussão, votação e promulgação” o projeto de Constituição elaborado pela ditadura.

Nos “considerandos” que antecedem a convocação não encontramos referências ao anticomunismo, mas alguns argumentos são reiterados:

CONSIDERANDO que a Constituição federal de 1946, além de haver recebido numerosas emendas, já não atende às exigências nacionais;  
CONSIDERANDO que se tornou imperioso dar ao País uma Constituição que, além de uniforme e harmônica, represente a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução;  
CONSIDERANDO que somente uma nova Constituição poderá assegurar a continuidade da obra revolucionária;  
CONSIDERANDO que ao atual Congresso Nacional, que fez a legislação ordinária da Revolução, deve caber também a elaboração da lei constitucional do movimento de 31 de março de 1964;  
CONSIDERANDO que o Governo continua a deter os poderes que lhe foram conferidos pela Revolução;

A ideia de que o governo civil-militar goza dos poderes conferidos pela “revolução” e o argumento da necessidade de condições para se dar continuidade ao processo revolucionário, referências já presentes nos demais atos, são postos ao lado da consideração de que a antiga Carta já havia sofrido demasiadas alterações e não atendia mais as exigências do país e de que era imperiosa a emissão de uma nova Constituição uniforme, harmônica e que representasse os ideais e princípios da revolução. Adicionalmente e de forma falaciosa, também é citado que o Congresso Nacional seria o responsável pela lei constitucional do movimento de 1964.

Após a passagem pelo Congresso, praticamente sem a aprovação de emendas propostas pelos parlamentares, a ditadura tinha um instrumento, de caráter praticamente outorgado, dadas as condições de sua produção e aprovação, para subsidiar juridicamente suas ações autoritárias. A Constituição de 1967, aquela que ficou sendo válida até a promulgação da atual Carta Magna brasileira, em 1988, pretendia, em suma, institucionalizar o regime civil-militar. Ela contemplou em seu texto o conteúdo dos atos institucionais e dos decretos até então promulgados pela ditadura e centralizou atribuições na mão do poder executivo em detrimento do legislativo e do judiciário.

O general Costa e Silva assumiu o governo no dia 15 de março de 1967, mesma data em que entrou em vigor a nova Constituição. Em seu discurso de posse, muito mais simples e curto do que aquele pronunciado por seu antecessor logo após o golpe, o único ponto que vale

à pena ser mencionado para os interesses da pesquisa é a pequena referência à ação salvacionista do exército, da qual participara, dada a situação caótica em que vivia o país:

[...] Nos longos anos de vida pública, quer exercendo comandos militares e, nos últimos tempos na vivência política, adquiri muito da experiência necessária para governar uma nação. Posso afirmar, assisti ao desdobrar dos episódios dos mais penosos para o nosso país. Ao lado de sua Ex.<sup>a</sup> o marechal Castelo Branco, vivi uma das fases mais difíceis do regime republicano, em que as forças armadas, atendendo as imposições de honra e autoridade tiveram de assumir o poder, a fim de salvar o país do caos. [...] (ZH, 16 mar. 1967, p. central).

Após o paulatino incremento das medidas restritivas, o ano de 1967 transcorreu em relativa tranquilidade, nas palavras de Costa e Silva “quando passamos de uma época de regime de exceção para um regime normal, democrático, [...] um ano bom” (apud GASPARI, 2002, p. 267), o país entrou em um dos anos mais trágicos de sua história. O ano de 1968 ficou marcado como um dos mais agitados e transformadores, em termos mundiais, no breve século XX<sup>55</sup>. No Brasil não foi diferente.

Em 13 de dezembro, foi promulgado o Ato Institucional nº 5, o AI-5, o mais repressivo dos instrumentos oficiais produzidos pela ditadura civil-militar brasileira. Na introdução que precede as novas definições autoritárias, reencontramos as referências justificativas ao perigo vermelho:

[...] CONSIDERANDO que a Revolução brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria" (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964); [...]

Logo de início, o documento se remete aos fundamentos e propósitos da “revolução” de 1964, destacando a necessidade de manutenção da ordem democrática, do combate à subversão e às ideologias alienígenas, e da luta contra a corrupção. Em resumo, rememorou-se de forma introdutória que o principal objetivo da derrubada do presidente constitucional foi a necessidade de salvar o país da corrupção e, principalmente, da subversão.

---

<sup>55</sup> O historiador inglês Eric Hobsbawm (1995), em seu livro “Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991”, situa o século XX entre o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e o colapso da União Soviética, em 1991.

[...] CONSIDERANDO que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou, categoricamente, que "não se disse que a Resolução foi, mas que é e continuará" e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido; [...]

Na continuidade da argumentação é destacado que o novo governo instituído pelo golpe é o responsável pela consecução daqueles objetivos e, para tanto, não pode permitir que forças contrárias o impeçam de tomar as ações necessárias. Também é reiterado o caráter permanente da “revolução”, conforme argumentação construída no AI-2.

[...] CONSIDERANDO, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

Após estas referências ao início da ditadura, a linha de raciocínio apresentada pela ditadura para justificar suas mais autoritárias ações, chega ao presente argumentando que os instrumentos outorgados pela “revolução” – em referência a autolimitação inicial a despeito do seu intrínseco poder instituinte (ver AI-1 e AI-2) – não foram suficientes para inibir a subversão. Pelo contrário, estavam servindo para combater a própria “revolução”. Diante desta situação de risco, ações deviam ser tomadas:

CONSIDERANDO que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária; [...]

Portanto, chegou-se à conclusão que o comunismo internacional, através de processos subversivos e de guerra revolucionária, dentro dos conceitos da Doutrina de Segurança Nacional, estavam colocando em risco as conquistas da “revolução” e dificultando o alcance de seus objetivos. Desta forma, o argumento anticomunista, principal elemento utilizado na legitimação do golpe e das ações do governo ditatorial, é aqui mais uma vez utilizado para justificar a tomada de medidas do regime civil-militar – como já se afirmou, as mais autoritárias até então.

Com isso, percebe-se, dentro do período em estudo, a permanência da retórica anticomunista como uma das principais justificativas das ações da ditadura brasileira. Não se tem a ideia ingênua de que esta foi a única argumentação utilizada pela ditadura. Como já

comentamos, além dos elementos discursivos presentes na busca pelo consenso da população, existem também as medidas concretas utilizadas pelo governo, que tem, em princípio, significativo poder em tomar ações que possam conquistar a simpatia de parcelas da população. Entretanto, dentro da retórica construída pelo governo, foco deste estudo, podemos verificar a grande importância do anticomunismo.

O AI-5 reiterou os conceitos e os poderes do AI-1 e do AI-2, com as cassações, demissões e suspensões de direitos políticos. Mas havia uma diferença fundamental: o quinto ato não tinha prazo de vigência definido, tornando permanentes os controles a ele incorporados. Além disso, o AI-5 ganhou força com os novos poderes atribuídos ao executivo: poder de fechar o Congresso, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores; poder de decretar estado de sítio e prorrogá-lo sem prazo definido; direito de confiscar bens obtidos com a corrupção; e suspensão da garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos.

Com este instrumento foi dado início à fase de maior repressão da ditadura civil-militar. O Congresso Nacional foi posto em recesso. Políticos como Carlos Lacerda, um dos principais conspiradores de 1964, e o ex-presidente Juscelino Kubitschek, foram presos. Artistas que ameaçavam a “segurança interna”, como Gilberto Gil e Caetano Veloso, também foram. Professores universitários foram expulsos e as esquerdas armadas ampliaram-se, reforçando a sua luta com o maior fechamento político. Entretanto, com a repressão instituída, as esquerdas, armadas ou não, foram paulatinamente esmagadas através de prisões, exílios, torturas – cada vez mais cruéis e disseminadas – “desaparecimentos”, “suicídios” e assassinatos.

A censura sofrida pelo jornal *O Estado de São Paulo*, na véspera da divulgação do AI-5, denunciou o expediente que seria largamente utilizado pelas forças repressivas nos anos subsequentes, limitando ainda mais as possibilidades de resistência ao regime. A imprensa televisiva, radiofônica e escrita foi ocupada por censores que impediam, ou limitavam, as veiculações “subversivas” ou contrárias à “Revolução vitoriosa”. Carlos Fico (2004b) destaca a existência de duas censuras durante o regime. A de imprensa, que objetivava limitar as temáticas políticas e que acompanhou o auge desta época de repressão, com o seu profundo agravamento a partir do AI-5; e a de diversões públicas, antiga e legalizada, criada em 1945 que objetivava preservar a moral e os bons costumes, valores tradicionais das elites brasileiras. Inicialmente ela ameaçava as pessoas envolvidas diretamente com o entretenimento, mas com o AI-5 passou a também ter um caráter profundamente político. Segundo o autor, o auge desta censura dos costumes reforçada pelo caráter político dirigido

pelo Estado, ocorreu no final dos anos setenta, quando o regime repressivo já estava perdendo força.

Em termos metodológicos, a partir deste momento (1968), deve ocorrer uma importante mudança no tratamento das fontes de imprensa pelo historiador. Com a censura prévia, os bilhetinhos e os telefonemas para as redações, é preciso levar em conta a ampliação da gama de influências e condicionamentos que devem relativizar a leitura histórica dos textos jornalísticos como fontes primárias. A presença da censura, com suas várias faces: a autocensura do jornalista; a censura interna, dos proprietários dos jornais sobre os jornalistas; e a censura dos agentes de repressão do Estado, todas elas foram reforçadas com o AI-5. Com isso, torna-se cada vez mais difícil a reconstrução ponderada das opiniões políticas dos jornais da época, pois a partir de então há uma forte interpenetração e indistinção daquilo que seria a linha editorial do jornal e daquilo que o governo permitia e pretendia ver veiculado<sup>56</sup>. A janela temporal de análise deste trabalho, no caso brasileiro, termina neste ponto, quando a escrita dos jornais em geral e da *Zero Hora* em específico, pode estar permeada por agentes externos que interferem na consecução de sua linha editorial.

\* \* \*

Como na primeira parte deste capítulo, as fontes utilizadas para analisar os casos específicos do Brasil e da Argentina não são exatamente coincidentes. As realidades peculiares não geram necessariamente os mesmos tipos de documentos. Se no caso brasileiro a ditadura elaborou documentos sistemáticos como foram os atos institucionais, no país vizinho as novas legislações não foram assim nomeadas e não eram sempre acompanhadas de introduções justificativas como as analisadas anteriormente.

Quando realizamos uma pesquisa de história comparada, além da diversidade de documentos gerados por cada situação específica, é necessário também considerar que a disponibilidade de fontes é distinta em cada uma das realidades cotejadas. Por tudo isso, é importante esclarecer que os questionamentos elaborados para cada um dos casos não será

---

<sup>56</sup> Beatriz Kushnir (2004), em sua tese de doutoramento publicada com o nome de “Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988”; faz uma excelente análise daquilo que ela chamou de “colaboracionismo”: as relações espontâneas de colaboração dos donos de jornal com o governo civil-militar no pós AI-5.

respondido, necessariamente, pelos mesmos documentos. Tal fato, contudo, não exige o pesquisador da tarefa de buscar a maior quantidade de pontos de contato entre cada uma das suas distintas fontes para que não incorra no erro de forçar analogias entre elementos essencialmente diferentes.

Sendo assim, o estudo da documentação oficial Argentina, tendo em vista a mensuração do peso do anticomunismo nesta nova etapa que é a legitimação do regime civil-militar já implantado – e não mais do golpe que derrubou o presidente Illia – será focado nos discursos elaborados pelos mandatários da nação a partir de meados de 1966. Como as introduções dos “AIs” podem ser considerados discursos justificativos, entendemos que os pronunciamentos elaborados pelos presidentes e demais membros do governo argentino, nas mais diferentes situações, são elementos semelhantes<sup>57</sup> que permitem a comparação.

Alguns dias após a morte do estudante Santiago Pampillón – a primeira vítima da ditadura argentina, morta após receber um tiro na nuca, efetuado por policiais durante uma manifestação estudantil ocorrida em Córdoba –, o general Onganía participou de evento solene no qual foram trasladados os restos mortais do general Tomás Guido<sup>58</sup> do cemitério da Recoleta à catedral metropolitana em comemoração ao centenário de sua morte. Nesta ocasião, o titular do poder executivo pronunciou significativo discurso no qual, após fazer as devidas menções ao general homenageado e à honrada história argentina, usou o espaço para discursar sobre a “revolução” que comandava:

[...] *La Revolución Argentina, inspirada en los valores espirituales de nuestra tradición, quiere señalar al juicio público, con este homenaje, la figura prócer del brigadier general don Tomás Guido, cuya vida es un ejemplar fecundo de argentinidad.*

[...] *Hace cien años en un día como hoy, se apagaba la vida de este ilustre argentino. Sin embargo, en simbolismo de su existencia se halla presente en el espíritu de pueblo que acueva las fuentes de su historia cada vez que necesita las altas referencias de sus próceres. En estas circunstancias excepcionales de la vida nacional, en homenaje al Brigadier General don Tomás Guido, supera la coincidencia formal de la celebración, para transformarse en un profundo acto de fe argentina destinado a inspirar nuestra conducta.*

*La Revolución Argentina es el recurso auténtico del pueblo que anhela superar el desencuentro nacional, con clara conciencia de que la patria avanza sobre los hechos positivos que congregan y no sobre los episodios negativos que disocian y actúan como remoras de angustia y de discordia.*

*La apelación al pasado es fuente insustituible y poderosa de energía social cuando escoge las acciones que coinciden en el armonioso proceso creador. Seleccionar la*

<sup>57</sup> Deve-se alertar que nestes pronunciamentos, na maioria das vezes, há uma maior liberdade de expressão por se tratarem de discursos eventualmente improvisados e que também não há uma preocupação em termos jurídicos como no caso dos preâmbulos analisados no caso brasileiro.

<sup>58</sup> General, diplomata e político que participara da independência Argentina e da campanha de San Martín pela libertação de outros países americanos.

*contradicción o el equívoco, que forma parte natural de cualquier empresa humana, sólo puede dar satisfacción mezquina al egoísmo, pero nunca a los nobles y sagrados intereses de la Nación.*

*[...] Si hemos de triunfar sobre el desencuentro que tan despiadadamente ha castigado al país en los últimos tiempos, no será con el rencor y el odio que dividen, sino con la generosidad y la abnegación que concilian. Nuestra revolución es la revolución de la Nación Argentina, la que todos aquellos que prefirieron buscar con valentía las grandes coincidencias históricas, la de los que abandonan la prevención y la desconfianza de un verdadero acto de fe y de coraje cívico, que honra al país y compromete nuestro honor y nuestra responsabilidad.*

*Por eso la revolución argentina [no] tiene otro destinatario que la comunidad, ni caben bajo su nombre sectas ni sectores que parcialicen su objetivo nacional.*

*Es hora ya de concurrir todos unidos junto a las auténticas fuentes de inspiración con el espíritu abierto y el corazón dispuesto para la gran empresa a que nos convoca el porvenir.*

*Con firme convicción nos congregamos hoy alrededor de este arquetipo de nacionalidad, cuyos restos mortales descansarán para siempre junto al Padre de la Patria.*

*Invoquemos a Dios para que este simbólico encuentro de los creadores de nuestra Nación, de la única, la indivisible, de la eterna Argentina, fructifique en el amor, la fe y la unidad de la república (La Voz del Interior, 15 set. 1966, p. 10).<sup>59</sup>*

Entre as várias reflexões que este discurso pode suscitar, destacamos duas que consideramos mais apropriadas aos objetivos do estudo: a presença, na fala do presidente, de componentes de ordem política governamental em íntima relação com componentes religiosos e morais; e, mais importante, a reflexão sobre as seletivas referências ao passado.

No discurso de Onganía, os termos de caráter religioso e moral (fé, egoísmo, sagrado, rancor, ódio, generosidade, abnegação, valentia, honra, espírito aberto, coração disposto, amor) se misturam com termos cívicos (*argentinidad*, fé argentina, fé e coragem cívica, arquétipo de nacionalidade, unidade da república). O mesmo já acontecera na *Mensaje* emitida logo após ao golpe, que terminou com um “*que así sea*”, e é facilmente percebido nos demais discursos analisados. Além disso, vale lembrar, o ato de forte caráter simbólico estava ocorrendo dentro da catedral metropolitana, demonstrando o quão estavam ligados os membros da ditadura e os representantes da Igreja Católica argentina (ver ROUQUIÉ, 1994).

Ao mesmo tempo em que busca importantes e honrosas lições na história, Onganía não podia deixar de situar que se referia a um passado específico, pois existiam momentos, justamente os “superados” pelo golpe, que deveriam ser devidamente situados. Quando o presidente se refere à situação superada, ao desencontro nacional que castigara o país nos últimos tempos, ao rancor e ao ódio que dividem, ao fato de não caber abaixo da “revolução” nem seitas nem setores que parcializem seus objetivos nacionais, está fazendo uso da estratégia retórica, já citada anteriormente, de colocar, não só as Forças Armadas, mas todo o

<sup>59</sup> No restante do trabalho, sempre que citarmos informações do jornal *La Voz del Interior*, indicaremos a forma reduzida *LV*, seguida da data e da página da publicação.

seu governo civil-militar, acima do sectarismo deletério da política argentina. Ao se colocar acima da política, o mandatário revela não só sua crítica ao radicalismo do golpeado presidente Illia (que de certa forma pode se considerado um antiperonismo político) mas também, e talvez principalmente, ao maior responsável por essas divisões, o poderoso peronismo. Assim, mais uma vez se confirma a ideia de Smulovitz (1993) que explica o porquê de a ditadura não se declarar abertamente antiperonista e citar com grandes restrições essa força política real. Para conquistar um apoio mais amplo, para tentar construir um consenso na população, não se poderia entrar na lógica da antinomia tradicional, peronistas *versus* antiperonistas; era necessário se apresentar como uma terceira via, negando a política e se colocando de uma forma mais “pura”, acima das tradicionais divisões, em uma atitude mais profissional focada em objetivos.

Dada a sua recorrência nos discursos que se sucedem, tanto nos pronunciados pelo próprio Onganía, quanto nos de seu sucessor, general Levingston, este argumento focado no fim das divisões e na aparente apolítica do novo governo, parece ser efetivamente um dos principais elementos da retórica da ditadura civil-militar argentina de 1966.

Como podemos perceber, não há elementos anticomunistas nem diretos e nem indiretos no discurso da catedral. Entretanto, a mesma página do periódico cordobês que apresentou a notícia sobre a remoção dos restos do general Guido e o discurso do presidente – sob o título de “*Onganía: Nuevo Llamado a la Unidad – SI HEMOS DE TRIUNFAR SOBRE EL DESENCUENTRO, SERA CON LA GENEROSIDAD Y LA ABNEGACION, AFIRMO EL PRESIDENTE*”<sup>60</sup> – também apresenta outra matéria que, essa sim, remete-se ao anticomunismo do governo autoritário.

“*REITERO MARTINEZ PAZ QUE UNO DE LOS OBJETIVOS DE LA REVOLUCION ES NEUTRALIZAR AL COMUNISMO – Severas Penalidades Contendría la Ley \* Otros Tópicos*”; com esse título, a matéria fornecida pela agência de notícia Saporiti<sup>61</sup>, de Buenos Aires, prenunciava uma futura lei anticomunista:

*Buenos Aires, 14. (Saporiti) – Una breve entrevista con los periodistas acreditados en la Casa Rosada mantuvo en las últimas horas de la tarde el ministro de Interior. En primero lugar los representantes de la prensa manifestaron su interés en conocer*

<sup>60</sup> Provavelmente por questões da tecnologia gráfica disponível na época para o jornal *La Voz del Interior*, as palavras dos títulos das matérias que utilizavam letras maiúsculas não apresentavam os necessários acentos gráficos.

<sup>61</sup> Primeira agência de notícias argentina, criada em 1900 (Cf. ULANOVSKY, 2005, p. 52). Deixou de funcionar na década de oitenta do século passado. Durante o período da pesquisa, fornecia, diariamente, boa parte das reportagens nacionais para o jornal cordobês *La Voz del Interior*.

*una versión oficial acerca de las informaciones que algunos matutinos de hoy publicaron vinculadas con una presunta ley de represión del comunismo. El Dr. Martínez Paz contestó que efectivamente, uno de los objetivos de la revolución es neutralizar al comunismo, pero añadió que hasta ahora no hay nada concretado ni decidido. El procedimiento a seguir – añadió – está a estudio (LV, 15 set. 1966, p. 10).*

O Ministério do Interior que, após o golpe, era o órgão responsável pelo Governo, Cultura e Educação, Justiça e Comunicações, tinha à frente, na ocasião, o doutor Enrique Martínez Paz. Como afirma Liliana de Riz (2007), Onganía reivindicou a liberdade de formar um governo com civis, fugindo ao controle das hierarquias militares – fato que reforça a necessidade de caracterizarmos, como no Brasil, esta ditadura como civil e militar. A autora acrescenta:

*Suprimidos los partidos, el reclutamiento de los funcionarios combinó criterios técnicos e ideológicos: la mayoría eran católicos, todos anticomunistas, se definían “apolíticos” y se abrevaban en vertientes que cubrían el nacionalismo conservador y el más progresista en temas sociales; había entre ellos autoritarios y mas moderados en plano político (DE RIZ, 2007, p. 26).*

Quase um ano após a publicação desta matéria, Guillermo Borda, então ministro do Interior, encaminha a Onganía a lei 17.401, mais conhecida como lei anticomunista. Além de expor os vinte e três artigos que compõem a nova legislação, o ministro explica os seus “Fundamentos”:

*Excelentísimo señor Presidente:*  
*1. Viene siendo tema de especial preocupación para este ministerio la situación que denunciara el Acta de la Revolución Argentina y según la cual, al momento de formularse ese pronunciamiento, existía en el país un estado de cosas que había creado “una sutil y agresiva penetración comunista en todos los campos de la vida nacional y suscitando un clima que es favorable a los desbordes marxistas y que pone a la Nación en peligro de caer ante el avance del totalitarismo colectivista”. Y ya en el ejercicio de la responsabilidad de conducir al país no ha sido difícil al Gobierno Nacional establecer en qué medida tal situación importa un riesgo que es necesario neutralizar en resguardo de las instituciones y a la salud de la República (apud BONAVERA et al, 1998, p. 167).*

O texto se remete à *Acta*, escrita logo após o golpe que derrubou Illia, mas se esforça para, desde o início, atualizar a informação afirmando que mesmo passado mais de um ano do novo governo, não é difícil perceber o quão importante continua sendo o risco que a infiltração comunista impõe ao país. Após este referência à *Acta*, Borda também cita textualmente a tarefa de seu ministério explicitada na *Directiva* de agosto de 1966 de “neutralizar todo tipo de extremismo, em particular el comunismo”.

Estabelecidos os antecedentes, avaliadas as circunstâncias e analisadas as implicações sociais e políticas do perigo vermelho, se tornou indubitável que chegara o momento de encará-lo com o projeto de lei encaminhado.

*Es inquietante la penetración que en todos los órdenes de la vida nacional ha logrado la acción disolvente del comunismo en sus distintas versiones y es claro que la inquietud es tanto mayor cuando se advierte que resortes vitales de la educación en todos sus grados han sufrido y sufren esa deletérea influencia, que también se ha hecho sentir de manera notable en los ambientes artísticos y culturales. Existe sin duda un vacío legislativo en lo que hace a la peligrosa infiltración de lo que genéricamente puede denominarse comunismo y que, muy disimulada al principio, se insinúa muy pronto y penetra en seguida con audacia en todos los organismos, instituciones y sectores de la comunidad argentina.*

*Es evidente que esa labor de penetración es muy profunda y difundida y opera con recursos que, por lo insidiosos, son difíciles de controlar por los medios de que normal y ordinariamente puede servirse el Estado para la custodia del orden público y la salud espiritual de la población. Por eso, y en razón de tan excepcional circunstancia, la defensa de esos valores fundamentales exige remedios de excepción, propios de una situación de emergencia que sería inútil y peligroso disimular.*

*Señalo, además, que esa acción está notoriamente ordenada a perturbar y subvertir radicalmente el orden social mediante la utilización de medios que, por su magnitud y eficacia, la tornan de gravedad y la proyectan más allá de las fronteras nacionales; es así que buena parte de nuestra América se ve hoy perturbada y conmovida ante la subversión guerrillera, a la que alimenta la complacencia intelectual de algunos y el egoísmo suicida de muchos.*

*La legislación que se proyecta podrá ser, y ojalá lo logre, tan transitoria como lo sea la amenaza que la justifica y, sin duda, vencida ésta, la natural vitalidad de nuestro cuerpo social, asistida por los poderes ordinarios del Estado, podrá ser suficiente y eficaz defensa contra quienes intentan atacarlo.*

*[...] Es importante subrayar que no se trata de perseguir ni castigar la opinión de los ciudadanos en materia política y social, cualquiera que ella sea, sino la actividad perturbadora o subversiva del orden social inspirada en aquella doctrina.*

*[...] Tales son los lineamientos generales del proyecto de ley que elevo a la consideración de V.E. y que estimo ha de ser instrumento idóneo para preservar el estilo de vida que los argentinos hemos adoptado conforme a la tradición o al modo de ser de nuestro pueblo y que hoy se ve amenazado del modo y con el alcance que se ha visto. Porque la Revolución no sería consecuente con los principios que la han inspirado y la justifican ante la historia, si no asumiera la responsabilidad que le cabe en la efectiva custodia de las instituciones y los valores que definen la fisonomía espiritual de nuestra nacionalidad. En orden pues, a instrumentar y completar la acción de gobierno que en tal sentido V.E. ha puesto en marcha y cuyos objetivos tuviera a bien señalar en las directivas dadas el 4 de agosto del año próximo pasado, se ha preparado el proyecto de ley acompañado, que se ajusta a esas pautas, y que someto ahora a la decisión final del Excmo. señor Presidente. Dios guarde a V.E. (apud BONAVERA et al, 1998, p. 168-170).*

O texto que justifica a lei revela uma situação de emergência, de circunstâncias excepcionais diante das quais o governo da “revolução” não poderia furtar-se de cumprir seu papel de defensor das instituições e dos valores que definiam a nacionalidade argentina. Segundo esta argumentação, existia no país uma penetração aprofundada e bastante difundida do comunismo, ou do que genericamente pode denominar-se comunismo. Penetração esta que era mais sentida nos meios educacionais, artísticos e culturais, mas que estava orientada a

subverter radicalmente a ordem. Tal situação extrapolava as fronteiras nacionais, sendo que boa parte da América estava perturbada e comovida ante a subversão guerrilheira.

Configurada esta situação de perigo excepcional, a qual seria inútil e negligente dissimular, o governo considerou que eram necessários “remédios” de exceção. Com isso foi criada a lei anticomunista que deveria ser tão provisória quanto a ameaça que ela pretendia destruir.

A nova legislação se dividia em duas partes: qualificação e delitos. Em relação à qualificação, ficou estabelecido que qualquer pessoa física ou de existência ideal (jurídica) seria considerada comunista se realizasse atividades comprovadas de indubitável motivação ideológica comunista, incluindo atividades anteriores à lei. A tarefa de analisar esta qualificação era atribuição da *Secretaría de Informaciones de Estado*, e os “qualificados” teriam certos direitos de recorrer na tentativa de provar sua não vinculação com a doutrina comunista. Uma vez qualificados, os indivíduos estavam inabilitados a: obter cidadania; desempenhar funções públicas em todos os âmbitos; exercer a docência em estabelecimentos públicos e privados; obter bolsas ou subsídios oriundos do Estado; obter licença ou instalar equipamentos de rádio, instalar, adquirir, dirigir ou administrar emissoras de rádio e televisão; administrar estabelecimentos de produção de explosivos e armas de fogo; administrar gráficas e editoras; adquirir propriedades nas zonas de segurança da nação; desempenhar cargos diretivos em associações profissionais de empregadores ou trabalhadores. Além disso, a lei proibía o ingresso no país de estrangeiros comunistas sem a devida autorização e estabelecia os mesmos critérios de qualificação a instituições, que poderiam sofrer intervenção do Estado. A nova legislação também permitia que a pessoa qualificada pudesse pedir sua reabilitação – retirada da qualificação – de cinco em cinco anos.

No que se refere aos delitos, a nova lei estabelecia, entre outras coisas, que seria reprimido com prisão de um a oito anos todo aquele que realizasse, com indubitável motivação ideológica comunista, atividades proselitistas, subversivas, intimidatórias ou gravemente perturbadoras da ordem pública. Ademais, a mesma pena seria aplicada aos que formassem centros de doutrinação; arrecadassem fundos mediante coletas, rifas, atos beneficentes ou similares; mantivessem vínculos de dependência operativa, econômica ou ideológica com estados estrangeiros ou com partidos, movimentos, organizações ou entidades extranacionais. Ainda, as penas duplicariam quando os casos citados ocorressem em tempo de guerra e se o responsável pelo delito estivesse na condição de reabilitado da qualificação de comunista.

O conteúdo justificativo dos fundamentos da lei 17.401, que apresenta uma conjuntura de extraordinário perigo, bem como a rigidez dos artigos estabelecidos por ela, podem dar a ideia de que o anticomunismo tenha tido um papel destacado nas justificativas das ações da ditadura civil-militar argentina, como ocorrera no Brasil. Entretanto, podemos afirmar, desde já, que, dentro de nossa pesquisa, este é um dos documentos oficiais encontrados no qual o anticomunismo é utilizado de forma mais extensiva; pelo motivo óbvio de ser essa uma lei elaborada justamente para atacar o presumido perigo. Também é preciso destacar que a apresentação do problema com tal gravidade e a força da argumentação sobre a necessidade de uma ação ofensiva por parte do governo formam um desvio da linha comumente encontrada nos discursos da ditadura argentina. O pesquisador pouco sério poderia usar uma fonte como esta para forçar uma similitude na comparação com o caso brasileiro, no qual, como já vimos, o anticomunismo teve um papel mais preponderante como argumento legitimador.

Uma semana antes da promulgação da lei anticomunista, em 15 de agosto de 1967, o presidente Onganía concedeu uma conferência de imprensa, a segunda desde que assumira o governo, na qual respondeu mais de cento e cinquenta perguntas enviadas por escrito previamente. Os questionamentos ao primeiro mandatário versavam sobre os mais diversos temas do país, desde assuntos econômicos até sobre ajuda a refugiados palestinos, passando por questões políticas nacionais e internacionais. Entre as perguntas, podemos destacar, dado o interesse da pesquisa, aquelas que vinculavam-se ao tema anticomunista:

*La ley anticomunista – Preguntado a continuación sobre la anunciada ley anticomunista dijo [o presidente] que, en efecto, es inminente su promulgación. Indicó empero, ante otra consulta, que no cabía duda que tratándose de luchas ideológicas la represión es el medio menos eficaz para hacer triunfar la propia ideología. En lo que atañe al comunismo creo – dijo – que el mejor medio de combatirlo es promover un gran desarrollo y poner de manifiesto las ventajas morales, culturales y económicas de una democracia ordenada y vigorosa. Pero existen algunos momentos en que, frente a un enemigo que no vacila en utilizar los medios insidiosos y paralelamente los más violentos, no cabe otra alternativa que la represión. Cuando lo que está en juego es nuestro destino cristiano de la vida, se hace necesario apelar a recursos extremos, por más desagradables que nos resulte su aplicación.*

*El general Onganía complementó esas manifestaciones expresando que la ley no sanciona las ideas sino los hechos que se producen como consecuencia de ellas y que contendrán las máximas garantías contra toda posible arbitrariedad. Requerido sobre si la ley anticomunista será seguida de otras de carácter similar con respecto a las actividades de los extremismos de derecha, contestó que la revolución ha sido clara al repudiar los extremismos de izquierda y de derecha, pero que indudablemente el mayor peligro actual es el comunismo.*

*Es por ello, dijo, que la preocupación mayor del gobierno está especialmente dirigida a prevenirse contra él. Cuando se manifieste con igual intensidad algún extremismo de derecha, también se adoptarán las medidas que sean del caso (LV, 16 ago. 1967, p. 8).*

As palavras de Onganía em sua coletiva antecederam a linha que a lei apresentaria. Apesar de o presidente não exagerar na identificação da emergência, seu discurso destaca que, em se tratando de extremismo, o maior perigo ao país era o comunismo, e que a repressão devia ser usada apenas em momentos de maior risco; como aquele em que vivia a Argentina de então, com o seu destino cristão de vida pretensamente ameaçado.

Em comemoração aos dois anos do golpe civil-militar que derrubou o presidente Arturo Illia, o general Onganía pronunciou um discurso, transmitido em cadeia nacional de rádio e televisão, em meio a um contexto bem menos favorável do que aquele de junho de 1966. Em 1968, não só o mundo estava em convulsão – é necessário destacar a situação do Brasil, vista anteriormente –, mas também a Argentina, que vivia dias com protestos estudantis e sindicais, muitos dos quais violentos, e com o governo sendo alvo de crescentes críticas, das quais se destacavam as oriundas dos políticos dos partidos extintos. Segue, abaixo, a transcrição completa do discurso do presidente:

*Cuando en esta misma fecha del año 1966 asumí la presidencia de la nación, manifesté que era necesario producir en la república un cambio fundamental, una verdadera revolución que devolviera a los argentinos su fe, su confianza y su orgullo. Las circunstancias que el mundo vive en este aniversario del gobierno revolucionario convierten esa necesidad en un mandato imperativo e ineludible. Restablecido el principio de autoridad, asegurada la estabilidad dentro del orden y en libertad, consolidadas las acciones tendientes al ordenamiento financiero, administrativo y jurídico del país, todo es o será, puesto al servicio de la revolución anhelada por la sociedad argentina y exigida por las nuevas condiciones que [inlegível] al mundo moderno. Cambio social dentro del orden será la respuesta argentina a los hechos que vienen sacudiendo dramáticamente a otros pueblos de todos los continentes, desarrollados y subdesarrollados, democráticos y totalitarios. El inconformismo de las nuevas generaciones – que, en otros países niegan su consenso no solo a la autoridad familiar o política sino a la misma sociedad a la que pertenecen – provoca que en [inlegível] rebeldía se vuelquen a las ideas anárquicas del siglo pasado, que asuman una postura de total negación por no encontrar cauce a sus impulsos adecuada orientación de los dirigentes ni valores espirituales de suficiente trascendencia que satisfaga sus ideales. Ideales que van más allá de los resultados de un desarrollo obtenido sobre la base exclusiva de motivaciones materialistas. El cambio social que la época reclama no se reduce, hoy, a una justa armonización de las relaciones entre el capital y el trabajo. Las necesidades [inlegível] aspiraciones son mucho más complejas y afectan de modo diferente a todos los sectores sociales, porque a todos alcanza la crisis actual. Por ello debe vitalizarse, como nunca, el espíritu de solidaridad, para que, en un ámbito de justicia, autoridad y libertad, vaya abriendo los caminos que nos permitan arribar a una convivencia acorde con los nuevos tiempos y con los valores permanentes que conforman nuestro ser histórico y constituyen el basamento de nuestra sociedad. Si la Revolución Argentina se detuviera en un modesto cometido de apaciguar al país, corregir errores y subsanar deficiencias para un retorno liso y llano al pasado, cometería un fraude irreparable, un cínico engaño a las jóvenes generaciones y pondría a la nación en el trance de que sus principios tradicionales sean arrollados por el caos y la anarquía.*

*En este nuevo aniversario hago llegar un saludo a todos mis conciudadanos que superando los viejos enconos y dando la espalda a quienes suman al resentimiento personal su alianza con ideologías foráneas, demuestran con callada elocuencia, sacrificio personal y amor a la patria, su decidida voluntad de hacer una revolución argentina (LV, 30 jun. 1968, p. 29).*

O general escolheu enfatizar, nessa comemoração, que os motivos originais da “revolução” se tornaram imperiosos diante das circunstâncias do mundo. Destacou também que a resposta argentina a esta situação era a “mudança social dentro da ordem”. Tais mudanças não se limitariam em uma harmonização das relações entre capital e trabalho, mas teriam uma profundidade mais transcendental, centrada nos valores tradicionais da sociedade. Inclusive, o presidente apresenta sua interpretação de que o inconformismo das novas gerações, que caminham para as ideias anárquicas do passado, ocorre pela falta de orientação adequada dos dirigentes e pela falta de valores espirituais suficientes. Mais uma vez, Onganía mescla em seu discurso os elementos religiosos tão afeitos ao seu caráter e ao grupo que estava à frente da ditadura, negando as origens sociais dos protestos que explodiam em todo mundo, inclusive no país em que governavam.

Apesar das manifestações já terem se iniciado ao longo deste ano, na Argentina, o famoso “maio de 1968” chegou com um ano de atraso. Em 1969, a população do país protestou de forma generalizada.

Durante os acontecimentos de maio, mais precisamente no dia 19, logo após o assassinato de dois estudantes que protestavam em províncias do interior do país, Guillermo Borda, ministro do interior, se dirigiu à nação em cadeia de rádio e televisão. Seu discurso foi reproduzido em *La Voz de Interior* do dia seguinte sob o título: *Borda: Llamado a la Reflexión – Culpa a la Extrema Izquierda y a Políticos*. Segue a transcrição de seu pronunciamento:

*En el curso de 48 horas, dos jóvenes estudiantes han sido inmolados en Corrientes y Rosario. Todo el país se siente conmovido con esta dolorosa pérdida, que el gobierno de la Revolución Argentina, deplora profundamente. Respetamos y compartimos el dolor de los padres de las víctimas. Igualmente deploramos las heridas sufridas por los agentes del orden.*

*En estas circunstancias, el gobierno considera su deber hacer un llamado a la reflexión. Los desórdenes ocurridos en Corrientes – y que luego habrían de repercutir en Rosario – carecieron de todo motivo que pudiera justificarlo. El pretexto fue la decisión de las autoridades universitarias de elevar el precio de la comida estudiantil de 25 a 57 pesos.*

*Es obvio que un medida tan razonable no podía dar motivo a que se organizaran ollas populares, ni para realizar el intento, afortunadamente frustrado, de agresión al rector. Ni para desencadenar la ola de desórdenes y destrozos que en aquella ciudad culminaron con el desgraciado suceso. Resulta si muy claro, que el clima de violencia ha sido provocado por elementos de extrema izquierda y por algunos políticos, que en estos días se han mostrado particularmente activos. No ha faltado*

*tampoco algún dirigente gremial que interesado, más en satisfacer sus ambiciones personales, que en el auténtico bien de los trabajadores intenta aprovechar las circunstancias para inducirlos a servir a sus mengados propósitos.*

*Si para los espíritus desprevenidos pudiera quedar alguna duda de que la verdadera causa de los desórdenes es la que he señalado, ella ha quedado disipada con el atentado de anoche, en el que agente de policía que vigilaba la casa del rector de la Universidad de Rosario, fue atacado desde un automóvil con una ráfaga de ametralladora, que por verdadero milagro, solo lo hirió superficialmente en la cabeza.*

*Nadie puede sensatamente creer que tan criminal acción pueda ser obra de estudiantes.*

*En tres años de ejercicio del poder, el gobierno de la revolución ha dado muestras inequívocas de su repugnancia por el uso de la fuerza, de que más que vencer, prefiere convencer; pero también ha dado testimonio irrecusable de su propósito de mantener firmemente el orden, sin el cual no es posible la convivencia.*

*La universidad tiene para la Revolución Argentina, una importancia particularmente trascendente. Estamos dispuestos a realizar en ese campo los mayores esfuerzos, conscientes de que allí se elabora lo que la sociedad argentina será en los próximos 30 o 40 años. Y por ello mismo, todo lo que altere la vida de las aulas, el sereno estudio de las ciencias, la labor de investigación, será inexorablemente reprimido, con la máxima prudencia, pero también con la máxima decisión.*

*No nos preocupa que los universitarios argentinos tengan inquietudes e impaciencias; por el contrario, deben tenerlas, pues no se concibe un país dinámico con una juventud conformista. Por ello mismo, los estudiantes son los primeros interesados en evitar la formación de un clima que impida que aquellas inquietudes fructifiquen, porque nos es posible confundir inquietudes con violencia.*

*Es ésta la que debe extirparse de la universidad, pues ya se sabe que desgraciadamente, la violencia engendra la violencia. Apelo al buen sentido y a la claridad de juicio de nuestros estudiantes universitarios para que no se dejen arrastrar por agitadores profesionales, que favorecidos por la emoción de las vidas caídas, pretenden utilizarlas como punta de lanza para servir intereses políticos extrauniversitarios. Nuestro pueblo quiere, exige paz, la paz auténtica que se nutre en la justicia. La revolución no escatimará esfuerzos para proporcionársela (LV, 20 maio 1969, p. 10 e 11).*

A fala do ministro tenta convencer que não havia motivos que justificassem as manifestações estudantis e que os verdadeiros orquestradores de tais movimentos eram elementos da extrema esquerda e alguns políticos não discriminados. Ele ainda acrescenta que esta constatação se comprova com o atentado a bala que o reitor da Universidade de Rosário sofrera na noite anterior.

O ministro, o mesmo que teve a tarefa de elaborar a lei anticomunista comentada anteriormente, não vincula em seu discurso estas ações da esquerda com um perigo maior contra o qual a revolução estaria lutando, nem se refere à lei e às suas ações, que se aplicariam neste caso, já que as constatações sobre as causas eram muito claras. Borda apenas tenta explicar os fatos esvaziando os motivos dos estudantes e demais protestantes, utilizando-se de uma estratégia conhecida e também utilizada pela ditadura no Brasil. A ideia é afirmar que não há motivos para as manifestações, a despeito da realidade do país, e que os estudantes, neste caso, são utilizados por forças extremistas. Por isso, o apelo final para que os estudantes

não se deixem arrastar por “agitadores profissionais”. Busca-se, com isso, esvaziar as consequências das mobilizações populares, afirmando para a população em geral que, em verdade, não há problemas no governo da ditadura, exceto a perigosa ameaça da infiltração esquerdista.

Alguns dias depois, Córdoba, a segunda província em concentração industrial do país, viveu um acontecimento chave para a história da ditadura civil-militar. No dia 29, uma greve geral coordenada pelas centrais sindicais se transformou em um movimento de grandes proporções. Os trabalhadores abandonaram as indústrias e, dos quatro cantos da cidade, marcharam em direção ao centro para participar de um ato em frente a CGT. A este grande contingente, se somaram levadas de estudantes. A multidão, em conjunto com franco-atiradores localizado nos topos dos prédios, fez com que a polícia se retirasse. Os manifestantes, com a cidade tomada, provocaram uma grande onda de destruição, focada, principalmente, contra as propriedades de empresas estrangeiras. A rebelião só foi debelada com a tardia chegada do Exército (Cf. DE RIZ, 2007, p. 71).<sup>62</sup>

Segundo De Riz,

*Reuniendo a obreros y estudiantes, el estallido social en Córdoba ofrecía la prueba de que se había abierto un camino, la señal de que algo diferente y nuevo era posible en el país. No previsto ni por el gobierno ni por la oposición, los misterios que encerraba le dieron la fuerza de un símbolo y la capacidad de servir a los más variados proyectos políticos (2007, p. 74).*

Assim, deste momento em diante, com este “caminho aberto” as oposições ao governo começaram a se expressar com cada vez mais intensidade. Diante deste “algo novo”, as pressões e as críticas à ditadura se agudizaram e os protestos, algumas vezes violentos, tornavam-se mais frequentes. Isso tudo contribuiu expressivamente para a desestabilização da presidência de Onganía e, em última instância e somado a outros fatores, abalou as bases da própria ditadura.

Nos dias imediatos ao *Cordobazo*, a população argentina ansiava por um discurso do presidente quando, em 4 de junho, Onganía se dirige à nação em um forte pronunciamento que também responsabiliza o extremismo pelos trágicos eventos do mês anterior:

*Cuando en paz y con optimismo la República marchaba hacia sus mejores realizaciones, la subversión, en la emboscada, preparaba su golpe. Los trágicos hechos de Córdoba responden al accionar de una fuerza extremista organizada para producir la insurrección urbana. Allí están reflejados en víctimas y en sangre, en humo y fuego, en barricadas y destrucción, los únicos propósitos de los*

---

<sup>62</sup> Ver também Brennan e Gordillo (2008).

*insurrectos. La consigna era paralizar a un pueblo pujante que busca su destino, la guerra civil a cualquier precio. Manos argentinas fueron las que mayor saña pusieron en la tarea bochornosa de destruir el nuestro.*

*[...] Ninguno de ellos quiso incendiar Córdoba. Ninguno intentaba arrasar las formas esenciales de nuestro modo de vida. No han sido reacciones emotivas ni descontentos, ni otras causas similares que se pueden y se deben considerar y solucionar, las fuerzas motrices del incendio de Córdoba; es fácil reconocer que de dichas circunstancias se ha servido la violencia planificada y coordinada a costa aún de traicionar la buena fe de aquellos que utilizó en gran medida.*

*Durante las etapas preparatorias, algunos órganos de prensa difundieron noticias distorsionadas que alentaban los propósitos de los organizadores del caos.*

*[...] La revolución no pide venganza, pero hace justicia. Aun que las sombras escondan a muchos de los responsables de los estragos y de las muertes de Córdoba, quienes han sido condenados deberán soportar las consecuencias de su acción. No habrá argucia legal que los redima. Hemos distinguido entre el muchacho que unió su esfuerzo a la barricada y arrojó su leña al fuego, aquel inclusive que manejó un arma al servicio del desorden, de quienes metódica y pacientemente prepararon el estallido.*

*[...] El terror y la sangre, la destrucción y el incendio no pueden ser jamás la contestación argentina a ningún mal que nos aqueje por grave que sea.*

*El suceso de Córdoba es el precio que al país ha debido pagar por conducir un proceso revolucionario en libertad, sin presos políticos, sin estado de sitio, sin diarios clausurados.*

*De poco valdría haber reprimido la subversión si esta lograra su objetivo de privarnos de libertad. El país continuará siendo un país de hombres libres. No hemos necesitado estado de sitio ni prensa amordazada. Pero no olvidemos que la libertad sólo puede existir en un clima de responsabilidad ciudadana.*

*En Córdoba no se ha dirimido un problema universitario ni una cuestión social. Los problemas universitarios que los tenemos y serios, no se resuelven a balazos.*

*Los problemas sociales, las remuneraciones congeladas, la productividad, la elevación del nivel de vida de las masas trabajadoras no se solucionan entre las barricadas, el incendio y la destrucción.*

*No hay diálogo posible a la luz de las hogueras, bajo el fuego de los fusiles y a la presión de los estados emotivos que estos hechos crean. Quienes mejor lo saben son los pocos dirigentes sindicales que han declinado su responsabilidad de conductores gremiales para promover el caos.*

*Cada uno ha tenido su parte de responsabilidad en los hechos de Córdoba; en alguna prensa, que fue vehículo del clima en el cual se produjo el estallido; instituciones serias y responsables que se dejaron llevar por la demagogia sin medir las consecuencias; la Universidad, que no ha logrado en los últimos veinte años canalizar las pasiones e ideales que anidan en sus claustros; y, finalmente, el gobierno, que la asume plenamente.*

*No todo lo hecho en esos tres últimos años está bien hecho. Nadie mejor que el gobierno lo sabe pero habría que rastrear mucho en la historia para encontrar otros tres años tan llenos de realizaciones, obras e iniciativas para lograr la transformación que el país desea.*

*[...] Es preciso distinguir entre las reivindicaciones justas que tienen un lugar y un tiempo para el reclamo, y su utilización para el caos. No habrá concesiones al desorden. En el orden, ya imperante, en el día de la fecha se ha suspendido el funcionamiento de los tribunales militares. El rumbo trazado para la Revolución Argentina por el Acta de la Revolución y sus anexos; por la directiva del 4 de agosto de 1966, y reiterado cada vez con mayor claridad en cada uno de los mensajes pronunciados, se mantiene. La revolución seguirá adelante. Este es uno mas de los obstáculos que se le han opuesto y no por trágico, el mas difícil para el cumplimiento de sus objetivos. Será superado, como lo será todos los que el futuro nos depare. Que unos pocos dirigentes hayan reincidido en la utilización de la fuerza gremial para una aventura subversiva, no altera la intención del gobierno de instrumentar los mecanismos adecuados para alcanzar la efectiva concurrencia de las fuerzas del trabajo en el proceso de transformación que se cumple.*

[...] *Argentinos: la inmensa mayoría del pueblo, del pueblo que trabaja y se esfuerza por un mañana mejor quiere que la Revolución Argentina siga adelante. Las Fuerzas Armadas, se encuentran, hoy más que nunca, unidas al servicio de los objetivos señalados el 28 de junio de 1966.*

*No habrá retrocesos ni debilidades; no habrá flaquezas. Nuestro deber es claro: el orden será establecido y mantenido a cualquier costo, porque sin él no hay paz, no hay libertad, no hay trabajo, no hay progreso. El que no quiera entender, asume sus responsabilidades. No vivimos momentos de duda ni de titubeos. O se está con la paz y el orden, con el país o se está contra él.*

*El futuro de un pueblo se hace con fe, con trabajo y con esperanza. El nuestro no puede ser puesto en jaque, ni lo será, por un puñado de argentinos, hoy, como ayer y como siempre, al servicio de ideologías e intereses ajenos.*

*Avanzaremos; avanzaremos a cualquier costo. Lo que está en juego aquí ahora no es el destino de un hombre ni de un gobierno. Es el destino argentino. No hay imprescindibles ni indispensables, pero hay un deber al cual ningún argentino le puede escamotear el cuerpo. Marchamos hacia un destino nacional. Somos parte de una columna, de una larga columna de argentinos que viene transitando la historia en lucha por un ideal nacional. Hay lugar en ella para todos los hombres de fe que quieran poner las espaldas al pasado y el pecho al porvenir. Hay lugar en ella hasta para los arrepentidos y los que erraron. Nadie nos podrá detener. Nada nos podrá parar.*

*Demos vuelta la hoja sobre estos episodios tristes, episodios trágicos, episodios repudiados, que mañana habremos superado. Pero quede bien claro que atrás de ellos, dando intención y contenido al caos, está el verdadero enemigo. Ante él hay una sola defensa, la unidad del pueblo argentino, son sus raíces en la tradición y en la historia, su fe en Dios y sus esperanzas en los valores nacionales, que son los únicos que nos llevarán a la grandeza (LV, 05 jun. 1969, p. 12).*

O tom dado por Onganía aproxima-se do impresso pelo ministro Borda no momento em que o presidente, logo de início, diagnostica que tudo andava em paz e com otimismo no país enquanto a subversão, na emboscada, preparava seu golpe. Entretanto, há uma diferença significativa entre os dois discursos: Onganía admite que há problemas e muitos. A semelhança mantém-se nas afirmações reiteradas de que a força motriz do “incêndio” de Córdoba não foram, e não poderiam ter sido, os problemas nacionais ou a emoção da massa por determinados acontecimentos. Segundo a retórica oficial, o ocorrido fez parte de um bem planejado ataque de forças extremistas destinadas a criar uma insurreição e que se utilizou da boa fé dos argentinos que, no fim, executaram as ações.

Assim, o presidente apresenta a mesma chave interpretativa à população do país, adicionando retoricamente o reconhecimento de problemas. Tenta-se convencer aos não participantes do *Cordobazo* que este movimento foi consequência de uma ação estrangeira que utilitariamente se aproveitou dos problemas nacionais para insuflar a juventude e os sindicatos. Ou seja, mesmo com a admissão das falhas, há uma simplificação interpretativa que busca uma ação nos interlocutores, configurando mensagens do tipo: não façam isto, pois os nossos problemas não são para tanto; esvaziem o significado desta insurreição, dadas as suas causas externas; e não se rendam à influência destas forças.

Cabe frisar que o presidente não usa a palavra comunismo; o longo discurso faz referência a diversos termos que, por sua vez, dado o contexto e os discursos já comentados, funcionam como sinônimos ou expressões correlatadas em sua argumentação: subversão; força extremista organizada; organizadores do caos; ideologias e interesses alheios.

Onganía também tenta demonstrar sua força ao afirmar que a “revolução” não pede vingança, mas fará justiça. Neste ponto, além de afirmar que os responsáveis pelos estragos e pelas mortes de Córdoba terão que suportar as consequências de suas ações, reitera sua argumentação ao informar que o governo distingue entre aqueles que se somaram às barricadas, atearam lenha ao fogo e até mesmo pegaram em armas, daqueles que planejaram metódica e pacientemente o estalido.

Entretanto a responsabilização é mais ampla. O presidente considerou que ela é compartilhada por órgãos da imprensa que contribuíram para criar um clima propício; por instituições sérias que se deixaram levar pela demagogia; pela universidade, em termos gerais, que não tem conseguido nos últimos vinte anos canalizar as paixões e ideais que se aninham em seus claustros; e, também, pelo próprio governo que a assumiu plenamente.

Este reconhecimento de responsabilidade, porém, não se percebe de forma efetiva ao longo do texto. Parece mais uma obrigação, pois em última instância, tudo o que ocorre em determinada jurisdição é responsabilidade de seu governo: por sua ação, pela sua falta, ou ainda pelo desconhecimento. Percebe-se esta responsabilização parcial, apenas pró-forma, quando, no parágrafo seguinte, mais uma vez Onganía admite que nem tudo que foi feito nos últimos três anos está bem feito, mas logo acrescenta que seria necessário buscar muito na história para encontrar três anos tão cheios de realizações, obras e iniciativas.

Já se encaminhando ao final de seu pronunciamento, o presidente retoma o tom entusiasmado que caracteriza boa parte de seus discursos. Ele afirma que este é mais um dos obstáculos, o mais difícil deles, oposto à “revolução”, e que será superado como os outros que ainda virão, pois a “revolução” seguirá adiante. Novamente como intérprete do país, ele afirma que a imensa maioria do povo, do povo que trabalha e se esforça por um amanhã melhor, quer que a Revolução Argentina siga adiante; e acrescenta: a ordem será estabelecida e mantida a qualquer custo e quem não queira entender, assumiria suas responsabilidades, pois não se vivia momentos de dúvidas ou titubeios; pois “*o se está con la paz y el orden, con el país o se está contra él.*” Frase que lembra e acompanha o sentido da campanha da ditadura brasileira em um de seus momentos: “Brasil: ame-o ou deixe-o”.

Por fim, e nesta mesma linha, Onganía busca convencer seus interlocutores de que o que está em jogo é o destino argentino e que o país é parte de uma coluna em luta por um

ideal nacional. Em tom quase religioso ele afirma que nesta coluna há lugar para todos que tenham fé e que querem colocar as costas para o passado e o peito ao porvir, inclusive para os arrependidos e os que erraram; coluna esta que não pode ser detida e nem parada. Pois, conclama o presidente ao final, só há uma defesa ante o verdadeiro inimigo que se encontra por trás do caos recém vivenciado: a unidade do povo argentino, com sua tradição, sua história, sua fé em Deus e suas esperanças nos valores nacionais.

Em 30 de novembro de 1969, em um movimento que demonstra de forma definitiva as íntimas relações desta ditadura civil-militar com a Igreja Católica, o presidente, tenente general Juan Carlos Onganía, após percorrer dezessete quilômetros em procissão, pronunciou, de joelhos, oração para consagrar a Argentina ao Imaculado Coração de Maria. Tal ação revoltou diversas parcelas da população, inclusive entidades ligadas ao catolicismo. Uma semana após o evento, um político, Dr. Héctor Raúl Sandler, declarou que “*el fin de año 1969, va coincidiendo con el triste fin del gobierno Onganía*” (LV, 09 dez. 1969, p. 9), em comentário aos alarmantes resultados de seu governo e à baixíssima concorrência popular ao que chamou de “*artificial peregrinación*”.

Efetivamente o governo do general Onganía estava caminhando para o seu final, marcado, entre outras coisas, de forma indelével pelo *Cordobazo*. Como bem resumido pelo general Adolfo Cándido Lopez, em texto que apresentaria numa conferência que acabou sendo proibida pela Polícia Federal, mas cujo conteúdo foi publicado por *La Voz del Interior*:

[...] *Los acontecimientos ocurridos en Córdoba en el mes de mayo, el hecho político más significativo de los últimos años, el pueblo cordobés, fiel intérprete del estado de ánimo de los argentinos al manifestar su protesta en forma espontánea y violenta, produce los siguientes efectos: Destrucción del poder psicológico que ostentaba el gobierno; Desplazamiento del poder real hacia las FF. AA. Las que en adelante no podrán disimular su responsabilidad.*

[...] *Después del alzamiento cordobés de mayo, el régimen que se intentó a partir de junio de 1966, está muerto. El gobierno que lo representa sólo se mantienen por inercia, hasta tanto las verdaderas fuerzas vigentes atienen a producir la salida [...]* (LV, 18 dez. 1969, p. 11).

Sem sombra de dúvidas, o *Cordobazo* foi um marco. Como veremos no próximo capítulo, depois dos eventos de maio, os diversos tipos de oposição passaram a agir como se percebessem que era possível enfrentar a ditadura, que suas críticas poderiam ser expressadas nos mais diferentes meios.

Alguns dias antes de ser deposto pela mesma *Junta de Comandantes en Jefe* que lhe tinha alçado à condição de presidente da Argentina, Onganía pronunciou um de seus últimos discursos nesta condição. Esta fala, para os fins desta investigação, pode ser considerada uma das mais significativas, pela forte presença do componente anticomunista. O pronunciamento

ocorreu à meia noite entre terça e quarta-feira (de 2 para 3 de junho de 1970) e precedeu ao anúncio de nova lei que instituía a pena de morte no país, no contexto do impactante sequestro do ex-presidente tenente general Arumburu (um dos líderes da chamada “Revolução Libertadora” que retirou Perón do poder em 1955).

A enérgica mensagem de Onganía merece ser transcrita por inteiro:

*Conciudadanos: Me dirijo al pueblo de la Nación participando de la misma preocupación e indignación que provoca un hecho cruel, inútil y agravante. Somos testigos de una torpe maniobra del extremismo ideológico que en escala continental golpea todas las fronteras de América y del mundo. Fría y calculadamente, la persona de un ex presidente de la Nación, los uniformes de la patria y el aniversario del Ejército, han sido combinados para desatar la guerra entre hermanos y hundir a la Argentina en la confusión y la anarquía.*

*Cuando la amenaza sobre la vida del Tte. Gral. Arumburu ensombrecía nuestros espíritus, el país ha recibido hoy con estupor la noticia de una sentencia inhumana que ultraja al pueblo argentino. Este es el modelo extranjero que pretende ganar nuestras universidades, gobernar las estructuras sindicales, quebrantar nuestra unidad espiritual y destruir las fuerzas armadas y nuestro estilo de vida.*

*Para ello abusan de la libertad que los argentinos conquistamos con honor y sacrificio y que constituye nuestro más sagrado patrimonio y utilizan sus limpias corrientes para introducir una ideología sin patria, sin Dios ni sentimientos. Cuentan con ayuda inconsciente de muchos que no sintiendo gratitud hacia la historia, tampoco se sienten obligados con el presente y menos aún responsables del porvenir de la Nación. Para ellos vivir en libertad significa solamente su goce ilimitado eludiendo la responsabilidad que implica su defensa. Cualquier intento de corregir esta liberalidad sin destino provoca agudas reacciones olvidando que lo que en realidad defienden conciente o inconscientemente, es su propia irresponsabilidad. Así ha sido posible que en esta guerra silenciosa pero sin cuartel a veces el Estado haya sido impotente para proporcionar la seguridad integral de todos sus habitantes, administrar justicia rápida y eficazmente y neutralizar la propaganda que, a través de algunos medios de difusión, trabaja persistentemente en su descrédito.*

*No se quiere reconocer que estamos en guerra en defensa de la libertad, y por eso corremos el peligro de merecer la paz humillante de la esclavitud si no advertimos que nuestro hermoso país es un campo más de batalla en el contexto de una lucha mundial, si persistimos en ignorar la crisis de valores de la humanidad, si creemos que la violencia, la sensualidad, la destrucción de la familia y el asesinato constituye el precio de ser libre, debemos aceptar al menos que esta no fue la libertad de mayo, por la cual pelearon en América los padres de la patria.*

*Este es el grave panorama de nuestros días que acaba de oscurecer aún más la cobarde agresión a un hombre público que por ser argentino y haber ejercido difíciles responsabilidades en la conducción del país jamás puede ser el instrumento de la delincuencia internacional para sembrar el caos en la república.*

*Pero no lo han logrado ni lo lograrán; una vez más nuestro pueblo ha sabido demostrar su coraje civil, su inteligencia y sensatez, porque por propia decisión, sin estímulos ni promesas, hoy mismo ha estrechado sus manos por encima de antiguas diferencias, transformando en prenda de unidad lo que, fue premeditado para ser causa de discordia.*

*Este es el más puro desagravio que el teniente general Arumburu puede obtener del país y el más lucido homenaje que podemos ofrecer hoy a nuestra tradición y a nuestra patria. Al margen de esta unidad que evidencia el pueblo argentino, identificado y como una frustrada minoría foránea, está el enemigo. Debemos decidir aquí y ahora, si continuaremos ofreciendo nuevas oportunidades para la destrucción de nuestra Nación o si reemprenderemos el camino con responsabilidad en libertad, pero con la serenidad necesaria que imponen las graves circunstancias que vivimos. El gobierno responde inspirado en el ejemplo del pueblo que rehusa la*

*provocación, consciente de su destino de grandeza y no vacilará en emplear la energía adecuada para combatir la agresión ideológica que nos enfrenta. Al pueblo argentino, nuestro compromiso de garantizar la paz y el orden, cualquiera sea el precio que nos exija el bienestar y la tranquilidad de la República (LV, 03 jun. 1970, p. 24).*

Aqui, Onganía não deixa dúvidas; ao se referir ao sequestro de Arumburu, situa-o em um grave panorama de agressão do extremismo ideológico. Ele afirma que, mesmo que não se queira reconhecer, o país está em guerra. Em uma guerra silenciosa e sem quartel que atinge não só a Argentina, mas a América e todo o mundo. Assim, ele situa claramente a situação do país no contexto da Guerra Fria e explicita que, mesmo mais uma vez sem citar diretamente, está referindo-se ao comunismo. Tais referências em sinônimos se assemelham as do discurso anterior: extremismo ideológico; modelo estrangeiro, ideologia sem pátria, sem Deus e sem sentimentos<sup>63</sup>; frustrada minoria estrangeira; agressão ideológica.

O presidente caracteriza fortemente a gravidade do momento, afirmando que o país está em um encruzilhada e que era necessário decidir o rumo: ou se continuava oferecendo oportunidades ao inimigo ou, ao reconhecer a gravidade da situação, se retomava o caminho com responsabilidade e liberdade. Naquele momento, o governo seguiria o povo, que estava respondendo com união o que era para ter sido causa de discórdia.

Neste que foi um dos seus derradeiros discursos, Onganía vem a público fazendo uma identificação muito direta de um problema que justificaria não só o sequestro que comovia o país, mas também as manifestações que cobriam seu território. A mesma estratégia de colocar a culpa em um agente externo – o comunismo internacional – é novamente utilizada em um discurso que serve, tanto de chave explicativa para população, quanto como justificativa para a nova lei que estava sendo anunciada: a pena de morte para os delitos de privação de liberdade (sequestro); atentado em armas contra navios, aeronaves, quartéis ou estabelecimentos militares ou de forças de segurança; e uso ilegítimo de insígnias, distintivos e uniformes das Forças Armadas ou de segurança.

Apesar de não usar da eloquência comumente encontrada em suas manifestações, neste direto e enérgico discurso, o general presidente não deixa de fazer diversas citações ao país, o que dá um tom patriótico à sua fala. Para se ter uma ideia desta retórica patriótica, foram citados em poucos parágrafos os seguintes termos: nação (quatro vezes); pátria, nossa pátria e pais da pátria; Argentina; país (três vezes); povo argentino (três vezes), nosso povo; argentinos (duas vezes); Estado; República (duas vezes).

---

<sup>63</sup> Caracterização anticomunista tradicional também utilizada no Brasil. Ver Motta (2002).

Em 8 de junho de 1969, após resistir, isolado na Casa Rosada, durante todo o dia à decisão da Junta, Onganía renunciou, “*bajo la presión de las armas*”. Os principais motivos para esta ação, comandada pelo general Lanusse, foram a incapacidade de Onganía levar a frente um plano político que considerasse as instituições da democracia representativa e a sua resistência em aceitar a participação das Forças Armadas na definição dos rumos do país; tudo isso em um contexto marcado pela forte pressão social, desencadeada em grande escala desde o *Cordobazo*, e por uma rápida deterioração da situação econômica.

A figura de Lanusse surgiu com força em meio a este processo. Como destaca De Riz (2007, p. 83 e 84), já em agosto de 1969 o semanário *Primera Plana* havia publicado artigo sobre os enfrentamentos entre este e o presidente. A capa da edição apresentava a foto do general com o título “*La ofensiva de Lanusse*”. Com isso, a revista que havia contribuído tão fortemente para construir uma imagem negativa de Illia e, de forma inversa, construir um novo líder nacional, foi fechada pelos mesmos com quem havia contribuído.

Segundo aquela autora,

*El ex presidente y varios de los funcionarios de su gobierno atribuyeron su caída a la traición de Lanusse. Pero ¿por qué triunfó la traición? Sin duda, Lanusse supo conquistar el apoyo de un amplio espectro de la opinión militar entre oficiales en actividad y retirados que no estaban dispuestos a seguir sosteniendo a un presidente que los excluía de toda decisión política, proponía un plan cuya realización no tenía plazos y cuyo contenido despertaba la desconfianza de todos (DE RIZ, 2007, p. 85).*

Uma frase extemporânea de Lanusse é representativa da tônica dos últimos anos até o final da ditadura por apresentar um erro inicial de interpretação dos civis e militares golpistas: “*No supimos ver que la política existía y que nada sería más peligroso que la soberbia de considerarla inexistente*” (apud DE RIZ, 2007, p. 85).

A primeira medida que tomou a Junta de Comandantes foi reestruturar o poder militar tendo em vista que o novo presidente deveria compartilhar com ela a autoridade nas questões de maior relevância ao país. Com o fato de Lanusse ter recusado a presidência (antevendo uma futura presidência constitucional), foi escolhido um desconhecido general, Roberto Levingston, que então estava nos Estados Unidos como agregado militar e delegado argentino na Junta de Defesa Interamericana.

*Prefirieron a este general, desconocido para la opinión pública, porque había permanecido en el exterior desde 1969, no podía atribuírsele participación en la caída de Onganía y su perfil ideológico era difuso. Encargado de construir “un sistema político eficiente, estable y democrático, bajo la forma federal, representativa y republicana”, ésta no fue, sin embargo, la interpretación de su mandato que hizo el general Levingston, quien se creyó investido de la responsabilidad de iniciar lo que a su entender sería el “segundo ciclo” de la*

*Revolución Argentina. Pronto surgieron tensiones entre el presidente y la Junta que habrían de culminar en un conflicto abierto nueve meses después (DE RIZ, 2007, p. 87).*

No final do mês de junho, mais precisamente na noite do dia 24, o novo general presidente discursou pela primeira vez para a população argentina. Os principais trechos desta mensagem, difundida por rádio e televisão, estão transcritos abaixo:

*Conciudadanos: hace pocos días, encontrándome fuera del país, la Junta de Comandantes en Jefe me ofreció el cargo de presidente de la Nación. Comprendí la gran responsabilidad que el ofrecimiento involucraba y reconocí las dificultades de la tarea. Sentí también, porque no reconocerlo, un profundo orgullo y una gran confianza. Orgullo, porque sin buscarlo y sin pretenderlo he sido elegido para tan alta función. Confianza, porque quien me ha precedido ha realizado ya una parte importante de la tarea, porque me siento en aptitudes de continuarla y, sobre todo, porque espero lograr el apoyo del pueblo. Los enunciados de la Revolución Argentina constituyen los elementos fundamentales del accionar de mi gobierno; de ellos quiero remarcar: El desarrollo, como acción integral y fundamental en el proceso de cambio y como forma de expansión de nuestras capacidades colectivas e individuales, tanto en lo material como en lo espiritual, pero consideramos que el desarrollo no tiene sentido si no está presidido por la justicia, es decir, si sus frutos no son distribuidos con equidad entre todos los miembros de la comunidad. Lo cual quiere decir no solamente justicia en las relaciones entre capital y trabajo, sino también entre los diversos sectores de la producción, entre las distintas actividades, entre la población activa y pasiva, entre el campo y la ciudad y por cierto, entre las varias regiones geográficas que integran la Nación. La seguridad, entendida no solamente en su concepto tradicional sino también como la preservación de la plena autonomía nacional en la toma de las decisiones fundamentales. El cuidado del ser nacional, procurando que el cambio tajante que impone la modernización no desnaturalice los resultados, deformando los fines que realmente anhelamos conseguir. La creación de un orden político fundamentado en la democracia, la libertad y la soberanía popular, apoyado en una eficacia adecuada a las exigencias que debe superar una nación moderna.*

*El presidente de la Nación designado por la Junta de Comandantes en Jefe, extrae de las fuerzas armadas el fundamento de su poder político. Las fuerzas armadas a su vez lo toman del pueblo del que se nutren, a la que sirven y con el que por consiguiente, se hallan íntimamente consustanciadas.*

*Yo, como presidente de la Nación, tengo la total y exclusiva responsabilidad de los actos ejecutivos. Ese poder no lo comparto, lo ejerzo en su plenitud y surge de las condiciones bajo las cuales acepté el cargo.*

*La participación de las Fuerzas Armadas se institucionaliza a través de la Junta de Comandantes en Jefe que comparten conmigo las responsabilidades legislativas.*

*[...] Mi gobierno encuadrará su acción en el plan general que se ha trazado la revolución y cuyos documentos son conocidos. Aquí sólo explicaremos algunas directrices y medidas que adoptaremos y que nos permitirán practicar algunos aspectos, vigorizar la acción general y solucionar algunos problemas que afligen a importantes sectores del país.*

*[...] En el aspecto político las fuerzas armadas se han comprometido a posibilitar una salida democrática acorde con nuestras más íntimas convicciones. Sobre esto el gobierno quiere ser absolutamente claro, para comenzar este nuevo período sin equívocos ni confusiones, que perturban a los ciudadanos de buena fe o sirven de pretexto para las maniobras de los enemigos de la revolución. Porque la Revolución Argentina tiene sus enemigos, pero es fundamental que establezcamos que no son enemigos los disconformes ni los comprometidos en corrientes políticas que disientan con el gobierno. Estos son opositores y como tales les reconocemos dignidad y merecen nuestro respecto. Es más, los consideramos elementos necesarios y constructivos en la vida del país. Los verdaderos enemigos son*

*aquellos a que la Revolución Argentina no le aceptan su condición de revolución y los que por anteponer intereses de cualquier tipo, se oponen a su condición de Argentina. El plan político se integrará dentro del plan general de gobierno articulándose en el contexto socioeconómico nacional. En su concepción, confección y concretización se tendrán en cuenta todas las corrientes de opinión. El pueblo debe tener la seguridad que el día que sea convocado, será para que ejercite en plenitud los atributos de su soberanía sin las conocidas trampas, proscripciones ni dramáticas opciones. Por todo el expuesto, debe tenerse expresamente en cuenta que, para concretar la salida institucional será menester haber afianzado las bases de los objetivos revolucionarios fijados en junio de 1966. Por esto nadie debe llamarse a engaño, ya que el proceso no es todavía corto. La convocatoria electoral al pueblo argentino será la culminación de una etapa en la que todos habrán intervenido activamente.*

*[...] La inquietud, la tensión y las reacciones generalmente juveniles, son normales en un proceso de cambio y se manifiestan en todo el mundo. A veces reconocen como motivo causas justas. El gobierno comprende estas reacciones y las distingue claramente del terrorismo criminal y de la subversión disolvente, que muchas veces se monta sobre ellas y que repugnan a la más íntima esencia del ser argentino.*

*La violencia y la agitación esterilizan los esfuerzos. La paz y la concordia constituyen el único camino para alcanzar las metas fijadas en el más breve plazo y para ser dignos de la empresa tantas veces postergada.*

*[...] Se ha cerrado el primer ciclo de la Revolución con reales concreciones. El país rinde hoy un justo homenaje por mi intermedio al agradecer al Sr. Tte. Gral don Juan Carlos Onganía y a los hombres que con él han colaborado, los importantes y patrióticos esfuerzos realizados que han permitido la obtención de estos resultados.*

*Yo, como ciudadano, como general del ejército y como presidentes de la Nación, me comprometo ante Dios todo-poderoso a quien pido su protección, su inspiración y su ayuda y ante mis conciudadanos a empeñar todo mi esfuerzo para el logro de las metas fijadas.*

*La tarea es de todos y a todos pido su apoyo. Nada más señores. Buenas Noches y muchas gracia (LV, 25 jun. 1970, p. 10 e 12).*

De início, Levingston aparenta revelar certa surpresa na escolha de seu nome; porém, logo reconhece seu profundo orgulho e grande confiança pela indicação aceita. O novo presidente também logo reafirma que os elementos fundamentais da Revolução Argentina, cujos documentos principais foram analisados na primeira parte deste capítulo, orientariam a ação de seu governo. Ao sublinhar alguns destes fundamentos, ele faz referência a uma expressão que seria recorrente em boa parte de seus discursos: o desenvolvimento com justiça. Ele também destaca que a criação de uma nova ordem política democrática estaria apoiada em uma eficácia adequada às exigências de uma nação moderna, o que nos remete ao argumento legitimador da derrubada de Illia.

Apesar de a Junta de Comandantes ter destacado publicamente a necessidade de compartilhamento do poder do presidente com ela – inclusive como motivação para retirada de Onganía – Levingston procura não deixar dúvidas sobre sua autonomia no que se refere ao poder executivo, pelo qual assumiu total e exclusiva responsabilidade, destacando que foram sob estas condições que ele aceitou o cargo. As Forças Armadas, segundo seu pronunciamento, seriam copartícipes apenas nas responsabilidades legislativas.

O novo presidente se detém, em boa parte de sua fala, no aspecto político, pois foi justamente a inconformidade dos militares com o seu desempenho neste aspecto o que derrubara Onganía. Ele afirma que desde o início o governo quer ser absolutamente claro para evitar confusões passíveis de serem aproveitadas pelos inimigos da revolução. Inimigos estes que ele não identifica objetivamente, exceto pela diferenciação que faz da oposição – aqueles que estavam disconformes com os rumos da “revolução” ou que pertenciam a correntes políticas diversas – e pela caracterização de que eles seriam aqueles que não aceitam nem a condição de “revolução” e nem o seu caráter de “argentina” e se opõe a qualquer tipo de interesse.

Em meio a isto, quando Levingston trata das questões educacionais, faz pequena referência ao terrorismo e à subversão dissolvente, quando as diferencia das reações juvenis diante das mudanças do mundo. Reações estas que seriam aproveitadas por aqueles cujas ações repugnam à mais íntima essência do ser argentino.

Por fim, o novo ditador agradeceu ao seu antecessor e aos homens que com ele colaboraram e se comprometeu com seus concidadãos e com Deus, a quem pediu proteção, inspiração e ajuda, a empenhar todo seu esforço no atendimento das metas fixadas. Apesar desta última inclinação de tom religioso, seu discurso está longe do tom muitas vezes messiânico imposto por Onganía. Ademais, em todos os itens tratados nesta primeira mensagem, se percebe uma maior moderação e uma maior objetividade de Levingston, o que se revelaria uma constante em seus discursos nos nove meses em que esteve no poder.

Pelo menos durante o segundo e o terceiro governo da ditadura civil-militar argentina, a *Secretaría General de la Presidencia de la Nación* tornou sistemática a publicação de todos os pronunciamentos do presidente em livretinhos denominados “*Mensajes del presidente de la nación*”.<sup>64</sup> Tais documentos abrangem qualquer discurso público, com distintos interlocutores: todo o país, órgãos de imprensa estrangeiros, organizações públicas e privadas ou ainda estudantes de províncias do interior.

Após a leitura de aproximadamente trinta e cinco discursos que perfazem os meses do governo Levingston, podemos afirmar que a presença da retórica anticomunista é esparsa. Existem diversas afirmações que demonstram a oposição à ideologia comunista, entretanto não podemos afirmar, como no caso brasileiro, a existência de representações sistemáticas vinculadas a esta ideologia e utilizadas com o fim de legitimar as ações do governo. Como em

---

<sup>64</sup> Acreditamos que esta política de publicação iniciou com o segundo governo, pois não foram encontrados as mesmas publicações para o período de Onganía. As mensagens do presidente seguinte, Lanusse, também foram publicadas.

seu primeiro pronunciamento, seu tom é mais objetivo e está focado em casos específicos. Há algumas recorrências, como as referências – insistentes – no desenvolvimento com justiça e a consideração, também diversas vezes presente, de que o problema da subversão é muito mais amplo e não pode ser considerado uma questão nacional.

Abaixo, destacaremos alguns trechos das mensagens mais significativas para a nossa pesquisa. A primeira delas é uma reportagem da TV Tupi, do Rio de Janeiro, Brasil:

*Pregunta. - Señor Presidente: Argentina conoce hoy al igual que Brasil la acción reiterada de la violencia subversiva. ¿Cuáles son las perspectivas de este problema y cómo estima Vuestra Excelencia que habrá de solucionarse?*

*Respuesta. - Los movimientos subversivos pretenden utilizar el delito y la violencia indiscriminada como instrumento para instaurar sistemas reñidos con nuestras tradiciones.*

*No sólo Argentina y Brasil enfrentan hoy el problema de la subversión. Todo el continente es escenario de la misma. Más aún, hasta los países más desarrollados del orbe están envueltos en un clima persistente de violencia. No puede haber duda alguna acerca de la existencia de planes coordinados que inciden el proceso y que exceden los límites nacionales.*

*Nuestros países están empeñados en llevar adelante una acción de gobierno dinámica y respetuosa de los principios que hacen a nuestro tradicional estilo de vida, que unida a una vigilancia alerta y una efectiva cooperación en el plano internacional, permitirá ejercer un control progresivo sobre las actividades subversivas, tendiente a lograr su definitiva neutralización [...] (SGPN, 11 ago. a 5 set. 1970, 11 ago. 1970, p. 5)<sup>65</sup>.*

Ao ser questionado pela ação da violência subversiva, em comparação com a situação do Brasil na época, o presidente destaca que este é um problema não só de ambos os países, mas de todo o continente e inclusive dos países mais desenvolvidos do planeta. Tal ampliação produz um afastamento do problema e seria repetida em diversos discursos posteriores.

Sem destacar de forma exacerbada o perigo, ou configurar uma situação de emergência como vimos em discursos do governo anterior, ele informa que a Argentina e o Brasil estão empenhados na manutenção do seu tradicional estilo de vida e que com uma efetiva cooperação internacional conseguirão o controle progressivo da subversão.

Desta forma, mesmo questionado objetivamente sobre o perigo comunista – assim devemos interpretar a “violência subversiva” – o presidente demonstra sobriedade e não destaca um perigo acentuado para justificar suas ações.

Outra pronunciamento relevante é aquele dirigido à população pelo assassinato do dirigente sindical peronista José Alonso:

---

<sup>65</sup> As referências aos documentos *Mensajes del Presidente de la Nación*, dada a falta de mais dados, serão realizadas da seguinte forma: identificação com a sigla SGPN (*Secretaría General de la Presidencia de la Nación*), as datas do primeiro e do último pronunciamento do presidente que constam no opúsculo (este dado aparece na capa e é o elemento que permite a consulta aos originais), data original do pronunciamento citado, número da página.

*Otra vez el crimen sin Dios y sin Patria ha estado entre nosotros. Esta vez apuntó a un dirigente de la clase trabajadora, que cometió el error de luchar con toda su pasión por la unidad gremial, en un marco de concordia y sólida afirmación nacional. Porque la prédica de José Alonso era escuchada y comprendida; porque su conducta era seguida; porque su ejemplo era imitado, fue un obstáculo para la desunión y un peligro para los enemigos de la Nación que debía ser eliminado. Hace más de un año, los mismos de hoy, acabaron con una vida clave del movimiento obrero argentino y de la unidad nacional. También el prestigio personal de Augusto Vandor y su enorme vocación argentina eran riesgos demasiado graves para ser afrontados. En una misma línea antinacional estuvo sin duda el secuestro y la muerte del general Aramburu. [...]*

*Una cosa deseo reafirmar: hoy ha caído un obrero argentino, un líder destacado del movimiento gremial. Pero nadie se equivoque, no es José Alonso ni una víctima de enfrentamientos internos ni la consecuencia del azar. Es un blanco cuidadosa y deliberadamente elegido por los enemigos de la Nación, como lo fueron los que lo precedieron en el martirio. Sus autores nada tienen en común con el pueblo argentino, ni con sus dolores, ni con sus luchas, ni con sus angustias. Son extraños a todo sentimiento de nacionalidad. [...] Vale la pena recordarles a quienes así proceden, a los que pensaron y ejecutaron el asesinato de José Alonso, que han cometido no sólo un crimen, sino también un error. Que estaban equivocados si creyeron eliminar un obstáculo en su marcha, porque han fortalecido otro, mucho más grande y más firme, el de la solidaridad del pueblo argentino, que en el dolor aprieta sus filas y se encuentra por arriba de sus diferencias. En nuestro país, señores, no hay un solo Vandor, ni un solo Aramburu, ni un solo Alonso. Hay miles y millones de ellos y cada vez habrá más. Aquéllos fueron sólo de los primeros y pagaron su cuota de hombres de vanguardia, pero no son los únicos. En nombre del pueblo de la Nación rindo mi homenaje a José Alonso, argentino caído en la más noble de las luchas: el bien de su Patria (SGPN, 11 ago. a 5 set. 1970, 27 ago. 1970, p. 14 e 15).*

Mesmo sem revelar um contexto de grande perigo, ou de grande enfrentamento com o comunismo internacional, neste comentário específico pela morte do importante dirigente sindical peronista, Levingston inicia com uma frase de maior impacto e que se associa às tradicionais representações anticomunistas. Ao se referir ao “crime sem Deus”, destaca o ateísmo propagado pela ideologia comunista; ao pronunciar o “sem pátria”, destaca a atitude imperialista que considerava apenas a União Soviética como grande pátria. Também cabe sublinhar que o discurso inicia e termina com o termo pátria na centralidade.

Levingston não titubeia em colocar o assassinato de Alonso ao lado do de Vandor e do de Aramburu, a despeito da imprecisão no esclarecimento de todos estes crimes de caráter essencialmente político. Alguns grupos ligados a um “peronismo de esquerda” – fenômeno sociológico que apenas citamos, dados os limites deste trabalho – na época e em anos posteriores, assumiram a responsabilidade pelas execuções e é neste contexto que devemos situar tais colocações.

Após a clara identificação do responsável, o comunismo internacional referido em outros termos, o presidente, repetindo a estratégia já revelada na resposta à TV Tupi do Brasil, e que seria recorrente em outros discursos, assevera que a morte de Alonso não é fruto de enfrentamentos internos. Assim, o segundo presidente da ditadura de 1966, como já havia feito Onganía e seus ministros, tenta retirar do governo as vinculações, e, portanto, as responsabilidades, com o crime e com a grave situação nacional. Frisa-se, desta maneira, que os inimigos da nação, esta força antinacional, sem Deus e sem Pátria, foram os planejadores e executores da ação; e que estes “*nada tienen en común con el pueblo argentino, ni con sus dolores, ni con sus luchas, ni con sus angustias. Son extraños a todo sentimiento de nacionalidad*”.

Ao final, numa tentativa de demonstração de força e em um chamamento à união da população, se dirige aos responsáveis pelo assassinato e os adverte que não cometeram apenas um crime, mas também um erro, pois tal ação provocou a solidariedade e união do povo argentino, objetivos opostos aos seus.

Para encaminhar nossa análise, também cabem referências às respostas do presidente em reportagem para a imprensa da Alemanha Ocidental, Áustria, Holanda e Suíça:

[...] *Periodista. - ¿Es de esperar, señor presidente, que estos cambios posibles se realicen sin violencia? Porque lo que preocupa tanto es la explosión de la violencia en tantos países sudamericanos. En el Uruguay esto ya es algo trágico. En Chile, yo he visto operar al denominado MIR. Aquí también hubo sucesos trágicos que realmente causaron mucha sensación en todo el mundo.*

*Sobre todo esto hay en Europa cierta confusión y yo mismo no podría contestar, porque mientras en Uruguay y en Chile estas organizaciones de terrorismo son claramente izquierdistas, aquí en la Argentina a veces se tiene la impresión de que son izquierdistas y en otros casos todo lo contrario; es decir, que son ultraderechistas. ¿Es posible conocer cuál es su interpretación, señor presidente?*

*Sr. Presidente. - Quisiera comenzar por decir que la violencia, que se está convirtiendo en uno de los signos característicos del presente, no ocurre solamente en América latina. Creo que ocurre en todas partes del mundo con intensidad variable y en algunos lugares de la tierra tiene manifestaciones extremas porque se trata ya de la guerra misma.*

[...] *Ahora bien; con respecto a nuestra América, que lucha indudablemente por un cambio de estructuras que atienda en forma más ajustada las necesidades sociales de nuestro siglo, que lleva como signo característico lo social, la violencia se produce como consecuencia de múltiples factores internos que conjugan. Pero yo no creo que un proceso de cambio en procura de alcanzar esos objetivos de mejoramiento social pueda realizarse por la violencia.*

*Creo que en nuestro país impera un clima de paz social. Y usted queda invitado a comprobarlo personalmente, requiriendo la información donde mejor le parezca.*

*Es cierto, sí, que han ocurrido algunos hechos delictivos muy espectaculares: el asesinato de una personalidad política y de dirigentes gremiales. Si nos detenemos a examinar quiénes han sido objetivos de los vandálicos atentados, veremos que éstos siempre han coincidido con figuras que podrían representar una posición de moderación dentro del panorama político argentino y de la convocatoria que el gobierno de la Revolución Argentina ha realizado para que se establezca un clima de concordia nacional.*

[...] *No es fácil generalizar en nuestro país una acción de este tipo. Por varias razones. La primera de ellas es que repugna al sentimiento del pueblo argentino. Y, en segundo lugar, porque estos delincuentes, al servicio de designios que no son argentinos, solamente pueden realizar actos de terrorismo selectivo, es decir, cometer alguna de estas acciones en forma aislada, buscando la impunidad por medio de una sorpresa puramente circunstancial.*

*Periodista. - ¿Y cuáles son los círculos que tienen interés en eliminar justamente a los personajes representativos de la moderación? ¿Es la extrema izquierda o la extrema derecha?*

*Sr. Presidente. - Creo que en este caso las ideologías no cuentan, porque es muy probable que estos personajes descalificados se recluten dentro de ideologías muy diversas. Pero, en definitiva, siempre están al servicio de la subversión internacional. [...]* (SGPN, 15 out. a 15 nov. 1970, 15 out. 1970, p. 5 e 6).

Este trecho da entrevista com jornalistas europeus é especialmente importante por revelar a dificuldade contemporânea, e que existe até hoje, em diferenciar e caracterizar com clareza os grupos de pressão que existiam na política argentina do período. Como afirma o jornalista, diferentemente de outros países como o Uruguai e o Chile, nos quais as organizações são destacadamente de esquerda, na Argentina muitas vezes se tem a impressão de que os grupos também são, mas em outros tantos casos ocorre justamente o contrário, aparentando serem eles de extrema direita.

Constatamos dificuldades deste tipo ainda nos dias hoje, quando nos remetemos à história política argentina da segunda metade do século passado e, em especial, neste momento turbulento. Como já indicamos anteriormente, esta complexidade advém de um fenômeno essencialmente argentino e que se denomina amplamente como peronismo. Para se ter uma ideia, durante os anos da ditadura civil-militar iniciada em 1966, Perón, em seu exílio na Espanha, influenciava grupos que o interpretavam, dada a distância, livremente e que preenchiam amplo espectro político, indo desde a extrema esquerda até a extrema direita. Este componente *sui generis* do caso argentino, torna demasiada complexa a análise dos diversos grupos em ação no país.

Levingston não contribui de forma muito efetiva em sua resposta ao jornalista. Primeiro reitera a posição de que a violência vem se tornando signo característico do presente não só na América Latina, mas em todas as partes do mundo, incluindo casos extremos onde se trata de guerras propriamente ditas – ou seja, este não era o caso argentino. Ele também afirma que a violência que se produz no continente é consequência de múltiplos fatores internos que se conjugam na luta por mudanças de estrutura que conduziriam a uma maior justiça social.

Além disso, o presidente demonstra não considerar este um grande problema quando afirma sua crença de que no país impera um clima de paz social, tanto que convida o interrogante a comprovar pessoalmente tal situação.

Por fim, ainda sem responder ao questionamento, ele sustenta que não é fácil generalizar as ações terroristas na Argentina, justificando esta dificuldade pela repulsa que o povo argentino tem delas e pelo fato de os delinquentes a serviço de desígnios não argentinos, só atuam de forma isolada. Esta última identificação que caracteriza a ação como não argentina, pode servir, arriscamos a hipótese, para revelar que o presidente identifica como responsável o comunismo internacional, pois não poderia estar tratando de vertentes do peronismo que não se enquadrariam nesta caracterização estrangeira.

A falta de resposta fez com que o jornalista insistisse de forma ainda mais objetiva. Levingston respondeu afirmando que as ideologias, neste caso, não são importantes, pois os “personagens desqualificados” provavelmente seriam de ideologias muito diversas. E acrescenta que, definitivamente, sempre estão ao serviço da subversão internacional.

Tal resposta guarda certa ambiguidade. Já vimos que o termo subversão é polissêmico e aqui, em um primeiro momento, parece estar sendo usado em um sentido mais amplo. No entanto, verificamos que em boa parte das vezes ele é utilizado pelas ditaduras argentinas e brasileiras para descrever a ação do comunismo. Porém, o general presidente fala em múltiplas ideologias. Ademais, afirma com segurança que a violência é fruto da subversão internacional. Que outra força subversiva existia na época em questão, se considerarmos as reiteradas afirmações de que a Argentina seguia o tradicional estilo de vida ocidental e democrático? Desta forma, nos parece que Levingston, sem afirmar nominalmente e sem dar um tom de gravidade ao problema, se refere efetivamente ao perigo do comunismo internacional.

Como último discurso de Levingston, adicionamos um trecho daquele pronunciado no evento de colocação da pedra fundamental do complexo viário-ferroviário Zarate – Brazo Largo:

*[...] Como un homenaje a este histórico partido quiero hacer algunas reflexiones referidas a esta segunda etapa de la Revolución Argentina.*

*Ella se inicia en forma silenciosa, trabajando diariamente en la terminación de planes que queremos someter a la ciudadanía con toda seriedad. No queremos hacer solamente promesas; queremos realizar una revolución cada vez más acelerada, pero jalonada por hechos concretos.*

*No buscamos ningún tipo de consenso personal; sólo aspiramos a ese mínimo consenso que acompañe la obra de la Revolución a través de los hechos. [...]*

*En ese nuevo modelo de Argentina no caben fórmulas que ya han fracasado en el pasado. La presencia en los distintos niveles de conducción del gobierno, de argentinos que puedan haber tenido militancia política, es a título personal y lo hacen en nombre de la Revolución Argentina.*

*Y por último, con relación a esto que he llamado nuevo modelo de Argentina, quiero expresarles – si esto significa una novedad – que no estamos empeñados en una empresa política que se nutra de alianzas pre o poselectorales. Estamos empeñados en una movilización de los argentinos. Estamos empeñados en que los argentinos*

*asuman sus responsabilidades y ejerzan los liderazgos de sector; a través de la suma de esos liderazgos, seguramente nacerá una empresa política que, rescatando del pasado lo que tenga de rescatable, se prepare para enfrentar los objetivos que corresponden a las características del siglo que vivimos. [...] (SGPN, 15 out. a 15 nov. 1970, 30 out. 1970, p. 19 e 20).*

O presidente da segunda etapa da Revolução Argentina reitera neste discurso o apolitismo do seu governo e da “revolução”, seguindo a estratégia que os colocava acima da degradante situação política do país. Também afirma que não busca nenhum tipo de consenso pessoal, apenas aquele mínimo consenso que acompanhe a obra da “revolução” através dos fatos – como destacou Smulovitz (1993) ao propor a ideia da eficácia como utopia – apesar de estar buscando construir este consenso, afirmar sua legitimidade, já que seu poder derivava de um golpe antidemocrático.

Em meio às insistentes pressões que o governo sofria para a retomada da liberdade política e da ordem democrática, ele destaca que o governo estava empenhando para que os argentinos assumissem suas responsabilidades e exercessem suas lideranças. E afirma que é como fruto da soma destas lideranças que nascerá uma empresa política que resgatará apenas o que for resgatável das fórmulas fracassadas do passado, leia-se, principalmente, peronismo e radicalismo. Tal estratégia também reforça a tese defendida por Smulovitz (1993), citada na primeira parte deste capítulo, que sustenta que o golpe que derrubou o presidente radical Arturo Illia legitimou-se argumentando a ineficácia do seu governo e, por conseguinte, o fracasso da política argentina, que deveria ser reconstruída.

Justamente em meio a este contexto, as forças políticas tradicionais estavam saindo do longo período de hibernação forçada. Após a elaboração de documentos públicos que cobravam a retomada da democracia, que começaram a ser emitidos pelos antigos partidos desde meados de 1970, radicais, peronistas e outras agrupações menores convergiram no que foi chamado de “*Hora del Pueblo*”. Formada em novembro deste mesmo ano, o grupo tinha como objetivo pressionar o governo para que fossem convocadas eleições. Com este mesmo objetivo, o Partido Comunista em conjunto com outras agremiações de esquerda, também se juntaram para forçar o que cada vez mais era inevitável.

Esta reaparição dos partidos, conforme De Riz, demonstrava que “*el régimen militar había logrado la convergencia de antiguos rivales en la común demanda por el retorno de la democracia [...] una novedad en la política argentina*” (2007, p. 90).

No dia 01º de março de 1971, iniciou-se o processo que terminaria com a derrubada do segundo general presidente, com a posse do novo governador da província de Córdoba, o oitavo desde o início da ditadura civil-militar Argentina, o advogado conservador José Camilo

Uriburu. Esta nomeação ocorreu dias após a renúncia do anterior governador que enfrentava um momento de forte pressão popular e que apoiava uma saída política negociada como a defendida por Lanusse.

Uma semana após ter assumido o governo provincial, Uriburu pronunciou um discurso épico que desencadearia uma série de reações e ficaria fortemente marcado na história da chamada “Revolução Argentina”. Tal pronunciamento ocorreu no encerramento da XV Festa Nacional do Trigo, realizada em Leones, cidade do interior de Córdoba, evento no qual estava presente o general presidente Levingston. Seguem os principais trechos da fala de Uriburu:

*Señor general Levingston, presidente de los argentinos, vuestra visita motiva una inocultable satisfacción. Llegáis a Córdoba, provincia en que por delegación del Poder Ejecutivo Nacional, ejerzo su magistratura civil, con brevísima precedencia en el tiempo, pero con una antigua observación directa e ininterrumpido conocimiento de su medio. [...]*

*Conferida por Dios la palabra del gobernante, tiene la virtud de llegar donde no llega ninguna otra palabra, intérprete como es, del principio de autoridad que representa de manera indelegable y viviente. Hablando, entonces, como tal os digo en una hora solemne al par que promisoria de nuestra historia que saludo en Vos al poder legítimo que en vuestras ideas de gobierno, el esquema de conceptos políticos o de pautas que traducen los anhelos de una comunidad movida por sensatos afanes, quiere la imposición del sentido revolucionario, al tiempo que guarda celosamente al patrimonio espiritual que la vertebrera preservándolo incólume, para poder así entregarlo a las generaciones que nos sobrevendrán.*

À maneira rebuscada, logo de início o governador apresenta suas “ideias teocráticas”. Porém, entre suas empoladas frases, que por vezes são de difícil compreensão, o discurso apresentaria tradicionais elementos anticomunistas zoomorfos:

*[...] Bien excelentísimo señor, permitidme entonces como gobernador de Córdoba, que en la oportunidad en que visitáis su territorio y os asociáis a una de sus fiestas más significativas os presente el saludo de un pueblo esperanzado en la posibilidad de que podáis llevar adelante el cometido patriótico e histórico que con coraje y denuedo os habéis de permitirme que [ilegível] y sinceramente os exprese los peligros que procuran ensombrecer lo inmediato de vuestro camino.*

*Creo de mi deber salir al paso de la conjura conceptual de la contrarrevolución que procuran orquestar la avaricia contenida, la ineficacia desplazada y la bandera roja, por medio de un intento fratricida.*

*Esas poderosas fuerzas contrarias al país, saben que esta es la última oportunidad que tienen para librar el combate que pueda asegurarles un predominio, que imponga la ominosa esclavitud de su sistema, concepto éste, cuyas funestas implicancias quiero con optimismo pensarlos, pareciera no ser abarcado por los que en ejercicio de resortes públicos, son capaces de llegar a traficar con el concepto de autoridad, en pos de la adhesión personalista de fomentar el escepticismo, mediante la postergación dilatoria de la tramitación de los asuntos públicos, de comprometer dualmente su palabra, de apoyar el fermento disolvente, del despilfarro de los dineros públicos del estado, y la de exhibir una figura desaprensiva en los selectos cuadros llamados a ser analizados por la historia.*

*La conjura que denuncio desde Córdoba, enraíza su triste filiación en el recuento de las trabas que la nación debió vencer desde sus mismos orígenes, cuando el pensamiento de los hombres de Mayo, echaba sobre la banda del tiempo, la*

*decisión irreversible de una comunidad, que proclama su independencia cuando después de la lucha de la organización, fue rescatando dolorosamente de la anarquía, de la convulsión y del separatismo [...].*

*Concibo la historia como una ciencia de lo ético del individuo, referido al tiempo; como la relación cronológica de la vida de un pueblo fijando resultados trascendentes, esenciales consagraciones; por algo es la muestra de la conducta, quedando inevitablemente en su trasfondo el elemento despreciable, como queda en la noble fundición la escoria impura después de la colada del acero.*

*Nadie ignora que la siniestra organización antiargentina que dirige a los que quieren dirigir la contrarrevolución ha elegido a Córdoba epicentro nacional, para su cobarde maniobra; por ello es que en estas circunstancias no puedo limitarme a una académica o lírica enunciación de principios o de números, declaro sí que confundida entre la múltiple masa de valores morales que es Córdoba, por definición, se anida una venenosa serpiente, cuya cabeza quizás Dios, me depare el honor histórico de cortar de un solo tajo. [...] (LV, 8 mar. 1971, p. 11).*

Em seu discurso que parece saído de um defesa jurídica enviesada, ou de um livro já antigo para a década de setenta, Uriburu, quase em delírio, sente-se na obrigação de denunciar os perigos que vivem Córdoba e a pátria, bem como “*salir al paso de la conjura conceptual de la contrarrevolución que procuran orquestar la avaricia contenida, la ineficacia desplazada y la bandera roja, por medio de un intento fratricida*”. A parte de clara identificação anticomunista na referência à bandeira vermelha, podemos arriscar a interpretação de que a “*ineficacia desplazada*” refere-se ao políticos retirados do poder em geral, e o radicalismo que tinha a presidência quando do golpe, em específico. A “*avaricia contenida*” poderia significar tanto os políticos corruptos e usurpadores do erário público, com sua ação também impedida pela “revolução”, quanto, de uma forma mais indireta, uma característica própria do comunismo, cujos líderes, a despeito de pregar a igualdade, reservariam, com sua avareza, grande parte das riquezas para si próprios.

Independentemente do significado específico destas metáforas utilizadas pelo governador em seu pronunciamento que revoltou diversos grupos da sociedade provincial – como veremos no próximo capítulo – ele sustenta, como fruto de poucos dias de governo, mas de antiga observação contínua, que Córdoba seria o epicentro de uma contrarrevolução nacional. Além disso, Uriburu acrescenta em sua denúncia uma das frases mais interessantes, por sintética e impensável, que já encontramos em nossas pesquisas sobre o anticomunismo:

*[...] declaro sí que confundida entre la múltiple masa de valores morales que es Córdoba, por definición, se anida una venenosa serpiente, cuya cabeza quizás Dios, me depare el honor histórico de cortar de un solo tajo.[...]*

Em sua afirmação, ele conjuga diversos elementos anticomunistas: a denúncia de uma grave situação; a representação do comunismo através da imagem largamente utilizada da serpente, acrescida do adjetivo venenosa (metáfora posteriormente confirmada por ele em

outro discurso); a inter-relação de uma fala política com uma fala religiosa, já presente em outras partes de seu discurso; e uma representação de enfrentamento corajoso e direto do inimigo com a utilização da imagem de seu aniquilamento certo através de objeto cortante que pressupõe a proximidade com o perigo.

Logo após o discurso de Uriburu, Levingston fez seu pronunciamento em outro tom, focado nas questões salariais. No fim, fez referência, com certo rancor, ao governador cordobês que havia renunciado e solicitou ao povo apoio ao novo mandatário; atitude inicial que deveria vir antes dos julgamentos dos acertos e dos erros de sua gestão.

Dias após o discurso, em reunião com ex-legisladores peronistas, o governador explicou sua metáfora:

*La imagen del réptil que he enunciado en Leones, es la imagen que la calle Argentina ha recogido; por un instante se ha hablado en toda la República de la víbora que es la bandera roja; la víbora son aquellos que quieren comernos; esa es la víbora de la cual habló el gobernador (LV, 11 mar. 1971, p. 15).*

Mesmo sem se referir ao comunismo textualmente, a vinculação da serpente, agora denominada de víbora, fica clara com a utilização da imagem da bandeira vermelha. Ademais, ele justifica o uso atribuindo-o à uma interpretação das ruas. Cabe também destacar que o perigo é reiterado, ainda em símbolo, com a afirmação de que a víbora são aqueles que querem nos comer.

A despeito das palavras de Levingston, o julgamento não esperou. A nomeação, mas principalmente as palavras de Uriburu funcionaram como pólvora e serviram de base para uma reedição do *Cordobazo*. O conflito explodiu quando o descontentamento pela infeliz metáfora se somou à indignação pela forte repressão policial na greve de 12 de março. No dia 15, um novo, generalizado e forte movimento popular tomou conta das ruas de Córdoba e ficou conhecido como *Viborazo*, em referência ao símbolo utilizado pelo governador delegado.

Este segundo *Cordobazo*, em verdade uma continuação atualizada do anterior, demonstrou a fraqueza de Levingston. Quando o presidente tentou destituir o general Lanusse, comprovou que não tinha aliados entre os oficiais das Forças Armadas, e foi ele próprio, em 22 de março, retirado do poder pela Junta de Comandantes.

Com isso, iniciou-se o último período da ditadura de 1966. Lanusse assumiu a presidência e, nos dois anos que esteve à frente do país negociou o fim do regime e a retomada de um verdadeiro tempo político. Como explica Liliana De Riz, “*sin cohesión interna y desbordados por la movilización popular, los militares se decidieron a buscar una*

*salida política que les permitiera canalizar la ola de protesta popular y regresar a los cuarteles” (2007, p. 92).*

Tanto foi assim que um civil, Arturo Mor Roig, respeitado político radical que havia sido presidente da Câmara de Deputados durante o governo Illia, foi o escolhido como Ministro do Interior para desenvolver e efetivar a estratégia de transição.

Neste processo, o onipresente peronismo, já profundamente transformado pelos dezoito anos de exílio de seu líder e de proscricção, logrou retornar à cena política direta, pois, como afirma aquela autora:

*El viejo dilema de cómo lograr un gobierno electo por una mayoría y a la vez, aceptado por la cúpula del Ejército, volvió a plantearse, pero esta vez la novedad era la inclusión del peronismo en un gran acuerdo entre los militares y los partidos políticos devueltos a la legalidad, para fijar las reglas de la transición institucional. Por primera vez desde 1955, las Fuerzas Armadas se disponían a admitir que toda solución política de la que se marginara al peronismo habría de ser ilusoria y destinada a tener corta vida (DE RIZ, 2007, p. 92).*

Após dois anos com muitas e complexas negociações entre os diversos atores, mas principalente de uma árdua disputa entre os militares liderados por Lanusse e os diversos grupos peronistas encabeçados por Perón, a eleição para presidente ocorreu em 11 de março de 1973. Nela, o candidato da coalização peronista ganhou com quase cinquenta por cento dos votos. Héctor Campora, incondicionalmente leal a seu chefe, cumpriu um breve mandato que apenas permitiu a volta efetiva do já velho Péron à presidência da Argentina. Volta ocorrida em uma turbulenta conjuntura que ele não pode controlar antes de sua morte nos poucos meses que esteve no poder e que desembocaria em uma das mais duras ditaduras, a de 1976, que a América Latina jamais conheceu.

## 4 DOIS JORNAIS

O objetivo deste capítulo é, através da perspectiva comparada, analisar o caso de dois jornais regionais, um brasileiro e outro argentino, tendo em vista a verificação da existência de ressonâncias, em cada um deles, dos argumentos legitimadores utilizados pelos civis e militares para retirarem do poder os presidentes João Goulart e Arturo Illia e instituírem ditaduras de sérias consequências para ambas as nações.

Foram escolhidos dois periódicos regionais sediados em cidades de importância semelhante; que estavam ativos durante grande parte das ditaduras; que continuam sendo publicados atualmente; e que têm seus acervos disponíveis para consulta. Com base nisso, optamos por analisar o periódico *Zero Hora* (de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul) e o diário *La Voz del Interior* (de Córdoba, capital da província de mesmo nome).

Nesta parte do trabalho, os dois jornais superam seu caráter de fonte e passam a ser, também, objetos de estudo. Ainda focados na temática anticomunista, analisaremos de que forma estes importantes instrumentos de influência na população refletiram aquela argumentação legitimadora governamental, nosso objeto principal, destacado no capítulo anterior.

### 4.1 ZERO HORA: A CAÇULA CONSERVADORA

O jornal *Zero Hora* nasceu com o golpe civil-militar que destituiu o presidente João Goulart de suas prerrogativas constitucionais. Não queremos afirmar, com isso, que ele seja “fruto” direto do golpe. Queremos apenas estabelecer a sua contemporaneidade ao evento que direcionou os principais acontecimentos das últimas décadas do Brasil e que, portanto, influenciou o surgimento do novo diário gaúcho.

*Zero Hora* começou a circular em Porto Alegre no dia 04 de maio de 1964, exatamente um mês e três dias após a tomada do poder pelos civis e militares golpistas. Ele sucedeu e se estabeleceu na estrutura do jornal *Última Hora* em sua versão gaúcha, “morto” pelo golpe (BARROS, 1999). Entretanto, esta sucessão não foi linear e contém algumas permanências e profundas modificações que devem ser consideradas para o entendimento da linha editorial do jornal nascente.

#### 4.1.1 *Última Hora*: golpe mata jornal

O *Última Hora* de Porto Alegre fazia parte da rede de jornais de Samuel Wainer, cuja sede era o Rio de Janeiro. Este diário tinha íntima ligação com trabalhismo desde o seu nascimento, ocorrido no contexto do retorno de Getúlio Vargas à presidência em 1951.

Durante a primeira reunião ministerial do novo governo – Vargas voltara à presidência através de eleições democráticas – realizada no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, o único jornalista, de instituição privada, presente era Wainer. Isto se explica por um episódio interessante: em fevereiro de 1949, o então repórter Samuel Wainer do diário carioca *O Jornal* – o principal da rede de jornais de Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados – estava sobrevoando o Rio Grande do Sul na busca por plantações de trigo, a pedido de seu patrão. Entretanto, resolveu desviar da rota original com a ajuda do piloto *queremista* e ir ao encontro de Getúlio na fazenda na qual este vivia em seu autoexílio. O ex-presidente articulava sua volta ao poder sob um silêncio imposto pelo boicote dos grandes jornais conservadores (BARROS, 1999, p.15) e a entrevista com o repórter veio em um momento oportuno. A manchete de *O Jornal* – “Voltarei como líder de massas” (BARROS, 1999, p. 16) – rompeu o silêncio, lançando a candidatura de Getúlio à presidência da República.

Assim começou a relação entre ambos, que permeou a curta campanha eleitoral, coberta por Wainer, e que culminou no fim daquela reunião em Petrópolis, quando o presidente o chamou:

- Tu reparaste que hoje não veio ninguém cobrir a reunião? – perguntou Getúlio.
- Respondi que sim [Wainer esta narrando o episódio], e observei que fora desencadeada a conspiração do silêncio. – O senhor só vai aparecer nos jornais quando houver algo negativo a noticiar – preveni. – Essa é uma tática normal de oposição, e a mais devastadora.
- Ele andava de um lado para outro. De repente, parou e me disse sete palavras que seriam a senha para abrir-me as portas da grande aventura:
- Por que tu não fazes um jornal?
- Alguns anos mais tarde, durante uma sessão da comissão parlamentar de inquérito que procurou fazer a devassa da *Última Hora* – e que promoveu a mais cruel e total investigação da trajetória pessoal e profissional de um jornalista brasileiro em todos os tempos -, fui submetido a centenas de perguntas. Dezenas delas tentaram levar-me à confissão de que algum dia Getúlio me pedira para fazer um jornal. Meus inquisidores perseguiram permanentemente uma resposta que confirmasse essa versão. Não conseguiram. Revelo-a só agora. Na pergunta formulada por Getúlio naquela noite em Petrópolis, havia, evidentemente, um pedido:
- Por que tu não fazes um jornal?

Respondo que aquele era o sonho de um repórter com o meu passado. Ponderei que não seria difícil articular a montagem de uma publicação que defendesse o pensamento de um presidente que, como era o seu caso, tinha o perfil de um autêntico líder popular.

- Então, faça – determinou Getúlio.

Perguntei-lhe se queria saber como faria.

- Não – cortou. – Troque idéias com a Alzira [Alzira Vargas, filha de Getúlio] e faça rápido.

Reagi com o otimismo de sempre:

- Em 45 dias dou um jornal ao senhor.

- Então, boa noite, Profeta – encerrou Getúlio.

- Boa noite, presidente.

A *Última Hora* começava a nascer, e eu a encontrar a minha razão de viver (NUNES, 1989 p. 126-7).

Esta parte do relato que dá nome à biografia de Wainer – *Minha razão de viver: memórias de um repórter* (NUNES, 1989) – foi escrita com base nas diversas fitas em que o “Profeta” gravou suas memórias nos últimos anos de vida. Portanto, é preciso relativizar a descrição “romanceada”, até porque o próprio Wainer foi a única fonte desta informação. Entretanto a afirmação de que *Última Hora* foi “encomendado” pelo presidente é corroborada pelo editorial da primeira edição, distribuída gratuitamente no Maracanã na noite do dia 12 de junho de 1951. Como conta Wainer (NUNES, 1989, p. 142), ele pediu a Getúlio que fizesse uma carta para “vincular o jornal desde o berço ao presidente eleito pelo povo. [...] Jamais, em qualquer país do mundo, um jornal fora apresentado aos leitores por um presidente da República”.

Com um discurso aparentemente defensor da utópica imparcialidade, Getúlio<sup>66</sup> demonstrava seu apoio ao jornalista e à sua nova obra:

Prezado amigo Samuel Wainer

[...] Criadora, estimuladora, esclarecedora deve ser sempre a função primacial da imprensa livre. E dessa imprensa necessita o Govêrno, hoje mais do que nunca. Os problemas sociais e políticos são de tal modo complexos, que só um contato vivo, perene e fecundo com a opinião pública de todo o país pode dar luzes e fôrça ao Govêrno, para enfrentá-los e resolvê-los. Nesse sentido, é na imprensa que se cristaliza o espírito do povo e é pelos seus órgãos mais representativos que se traduzem as exigências e os anseios coletivos.

Como homem público, sempre busquei o contacto com essa imprensa imparcial e construtiva e encontrei na crítica serena e honesta a colaboração desinteressada e amiga, que esclarece, revela, corrige, completa e sugere soluções e diretivas. É por isso que recebo com satisfação a notícia do aparecimento de um novo jornal, para cuja orientação elevada e patriótica o espírito do seu fundador constitui garantia eficiente e motivo bastante de confiança e de contentamento (NUNES, 1989, encarte central de ilustrações).

<sup>66</sup> Wainer (NUNES, 1989, p. 142) também afirma que descobriu, mais tarde, que a carta não tinha sido escrita em sua totalidade pelo presidente. Quem compôs parte dela foi o então chefe da Casa Civil, Lourival Fontes. Contudo, quem a assinou foi Getúlio, revelando a filiação do novo periódico, com o cuidado de apresentá-la em um papel sem o timbre oficial da Presidência da República.

Wainer, ao afirmar que *Última Hora* quebrava um tabu no restrito “clube da imprensa” de então, assevera que no Brasil – diferentemente do que ocorria nos países “civilizados”, onde os jornais são vinculados de forma aberta aos partidos políticos fortes – o jornal era a voz do seu dono.<sup>67</sup>

Por trás da aparente independência que ostentam, já que não são ligados a partidos, os jornais são o que seus donos desejam que sejam. A *Última Hora* representaria uma exceção a essa regra, na medida em que pretendia transformar-se na expressão do getulismo (NUNES, 1989, p. 136).

Depois de getulista, o jornal, seguindo sua linha editorial, transformou-se em janguista. Como afirmamos no capítulo Dois Presidentes, *Última Hora* foi um dos poucos órgãos de imprensa que manteve o apoio ao presidente João Goulart até cessarem as derradeiras esperanças. Este apoio pode ser efetivamente percebido nas últimas edições do *Última Hora* gaúcho, que, segundo o jornalista Jefferson Barros (1999, p. 153), era a mais radical, em termos políticos, das edições do jornal no país.

Para compreender a transição entre este jornal e *Zero Hora*, analisamos os dois últimos meses de *Última Hora*. Neles, o apoio a Jango é patente. Percebe-se este posicionamento favorável já na cobertura dos últimos atos do governo Goulart, aqueles que precipitaram o golpe. Após o grande comício do dia 13 de março, *Última Hora* estampava em suas capas:

Jango inicia reformas: encampadas as refinarias; 200 mil pessoas no comício (*UH*, Porto Alegre, 14 mar. 1964, capa); “Gorilas” em desespero: derrubada de Jango antes das reformas (*UH*, 17 mar. 1964, capa); Nova Tática dos “Gorilas”: Baderna nas ruas para dar pretexto ao “Impeachment” (*UH*, 19 mar. 1964, capa).

Com a resposta das classes conservadoras, convocando para a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em todo o Brasil, inclusive em Porto Alegre, *Última Hora* apresenta uma capa *sui generis* no dia 30 de março. Há uma convocação da Ação Democrática Feminina do Rio Grande do Sul, para que a mulher gaúcha participasse da referida marcha, marcada para o dia 07 de abril. Tal convite é estampado em um quadro, provavelmente um “a pedido”, mas que não está assim identificado, e afirma:

pelo direito de amar a Deus; pela dignidade dos lares; pela democracia: [...] Mulher Gaúcha, chegou a hora de dizermos presente na luta em defesa do cristianismo e dos ideais democráticos de nosso povo.

<sup>67</sup> Cláudio Abramo, diretor de redação da *Folha de São Paulo*, entre 1969 e 1972, concorda com Wainer. “[...] a liberdade de imprensa só é usada pelos donos das empresas. Em quarenta anos de jornalismo, nunca vi liberdade de imprensa. Ela só é possível para os donos dos jornais. Os jornalistas não podem ter opinião, mas os jornais têm suas opiniões sobre as coisas, que estão presentes nos editoriais e nos textos das pessoas que escrevem com linhas paralelas às do jornal” (apud KUSHNIR, 2004, p. 249).

[...] É assim a moderna tática dos golpes à democracia: dizendo que “não” são comunistas, eles passam da propaganda para a agitação e desta para o colapso do abastecimento, comunicações, transportes. Esfacelada a ordem constitucional implanta-se o socialismo ateu.

Mulher gaúcha: reajamos antes que seja tarde [...] A exemplo de Minas e São Paulo, marchemos unidas ao lado de Deus e do espírito dos nossos heróis da Liberdade (UH, 30 mar. 1964, capa).

Ao lado desta convocação anticomunista, encontramos a posição do jornal, declarada na escolha de sua manchete de capa: “Ação Católica do RGS Lança Manifesto: Condenável Resistir às transformações sociais em nome do cristianismo” (UH, 30 mar. 1964, capa).

Na página com a referida matéria, o resumo ilustra a opinião deste grupo católico e do jornal, que dá ênfase a tais pontos, antes de divulgar, na íntegra, o manifesto:

Anunciando que “o cristão deverá ter o espírito suficientemente aberto para sentir os apelos que a realidade concreta lhe faz”, tôdas as entidades componentes da Secretaria da Ação Católica da Arquidiocese de Pôrto Alegre [...] lançaram, ontem, manifesto em que lamentam e consideram grave a existência de pessoas “que se organizam em movimentos que visam resistir às transformações sociais ou promover tão somente medidas paliativas, que não ferem as causas reais dos problemas, justificando esta posição com o próprio cristianismo” (UH, 30 mar. 1964, p. 3).

No dia seguinte, o jornal apresenta outra matéria, agora na contracapa, pois o mote principal era outro, que deixa patente sua posição ao trazer à tona opiniões progressistas de outros setores da Igreja. Ao lado de duas fotos, que ocupam metade da página e apresentam crianças em situação de miserabilidade, a manchete afirma: “Dom José Távora explica “Cartilha”: Subversão é deixar o povo desamparado” (UH, 31 mar. 1964, contracapa).

Neste dia já estava em marcha o golpe que iria retirar do poder o presidente e esse era o grande assunto do *Última Hora*. Enquanto o *Correio da Manhã* estampava o editorial “Basta!”, o jornal de Samuel Wainer, em sua edição gaúcha, apresentava na capa uma síntese do discurso de Goulart no Automóvel Clube do Brasil e um alerta do CGT:

Jango à nação: govêrno luta por reformas cristãs e democráticas. [Em um quadro apresenta pequenos excertos que resumem o teor do discurso:] Não queremos Congresso fechado mas sim aberto aos anseios populares; Aventureiros usam a Igreja para envenenar incautos; Forças reacionárias não destruirão meu mandato: êle pertence ao povo; Grupos que mataram Getúlio unem-se contra as reformas.

[E ainda estampa os seguintes alertas:] CGT alerta sindicatos: greve geral contra o golpe ao mandato de Goulart. [E] Jurema: não dêem ouvidos aos boatos (UH, 31 mar. 1964, capa).

No interior do diário, o editorial não assinado afirmava, comentando a crise da marinha:

Os jornais que repetem o pensamento dos círculos conservadores-reacionários do país dão ênfase a um equívoco melancólico: de que a Marinha de Guerra brasileira morreu. Esse equívoco resulta de concepções arcaicas, de preconceitos que não resistem ao confronto dos fatos atuais: equívoco com base num subjetivismo perigoso, porque absolutamente falso e, até, antinacional.

[...] A Bandeira de Reformas, que o presidente João Goulart ergue na atual conjuntura acha-se desfraldada também em cada mastro de nossos navios de guerra, como expressão da vontade de nossos marujos e de sua lealdade ao Brasil na marcha pela emancipação. Engana-se quem quer. A marinha está viva, e já hoje de fogos acesos para prosseguir trabalhando e lutando pela Pátria. Mortas estão as concepções arcaicas sobre disciplina e sobre direitos políticos e individuais dos soldados e marinheiros do Brasil (*UH*, 31 mar. 1964, p. 2).

Além do editorial claramente favorável ao presidente e aos processos de “reforma” e de “emancipação” do país, o interior do periódico apresentou o discurso anunciado na capa na íntegra. Para dar uma ideia ainda mais precisa sobre a posição do jornal, listamos apenas os títulos de outras reportagens que foram apresentadas nesta edição ao lado dos assuntos já anunciados na capa e daqueles vinculados à Igreja citados nos parágrafos anteriores:

Sargentos e oficiais a JG: Estamos na mesma trincheira (p. 6); Mazzilli [Presidente da Câmara dos Deputados] em São Paulo trama com Adhemar [governador deste estado] a mudança do Congresso (p. 7); Ministro da Justiça: - Povo está com Jango (p. 7); UNE: - Vigília contra o golpe (*UH*, 31 mar. 1964, p. 13).

No dia 01º de abril, quando o golpe estava prestes a se consolidar com os últimos apoios militares, ainda existia esperança nas linhas do *Última Hora*, que mantinha sua posição, apesar de apresentar a difícil situação. Encontramos no jornal um dos últimos pronunciamentos de Jango. Em tom conciliador, ele dá como certa a vitória sobre o golpe.

[Com o seguinte título:] Jango: - Golpe malgrado tem o repúdio da nação [o jornal reproduz na íntegra o comunicado à nação, que afirma em sua parte principal:] O movimento subversivo que repetiria as mesmas tentativas anteriores de golpe de estado, sempre repudiadas pelo sentimento democrático do povo brasileiro e pelo espírito legalista das Forças Armadas está condenado a igual malogro, esperando o Governo Federal poder comunicar oficialmente, dentro em pouco, o restabelecimento total da ordem no Estado (*UH*, 01º abr. 1964, p. 2).

Outros títulos vinculados ao golpe ou à “gorilada”, denominação que já denota a posição do periódico, são os seguintes:

São Paulo e Minas rebelados para derrubar Jango; Jair [Dantas Ribeiro, ministro da guerra]: - Ordem a qualquer preço; I Exército rumo a Minas para esmagar reunião (capa); Arraes [Miguel Arraes, governador de Pernambuco], Badger [da Silveira, governador do Rio de Janeiro] e Dória [Seixas Dória, governador do Sergipe] formam frente com JG; Adhemar adere à “Gorilada”; Ney Braga [governador do Paraná] solidário à subversão golpista; Governador Alagoano manda dissolver comício a bala; Polícia de Lacerda agride portuários (p. 3); Brizola: Governo de Minas quer derramamento de sangue (p. 4); Kruel marcha sobre a Guanabara, III Exército rumo para SP; Jango: Reformas dependem da ordem (p. 8); Sereno [Chaise,

prefeito de Porto Alegre] – Prefeitura será QG da Legalidade; Rêde da Legalidade no paço municipal (*UH*, 01º abr. 1964, p. 9).

No dia 02 de abril, o *Última Hora* gaúcho foi o único da rede que circulou no país. Samuel Wainer havia se refugiado na embaixada do Chile ao perceber o teor e o poder do golpe. Na própria capa do jornal de Porto Alegre foi anunciado:

Golpistas calaram rêde nacional: só UH gaúcha circula. [...] Órgão defensor dos ideais de Getúlio Vargas e de respeito à lei e à ordem constitucional, a imprensa fundada por Samuel Wainer não poderia ser mantida circulando livremente nas regiões em que o totalitarismo e o golpe assumiram o poder, embora o façam temporariamente. O atentado contra a imprensa livre iniciou-se em Belo Horizonte, repercutiu em São Paulo e Curitiba e foi consumar-se, ontem à tarde na Guanabara e Recife (*UH*, 02 abr. 1964, capa).

Declarando mais uma vez sua posição e reverberando contra o que identificou claramente como um golpe de Estado, *Última Hora* iniciou sua última edição produzida em condições de “normalidade, de legalidade e liberdade” (BARROS, 1999, p. 143) descrevendo a situação de sua rede de jornais e as violências contra as redações em todo o país. Ademais, como já mencionamos, apresentou como grande manchete, ao lado de uma foto do presidente junto a militares no aeroporto: “Jango chegou: Reagirei contra o golpe” (*UH*, 02 abr. 1964, capa).

Segundo Jefferson Barros, as 16 páginas desta edição “exalavam mais ansiedade e desalento do que condições de resistência. [...] Apesar do esforço para não indicar “derrotismo”, a edição não apontava nenhuma possibilidade de vitória” (1999, p. 143-144). Entretanto, apesar de não demonstrar os caminhos e as possibilidades de uma virada, a capa reverberante e a quantidade de matérias sobre os movimentos legalistas no estado dão à edição de 02 de abril de 1964 um tom manifesto de resistência nas últimas horas do presidente no Brasil. Os títulos das principais matérias demonstram isso:

Multidão aplaudiu comício da legalidade: Brizola aos Sargentos: Tomem os quartéis e prendam os “gorilas” (p. 2); Jango instala govêrno no Rio Grande do Sul; Voluntários convocados (p. 3); Deputado chamou o governador de covarde [em referência ao governador Ildo Meneghetti, que instalou o governo do estado do Rio Grande do Sul na cidade de Passo Fundo]; Juventude do PDC [Partido Democrata Cristão]: Golpe é ato vil e repelente; Gaúchos reeditam legalidade de 61; Ladário [Comandante do III Exército] garantiu que a assembléia funcionaria; Vereadores [de Porto Alegre] votam hoje apoio integral a Jango (p. 5); Manifesto de Jango: - Reagirei ao golpe; Estudantes tomaram a rádio da universidade [URGS] (p. 6); URSS: Nazismo desafia o govêrno brasileiro (p. 7); Jango chegou [ao lado desta grande reportagem de capa foi reproduzida a carta-testamento de Getúlio Vargas, junto a uma foto sua, afiançando, mais uma vez, a filiação política do jornal] (p. central); Jango instala govêrno no Rio Grande do Sul – Lutarei ao lado do povo (p. 3 – a edição têm problemas quanto à paginação); Trabalhadores da Petrobrás prontos para repelir golpe; Pelotas em greve de solidariedade a JG; Caxienses apóiam Jango

e as reformas; Trabalhistas do Vale do Sinos preparam mobilização popular (p. 11); Sindicatos organizam batalhões operários (p. 13); Mensagens ao QG da legalidade atestam apoio popular a Jango (UH, 02 abr. 1964, p. 15).

No dia seguinte, 03 de abril, *Última Hora* não circulou no último estado a cair. Barros (1999) conta que, neste mesmo dia, na Guanabara, Samuel Wainer, ainda exilado na embaixada do Chile, recebeu a visita do colunista lacerdista Ibrahim Sued<sup>68</sup> que, em nome de um grupo de empreiteiros – que mais tarde ele descobriria ligado ao coronel Mario Andreazza, um dos representantes da “linha dura” – fez uma proposta de compra do jornal. Wainer recusou, com a ilusão de que poderia manter seu jornal depois de algum tempo e realizados alguns ajustes necessários à nova situação.<sup>69</sup>

Contudo, é necessário relativizar as afirmações que proclamam um posicionamento incondicional do jornal de Samuel Wainer às lideranças trabalhistas. Nossa base documental contempla apenas algumas edições dos meses de março e abril de 1964, o que nos permite afirmar, apenas, que nos momentos finais do governo Goulart o jornal demonstrou explícito apoio ao presidente, às suas políticas e ao regime democrático. Seria, no mínimo, temerário querer afirmar, sem a análise de uma série mais longa, o alinhamento contínuo e incondicional do jornal a tais lideranças.

Elmir e Roldão (2002) compartilham desta parcimônia e asseveram as dificuldades de se estabelecer o “perfil político-social” do jornal. Citando Barros (1999, p. 65), com a devida relativização, lembram que a coluna “Boa Tarde, Excelência”, de Sérgio Jockymann, tinha, desde o seu lançamento, o objetivo explícito de criticar cotidianamente o então governador Leonel Brizola, respaldado pela direção. Eles também problematizam a acepção “popular”, colocada no subtítulo do livro de memórias de Jefferson Barros – *Desafios de um tablóide popular numa sociedade conservadora*, e reiterada no seu interior. Eles supõem, após uma leitura superficial das matérias de *Última Hora*, especialmente as da crônica policial, que “o que se dá, de fato, [...] são adesões mais ou menos contínuas a um discurso político mais à esquerda que se combina, com uma linguagem popular (mais simulada do que autêntica), a uma visão conservadora da sociedade em termos de valores morais e/ou de comportamento” (2002, p. 270).

---

<sup>68</sup> Ibrahim Sued, que trabalhava para o jornal O Globo, do Rio de Janeiro, tornou-se, a partir do ano de 1966, colunista também de *Zero Hora*.

<sup>69</sup> Samuel Wainer vendou o *Última Hora* do Rio de Janeiro para este mesmo grupo de empreiteiros em 1972, depois de muito esforço para manter o jornal. Ver Nunes (1989, p. 281).

Neste ponto, cabe trazer à tona uma importante característica do vespertino gaúcho: o sensacionalismo. Conforme Elmir e Roldão (2002), este rótulo é muitas vezes, e de forma errônea, interpretado como autoexplicativo no sentido desabonador. No entanto, é preciso considerar como uma fórmula válida a opção intencional do jornalista em produzir uma “sensação” em seu leitor. Segundo estes autores, alguns elementos contribuem para a associação de *Última Hora* ao rótulo de sensacionalista, entre os quais citamos alguns: a utilização de linguagem simples, direta e concisa; a transcrição de frases supostamente ditas por vítimas, criminosos ou testemunhas; a existência de títulos e subtítulos compostos em letras muito grandes estimulando a ambiguidade do conteúdo da notícia.

Elmir, em sua dissertação de mestrado, complexifica esta caracterização, dando ênfase a dois elementos reiteradamente presentes na crônica policial de *Última Hora*: a ficção e o maravilhoso. A lógica ficcional teria regulado o fazer jornalístico destas crônicas, que apresentavam uma sobreposição do real com o ficcional, deixando a imaginação dos seus cronistas predominar sobre os dados factuais. Ao lado desta lógica, estaria a manifestação do maravilhoso. Na escolha das matérias e de sua anunciação percebe-se a forte preferência pelo crime excepcional (a transgressão dentro da transgressão), pelos prodígios, ambos permeados pelo sensacional, pelo inexplicável, em uma lógica de “quanto pior, melhor”<sup>70</sup>.

Na edição de 04 de abril de 1964, era explicada a ausência do dia anterior ““a falta de energia elétrica nas oficinas dos *Diários Associados* (onde *Última Hora* era impresso desde 1962) foi provocada pelo desligamento criminoso dos fuzíveis de um dos postes da CEEE”. O vocábulo “criminoso” nesta nota foi o último ato oposicionista de *Última Hora*” (BARROS, 1999, p. 146). Como afirma o autor, enquanto era preparada a próxima edição, as forças golpistas que já haviam debelado as resistências no Estado, agiram contra a redação do jornal e contra os seus jornalistas. Boa parte destes precisou fugir ou permanecer longe da sede do jornal. *Última Hora* só voltou a circular no dia 13, mas já sem resquícios da linha editorial que, ao menos, a guiou no seu nascimento e nas últimas semanas.

Neste momento a edição de Porto Alegre era a única a circular ao lado da edição da sede no Rio de Janeiro. Entretanto, Samuel Wainer convocou Ary de Carvalho, diretor responsável da sucursal gaúcha, e determinou que o jornal fosse fechado por não haver mais condições de manter “um mínimo respeito à sua original linha política” (BARROS, 1999, p. 151).

---

<sup>70</sup> Ver Elmir, 2009.

Jefferson Barros, concluindo sua narração saudosista, afirma que “Em Porto Alegre, *Última Hora* não morreu de morte natural. Foi assassinada de forma tão ao gosto de suas manchetes policiais: pela violência da ditadura” (1999, p. 154).

Na última edição, publicada em 25 de abril de 1964, pode ser lida na capa uma nota da Editora Flan aos amigos e leitores do Rio Grande do Sul:

A interrupção da publicação de *Última Hora* durante os dias que precederam a eclosão do vitorioso movimento revolucionário, irrompido a 31 de março último, causou-nos uma série de danos que nos obrigam a privar novamente, nosso público da leitura deste jornal por mais alguns dias. A fim de adaptarmos este jornal às novas contingências econômicas e técnicas, criadas por circunstâncias independentes de nossa vontade, vamos rever todo nosso esquema de trabalho, assim com a própria feitura do jornal. Estamos certos de que logo que retornarmos às bancas de jornais, o que esperamos seja dentro do menor espaço de tempo possível, reencontraremos por parte dos milhares de leitores e amigos que *Última Hora* possui no Rio Grande do Sul, a mesma acolhida e a mesma solidariedade que sempre nos dispensou e que foram, sem dúvida as únicas razões do grande êxito que este jornal alcançou em pouco mais de quatro anos de vida. Editora Flan S.A. (UH, 25 abr. 1964, capa).

No entanto, o jornal *Última Hora* nunca mais voltou às bancas. Ary de Carvalho comprou o maquinário e, mantendo alguns membros da equipe, criou o jornal *Zero Hora*. Segundo Barros, a grande alteração contingencial não foi anunciada na nota da última capa: a política. Para ele,

a sucessão [...] não foi uma continuidade, mas uma radical quebra de linha política. [...] As similitudes eram apenas de estilo e mesmo assim lembravam, à distância, o jornal extinto pelo golpe militar. O próprio Ary [de Carvalho] conta que era feito um esforço diário para distinguir um do outro e que, por muito tempo, a imagem do novo jornal confundia-se com a de *Última Hora* (1999, p. 157-158).

Elmir, na já mencionada dissertação (1996, p. 212-213) em que analisou a crônica policial do *Última Hora* no período de 1960 a 1964, tem posição semelhante e considera como uma hipótese a ser examinada a manutenção do perfil “sensacionalista” dado à crônica policial no jornal *Zero Hora*. Em termos políticos, por outro lado, teria havido um rompimento com o ideário do regime deposto, defendido pelo periódico de Samuel Wainer, que foi substituído por um alinhamento ao regime recém instaurado.

#### 4.1.2 A certidão de nascimento de *Zero Hora*

A primeira edição de *Zero Hora* circulou nas ruas de Porto Alegre e de algumas cidades do interior no dia 04 de maio, na segunda semana após a última edição do jornal *Última Hora*. Na capa de seu primeiro número, *Zero Hora* apresenta um editorial de abertura – “Servir ao povo é o nosso lema” – no qual deixa claro o novo perfil político do jornal:

Nasce hoje um nôvo jornal. Autênticamente gaúcho. Independente. Democrático. Sem vínculos ou compromissos políticos. Nasce com um único objetivo: servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do rêspeito às leis e às autoridades.

O aparecimento de ZERO HORA, totalmente desligada da Rêde Nacional de jornais que anteriormente editava Última Hora, sòmente foi possível com a compra do controle acionário da Editora Flan S.A. por um grupo de gaúchos representantes das diversas classes sociais.

A par de sua orientação popular, ZERO HORA se manterá numa linha de defesa dos princípios cristãos e de apoio a todos os que, sem medir esforços ou sacrifícios, lutam para impedir a implantação em nosso país de ideologias contrárias às nossas tradições democráticas.

ZERO HORA conserva alguns redatores e colunistas do jornal anterior, pela posição que êsses profissionais desfrutam na imprensa gaúcha, como nomes realmente expressivos e já consagrados pelo público.

Ao entregar o primeiro exemplar de ZERO HORA, queremos agradecer às agencias de publicidade e a todos os anunciantes que prestigiam o lançamento dêste jornal. Ao mesmo tempo, asseguramos aos leitores dar o máximo de nossos esforços para manter a melhor qualidade possível ao nôvo rebento da imprensa gaúcha (*ZH*, 04 maio 1964, capa).

Percebe-se o esforço em diferenciar o novo jornal do vespertino da rede de Samuel Wainer de duas formas: identificando-o com o Rio Grande do Sul: “Autênticamente gaúcho; [...] totalmente desligada da Rêde Nacional de jornais que anteriormente editava ÚLTIMA HORA [...]; compra do controle acionário [...] por um grupo de gaúchos[...]”. E desvinculando-o do perfil político do jornal anterior (que estreou com uma carta de Getúlio Vargas): “Independente. [...] Sem vínculos ou compromissos políticos.”

A despeito desta pretensa independência política, o editorial, na sequência, afirma que defenderá os princípios cristãos e dará apoio “a todos os que, sem medir esforços ou sacrifícios, lutam para impedir a implantação em nosso país de ideologias contrárias às nossas tradições democráticas”. Estas “ideologias” exógenas seriam identificadas, no contexto da época e segundo a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, como sendo o comunismo internacional, cuja “purulência” estava fortemente infiltrada até que os “esforços” e “sacrifícios” da “Revolução” iniciassem sua ação saneadora.

Percebemos, portanto, desde esta “certidão de nascimento” do jornal *Zero Hora*, sua vinculação àquela primeira estratégia de construção de legitimidade, eleita para ser estudada aqui: o anticomunismo.

Não queremos fazer suposições levianas de que havia uma vinculação direta do governo civil-militar com o jornal, que seria o seu órgão de propaganda. Queremos demonstrar, apenas, que o discurso do jornal se alinhava, por clara escolha de seus editores, ao discurso que serviu de base para uma das principais estratégias de construção, perante à população, da aceitação do golpe e da ditadura civil-militar. *Zero Hora*, assim, desde o seu início, acabou colaborando com o regime, ao reproduzir o discurso anticomunista.

Certamente este colaboracionismo<sup>71</sup> tem variados matizes. Focaremos, no entanto, dados os limites deste trabalho, a reprodução do perigo vermelho. É importante frisar que este modo de agir não é exclusivo de *Zero Hora* e podia ser exercido de forma individual ou através de instituições da imprensa.

A ideia inicial era utilizar como fonte principal desta pesquisa os editoriais não assinados, que representam a opinião da instituição. Certamente há vantagens nesta utilização, pois as demais reportagens e colunas escritas por jornalistas apresentam outras variáveis, ou censuras internas (do próprio jornalista e da instituição para qual ele trabalha), de difícil apreensão. Entretanto, como veremos a seguir, durante nossa janela temporal para o caso brasileiro, de 1964 até 1968, nem sempre *Zero Hora* revelava sua opinião através de um editorial institucional. Portanto, nossa pesquisa se estendeu por outras áreas do periódico, com ênfase na temática política. Quando os editoriais começaram a ser uma prática contínua, passamos a destacá-los, com prioridade à coluna daquele que foi o diretor responsável durante todo o período, o acionista majoritário Ary de Carvalho.

Completando aquilo que optamos por denominar de “certidão de nascimento” do jornal, gostaríamos de frisar as publicações das diversas comunicações de apoio que o jornal recebeu das autoridades locais nos dias que sucederam a estreia da “caçula da imprensa gaúcha”. A página 11 da segunda edição – além da capa que já anunciava, em letras grandes: “Povo consagra *Zero Hora*” – é dedicada inteiramente às primeiras manifestações de apoio ao novo periódico. A grande manchete é “Poty [deputado Poty Medeiros, Secretário de Segurança Pública]: *Zero Hora* será tribuna para a defesa da democracia”. Nela é transcrita parte de uma entrevista à reportagem do jornal:

---

<sup>71</sup> Termo que tomamos emprestado de Kushnir (2004, p. 251), pois, como ela, entendemos que nossa análise revela mais do que uma simples adesão aos pressupostos do pós-1964; colaborar é mais que apoiar, é ter compromisso.

Vi com satisfação o surgimento de Zero Hora, que acredito venha a se transformar em mais uma tribuna alta e vibrante para a defesa dos princípios democráticos e cristãos de nossa formação cívica e porta-voz das justas reivindicações populares. [Prosseguindo a transcrição da entrevista, cujos excertos não são escolhidos sem motivos, o secretário comenta assuntos relacionados à sua pasta:] Quanto aos problemas de segurança pública, continuam os órgãos policiais em íntimo contato com as autoridades militares, em clima de energia serena, cumprindo seus deveres a bem da consolidação das finalidades da revolução vitoriosa, que visou banir dos quadros da Pátria o espectro sinistro da corrupção e do comunismo dissolvente [...] (ZH, 05 maio 1964, p. 11).

O discurso do deputado revela de forma límpida seu conservadorismo e seu apoio à “revolução” que lutava contra “o espectro sinistro da corrupção e do comunismo dissolvente”. O novo diário é saudado pelo secretário que apresenta sua crença de que *Zero Hora* seria mais uma voz alinhada na “defesa dos princípios democráticos e cristãos de nossa formação cívica”.

Entretanto, é a terceira edição que completa esta “certidão de nascimento”, sem deixar dúvidas quanto à filiação do novo rebento da imprensa gaúcha. Entre outras manchetes, a capa traz foto do general Mário Poppe de Figueiredo, novo Comandante do III Exército, e da cópia da carta de saudação redigida “de próprio punho” por ele. A página 7 é o local em que a carta do general Poppe, talvez a maior autoridade de fato no estado, é transcrita na íntegra:

Recebi com muita simpatia o surgimento de Zero Hora. Com a orientação de propugnar pelos ideais cristãos e democráticos do povo brasileiro, será mais uma voz a conduzir a opinião pública do Rio Grande do Sul nos rumos tradicionais de nossa formação histórica. Auguro a Zero Hora uma longa e próspera existência (ZH, 06 maio 1964, p. 7).

Nesta mesma página, inteiramente dedicada às saudações das autoridades pelo surgimento de *Zero Hora*, também são apresentadas as congratulações do prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise, em seus últimos dias à frente do executivo municipal, do Secretário de Saúde, Hélio Helbert dos Santos e do presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), Plínio Kroeff. O diário edita em conjunto duas significativas mensagens. A primeira é de Arnaldo Prietto, Secretário do Trabalho que,

Formulando sua profissão de fé na Democracia e na Imprensa, - como órgão através do qual o povo não só pode informar-se, mas também fazer sentir sua presença no processo de aprimoramento das instituições – concluiu: - “Nesta hora de tantas preocupações, em que se faz necessário o concurso de todos os homens de bom-senso e boa formação, para reconduzir o País ao caminho da verdadeira democracia, saudamos o aparecimento de ZERO HORA. Sabemos da missão difícil e da tarefa importante que à imprensa estão reservados neste momento. Confiamos em que ZERO HORA saberá honrar a tradição da imprensa gaúcha” (ZH, 06 maio 1964, p. 7).

Após esta “profissão de fé” conservadora – que mais uma vez frisa a democracia, a qual era necessário reconduzir o país que estaria pendendo para o lado do “comunismo dissolvente” – é apresentada a segunda mensagem. Com o subtítulo de “Cel. Frota assoberbado”, a no mínimo engraçada matéria é assim concluída:

O Cmd. Geral da Brigada Militar, Cel. Octávio Frota, assoberbado pelos acontecimentos recentes e pelas graves responsabilidades que, na qualidade de Comandante da Fôrça Pública Estadual, pesam sôbre sua pessoa, não escondeu a sua tristeza por não ter podido ainda ler um exemplar de ZERO HORA. Por êsse fato, disse, “não posso expender opinião sincera; entretanto manifesto o meu desejo de que não siga a linha de Última Hora, mas preste realmente um serviço útil ao povo do Rio Grande, com fundamento na verdade, na ordem e na moral” (*ZH*, 06 maio 1964, p. 7).

É interessante imaginar o motivo pelo qual alguém que ainda não conseguiu ler o periódico possa ter seu comentário publicado. Será que o Cel. enviou uma mensagem à redação? Será que *Zero Hora* o procurou, ou apenas o encontrou por coincidência enquanto entrevistava outra autoridade e viu-se na obrigação de publicar seu arrazoado? Não sabemos. O fato é que não importa a opinião do comandante da Brigada sobre o conteúdo e a forma do novo jornal. O que importa, na verdade, pelo que se pode supor da publicação de tal conteúdo, é a necessária diferenciação que o jornal deve manter de seu antecessor, sendo realmente útil ao povo e, bem ao estilo dos golpistas conservadores, fiar-se na “verdade, na ordem e na moral”.

Ainda nesta edição, o editorial não assinado “*ZH opina*” (p. 4), faz uma síntese de todas as mensagens recebidas. Envaidecida pela carta redigida a “próprio punho” pelo general Poppe, a redação reforça o encorajamento, o engrandecimento e o estímulo com que recebe tais manifestações e, mais uma vez se compromete, em resposta, a “entregar, diàriamente, um jornal sempre melhor, independente, honesto e defensor intransigente do regime democrático, dos princípios cristãos e das reivindicações populares” (*ZH*, 06 maio 1964, p. 4).

Entretanto a presença de um editorial institucional não é uma constante nos primeiros meses. Já a partir da terceira semana de publicação (18 de maio de 1964) o “*ZH opina*” deixa de ser uma coluna diária e passa a se tornar cada vez mais escasso. Somente com o passar dos anos, com as frequentes mudanças implementadas no jornal, é que a opinião institucional da direção passa a ser publicada diariamente. Durante este tempo em que *Zero Hora* não publicava editoriais, as vinculações colaboracionistas ao regime civil-militar podem ser apreendidas em pontos menos aparentes do corpo do jornal, mas, sem dúvida, não deixam de existir.

A insistente publicação de “A Ação dos Comunistas” é demonstração patente da reprodução do discurso legitimador do anticomunismo e talvez o maior exemplo de tal vinculação nos primeiros meses de vida da “caçula” da imprensa gaúcha. Tais enunciados são apresentadas em caixas que, apesar de não estarem assinadas e nem contarem com a identificação “a pedido”, configuram o padrão gráfico do jornal para materiais externos. Dentro do primeiro mês de *Zero Hora* foram publicadas, em diferentes seções do periódico, 19 caixas de “A Ação dos Comunistas”, em um total de 12 edições; chegou-se, inclusive, a publicar três destas caixas em um mesmo exemplar do jornal. É importante frisar que, não obstante a configuração gráfica indicar serem estas publicações externas, a simples permissão e a grande frequência com que aparecem denunciam o alinhamento do jornal a estes ideais.

O conteúdo de “A Ação dos Comunistas”, como o próprio nome já sugere, pretende alertar a população sobre o perigo que o comunismo representa em uma conclamação, quase religiosa, para o engajamento na luta e no combate ao perigo vermelho.

A primeira caixa surge no sétimo exemplar do jornal, publicado em 12 de maio de 1964. Ela está impressa na página 3, dedicada às notícias estaduais sobre economia e política, na parte inferior da página e, como todas as outras, sem assinatura. Seu conteúdo saúda as mudanças ocorridas no Brasil e coloca em evidência a oposição entre a democracia, tão proclamada na recém apresentada “certidão de nascimento” de *Zero Hora*, e o comunismo:

Brasileiros. Os demagogos comunistas queriam fazer crer que o Brasil era uma nação que se achava num beco sem saída. Os comunistas vivem das dificuldades que eles criam artificialmente nos países que querem dominar através do desespero das suas classes humildes. Mas o Brasil mostrou ter fôlego para resistir até mesmo à mais terrível e diabólica das tramas dos profissionais do desespero e da miséria. O Brasil aí está de novo cheio de esperanças, retomando o caminho pelo qual se tornará em um dos mais prósperos e felizes povos da terra.  
Colabore você também na consolidação e salvaguarda da Democracia, anulando a ação nefasta dos comunistas (*ZH*, 12 maio 1964, p. 3).

O segundo enunciado desta série foi publicado dois dias depois da primeira, na página 4, dedicada ao noticiário político nacional, ao “ZH opina” e à identificação do jornal<sup>72</sup>. Esta edição do jornal (14 de maio de 1964) tinha como manchete principal de capa, em grandes letras, o rompimento do país com o mais significativo país comunista da região: “Brasil rompeu com Cuba”. A página 4 dedica boa parte de seu espaço a tal reportagem que, após detalhar o rompimento, apresenta as “Razões”:

<sup>72</sup> A caixa de identificação dos primeiros meses era encabeçada pela logomarca de *Zero Hora* e continha, além do endereço da Editora Flan S/A – Rua Sete de Setembro, 738 – recém adquirida, os telefones do jornal e a nominata da direção, assim apresentada: Diretor-responsável: Ary de Carvalho; Conselho de Administração: Dante de Laytano, Ricardo Eichler, Otto Hoffmeister e Evaristo Ribas Soares.

Oficialmente, o Itamarati acusava ao Governo de Fidel Castro de “interferências em assuntos internos do Brasil, com entendimentos notórios entre Havana e grupos marxistas brasileiros”. Dizia, ainda em suas considerações, que o rompimento com Cuba estava em consonância com a política panamericana e de acôrdo com a Revolução de 31 de março cujo pensamento fôra externado pelo marechal Castelo Branco, em seu discurso de posse na Presidência da República (*ZH*, 14 maio 1964, p. 4).

Prestada a justificação para o rompimento, consoante os discursos governamentais legitimadores e anticomunistas, com especial destaque ao contexto latino americano, pode-se ler nesta página mais uma ação propagandística da caixa “A Ação dos Comunistas”:

Brasileiros. A inflação que corrói o seu salário; que desvaloriza diàriamente o dinheiro deixado com sua espôsa para as compras da casa; a inflação que destroi todos os esforços para fazer alguma economia para o futuro; essa inflação galopante era deliberadamente feita pelo govêrno deposto, para levar você ao desespero e à adesão às violências do comunismo. Os comunistas que dominavam o governo criavam situações de medo de insegurança no país, a fim de levar o Brasil à miséria e ao caos e, assim, imporem a sua ditadura contra o nosso Deus e a nossa liberdade. Colabore você também na consolidação e salvaguarda da Democracia, anulando a ação nefasta dos comunistas <sup>73</sup> (*ZH*, 14 maio 1964, p. 4).

Cabe a análise de pelo menos dois pontos deste texto. O primeiro é o fato de ele, como o primeiro, dar ênfase ao medo e ao desespero como estratégia “diabólica” de ação dos comunistas. Ao fazer isso, são as próprias “caixas” que estão remetendo a um cenário de medo, como se pode perceber pelo enredo e pelos termos utilizados: “demagogos; dificuldades criadas artificialmente; desespero; terrível e diabólica trama; ação nefasta; inflação; violências do comunismo; insegurança; miséria; caos; ditadura”. Com isso, os responsáveis pelos textos acabam revelando sua estratégia de adesão ao anticomunismo, que termina por se assemelhar àquela que eles justamente utilizam para criticar seus inimigos vermelhos. Diversos pesquisadores destacam a criação de um cenário de medo como método para a adesão às posições anticomunistas no pré-1964. Como vemos aqui, esta estratégia foi mantida no pós-golpe, em uma tentativa de consolidar a situação e dar legitimidade à ação de retirada do presidente e às ações da ditadura que se instalou no poder.

O segundo ponto se refere à vinculação com a religião<sup>74</sup>. Podemos perceber a existência de um paralelo entre os discursos próprios do jornal – partindo da suposição de que “A Ação dos Comunistas” tenha sido originada fora dele –, e os enunciados destas caixas,

<sup>73</sup> Esta última frase está presente em todas as 19 caixas “A Ação dos Comunistas” e, portanto, não será mais repetida.

<sup>74</sup> O estudo de Rodeghero (2003) é representativo da importância da religião, neste caso a católica, na elaboração das representações anticomunistas.

quando cotejamos a oposição do comunismo ao “nosso Deus”, apresentada por estas, e os princípios e ideais cristãos aos quais *Zero Hora* se declara reiteradamente alinhada e defensora.

Completando a análise desta edição, trazemos a significativa opinião institucional do diário que além de apresentar a manchete de capa referida nos parágrafos anteriores, trouxe outra, porém menor, referência ao comunismo na contracapa. Existem duas manchetes importantes à nossa análise nesta página: “Zuza e Plínio são comunistas” e “Livraria comunista era da esposa de Plínio Cabral”. Ambas estão relacionadas ao acontecimento político estadual de maior relevância apresentado por *Zero Hora* nestas duas primeiras semanas. Trata-se das denúncias efetuadas pelo procurador do Estado, Caio Brandão de Mello, contra, entre outros, José Antônio Aranha (“Zuza Aranha”, Secretário da Fazenda) e Plínio Cabral (chefe da Casa Civil) acusados de serem corruptos e comunistas. Nesta edição, a página 3 é dedicada integralmente ao assunto, sendo apresentada uma entrevista do procurador em que ele reafirma com clareza que ambos os acusados são comunistas. Zuza Aranha, que também tem sua entrevista publicada, nega veementemente tal acusação. Ser taxado como adepto do “credo vermelho” era uma forte acusação, contra a qual, neste momento, boa parte das pessoas fugia. As duas afirmações demonstram a centralidade e o poder da temática comunista, bem como, dada a repercussão, denotam sua importância para a mídia.

Voltando à opinião institucional do jornal, revelada com maior objetividade no “ZH opina”, transcrevemos as principais partes do editorial “Remexendo a Lama”, no qual temos uma declaração translúcida de apoio ao governo nos processos da “Operação Limpeza” levada a cabo pela ditadura:

É cada vez mais penoso o avanço do Govêrno Federal, rumo à construção moral e material da Nação. A marcha tem sido lenta, mas inexorável. O pântano é largo e a lama precisa ser remexida. Por isso o saneamento é difícil, vagaroso e até repugnante. Do lodaçal, a cada dia que passa, são desenterradas as provas dos desmandos, dos saques e das roubalheiras praticados por malandrins e pelêgos com o beneplácito do governo anterior. [...] Por que, então, a grita de alguns democratas de ocasião verberando aquilo que chamam de “excessivo rigor” na punição dos implicados. Poderá alguém ficar solidário com o criminoso, quando êle é justiciado por faltas cometidas? Não! sob pena de se tornar cúmplice de seus crimes. E nós não queremos cumplicidade com criminosos, corruptos e amorais. Por isso, aprovamos as medidas corretivas e, principalmente, punitivas que o Governo vem adotando para os verdadeiros culpados. Não podemos ficar alheios às denúncias que diariamente são levadas ao conhecimento da opinião pública, numa comprovação constante da deterioração política e moral a que era levado o País pelo Governo deposto a 31 de março. [...] (ZH, 14 maio 1964, p. 4).

O texto demonstra claramente a visão positiva que o jornal tinha do processo, executado pelo novo Governo Federal, de combate (correção e punição) à corrupção oriunda do governo deposto de Jango. O periódico utiliza e amplia a imagem criada na época do segundo governo Vargas do “mar de lamas” como metáfora da corrupção, destacando a visão negativa que tinha do governo anterior que teria dado o beneplácito aos corruptos e teria produzido a deterioração política e moral do país. Portanto, logo após o golpe, o editorialista reproduz uma das críticas que as mais diferentes oposições utilizaram contra Jango, como vimos nos capítulos anteriores, contribuindo, também desta forma, na reprodução dos argumentos legitimadores do golpe de 1964.

As caixas “A Ação dos Comunistas” continuaram até o dia 1º de junho em *Zero Hora*. Ampliando a pregação propagandística e sua penetração no público, tais caixas foram publicadas nas mais diversas páginas do jornal. Além da página 3 e da 4, respectivamente dedicadas ao noticiário político estadual e nacional, que apresentam uma maior reincidência, as caixas são apresentadas também nos seguintes espaços: noticiário do interior do estado; noticiário municipal; páginas policiais; variedades; “ZH feminina”; páginas de esportes; e noticiário internacional.

Para finalizar a análise destas publicações é válido apresentar mais três textos, todos editados nos últimos dias da série (final de maio e início de junho de 1964). O primeiro deles encontra-se na edição de 27 de maio, exemplar do periódico que ganha destaque pelas significativas representações anticomunistas do seu conjunto. A contracapa, anunciando a análise do ministro da Guerra sobre a revolução, imprime suas manchetes em letras garrafais ao lado de uma foto do general Costa e Silva (que ocupa quase todo o comprimento da folha e um terço de largura). A mais destacada ocupa mais da metade do que sobrou da folha e cita o ministro “- China comunista pretendia dominar o Brasil”. As demais são, na ordem de aparecimento: “CGT recebia ordens da URSS China e Cuba”; “Punição dos culpados vai continuar: cadeia para os ladrões do erário público”; e “Arraes e Julião queriam transformar o Nordeste em campo de guerrilhas” (ZH, 27 maio 1964, contracapa).

Na anunciada reportagem, *Zero Hora* reproduz partes da entrevista de 180 minutos concedida por Costa e Silva à televisão e rádio Bandeirantes de São Paulo. O jornal escolhe para começar a transcrição o seguinte excerto, intitulado “Comunismo”:

Disse o general que, mais que suas palavras, estavam os fatos a comprovar a penetração comunista em todos os setores da vida pública nacional. – “O sr. João Goulart teve culpa por omissão, por cumplicidade”, - disse o Ministro da Guerra, para prosseguir afirmando que o ex-presidente sempre comungara com os ideais comunistas. Como prova do que dizia, lembrou que o sr. Goulart defendera a criação

e manutenção do CGT, que exercia a chefia absoluta no sindicalismo brasileiro e que enviava líderes à Rússia, para aprendizagem e doutrinação comunista. [...] (ZH, 27 maio 1964, p. 4).

Costa e Silva, então ministro e futuro presidente, acusa o presidente João Goulart abertamente pelo fato de permitir, por omissão e cumplicidade, a penetração do comunismo no país. A crítica do general se refere à omissão do então presidente destacando sua cumplicidade, ou seja, sua falta de ação seria deliberada, obedecendo a objetivos escusos. Esta acusação, como já vimos nos capítulos anteriores, é uma das principais diferenças na crítica contra o presidente do Brasil e contra o da Argentina. Illia, apesar de também ser acusado de omissos, tinha sua falta de atitude justificada por sua ineficácia e não por um oportunismo velado.

Nesta mesma edição em que o tema do comunismo tem destaque, é publicada uma das últimas caixas “A Ação dos Comunistas” que vincula, mais uma vez, tal ideologia a adjetivos demoníacos:

Brasileiro. Sabe por que é o seu dinheiro vale menos? Sabe por que o seu salário cada dia fica menor para atender suas compras e necessidades? É porque o govêrno deposto criou diabòlicamente uma inflação galopante para fazer de você um desesperado e torná-lo um partidário das soluções violentas, como o comunismo. Você, com o seu desespêro, seria a carne do canhão para os demagogos comunistas obterem o poder, e dominarem o Brasil com a sua ditadura, que só oferece humilhação, fuzilamento ou miséria. [...] (ZH, 27 maio 1964, p. 13).

O texto acima apresenta uma reiteração das críticas acerca da artificialidade da crise, cujo artífice seria o governo deposto, como já mencionamos no primeiro capítulo (ver figura 4). O jornal continuava, desta forma, publicando as mesmas representações que foram utilizadas ao longo da presidência de João Goulart.

O penúltimo enunciado a ser analisado, já de outra edição, tem como tema principal a Igreja Católica e anuncia mais perigos da exógena ideologia:

Brasileiros católicos. Os comunistas estavam se preparando para eliminar Deus! Em todos os países da cortina de ferro não existe a liberdade de culto: as igrejas são fechadas... os vigários de Deus são presos ou expulsos porque todos os comunistas são ateus. Assim aconteceu em Cuba... Era êsse o regime que os comunistas, agora apeados do govêrno pretendiam implantar no Brasil. [...] (ZH, 29 maio 1964, p. 15).

Esta não era a única caixa deste número do jornal. Outra havia sido reproduzida no noticiário nacional, enquanto esta estava “perdida” na seção de esportes. Nesta edição, cuja segunda caixa esclarece os perigos vermelhos à comunidade católica, a contracapa é dedicada, coincidentemente, à matéria sobre as Procissões de *Corpus Christi*, ocorridas no feriado do

dia anterior. O maior destaque é a manchete “Fé do povo enche as ruas do estado” (*ZH*, 29 maio 1964, contracapa) e as quatro grandes fotos da procissão na capital gaúcha. Pode-se perceber, desta forma, que a escolha da temática e do posicionamento gráfico das caixas e “A Ação dos Comunistas” não parece ser totalmente aleatória e estaria vinculada, por vezes, ao contexto específico o que, sem sombra de dúvidas, aumentaria seu poder de penetração: o religioso que, “chamado” pelas manchetes, ou interessado em saber a repercussão da data festiva, comprasse o jornal, encontraria uma pequena, porém impactante, “pregação” anticomunista.

A última mensagem desta significativa série que representa um dos mais claros elementos anticomunistas durante os cinco primeiros anos de *Zero Hora*, aparece no dia 01 de junho de 1964, na página destinada ao “ZH feminina” e ao “carlos nobre show”. Nela, mais uma nefasta faceta do comunismo é apresentada, junto a uma pretensa esperança de liberdade:

Brasileiros. Para enganar os ingênuos, os comunistas chegam ao absurdo de dizer que a liberdade do homem não tem importância, e que o importante é o seu bem-estar. Pois bem, como vivem então os povos que perderam sua liberdade nos países comunistas? Vivem em condições de subdesenvolvimento; e isto até mesmo no caso da Rússia, onde a ditadura comunista existe há 50 anos. Apenas um reduzido número de comunistas russos, os donos do partido, têm automóveis. A maioria dos Brasileiros não possui automóveis. E, graças à liberdade de trabalhar e progredir, milhões de brasileiros poderão vir a possuir automóveis nestes próximos anos. [...] (*ZH*, 01 jun. 1964, p. 21).

Fica clara a visão estigmatizada e amedrontadora que o conteúdo das caixas intenta proliferar. Com um suposto exemplo de subdesenvolvimento (a falta de automóveis), outra vez busca-se macular o resultado da ideologia comunista. Uma não explicada característica da vida russa é colocada em contradição a uma suposta liberdade do povo brasileiro, que, a despeito da esperança do discurso, continuou e continua, em boa medida, andando a pé.

Não podemos filiar estes enunciados à redação de *Zero Hora* ou a outras instituições especificamente. O anonimato pode limitar nossas conclusões. O *lay out* das caixas acompanha o padrão dos “a pedido”, apontando uma origem exterior ao jornal. Entretanto não podemos afirmar precisamente qual é sua origem.

Entretanto, apesar de ser importante o esclarecimento desta filiação, tal informação não é fundamental ao estudo que nos propomos. Temos duas alternativas: uma seria afirmar a origem das caixas na própria redação de *Zero Hora*, o que estaria superficialmente justificado pela falta de assinatura. Se assim fosse, não necessitaríamos de maiores comentários para a

vinculação direta do jornal com a ideologia anticomunista e, portanto, sua vinculação com a construção da legitimidade da ditadura civil-militar.

Porém, como já demonstramos nas páginas anteriores, vamos trabalhar com a opção da origem externa. O tipo de borda da caixa, por mais transparente que isso possa parecer para o leitor da época, propõe isso. A variedade de localizações dentro das edições é outro indício de que não segue uma organização editorial que as vincularia à redação do jornal. Neste segundo cenário, as interpretações não são tão conclusivas. Ao considerarmos a hipótese de uma origem externa, precisamos relativizar a identificação do jornal com a ideologia anticomunista e ainda mais quanto à sua reprodução e produção. Desta forma, não podemos afirmar mais do que a existência de uma permissão, sinalizadora de mínima simpatia, para que as caixas fossem publicadas. Dificilmente um órgão da imprensa publicaria uma série tão grande de “a pedidos” não assinados tão fortemente carregados de propaganda ideológica, permitindo uma possível vinculação da linha editorial do jornal com seu conteúdo, sem que houvesse uma mínima simpatia diante de tal ideologia.

A argumentação referente à “certidão de nascimento” de *Zero Hora* e as manchetes e matérias comentadas em paralelo à apresentação das caixas, já balizam a construção de nossa hipótese de que a “caçula da imprensa gaúcha” foi um órgão reprodutor e produtor do discurso anticomunista que serviu à necessidade e aos interesses do governo civil-militar de construir um mínimo apoio à sua existência e às suas políticas no seio da população, configurando, com isso, o colaboracionismo citado inicialmente. Sigamos com nossa análise, para que tal hipótese seja melhor examinada.

Neste ponto, cabe apresentarmos e comentarmos a cobertura do jornal nos dias anteriores à Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que ocorreu no dia 22 de maio de 1964,<sup>75</sup> mesmo dia em que o presidente-general Castelo Branco chegou para uma visita ao Rio Grande do Sul. O primeiro anúncio foi realizado no dia 19 de maio, quando é editado um retângulo que perpassa toda a largura de uma das páginas com o seguinte chamamento “O Sul Também se Manifestará: Breve – Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade” (*ZH*, 19 maio 1964, p. 6). Este chamado está nos mesmos moldes das caixas “A Ação dos Comunistas”: sem assinatura, sem “a pedido” e com o mesmo tipo de traço contínuo na borda. Esta semelhança levanta o mesmo tipo de dúvidas já referidas, mas que aqui são aparentemente sanadas, como veremos adiante.

---

<sup>75</sup> A cobertura da marcha não pode ser analisada pois o exemplar do dia 23 de maio, no qual, provavelmente, foi publicada, não consta dos arquivos do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, local público que mantém a maior parte do acervo do jornal.

No dia anterior à marcha, o jornal apresenta um quadro de configuração diferente. Dentro de um traço ondulado, comumente utilizado na borda de reportagens da própria *Zero Hora*, é apresentada a “matéria”, também sem assinatura, intitulada “Como poderei comparecer à marcha da família a qual fui convocada?”. A resposta é um manifesto extremamente conservador e elitista dedicado a uma mulher estereotipada e potencial participante deste evento a favor do golpe:

Ela se realizará às 10 horas da manhã, quando nosso trabalho nos absorve; quando nossas panelas vão ao fogo e nossa roupa está por lavar.

Como poderemos comparecer?

É isso que se perguntam muitas de nós, mulheres, mães. Vamos analisar: o que nos significa esta Marcha? Vamos sacrificar um dia da nossa rotina, comparecendo?

Nosso trabalho ficará por fazer, nossos filhos sem comida.

A Marcha é expressão de alegria pela Restauração, sem sangue, significa afirmação da Democracia, esperança para uma Pátria melhor, promessa e colaboração para um novo Governo que nos quer dar trabalho, paz e honradez. E significa mais ainda: a gratidão pela preservação de nossos lares, de nossa dignidade humana, de nossa religião. Será demasiado sacrificarmos um dia de rotina de nossa família em troca de tudo que recebemos?

As mulheres de Minas não largaram seus afazeres e foram de rosário na mão, afugentar os demagogos?

Belíssimo gesto, decisivo para nosso Brasil. E se houvessem se omitido? Vamos a Marcha. É preciso estarmos lá! Com filhos e domésticas!

Preparemos hoje um prato frio para amanhã. Deixaremos as roupinhas para depois e diremos presente neste Movimento que expressa a esperança de um Brasil honrado, livre e cristão (*ZH*, 21 maio 1964, p. 3).

Este excelente documento – pelo que revela – demonstra um perfil de mulher muito comum na década de sessenta no Brasil, o da dona de casa que dedica grande parte do seu tempo aos afazeres domésticos e aos cuidados com a família. É explicitamente a ela que a “mulher redatora” se dirige, dando dicas práticas para viabilização de sua presença na marcha de demonstração de alegria e de agradecimento pela “Restauração”. Estas expressões seriam necessárias já que os lares, a dignidade humana, a religião foram salvos dos demagogos que estavam no poder até então. Ao final do texto o perfil da mulher potencial receptora é reduzido, quando a redatora afirma que é preciso estar na Marcha com filhos e domésticas, pois limita esta assertiva àquelas que seriam de uma classe com condições de pagar uma empregada doméstica (que apesar de sua condição, também deveria ampliar as fileiras da Marcha da Família com Deus pela Liberdade).

Nesta mesma edição encontramos mais três referências à marcha. A primeira está na página 5, no mesmo estilo do anúncio da semana anterior. A segunda é na coluna social “top set”, assinada por Luiz Augusto, que apresenta como maior texto do seu espaço, o comentário intitulado “A Marcha da Família” que, pela sua posição e tamanho das letras, pode ser

considerado o comentário social mais importante do dia. Ele anuncia com entusiasmo a marcha: “Nossa cidade, terá a oportunidade de assistir as extraordinárias concentrações que já aconteceram em tôdas as grandes capitais brasileiras promovidas por grupos femininos que desfilarão em homenagem ao Presidente Castelo Branco [...] (ZH, 21 maio 1964, p. 19). A terceira e última encontra-se na contracapa do jornal e é ela que oferece elementos para podermos supor a origem de todas as referências não assinadas à marcha. É apresentada em uma caixa, com traço contínuo como os da “A Ação dos Comunistas” e dos anúncios da marcha, outro convite que, agora sim, está assinado:

MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE – CONVITE À POPULAÇÃO. A AÇÃO DEMOCRÁTICA FEMININA e a CRUZADA DA MULHER DEMOCRÁTICA, convidam a população da Capital e das cidades vizinhas, para a grande concentração e Marcha da Família com Deus pela Liberdade, a ter lugar amanhã, dia 22, às 10 horas, quando a Família Gaúcha dará ao Brasil sua demonstração de fé nos destinos cristãos e democráticos de nossa Pátria. [assinado] AÇÃO DEMOCRÁTICA FEMININA e CRUZADA DA MULHER DEMOCRÁTICA (ZH, 21 maio 1964, contracapa).

Portanto, podemos supor que estas associações de mulheres foram a fonte do material não assinado apresentado acima. No entanto esta proposição não pode ser comprovada. Caberia perguntar o motivo pelo qual aquele material não estava assinado. Muito provavelmente não foi por reiterada negligência do jornal, que, assim, mais uma vez, abria margens para a possível identificação da origem na sua própria redação.

Para demonstrar de forma ainda mais clara a vinculação que o jornal *Zero Hora* tende a transparecer com estes movimentos que referendaram o golpe, vale fazer uma comparação com o seu antecessor, a *Última Hora*. Este jornal também anunciou uma marcha do mesmo tipo, antes do golpe civil-militar derrubar o presidente João Goulart, quando ainda se reproduziam os grupamentos das famílias “cristãs e democráticas” como reação ao Comício das Reformas de 13 de março. Entretanto, conforme já comentamos neste trabalho, pode-se perceber com nitidez o antagonismo de tal anúncio com a linha editorial do vespertino de Samuel Wainer. A despeito de publicar um provável “a pedido”, também não assinado, na capa da edição, a principal manchete da capa e da reportagem do interior do jornal dá ênfase aos setores progressistas da Igreja Católica, como uma resposta em um diálogo aqui percebido.

### 4.1.3 “E agora José?” – O sensacionalismo de *Zero Hora*

Em termos políticos, como já afirmamos, não há dúvida quanto à descontinuidade da linha editorial de *Última Hora* em relação a seu sucessor, *Zero Hora*. Entretanto, a análise do período desde o nascimento deste último até a instauração do AI-5, em 1968, nos leva a reafirmar a hipótese levantada por Barros (1999) e por Elmir e Roldão (2002), de que o jornal *Zero Hora* permaneceu com um dos principais atributos de *Última Hora*: o “sensacionalismo”. Tal característica, como no jornal anterior, se delineia na cobertura dos eventos policiais ou de grande vulto, como alagamentos, quedas de aviões, atropelamentos, etc.

Como este não é o objetivo do trabalho, destacaremos apenas algumas publicações do periódico que demonstram esta permanência, que ao longo dos anos pareceu tender a ficar cada vez mais tênue, e que ao mesmo tempo já denotam o posicionamento do periódico gaúcho.

Após a conclusão do caso sobre o “Monstro Negro” – uma série de estupros ocorridos em vilas de Porto Alegre e que foi, com estardalhaço (retratos falados, várias reportagens, fotos das vítimas, manchetes alarmistas), coberto de perto por *Zero Hora* – Ary de Carvalho publica um destacado editorial na capa de uma das edições. Neste ensaio de editorial é apresentada a coluna “1ª hora”, intitulada “E agora José!”, na qual o diretor tece a sua primeira, e talvez mais impactante, defesa do “sensacionalismo” à frente do novo jornal:

Fui um dos que, nesta Casa, cansou de ser indagado a respeito do sensacionalismo do nosso noticiário sobre o “monstro-negro”. Até mesmo elementos da polícia, inconformados por certo com o fracasso das investigações, condenaram o estardalhaço de “Zero Hora” acerca do anormal que vinha colocando em pânico principalmente os moradores dos bairros pobres.

Não nos impressionamos com as críticas. Temos a nossa maneira, que julgamos moderna, de fazer jornalismo. E, sem pretender dar aulas, entendemos que a missão precípua de um jornal deve ser a de servir, acima de tudo, ao povo, vivendo, diuturnamente, as suas angústias, as suas agruras, os seus reclamos e os seus momentos de alegria. Êste deve ser o verdadeiro lema da imprensa: estar sempre ao lado do povo, nas suas dores e nos seus contentamentos.

Fizemos, realmente, estardalhaço. E não nos arrependemos jamais do sensacionalismo e o empregaremos sempre que necessário, desde que sirva para alertar a população, como no caso do “monstro-negro” ou de delinquentes que representam ameaça à segurança e tranqüilidade de uma coletividade.

Por que – perguntamos – não fazer sensacionalismo em tórno de acontecimento que o mereça? Por acaso, em países adiantados, e tidos como modelos de civilização, o comportamento da imprensa é diferente do seguido por “Zero Hora”? Podemos, entre inúmeros, citar um exemplo: o aparecimento, em Londres, de “Jack, o Estripador”, que mereceu, na época, de toda a imprensa, e não apenas de um jornal,

o maior sensacionalismo possível, já que o bandido se constituía num perigo permanente à população. E esta deveria ser alertada, para as precauções necessárias. Consideramo-nos, pois, premiados e donos também do êxito policial, com a captura do “monstro-negro”. Foi graças ao nosso sensacionalismo, à persistência e trabalhos incansáveis dos nossos repórteres policiais, à publicação de um Retrato Falado e posteriormente de fotos exclusivas, que se chegou à prisão do anormal.

Tivemos a recompensa pelo nosso sensacionalismo, condenado por alguns, mas, temos certeza, apoiado pela população porto-alegrense, hoje livre de novas investidas do terrível “monstro-negro”. E, aos que nos criticavam, bem que poderíamos fazer uso da famosa frase do poeta Drummond de Andrade: “E agora José?” (ZH, 24 ago. 1964, p. capa).

Em setembro de 1966 outro caso ganhou destaque: o “caso das mãos atadas” (ou das “mãos amarradas”, como também é conhecido). Trata-se do assassinato de um homem, logo identificado como sendo o sargento Manoel Raymundo Soares, que foi encontrado morto nas margens do Rio Jacuí, com as mãos amarradas. Soares havia sido preso, em março, por atividades de subversão e havia estado na Ilha do Presídio, em Porto Alegre. A partir deste ponto, até a descoberta do corpo, seu paradeiro não era claro. Foi aberta, além de uma investigação policial, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa, com o intuito de se chegar aos responsáveis. Entretanto, a despeito de todas as provas de que ele esteve preso e das indicações da forma como fora assassinado, as investigações concluíram, em todas as instâncias, que ele havia sido libertado e então morto por companheiros de guerrilha para comover a opinião pública contra o governo e criar o clima propício para sua atuação. Segundo Gaspari (2002, p. 203), este foi “o mais escandaloso assassinato do governo Castello Branco [e] diferia de todos os outros. Não cabia nas versões habituais de suicídio ou reação violenta à prisão”. Este mesmo autor informa que ao longo do tempo conseguiu-se reconstruir parte do acontecido. “Retirando-o à noite do DOPS durante uma sessão de tortura, dois policiais levaram-no para o rio, onde lhe deram caldos, até que o perderam na água.” Como estava amarrado, o sargento afogou-se. A morte do agredido teria sido causada por descuido dos torturadores.

*Zero Hora* deu ampla cobertura ao caso. No entanto, aquilo que parecia ser uma forte denúncia de tortura e assassinato cometido por elementos da ditadura – com a publicação de cartas do sargento informando sua situação, com detalhes quanto ao tratamento agressivo, com as informações da degradante situação da Ilha do Presídio, ironicamente chamada de “ilha da morte lenta”, com depoimentos de pessoas contra a tortura, detalhadas informações sobre a viúva e os filhos, etc. – acabou da mesma forma como acabaram as investigações: com a reafirmação dos indícios de que eram os próprios companheiros do sargento os responsáveis pelo crime.

Entretanto não podemos afirmar de modo definitivo que o jornal tenha mantido, neste episódio, uma cobertura e uma opinião sempre favorável ao governo. Como este caso se estendeu por todo o mês de setembro de 1966, com novas informações e, portanto, novas versões surgindo a cada dia, seria imprudente afirmar qualquer apoio claro à versão que inocentava a ditadura. Podemos, apenas, explicitar uma tendência do jornal em manter uma confiança prévia nas instituições do governo – polícia e exército, neste caso – e uma crítica leve aos reiterados casos de tortura que foram denunciados na CPI, sempre vistos como um exagero de algumas pessoas e não como um expediente ordinário. Houve, então, críticas que destoavam com a linha política do jornal que estamos tentando aqui demonstrar.

Um dia após o feriado da independência, o jornal publicou a coluna de Clóvis Stenzel, então frequente editorialista de *Zero Hora*, um dos diversos representantes das esferas conservadoras e aliadas ao governo civil-militar que tiveram espaço livre nas páginas do jornal ao longo dos cinco anos que este estudo abrange. Stenzel, nas eleições legislativas de novembro de 1966, foi eleito deputado federal pelo partido governista, a ARENA, e foi um dos mais convictos defensores do governo. Na coluna do dia 08 de setembro, o político afirma que ainda não há provas para incriminar ninguém, entretanto demonstra suas inclinações na apresentação anticomunista dos antagonismos entre os presumíveis culpados:

[...] O crime revestiu-se de requintes de perversidade. Os criminosos, sejam quais forem, têm de ser punidos. Pertencam a polícia ou não. Todavia, a exploração político-emocional que está sendo feita prejudica a coleta dos indícios que levem à certeza da autoria.

[Após afirmar que seria um contra-indício a favor da polícia o fato de o local onde o corpo foi encontrado ser diferente do local onde ele foi torturado, ele prossegue:] Ademais, é comum aqui e em qualquer lugar do mundo desfazerem-se certos revolucionários profissionais, como no gangsterismo, dos amigos que sabem muito ou que “cantam”. Quem cai nas malhas do comunismo internacional que espere de tudo.

De qualquer modo, porém, não podemos deixar de verberar processos anti-humanos de coletas de provas, como os atos de tortura. Que se fizesse isso em Cuba, na união Soviética ou na China, todos compreendem devido à desumanidade do regime, pois é a desumanidade na sua essência. No Brasil, não. A revolução restauradora deve e tem mesmo o dever de pôr fim a êsses métodos consagrados no “Estado Novo”. Vivemos a época da aplicação dos modernos meios psicológicos. E são eficientes.

Deixemos que o inquérito prossiga. Não avancemos o sinal da implicação política desfavorável ao govêrno. Há duas hipóteses, no que diz respeito ao homicídio, uma contra a polícia, outra contra os “camaradas”. Os fatos antecedentes são desfavoráveis à Polícia. Temos de reconhecê-lo a bem da verdade. Mas isso, por si só, não constitui prova da autoria do homicídio (ZH, 08 set. 1966, p. 4).

Infelizmente, a despeito das afirmações anticomunistas de Stenzel, tratava-se da dura realidade do Brasil, onde o caso de tortura e assassinato do sargento está longe de ser considerado um caso isolado nos 21 anos de ditadura civil-militar.

Neste mesmo dia, na página central dedicada ao andamento da CPI, encontramos um quadro com mais uma defesa do “sensacionalismo”. O texto não está assinado, portanto deve representar a opinião da instituição, como a do seu diretor, provável redator. Nela lemos, além de uma defesa do “sensacionalismo”, uma reafirmação da suposta imparcialidade do jornal:

Êste jornal está dando, à morte do sargento Manoel Raymundo Soares, o “sensacionalismo” que o caso merece. Nem todos, infelizmente, compreendem o verdadeiro papel da Imprensa. Notadamente da Imprensa independente e democrática, sem vínculos ou compromissos com facções político-partidárias ou econômicas.

[...] mantendo a linha de responsabilidade que tem caracterizado o nosso jornal, não acusamos ninguém até o momento – nem o Exército, nem o DOPS ou qualquer policial. Tivéssemos provas e, sem qualquer temor, apontaríamos os culpados, em nome dos mais elementares direitos individuais.

[...] Se levar ao público imparcialmente, fatos e somente fatos acêrca das investigações, constitui SENSACIONALISMO, isso nos é motivo de orgulho. O que nos desabonaria é o inverso: omitir os fatos ou faltar com a verdade, tergiversando. Mas essa é uma posição que jamais adotaremos.

[...] Não estamos a defender um sargento morto, a Oposição ou a Situação, mas o direito de lutar, ao lado de homens bem intencionados – como os membros da Comissão – para o esclarecimento de um crime que depõe contra os nossos foros de povo civilizado e cristão. [...] (ZH, 08 set. 1966, p. central).

No dia 09 de setembro, após anunciar na capa, com letras tão grandes que ocuparam metade da folha, “Polícia sabe quem trucidou o ex-sargento”, é afirmado, na página central:

A reportagem de ZH pode informar, com absoluta segurança, que a Delegacia de Segurança Pessoal já sabe quem são os autores do assassinato do ex-sargento Manoel Raymundo Soares. As investigações, que vêm sendo realizadas em sigilo, sendo de conhecimento apenas da Secretaria de Segurança Pública, levaram a polícia a descobrir documentos que comprometem várias pessoas, algumas expurgadas pela Revolução, outras fichadas por atividades subversivas.

PLANO DIABÓLICO: A morte do ex-militar estaria relacionada com uma ação subversiva, cujo ponto de partida seria o impacto, causado a opinião pública, pelo assassinato de um prêso político. O ex-sargento foi, assim, escolhido para ser o mártir de um movimento nacional, visando a incompatibilizar o govêrno e com repercussão inclusive no Exterior.

[...] A pista surgiu com a prisão de um elemento de outro estado [que tinha em seu poder] documentos (cartas, passaporte recém-concedido, jornais do Partido Comunista etc.) que faziam referência ao assassinato do sargento Manoel Raymundo Soares. [...] Está também comprovada a ligação do homem-chave com outros subversivos, quase todos residentes em Pôrto Alegre. [...]

EXÉRCITO E DOPS: A possibilidade de envolvimento ou responsabilidade da DOPS, no trucidamento do ex-sargento, está completamente superada. As provas de que dispõe a Segurança Pessoal são suficientes para eliminar qualquer culpabilidade daquela Delegacia, que realmente soltou o ex-sargento no dia 13 de agosto, sem ter conhecimento do seu paradeiro.

O Exército, igualmente, está isento de qualquer ligação com a morte de Manoel Raymundo Soares. (ZH, 09 set. 1966, p. central).

Assim, *Zero Hora*, de uma posição privilegiada, pois conseguia revelar detalhes da secreta investigação, traz à tona o “plano diabólico” dos subversivos, leia-se, comunistas, que mataram seu companheiro para impactar a opinião pública.

No dia seguinte, Ary de Carvalho, em editorial intitulado “A missão da Imprensa”, parece responder a elementos do governo que estavam sentindo-se ofendidos e ameaçados com a cobertura do jornal, a despeito dele já ter veiculado as notícias com a suposta inocência da polícia:

[...] A imprensa está na obrigação de se manter equidistante dos interesses em causa e de veicular tôdas as notícias provenientes de fontes idôneas. Trata-se não apenas de um crime de morte, mas de um problema de segurança coletiva. Se alguns homens marginalizados na subversão chegaram ao extremo de eliminar um companheiro, devem ser caçados dia e noite e punidos exemplarmente, para que não voltem a conspirar a defesa de idéias com métodos de barbárie que nada pode justificar, nem mesmo a natureza da luta em que porventura estarão empenhados. Se – hipótese já excluída pela Secretaria de Segurança – o ex-sargento morreu às mãos de alguma autoridade policial, deve esta ser punida com redobrado rigor, para salvaguarda das próprias razões de Estado que, entre nós, não carecem de chegar ao extermínio físico dos adversários para preservação do “statu quo” vigente. Um imenso projetor está colocado sôbre alguns atôres importantes e outros secundários, neste apaixonante drama em que se transformou a aparição de um cadáver de mãos atadas no Rio Jacuí. A luz crua dêsse projetor incomoda certos personagens subalternos, que ficam avaliando a dimensão das manchetes como se elas se inserissem num vasto e diabólico esquema destinado a subverter a ordem vigorante e a desmoralizar as autoridades. Ora, se o papel da polícia é o de investigar, o da Imprensa é o de noticiar. O fundamental, o indispensável, é que a Imprensa não desvirtue os fatos, não se preste ao jôgo dos eternos navegantes de águas turvas e mantenha sua independência sem ceder aos temores subjetivos ou à coação dos que se supõem indiretamente ameaçados na sua estabilidade funcional. [...] (*ZH*, 10 set. 1966, p. 4).

No dia 12 de setembro, diante da inexistência da comunicação oficial da Secretaria de Segurança, e da possibilidade de surgirem mais hipóteses, Ary de Carvalho reelabora, mais uma vez, a opinião do periódico, reafirmando sua imparcialidade:

[...] As opiniões deste jornal não estão no noticiário, mas nos editoriais de responsabilidade da direção.  
[...] Não obstante as provas coletadas pelas autoridades não se pode ainda afirmar – e essa é a opinião dêste jornal – que o trucidamento do ex-sargento esteja esclarecido. Enquanto os culpados não forem apresentados à imprensa e, como decorrência, a opinião pública, seria temerário dizer-se que o trabalho foi completado e o caso definitivamente encerrado. [...] continuaremos a divulgar tantas quantas forem as hipóteses ou suspeitas – chegadas ao nosso conhecimento através de pessoas acreditadas – relacionadas com o Mistério do Rio Jacuí. (*ZH*, 12 set. 1966, p. 4).

Ao longo do mês, depois de mais denúncias na CPI reforçarem a hipótese da morte por tortura (e que levaram, inclusive, um coronel da Brigada Militar à prisão, devido ao teor de

seu depoimento delator), o caso foi esfriando, tendo cada vez menos espaço no noticiário e nos editoriais do jornal, que acabou não apresentando um desfecho conclusivo para o caso, pelo menos até o final de 1966.

Cabe destacar alguns pontos que podem ser depreendidos da cobertura jornalística de *Zero Hora*, sobre o caso das “mãos atadas”. O primeiro deles é a conclusão, dentro dos limites deste trabalho, de que se pode, com relativa tranquilidade, atribuir a característica de sensacionalismo ao jornal. Grandes e impactantes manchetes, fotos e desenhos ilustrativos, riqueza de detalhes e possíveis ficcionalizações da narrativa, ficam ao lado de outro reiterado manifesto de Ary de Carvalho, que explicita a consciência e o arbítrio na construção de tal característica.

Outro ponto que surge desta cobertura é fundamental para a construção das hipóteses aqui afirmadas: a existência de liberdade, ao menos aparente, para a livre expressão do jornal. Como nosso recorte temporal foi escolhido partindo do pressuposto de que havia relativa liberdade de imprensa entre a consumação do golpe civil-militar e a instauração do AI-5, justamente para identificarmos uma colaboração espontânea do jornal com a ditadura, é significativa a impressão desta liberdade. O jornal, principalmente nos primeiros dias, critica a ação da polícia, atribuindo-lhe responsabilidade no caso do assassinato “das mãos atadas”. Com a amenização desta hipótese, reafirmada também pelo jornal, não é impedida a publicação de outros casos de tortura; inclusive com a publicação de cartas detalhadas sobre a prisão e sobre a relação entre os torturadores e os “subversivos”.

Como havíamos afirmado, não podemos alegar que *Zero Hora* apresentou uma posição definitiva na cobertura deste episódio. Por certo, houve aspectos de apoio e de crítica ao poder instituído. Não era esperada, na consecução deste trabalho, a descoberta de elementos que demonstrassem o apoio de *Zero Hora* ao governo em todos os casos, durante o período estudado. Seria ingenuidade imaginar ou que havia um apoio constante, ou que existia uma oposição perene. Estamos tentando demonstrar que em diversas instâncias, possivelmente na maior parte das vezes, *Zero Hora* colaborou com a ditadura civil-militar, reafirmando suas posições e se colocando a favor das mesmas. Entretanto houve críticas,

brechas nesta postura dominante, não há dúvida, e o “caso das mãos atadas” constitui, em parte, um importante exemplo destas posições variáveis.<sup>76</sup>

#### 4.2 A OPINIÃO DE ZERO HORA

Vamos, a partir deste ponto, consubstanciados pela afirmação do próprio Ary de Carvalho que afirmou, no último dos excertos do jornal apresentados acima que “As opiniões deste jornal não estão no noticiário, mas nos editoriais de responsabilidade da direção”, partir para uma análise, estritamente política, do posicionamento do jornal. Esta análise será baseada, em grande medida, nos editoriais assinados pelo diretor. Não compartilhamos, contudo, da ideia de que a opinião dos jornais em geral e de *Zero Hora* em específico, possa ser depreendida exclusivamente dos editoriais não assinados ou assinados pela direção da empresa. Nesta área, que representa uma parte bastante minoritária na edição completa do jornal, encontramos de forma efetivamente mais clara o posicionamento institucional, porém, não se pode negar que toda a construção em diferentes medidas é consequência da orientação e supervisão desta mesma linha jornalística. Portanto, a escolha daquilo que é publicado, o conteúdo e a forma das manchetes, as fotos e as charges que serão publicados, são também fortes indicativos da opinião institucional dos órgãos de imprensa, a despeito das dificuldades de filtragem na mescla com a grande diversidade que pode existir entre as preferências políticas e estilísticas dos jornalistas e dos editorialistas.

Já afirmamos ao longo deste capítulo que os editoriais não constituíram uma parte integrante do jornal desde o seu nascimento no período imediatamente pós-golpe. Nos primeiros meses havia o “ZH opina”, um editorial não assinado apresentado sempre na página 4 e que foi diário somente nas duas primeiras semanas de existência do jornal. Desde então, foi ficando cada vez mais raro, até desaparecer completamente dentro do primeiro mês. Foi sucedido pelo “1º hora”, editado na capa e assinado pelo diretor Ary de Carvalho. Este

---

<sup>76</sup> A dissertação de mestrado de Marco Antônio Villalobos, publicada em livro com o título de **A Guerrilha do Riso: Carlos Nobre X Ditadura Militar Brasileira** (2000), objetiva demonstrar um dos exemplos desta posição mais crítica. O livro procura dar voz à oposição que pode ser percebida nas colunas de humor de Carlos Nobre (pai de Villalobos e um dos remanescentes do jornal *Última Hora*) identificando-as como um ponto de resistência à ditadura. Como esta seção de humor de *Zero Hora* não foi objeto de nossa análise (que ficou focada nas charges de caráter mais político, publicadas junto com os editoriais e reportagens políticas), não podemos comentar, com a devida propriedade, a referida dissertação. Entretanto, cabe ressaltar que, comprovada a hipótese daquele autor, tal postura representaria, sem dúvida, uma das poucas exceções ao apoio, aqui avaliado, de *Zero Hora* à ditadura civil-militar.

começou em agosto de 1964 e além de nunca ter sido diário, durou poucos meses. A presença de um editorial institucional diário, em uma página destinada a esta e outras opiniões, só começou a ser uma prática permanente em meados de 1966. Nesta época, surgiu a coluna “Opinião”, assinada por Ary de Carvalho, que era acompanhada, na página 4, por uma ou duas colunas normalmente assinadas, mas que, eventualmente, não tinham identificação de origem.

O início da presença de “Opinião” em *Zero Hora* está inserido nos processos de reformulação do jornal, levados a efeito por uma nova diretoria. Em janeiro de 1966, os irmãos Maurício Sirotsky Sobrinho e Jaime Sirotsky – diretores da rádio e da TV Gaúcha – assumiram, ao lado de Raphael Clark Filho, os cargos de diretor vice-presidente, diretor-superintendente e diretor-comercial, respectivamente. Eles ficaram ao lado do diretor-presidente Ary de Carvalho, único a permanecer das diretorias anteriores, composta, entre outros por Dante de Laytano e Ricardo Eichler. Maurício Sirotsky Sobrinho era acionista da Editora Flan, nome da editora de *Zero Hora*, desde 1964, como demonstra a ata da assembleia geral extraordinária de 10 de outubro (ZH, 11 nov. 1964, p. 10), que informa, entre outras coisas, o aumento do número de ações deste.<sup>77</sup> A relação de *Zero Hora* com a rádio e TV Gaúcha, de propriedade dos Sirotsky, começou neste mesmo ano, com diversas promoções conjuntas que se estenderam durante todo o período da pesquisa.

As reformulações decididas pela nova diretoria, no início de 1966, foram significativas no que se refere ao aumento da qualidade técnica do vespertino. Com diversas e frequentes mudanças na estrutura do jornal, contratação de novos e qualificados profissionais, melhor aproveitamento dos espaços e maior qualidade gráfica com a aquisição de novos equipamentos de impressão, afastou-se definitivamente a semelhança, em termos de apresentação, com a *Última Hora*. Neste sentido, o que permaneceu foi o formato tabloide do antigo periódico.

Uma das primeiras mudanças implementadas no jornal foi a publicação dos comentários diários de Clóvis Stenzel. Nesta mesma época, eventualmente, uma página era dedicada a um editorial não assinado e outras colunas de opinião. Isto antecedeu a prática da publicação, todos os dias, da “Opinião” de Ary de Carvalho.

Passamos a demonstrar, entre estas opiniões, o que de mais significativo se publicou em termos de anticomunismo na caçula da imprensa gaúcha, buscando a identificação com

---

<sup>77</sup> O jornal *Zero Hora* passou definitivamente para os irmãos Sirotsky em abril de 1970, quando eles compraram as ações do fundador e até então diretor, Ary de Carvalho. Com isso, o tripé básico do Grupo RBS estava formado: TV, rádio e jornal.

este primeiro discurso legitimador da ditadura civil-militar. Vale reafirmar que, independente de termos selecionado dezenas de comentários anticomunistas, ou, no mínimo, de apoio declarado ao governo autoritário, não podemos afirmar a inexistência de críticas a este governo nas páginas do periódico.

Dados os limites deste trabalho, não podemos transcrever e comentar a maior parte do material pesquisado. Entretanto, a investigação e a seleção de material nos possibilitam a afirmação, fortemente baseada em fontes documentais, de que *Zero Hora* mantinha uma linha de apoio à ditadura. Este apoio pode ser percebido de diversas maneiras: através das escolhas das reportagens, das manchetes destas e das manchetes de capa, das colunas escritas por apoiadores do governo, ou por reconhecidos direitistas, e, principalmente, através dos editoriais escritos pelo diretor Ary de Carvalho. Este apoio é constituído de diversas facetas. Desde elogios às políticas ou aos próprios membros do governo “revolucionário”, até o alinhamento com os discursos legitimadores propagados por estes. O anticomunismo se revela, neste contexto, como uma das características que podem ser encontradas na linha editorial do jornal, o que constitui, dentro das hipóteses aqui trabalhadas, uma atitude colaboracionista a uma das principais estratégias legitimadoras da ditadura. Buscamos apresentar, a partir deste ponto e dentro do espaço disponível, as principais referências ao conteúdo do jornal que nos permitiram elaborar tais conclusões.

Apesar de só começar a publicar editoriais diários a partir de 1966, *Zero Hora* revela, desde as primeiras edições, o seu posicionamento. Já elaboramos o que denominamos de “certidão de nascimento” que demonstra, em boa medida, o seu alinhamento ao governo. Este alinhamento é apresentado de forma relativamente velada atrás de palavras demasiadamente gerais e de fácil aceitação pelo público, como “democracia” e “tradições cristãs”. Com o passar do tempo o antagonismo ao comunismo internacional que estas palavras, em essência, designavam, fica mais claro. Aquela suposta “imparcialidade” em termos político-partidários também fica atenuada, no nível do discurso, pois em diversos momentos *Zero Hora* explicita o seu posicionamento favorável ao governo e contrário a oposições, manifestações, etc.

Dante de Laytano, um dos diretores nos dois primeiros anos de existência do jornal, já em julho de 1964, em um coquetel oferecido por *Zero Hora* aos publicitários, afirmou que o novo jornal era o que faltava na imprensa gaúcha, pois defende “os interesses das classes menos favorecidas, adotando uma posição de centro, mas profunda e eminentemente popular” (*ZH*, 31 jul. 1964, p. 11). Em um mundo dividido pela Guerra Fria, os discursos de centro eram muito mais retóricos do que efetivos, logo *Zero Hora* demonstraria qual era a sua efetiva posição.

Em um dos primeiros editoriais de capa – 1º hora –, publicado em julho de 1964, já podemos perceber parte do conteúdo que vai estar frequentemente presente no decorrer destes quase cinco anos pesquisados. O diretor Ary de Carvalho comenta um trabalho elaborado pelo III Exército e que estava sendo levado a público naquele dia. A coluna intitulada “Da desordem ao “basta””, foi dedicada a tal matéria devido a Carvalho considerar este um dos mais importantes trabalhos do período pós-revolucionário,

[...] pois permitirá ao povo tomar conhecimento de manobras e documentações apreendidas pelos militares, com revelações realmente espantosas sobre os planos em marcha para implantação, em nosso País, de um regime contrário à nossa formação cristã e democrática.

[...] Inicialmente, são feitas transcrições de leis e artigos da Constituição, como preliminar inteligente para melhor situar as responsabilidades das Forças Armadas, os deveres e obrigações que lhe são conferidos, principalmente quando do surgimento de movimentos que visem à desordem no País.

Há, como dissemos, revelações espantosas. O trabalho dá maior ênfase aos Grupos dos 11, das instruções que eram dirigidas aos seus integrantes, preparando-os na técnica de guerrilhas, através do fornecimento de publicações chinesas e cubanas. A destruição de armazéns, pontes, vias férreas, ataque e desarmamento de pequenos grupos de soldados, procurando organizar a revolta nas tropas – são alguns dos ensinamentos dessas instruções, agora revelados pelo III Exército neste esclarecimento sobre as razões que determinaram a Revolução de Março-Abril.

A Nota do III Exército transcreve ainda outros trechos das Instruções aos Grupos dos 11, onde é destacado que “no caso de derrota de nosso movimento, o que é improvável, mas não impossível, dado a certas características da situação nacional, os reféns deverão ser sumária e imediatamente fuzilados”. E há outros tópicos, que o leitor poderá tomar conhecimento em nosso jornal, dentro do mesmo espírito e conclamando os companheiros à destruição, à queima de plantações, fazendas, engenhos, etc.

Após situar a posição das Forças Armadas perante a Constituição e fornecer detalhes impressionantes da trama subversiva, salienta o comandante do III Exército que, depois do comício do dia 13 [de março], o episódio afrontoso da revolta da Marinha e a calamitosa reunião do Automóvel Clube, só restava aos militares dizer um “basta”, para garantir a lei e a ordem. E o caminho foi a Revolução [...] (ZH, 20 ago. 1964, capa).

Com isso, o jornal, além de fazer propaganda – lembremos que esta coluna era publicada na capa – também começa a fixar sua posição. Fica clara que a “nossa formação cristã e democrática”, proclamada desde o princípio do jornal, é reforçada para caracterizar o movimento contra o seu principal antagonista: o comunismo estrangeiro. Tanto que a argumentação do diretor é plenamente coincidente com as justificativas que os grupos civis e militares deram para o golpe contra o presidente João Goulart. Com base em supostos fatos novos, que mais uma vez explicam as razões do movimento de março-abril, o texto resume e reitera aquelas argumentações vistas nos primeiros capítulos deste trabalho.

A publicação destes editoriais não era diária e nem tinha periodicidade definida; só ocorria em ocasiões com notícias de maior notoriedade, que possivelmente merecessem um

comentário mais direto. Depois da extinção desta coluna, em alguma das diversas mudanças de estrutura pela qual *Zero Hora* passou, o jornal ficou vários meses sem publicação de editoriais da diretoria. Uma exceção, já em janeiro de 1966, foi a publicação única de um quadro na capa do jornal. Intitulado “ZH aplaude”, era o comentário não assinado que declarava o irrestrito apoio do jornal a aquilo que constituía sua manchete principal: “Devassa na Imprensa Brasileira”. Em tal quadro lemos, entre outras coisas:

Não poderíamos deixar de aplaudir as providências do govêrno federal, a respeito das denúncias do deputado João Calmon, sôbre infiltração do capital estrangeiro na Imprensa brasileira.

A Constituição Federal [de 1946] veda a direção de emprêsas jornalísticas a estrangeiros, ainda que naturalizados. Com isso, quis o legislador afastar qualquer influência estranha à formação e condução da opinião pública.

É necessário, pois, que as investigações não se restrinjam à superfície e aos nomes que compõem a direção das emprêsas. A origem dos capitais que a sustentam deve ser rigorosamente apurada, bem como as fontes de receita. A investigação deve ser profunda como profundas podem ser as influências dêsse tipo de capital sôbre a opinião pública brasileira.

Apoiando a decisão governamental, *Zero Hora* enviou telegramas ao presidente da República, ministro da Justiça, deputado João Calmon e ao presidente do Sindicato dos Proprietários de Jornais e revistas de São Paulo sr. Edmundo Monteiro, cujos textos estão publicados na terceira página. Jornal livre e independente, sem quaisquer vinculações com grupos políticos ou econômicos, *Zero Hora* coloca suas páginas à disposição das autoridades, para a defesa de uma Imprensa sadia e nacionalista (*ZH*, 24 jan. 1966, capa).

Tanta gentileza ao governo, o que não representaria vinculação política, no “entender” da diretoria deste vespertino gaúcho, não foi suficiente para isentar o próprio jornal de suspeitas durante a proclamada devassa. Em março deste ano, *Zero Hora*, em um comunicado conjunto com a Rádio e TV-Gaúcha – cujos donos já eram também diretores do jornal – publica em sua capa um “Repúdio a Insinuações Mentirosas”, um veemente esclarecimento de autodefesa que ocupa a primeira metade da capa e está assinada por toda a diretoria. Este esclarecimento foi motivado pelo discurso proferido pelo vereador de Porto Alegre, Lauro Hagemann, que colocou o jornal, a rádio e a TV “no rol dos órgãos de divulgação que, segundo ouviu dizer, “foram infiltrados pelo famigerado capital estrangeiro””. O texto lamenta a “inutilidade” do discurso e afirma:

Estávamos certos de que, com a atitude então assumida e divulgada pelo nosso jornal, havíamos definido claramente a nossa posição, sem deixar margem a dúvida, já que, maldosamente, insinuara-se, na época, que *Zero Hora* ou “foi ou está para ser adquirida por grupo estrangeiro”.

[...] O mais lamentável disso tudo é que um representante do povo utilize a sua tribuna para, tão irresponsavelmente, lançar, na opinião pública, suspeitas sôbre órgãos de divulgação que, através de ingentes esforços e mesmo de dificuldades, vêm lutando para cumprir a sua missão de bem informar o público e de defendê-lo sempre nos seus legítimos direitos de preservar a democracia em nossa terra.

[...] Repudiamos, pois, as insinuações do sr. Lauro Hagemann. ZERO HORA e a RÁDIO E TV-GAÚCHA não estão e jamais estarão sob o controle de capital espúrio, seja nacional ou estrangeiro, vivendo os nossos veículos tão-somente dos recursos oriundos de sua circulação, da preferência dos seus ouvintes e da sua receita comercial.

O que se procura é atingir pela mentira, órgãos de divulgação que, por suas qualidades, têm merecido a preferência e o apoio do público, ao qual temos o dever de prestar êstes esclarecimentos. Sòmente ao público – jamais ao sr. Lauro Hagemann – devemos explicações, para desfazer insinuações mentirosas e com objetivos escusos. Ary de Carvalho; Maurício Sobrinho; Jayme Sirotsky; Raphael Clark Filho (*ZH*, 05 mar. 1966, capa).

Nesta mesma edição, Clóvis Stenzel, em seu “comentário”, uma constante desde a reformulação ocorrida com o incremento da sociedade com os Sirotsky, amplia a significação desta “infiltração estrangeira”, na coluna intitulada “Imprensa Nacionalista”:

[...] há várias maneiras de a Imprensa brasileira estar a serviço, a sòlido, de interesses internacionais. Uma delas seria pela propriedade, pelo domínio real da empresa, o que vem sendo objeto de protestos. Outra, é pela infiltração, nas redações, de brasileiros a serviço do comunismo internacional, muitos até com curso de especialização em países por trás da Cortina de Ferro. Neste segundo caso, há um agravante, porque a propriedade, o domínio real, é nacional, mas o uso é estrangeiro. O inverso seria preferível.

Deve o Govêrno da República tratar de coibir imediatamente ambos os abusos. Por sinal, essa segunda maneira de servir-se ao imperialismo, já está coibida expressamente nos atos institucionais que foram promulgados após a Revolução.

Se os sindicatos de jornalistas, as associações de Imprensa, se dispuserem a varrer da Imprensa brasileira, os dois tipos de infiltração alienígena, a campanha se estenderá ainda mais, e será vista aos olhos do povo como imparcial e total.

Não sei se o político subversivo, que esteja com seu mandato cassado ou não, é mais nocivo aos interesses nacionais que o jornalista. Tenho para mim que uma coluna de jornal, uma posição na redação de notícia de um rádio, presta muito mais serviço ou desserviço à Nação, do que a tribuna de uma assembléia (*ZH*, 05 mar. 1966, p. 4).

Concordamos com a última assertiva do professor e “futuro” deputado. Realmente a mídia em geral, e o jornal em particular, é um dos principais meios da construção subjetiva dos indivíduos. Muito da realidade municipal, estadual, nacional e internacional só chega à população através dos meios de comunicação. Principalmente em termos políticos, pois a maior parte da sociedade está alijada desta esfera. O jornalista, desta forma, acaba sendo o fornecedor de boa parcela das informações que chegam até os indivíduos. Obviamente, estas informações chegam de “segunda-mão”, com toda a carga, consciente e inconsciente, que aquele que intenta “transcrever” a realidade, imprime em seus textos. Portanto, o mais simples texto noticiário, “factual”, como diriam alguns, está sempre carregado de interpretações que, por seu turno, vão influenciar de algum modo aquele que “apreende” o mundo através de sua leitura.

Cabe questionar, entretanto, se a infiltração “alienígena” nas redações dos jornais estaria somente a serviço do comunismo internacional, ou se, por outro lado, estaria a serviço dos anseios imperialistas dos norte-americanos. Em uma réplica sucinta, caberia responder que as referidas “devassas” visavam, sobretudo, à investigação das participações de recursos do capitalismo internacional na imprensa brasileira. O caso mais notável é de *O Globo*, jornal do Rio de Janeiro e de propriedade de Roberto Marinho.<sup>78</sup>

Entretanto Stenzel, “futuro” deputado da ARENA, já era, desde esta época um reiterado reproduzidor dos perigos do comunismo, daí a ênfase. Este tipo de representação era relativamente frequente quando tinha o seu espaço diário em *Zero Hora*. Citemos outros dois “comentários”, para ilustrar tal permanência.

O primeiro se refere ao papel do MDB como partido de oposição que, pela sua existência, garantiria a prática da democracia no país. O ponto central do texto é o seguinte:

[...] No entanto, há necessidade, no Brasil, de se distinguirem bem as circunstâncias que levam a oposição à legitimidade e à ilegitimidade. A revolução de março teve e tem uma missão. Entendê-la e compreender a sua irreversibilidade, pelo menos nas próximas décadas, é um dever de todo o bom político. Se o MDB, partido de oposição, deseja ir de encontro à missão revolucionária, tentando desmoralizá-la, estará incorrendo no risco de ser extinto, simplesmente fechado. Pois uma coisa é a missão do governo e outra é a revolução. Será legítima a oposição ao Governo, não será legítima a oposição à revolução. Tanto a ARENA como o MDB devem assumir o compromisso de combater os extremismos, as ideologias totalitárias. Só assim teremos partidos de existência longa. [...] (ZH, 07 mar. 1966, p. 6).

Stenzel assevera, em nome de um compromisso no combate contra os extremismos, que a oposição não podia se voltar contra a “revolução”. Esta condição seria irreversível nas décadas seguintes, e os políticos a deveriam entender, compreender, e, sobretudo aceitar para que não fossem extintos.

O outro comentário foi publicado no segundo aniversário do golpe civil-militar que retirou o presidente João Goulart, eleito democraticamente, de suas prerrogativas constitucionais. Com o título “31 de março, missão cumprida”, afirma, entre outras coisas:

[...] Os problemas apontados são de governo e não devem ser debitados à revolução. Esta cumpriu a sua missão. Foi ela que impediu a comunização, a cubanização do Brasil. Foi ela que pôs um fim, – esperemos que definitivo – a desonestidade, à corrupção. A êsse respeito, o governo do marechal Castelo Branco não divergiu da revolução de março. Vivemos num clima de ordem e de probidade administrativa, sem o que todo o trabalho, todo o esforço serão estéreis. [...]

<sup>78</sup> Mário de Almeida, colunista de *Última Hora*, designava, ironicamente, de *The Globe* o jornal da família Marinho (UH, 01 abr. 1964, p. central).

Os homens que se colocaram contra Castelo Branco, no que diz respeito a orientação que tomou do ponto de vista político-partidário, institucional, ou do ponto de vista econômico, estão novamente dispostos a com ele somar se a nação passar pelos riscos que passou, antes de 31 de março. A revolução foi feita em nome da nação, nunca em termos de governo. Trinta e um de março cumpriu e continuará a cumprir a sua missão (*ZH*, 31 mar. 1966, p. 6).

Clóvis Stenzel é apenas um (o primeiro) colunista de direita e claramente favorável ao golpe e à ditadura civil-militar que escreve para *Zero Hora*. Sua produção textual não deixa dúvidas à sua posição, ao reiterar os objetivos do golpe no que se refere à luta contra o perigo vermelho. Até o final do trabalho citaremos outros. A partir de agora, já que chegamos ao período em que o jornal efetiva um editorial diário e próprio, assinado pelo seu acionista majoritário e diretor desde o seu nascimento – Ary de Carvalho – passemos a analisar aquilo que de mais significativo foi publicado na página 4.

Não podemos esquecer que estamos trabalhando dentro de uma janela temporal localizada no período da Guerra Fria. A disputa entre o “mundo capitalista” e o “mundo comunista” era, em grande medida, a tônica do noticiário internacional. Em *Zero Hora*, podemos afirmar que o segundo, mais do que o primeiro, fez parte das notícias e dos editoriais. Supomos que tal preferência seja devido ao seu caráter exótico, estrangeiro, e ao fato de o Brasil viver justamente o momento de consolidação do golpe que supostamente impediu o alinhamento com o lado vermelho; tal era o discurso legitimador que percebemos no governo neste período. Enquanto as notícias sobre o “mundo livre” eram quase exclusivamente sobre os Estados Unidos da América – visita ao Brasil e assassinato de Bob Kennedy (irmão de John Kennedy); eleições presidenciais; o racismo e os movimentos de reação a ele; a atuação e a morte do líder negro Martin Luther King; os avanços na corrida espacial; etc. – o noticiário vermelho estendia-se pela diversidade de países comunistas, dentro e fora da União Soviética – Cuba, China, Tchecoslováquia, Hungria, Vietnã, etc.

As turbulências pelas quais este “mundo” passou no período entre 1964 e 1968 foram intensamente reproduzidas no noticiário e nos editoriais de *Zero Hora*. Alguns exemplos destas movimentações entre os comunistas são: a queda do líder soviético Krushev; a guerra do Vietnã; a Revolução cultural na China de Mao Tsé Tung; as ações e encontros internacionais em Cuba; e, principalmente, as tentativas de mudanças e os protestos na Tchecoslováquia e a consequente repressão da URSS, no conjunto de episódios que ficou conhecido como Primavera de Praga; etc. Os comentários acerca destes eventos são bastante recorrentes no editorial de Ary de Carvalho e nos editoriais não assinados, tanto que seria impossível, sem ocupar toda a extensão deste trabalho, reproduzi-los e analisá-los. Sendo

assim, apresentamos aqueles que consideramos mais significativos, deixando claro, desde já, que eles vinculavam-se aos acontecimentos recém referidos dentro do contexto brasileiro já apresentado.

Em janeiro de 1967, Ary de Carvalho comenta um episódio da Revolução Cultural Chinesa. Nele, intitulado “Do pensamento invencível”, podemos perceber a crítica genérica aos regimes totalitários, mais precisamente, mas ainda de forma tênue, contra os comunistas:

Há um traço a unir todos os totalitarismos, de esquerda ou de direita: a falta de respeito à dignidade humana. No Brasil, felizmente, a ditadura Vargas durou muito pouco tempo, se a compararmos com outras que, no passado ou no presente, oprimiram ou oprimem outros povos; [...]

Marx, se vivesse, talvez se surpreendesse ao tomar conhecimento do que, em nome do sistema político e econômico cujas bases êle lançou, tem sido feito de perversão. Êle, que sonhava com um mundo bom para todos, nunca imaginou que a implantação das suas teorias degenerassem, na Rússia, no império de uma polícia política que apenas fêz aperfeiçoar os métodos de tortura usados pela do Czar, que a precedeu. E na verdade, a maior razão que há para o homem consciente se opor ao comunismo é justamente a certeza de que com a sua fixação no poder se estabelece o direito onipresente do Estado e da “revolução proletária” sôbre o homem que se torna um indefeso à mercê do “aparelho”.

Vêm-nos estas considerações a propósito do noticiário telegráfico que chega sôbre as últimas atrocidades cometidas na China, em nome e por conta da “revolução cultural” e do “pensamento invencível” de Mao-Tsé-Tung. [...]

Quando se recorda o que as multidões nazistas fizeram aos judeus e a inimigos do regime; quando se pensa nas descrições [descrições] das violências praticadas contra a população civil de Berlim pelas tropas mongóis que os soviéticos lá soltaram como vanguarda; quando ainda não desapareceram todos aqueles a quem a política de Mussolini fazia beber óleo de rícino na rua, vê-se que o “pensamento invencível” de Mao-Tsé-Tung apenas cumpre uma velha tradição dos regimes de força. E mais: quem defende os regimes de força tem, no mínimo, alguma perturbação a exigir urgentes cuidados (ZH, 23 jan. 1967, p. 4).

Além dos comentários que generalizam e configuram o comunismo como um regime só de mazelas, existem também aqueles alarmistas, nos quais os perigos causados por estes regimes são dados como iminentes, causando uma possível atemorização da população. Exemplo que ilustra esta representação que utiliza o expediente do medo é a “opinião” do diretor de *Zero Hora*, em meados de 1967, intitulada “Prenúncio sombrio”:

Fidel Castro reafirma a sua disposição de exportar a guerra revolucionária para toda a América Latina. No Vietnã, as tropas sulistas e norte-americanas ocupam a zona desmilitarizada, a caminho de Hanói e possivelmente da III Guerra Mundial. No Oriente médio, sob pressão de Nasser, a Organização das Nações Unidas retira a sua força de policiamento da Faixa de Gaza. E a Alemanha Oriental, repetindo a ação hitlerista do conflito passado, oferece apoio a Nasser, muito embora seja conhecido o fato de que o exército da República Árabe Unida conta com o assessoramento de técnicos em armamentos e oficiais que serviram ao III Reich.

A conclusão disso tudo é que estamos novamente à beira de uma configuração mundial e, o que é pior, às vésperas da catástrofe atômica. Com efeito, não se pode esperar que uma agressão a Israel, fomentada pela União Soviética e pela China Comunista, a par de um recrudescimento da guerra no Sudeste asiático e da disseminação das guerrilhas castristas na América Latina, fique apenas no emprêgo

das armas convencionais. O “equilíbrio pelo terror”, que se estabeleceu no mundo após terem os Estados Unidos perdido o monopólio da bomba atômica para os soviéticos, será, não há dúvida, rompido.

Os apelos pró-paz do Papa Paulo VI, ao que tudo indica, de nada valeram. O exacerbado nacionalismo árabe, o anti-semitismo redivivo, a exportação da guerra ideológica – tanto pela União Soviética como pela China de Mao e satélites, a incapacidade de negociar das potências ocidentais divididas, tudo somado à miséria reinante em largas porções do globo terrestre, é de molde a que se desespere da possibilidade de uma paz que venha a dar a humanidade dias de tranqüila prosperidade. A última Conferência sobre o Desarmamento, realizada em Genebra, irônicamente resultou ao agravamento da tensão no Oriente Médio.

[...] ninguém pode ter ilusões sobre a ameaça que pesa sobre o mundo na hora presente. A única esperança que resta aos homens é que os responsáveis pelo governo, pelas armas, das grandes potências, tenham um rasgo de lucidez e impeçam a deflagração do cataclismo que a todos reduzirá a cinzas (*ZH*, 22 maio 1967, p. 4).

O comentário é escrito em tom bastante alarmista, quase sensacionalista, devido às “certezas” de senso comum que ele apresenta. Segundo Carvalho, sem dúvida o equilíbrio atômico seria rompido, dada a configuração mundial beligerante. Ponto significativo do texto para os fins deste trabalho é que o comunismo surge como a fonte, ou como o incentivo, de todos os conflitos mundiais, o que faz com que o texto emita claras representações anticomunistas. Em resumo, o mundo estaria na iminência de uma catástrofe por culpa, essencialmente, das principais potências comunistas.

Seguindo esta mesma linha, na esteira dos cinquenta anos da Revolução Russa, comemorados no final do ano de 1967, dois editoriais do diretor da “caçula” da imprensa gaúcha, fazem um balanço, nada positivo, do meio século de comunismo real. O primeiro chama-se “Opressão”:

Cinquenta anos decorridos da Revolução de Outubro, transformada a União Soviética numa superpotência, militar e econômica, consolidado o regime, prosseguem os processos por delito de opinião. O levante em armas contra a tirania do tempo do Czar, no que diz respeito á liberdade individual, nada produziu de novo.

Ao mesmo tempo, na república marxista-leninista de Cuba, em que pese ser tãda a Imprensa controlada pelo Estado, os jornalistas foram advertidos de que, no geral, não estão dando ao regime tãda a colaboração que deles é esperada.

[...] Em Moscou, ontem, escritores continuavam a ser submetidos a processo – secreto – por terem usado dos seus meios habituais de expressão do pensamento, manifestando desaprovação á ação restritiva do Estado. É uma notícia que não honra a “Pátria do Socialismo”, a ciência e a técnica acumuladas em cinquenta anos de evolução (*ZH*, 12 dez. 1967, p. 4).

O segundo é ainda mais crítico. Seu título é “Escravidão”:

Cinquenta anos decorridos desde a Revolução de Outubro, o povo russo pode-se orgulhar do progresso na ciência e na técnica; sòmente ao povo russo não foi dado aquilo que desde tempos imemoriais lhe é negado, a ponto de tornar-se uma espécie de objetivo utópico: a liberdade.

[...] O grande crime dos intelectuais, [condenados a 15 anos de trabalhos forçados na Sibéria], foi o fato de terem a coragem de pensar contra o pensamento dominante, representado pela doutrina dos detentores do poder.

Cinquenta anos de regime comunista produziram satélites artificiais tripulados, a escalada rumo a lua, a descoberta do vírus de gripe, campeões de xadrez. Mas não deram a um povo todo o direito de cada cidadão pensar por conta própria (ZH, 26 dez. 1967, p. 4).

No contexto do desencadeamento da Primavera de Praga, em 1968, ricamente noticiado e opinado por *Zero Hora*, há uma significativa série de três editoriais não assinados, também publicados na página 4, que proclamam a existência de uma espécie de “vírus da liberdade” que estaria soprando no exótico e, portanto sombrio, “mundo comunista”. Os três editoriais são intitulados, respectivamente, como “O “vírus” da liberdade”, “Fantasma da Liberdade” e “Liberalização preocupa”. O conteúdo mais original e expressivo de cada um deles será apresentado, em conjunto, abaixo, demonstrando os sinceros desejos de mudanças nos regimes comunistas no mundo:

[...] O que está acontecendo na Polônia e, em maior grau, na Tcheco-Eslováquia, faz voltar a confiança no gênero humano àqueles poucos crentes no ressurgimento da liberdade após tanto tempo de ditadura. Com efeito, o sentimento de liberdade demonstra, nos dois países, uma vitalidade muito animadora: vinte anos de regime policial, de educação para a obediência cegas, não conseguiram terminá-lo.

Haverá quem afirme que na União Soviética tudo vai bem, que apenas alguns intelectuais inconformistas protestam contra o governo, sem que consigam apoio popular. Trata-se de uma meia verdade: na Rússia nunca houve liberdade. Onde isto já aconteceu – Polônia e Tcheco-Eslováquia estão aí – a tirania pode durar decênios. Mas um dia a liberdade abre asas sobre o povo. Irreversivelmente (ZH, 23 mar. 1968, p. 4).

Um fantasma ronda o mundo do comunismo: o fantasma da liberdade. Os dirigentes soviéticos estão perplexos com os atuais acontecimentos que abalam a Polônia e a Tcheco-Eslováquia. Imprensados de um lado pela China e de outro pelos revisionistas europeus, os dirigentes do Kremlin encontram-se num beco sem saída; [...] o fantasma da liberdade já cobre o oriente da Europa (ZH, 27 mar. 1968, p. 4).

Um dos maiores jornais brasileiros estampava ontem, na sua primeira página, um título de quatro colunas: Liberalização preocupa PCs”. E deve preocupar mesmo. O vírus da liberdade, a que nos referíamos noutro dia, desafia os laboratórios dos tiranos a que encontrem em antídoto. Êste, procurado através dos séculos, não tem sido encontrado; e se pode prever que muito antes será descoberta a cura do câncer... A liberalização preocupa os PCs da Europa Oriental e, notadamente, o PC soviético. Como poderá ser mantida a ditadura na União Soviética, se um após outro, se liberalizarem os regimes daquela parte do continente europeu que já foi vedado por uma “cortina de ferro”?

[...] Mas não é somente aos PCs da Europa Oriental, que o pensamento livre preocupa. Leia-se “O Antiintelectualismo nos Estados Unidos” (Edições Paz e Terra) e veja-se o que a máquina do Partido Comunista norte-americano dizia dos intelectuais que se recusavam a agir dentro das normas do pensamento invencível.

Que os últimos acontecimentos na área soviética sirvam de exemplo aos que, em todo o mundo, pensam poder manter povos sob o domínio da fôrça perpétuamente (ZH, 30 mar. 1968, p. 4).

Para finalizar os editoriais que comentavam os principais acontecimentos internacionais “vermelhos”, é interessante reproduzir o último parágrafo de um comentário, agora assinado, de Ary de Carvalho. Nesta coluna, que já é posterior à invasão das tropas soviéticas na Tchecoslováquia em protesto, o diretor finaliza seu texto fazendo mais um alerta aos perigos da propaganda e da “realidade” comunista:

[...] O martírio do povo checoslovaco constitui-se, por outro lado, num exemplo para os demais que ouvem, a todo o instante, a propaganda orientada para convencê-los que somente o socialismo os tirará da miséria. O caso checo prova que a submissão a Moscou implica em espoliação econômica e no estrangulamento total das liberdades públicas (ZH, 27 ago. 1968, p. 4).

É importante analisarmos de que forma a cobertura dos eventos no Brasil influenciou a construção de editoriais anticomunistas, como os citados acima. Quando se trata do noticiário nacional, ficam mais visíveis as possíveis contrariedades levantadas contra o governo pelo jornal. *Zero Hora* colocou-se diversas vezes contra as ações governamentais: contra os casos de tortura, contra a Lei de Imprensa, contra a violência policial, contra a invasão da UNB, em 1968. Contudo, nos parece que estas críticas são elementos menores dentro do conteúdo do jornal que acabou sendo pautado, na maior parte das vezes, pelo apoio à ditadura. Um exemplo que ilustra isto são os comentários sobre o primeiro general-presidente, Castelo Branco, por ocasião da passagem de seu mandato, em março de 1967, e quando da sua morte, em julho do mesmo ano. Em ambos os casos, *Zero Hora* não se furtou a levantar equívocos na sua atuação governamental. Entretanto, ao fim, a conclusão sempre era de que, no cômputo geral, a avaliação era positiva e o general teria prestado inestimáveis serviços à nação.

Destacada a existência destas críticas ao governo, vejamos duas “opiniões” de Ary de Carvalho que apresentam de forma mais clara a oposição do periódico à ideologia comunista. É importante ressaltar que, neste caso, nos comentários acerca do noticiário nacional, o apoio ao governo é facilmente percebido, porém os comentários que antagonizam com o comunismo são mais raros em comparação com os encontrados naqueles que se referiam às notícias internacionais.

O primeiro editorial trata da questão estudantil. Os estudantes, já em 1967, mas principalmente em 1968, fizeram greves, organizaram passeatas, enfim, saíram às ruas de uma forma que parece inimaginável para os dias atuais. A opinião de *Zero Hora*, em linhas gerais, foi de dar certo espaço e afirmar o direito a realização destas manifestações. Mas foi também eminentemente contra a maior parte das ações, tentando proclamar aos jovens a necessidade de “refletir” ao invés de fazer mais “baderna”. A coluna que reproduzimos abaixo – nomeada

como “Dever dos democratas” – destaca a infiltração comunista entre os estudantes, o que mereceu críticas do jornal, e ainda faz uma perigosa inflamação ao conflito:

A “carta de orientação” tornada pública pelo 29º. Congresso da clandestina União Nacional dos Estudantes é de estilo inconfundível, ultrapassado, que ninguém acreditava mais ainda fôsse usado. Serve, no entanto, para provar a vinculação daquela entidade ao movimento comunista internacional. Com efeito, o documento nada difere, em forma e fundo, daqueles “informes” que periodicamente o sr. Luís Carlos Prestes distribuía à Imprensa, contendo as suas opiniões sôbre a situação brasileira e as suas diretrizes aos “camaradas”.

Hoje dividido em duas facções irreconciliáveis, o Partido Comunista, no Brasil, está completamente desmoralizado como organização de luta pelo poder. Em Cuba, os comunistas brasileiros foram expurgados da OLAS, que pretende ser a centralizadora da subversão do Hemisfério; internamente é visível o desgaste tanto dos seguidores da linha moscovita quanto dos partidários de Pequim em todos os setores. Fidel Castro, desesperançado dos comunistas, usa agora a agitação estudantil como ponta-de-lança de ação subversiva no Brasil.

A “carta” da UNE espelha bem a orientação de Havana e deixa clara a intenção dos que a elaboraram. Não querem eles o diálogo govêrno-estudantes ou a melhoria das condições de ensino das nossas universidades ou mais assistência aos alunos. Não. O objetivo é outro: a subversão pura e simples. E como enfrentar os novos agentes do comunismo internacional? Não nos parece que as medidas puramente repressivas, como ocorreu na semana passada em São Paulo, resolvam o problema. A subversão nos meios estudantis deve, antes de mais ninguém, ser combatida pelos estudantes democratas. Falando a um grupo de senhoras, na capital paulista o general Sizen Sarmento chamou a atenção para um fato: num Estado em que os estudantes universitários se contam às dezenas de milhares, apenas quatrocentos estavam envolvidos no congresso proibido. Para que essa minoria extraordinariamente ativa não continue a mistificar a opinião pública, auxiliada pelos exageros e a supervalorização policial, é preciso que os jovens democratas assumam o papel que lhes cabe e cumpram o dever irrecusável de colocar os agitadores no seu devido lugar (ZH, 10 ago. 1967, p. 4).

É interessante notar que Ary de Carvalho sente-se plenamente à vontade para denunciar os ideais subversivos e a situação do comunismo nacional. Mais destacada ainda é a sua sugestão de combate à infiltração comunista no meio estudantil. Ele convoca, provocativamente, os “jovens democratas” para “colocar os agitadores no seu devido lugar”. Não imaginava o diretor de *Zero Hora* que, no ano seguinte, em São Paulo, estes “democratas”, ou melhor dito, estudantes da Universidade Mackenzie, membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), entrariam em conflito direto com estudantes “subversivos” da Universidade de São Paulo (USP).

O outro editorial representativo da opinião institucional do jornal, já que também era assinado pelo seu diretor, foi publicado em abril de 1968, após a morte do estudante Edson Luis e o recrudescimento das lutas armadas. Simplesmente intitulado “Pcs”, comenta a opção pela luta armada de uma das dissidências do Partido Comunista no Brasil com a mesma desenvoltura com que teceu seus comentários anteriores:

Um manifesto de treze laudas datilografadas deu conhecimento ao País de que existe mais um Partido Comunista. Que desta feita é também “revolucionário”. O documento, vasado naquela linguagem empolada e pseudocientífica que é marca registrada da extrema esquerda brasileira, prega a luta armada, a reforma agrária, a dissolução do Exército e a nacionalização das empresas estrangeiras.

Luta armada: quando os comunistas estavam “no governo, mas ainda não no poder” (para usar palavras do sr. Luís Carlos Prestes) bastou que as tropas saíssem à rua naquele 31 de março para que as lideranças procurassem as embaixadas; reforma agrária comunista, que se conhece no Brasil, foi operada na vida do sr. Francisco Julião [criador das Ligas Camponesas], que não pode mais entrar em Cuba por não ter prestado contas dos dólares recebidos para fazer uma revolução; dissolução do Exército: houve uma época em que afirmaram contar com um dispositivo dentro das Forças Armadas. O poder de tal dispositivo é do conhecimento público.

A verdade é que, à falta de melhor que fazer, intelectuais do Partido Comunista fazem literatura. E da pior qualidade, que somente serve para mostrar à opinião pública em quantas alas eles se dividem (ZH, 26 abr. 1968, p. 4).

O diretor usa de ironia, menosprezando e não atribuindo valor sério ao documento, nem quanto às motivações, que não são explicitadas, nem quanto aos planos traçados. Os comunistas, neste caso, não parecem perigosos como em outros comentários, pois são “pintados” como ingênuos e inofensivos.

Alguns dias antes de elaborar a coluna recém apresentada, dentro do contexto imediatamente posterior à morte do estudante Edson Luis, *Zero Hora* elogia a atuação da força policial gaúcha. Valorizando a diferença de procedimentos e, principalmente, de comando entre nossa polícia e a do restante do país, onde estavam ocorrendo conflitos nas manifestações em homenagem ao estudante assassinado e de revolta frente ao crime, é escrito entre os editoriais não assinados da página 4, um comentário denominado “Exemplo ao país”.

[...] Ao contrário do ocorrido na Guanabara, a política de segurança do Rio Grande do Sul, superiormente orientada pelo general Ibá Mesquita Ilha Moreira, possibilitou a que as determinações governamentais de proibição a passeatas de protesto fossem cumpridas à risca e sem violências contra pessoas. Paradoxalmente, um dos poucos feridos foi um jovem oficial da Brigada Militar, agredido à faca.

Energia não implica em metralhar manifestantes, criando novos focos de agitação e tornando obrigatória a intervenção da tropa federal. A orientação imprimida pelo general Ibá Mesquita Ilha Moreira às organizações policiais sob as suas ordens não só redundou na manutenção da ordem, como salvaguardou a autonomia do Estado e tornou possível que as Forças Armadas ficassem restritas ao cumprimento dos seus deveres constitucionais.

O secretário de Segurança do Rio Grande do Sul deu um exemplo ao País. O que orgulha a todos gaúchos (ZH, 05 abr. 1968, p. 4).

Paradoxalmente, dois meses após estes elevados elogios, que não eram raros a autoridades governamentais nas páginas do jornal, os repórteres de *Zero Hora* e de outros veículos de comunicação foram agredidos durante a cobertura de uma nova passeata estudantil. Os repórteres e fotógrafos foram espancados, alguns foram presos e diversos tiveram suas máquinas fotográficas apreendidas. *Zero Hora* deu ampla cobertura a este caso,

na edição do dia seguinte, 26 de junho de 1968, com várias páginas dedicadas ao assunto. Também foi publicada uma nota oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre denunciando a agressão à opinião pública.

No outro dia, todas as máquinas fotográficas foram entregues e os jornalistas foram informados sobre a implantação de um sistema de braceletes para identificá-los. Além disso, o comandante da polícia e o próprio general Ibá Moreira afirmaram que o caso estava sendo investigado e prometeram que não se repetiria.

No entanto, na nova passeata, ocorrida no dia 27 de junho, o episódio se repetiu. Na capa da edição seguinte a manchete e o resumo anunciam:

JORNALISTAS ESPANCADOS OUTRA VEZ. Apesar da promessa do secretário de Segurança Pública e do comandante da Brigada Militar de que seriam dadas garantias ao trabalho da Imprensa, novos profissionais foram vítimas da violência, ao cobrirem os acontecimentos de ontem. As credenciais fornecidas pela BM não foram respeitadas [...] (ZH, 28 jun. 1968, capa).

*Zero Hora* começara, com gradativa elevação, a sentir “na pele” a repressão que a ditadura civil-militar, apoiada por ela, impunha ao país. Houve um esboço de reação com denúncias, comentários e grande repercussão. Entretanto não havia mais tempo para nada. Em poucos meses foi editado o Ato Institucional nº 5, institucionalizando a forte repressão, inclusive com a censura. “Seu José”, história escrita por Sérgio Jockymann – colunista remanescente do *Última Hora* – ilustra bem o momento:

Pois era tardinha e seu José estava a meu lado resmungando contra a anarquia. “Êsses estudantes, dizia êle, são um bando de irresponsáveis”. Eu sacudia a cabeça, mas seu José não me deixava falar. “Lugar de estudante é no colégio, dizia êle”. Eu sacudia a cabeça mas nem assim seu José me deixava falar “O que êles querem é a baderna, teimava êle. A baderna e nada mais”. Eu sacudia a cabeça, mas seu José nem olhava para mim. “Sabe de uma coisa, me disse, a polícia está com a razão. Tem que baixar o pau. Tem que ensinar essa molecada a respeitar a ordem. A pau”. E então eu deixei de sacudir a cabeça e comecei a falar, mas seu José estava surdo. “Bobagem, me disse, você é um romântico”. E então dei as costas e fui embora. Ainda me voltei para abanar para seu José, quando dois homens atravessaram a rua em sua direção. Vi seu José explicar qualquer coisa e tentar entrar na padaria. Tentar apenas, porque nem bem tinha dado um passo, um dos homens lhe deu um empurrão. Vi seu José se voltar com um ar muito surpreso na face e receber um murro. Foi projetado para fora da calçada [...] o jornalista descreve a surra, efetivada por policiais e, então, prossegue... Quando entramos no carro, êle se deixou ficar olhando estupefado o sangue que lhe escorria pelos braços. Só então começou a chorar e a chorar baixinho. Com tôda essa dor que possuem os homens velhos injustiçados. Nem hospital quis. “Morro de vergonha, me disse êle. Me leve para casa”.

E levei seu José para casa, onde espôsa e filha arregalaram os olhos. “Êles me pegaram, dizia seu José”, e só sabia repetir êles me pegaram, enquanto a espôsa atarantada perguntava quem eram êles. E fiquei ali, não tão surpreso quanto o seu José, porque já vi muitos homens batidos do mesmo modo, mas metido em fundos pensamentos. E, no quarto, seu José limpava o sangue, contando que tinha dito aos

dois homens que apenas queria comprar um quilo de pão. “Como podem fazer isso comigo?”, dizia seu José. Ah, eu seu[i] como podem e também sei porque podem. Como sei que outros Josés serão batidos, porque alguém abriu as portas do inferno e homem algum está salvo. E, digo aos Josés, que assim se semeia o ódio e se mata a liberdade. E não digo mais nada, porque meus pensamentos são tão fundos que nem consigo bem vir à tona (ZH, 29 jun. 1968, p. 7).

Poderíamos fazer uma analogia entre seu José e o próprio jornal *Zero Hora*; depois de apoiar, apanhar e, então, não entender o que está acontecendo. Entretanto tal coluna não representa um marco de mudança na linha editorial do jornal. Ela é a demonstração da existência de frestas em seu discurso hegemônico. Frestas que eram abertas e ficam mais evidentes para o leitor atual devido a posicionamentos que possivelmente devem ser creditados mais à jornalistas específicos do que à empresa jornalística como um todo.

Nem bem esfriados os ânimos, *Zero Hora* começa a sofrer outros tipos de agressões. Em um período de três meses, o jornal passou por sete atentados “terroristas”. O primeiro foi em junho. Os outros seis ocorreram em agosto. Veículos, a redação, oficinas gráficas e a nova sede em construção na Avenida Ipiranga, foram alvos principalmente de bombas de fabricação caseira, os conhecidos coquetéis “*molotovs*”. Nas últimas investidas, também foram utilizadas armas de fogo contra os vigias e contra “populares”.

Nenhum dos atentados, segundo as notícias veiculadas, teve a sua autoria reivindicada por algum grupo. Com isso e com o fato de a polícia não chegar a conclusões satisfatórias, as discussões sobre os possíveis responsáveis se ampliaram. Desconfiava-se ou de grupos de esquerda, ou de extrema-direita, ou, ainda, de “simples” criminosos insatisfeitos com os noticiários policiais do jornal.

Após o segundo e mais noticiado atentado – quando uma bomba explodiu durante a madrugada no vitral da entrada da sede do jornal – o diretor Ary de Carvalho dedicou uma significativa coluna em seu editorial:

[...] Registra-se, porém, a intenção dos terroristas. Em primeiro lugar, manifestaram, da forma mais primitiva, a desconformidade contra a nossa orientação: ordem, dentro da lei, para que este País possa desenvolver-se. Em segundo lugar, os promotores da baderna tentam, pela atemorização, mudar aquele rumo.

E se algum prejuízo de pouca monta conseguirem infligir a uma empresa que dá trabalho a trezentos funcionários, fracassaram totalmente na tentativa de intimidação, iniciada, aliás, há dias, através de cartas anônimas a diversos de nossos colaboradores.

Não há de ser um punhado de desordeiros que irá modificar a orientação deste jornal. Como não há de ser a ação de marginais que irá atemorizar quem está empenhado tão somente em trabalhar pelo progresso do Estado do Brasil. Perdemos, os terroristas, tempo e energias.

[...] Não se tem elementos, por ora, para atribuir a qualquer corrente de opinião a autoria do crime. E o terrorismo não configura opinião: é tão somente um delito (ZH, 06 ago. 1968, p. 4).

A despeito das referidas cartas, que não têm seus conteúdos revelados, o que certamente forneceria maiores indícios, o diretor afirma que não se pode atribuir a alguém a responsabilidade pelos ataques. Porém afirma de forma peremptória, o que parece ser óbvio, que os “baderneiros” expressam, através da força, sua inconformidade com a orientação do jornal. Tal orientação, imune a estas tentativas de intimidação, não é descrita com transparência. Se apregoa, como desde o início, a defesa da democracia, das tradições cristãs e, aqui, da ordem e do progresso do país. Entretanto, os elementos que apresentamos até aqui já parecem ser suficientes para afirmarmos que a linha editorial do jornal, a despeito das generalidades mencionadas, se coaduna com um apoio ao governo “revolucionário” e à grande maioria de suas ações. Sendo assim, quem estaria descontente com o conteúdo das publicações de *Zero Hora*, seria a esquerda, marginalizada desde o golpe civil-militar de 1964.

No mesmo dia da publicação deste editorial, Carlos Coelho, responsável, há anos, pela coluna “O Sal do dia”, sublinha a coincidência entre o atentado e a realização da primeira etapa do congresso clandestino da extinta UNE. Ele, no entanto, suaviza tal identificação ao afirmar que as diversas cartas recebidas por membros do jornal, indicavam, pela qualidade da sua redação, uma diferença com os últimos manifestos estudantis. Ao lado dos estudantes, o colunista coloca os possíveis prejudicados com a recente fuga da penitenciária estadual, caso amplamente coberto pelo jornal.

A charge – elemento gráfico que ainda não era uma constante nas páginas do periódico – reproduzida abaixo, reafirma a primeira suspeita e a vincula ao comunismo internacional de forma mais objetiva que a produção textual do periódico atacado:



FIGURA 28 - O movimento estudantil (ZH, 07 ago. 1968, p. 4).

A imagem é bastante clara ao vincular os estudantes universitários (“congresso da une”), ao comunismo internacional (“*diário del che*”) e aos atentados (imagem das garrafas de coquetel *molotov*). Tal vinculação é completada pela legenda que ironiza ao considerar o diário como sendo o material didático e as bombas como sendo os comunicados à imprensa.

No mesmo dia da publicação desta charge, Sérgio Jockyman apresenta uma espécie de carta, endereçada ao responsável pela bomba. O colunista, após decretar a vergonha e o medo que impedem a autoidentificação do responsável, tenta descobrir os motivos destes sentimentos:

[...] Há gente, por exemplo que tem medo dos comunistas. Como aquela senhora que anteontem berrou na Assembléia. Mas senhoras são senhoras. Têm medo de camundongos. Comunistas não mordem. Discursam. Ah, isso discursam horas e horas. Mas não mordem. Você pode falar com um deles, sabia? Os coitados são tão poucos. O quê? Você não acredita? Pois, meu filho, segundo a CIA, todos os comunistas brasileiros não chegam a três mil. Você acha que três mil pessoas podem tomar o poder, meu filho? Eles são três milhões na França e nem sequer tentaram. Fazem barulho, é claro. Mas você já viu alguém morrer de barulho, meu filho? Ou quem sabe você tem medo dos nazistas? Ah, mas que é isso, meu filho? A organizaçõzinha mais forte deles tem exatamente dezesseis membros e oito são menores de idade. O Hitler começou com quatro? Ah, começou mesmo. Mas isso aqui é Brasil, meu filho. Papagaiada aqui não tem futuro. Se você cai na asneira de enfiar uma suástica no braço, vão chamar você de “hippie”.

[Após sugerir que ele tivesse cuidado com as bombas, que se interessasse mais por mulheres e por cerveja, no mesmo tom paternal Jockyman conclui:] e pode ficar descansado porque eu não vou achar a sua molecagem um “atentado”. É molecagem mesmo, meu filho. Como opinião só provou que você não gosta de porta de vidro (ZH, 07 ago. 1968, p. 7).

O colunista, apesar de levantar a possibilidade de os “terroristas” serem comunistas (o que teria sentido no contexto da época) ou nazistas, em um tom bastante irônico, busca esvaziar o significado dos atentados. Cabe ressaltar também que no parágrafo dedicado ao comunismo, Jockyman, também fazendo uso de ironia, ridiculariza os anticomunistas, cuja representação, como vimos até aqui, não é rara nas páginas de *Zero Hora*.

Nos dois comentários imediatamente posteriores aos últimos atentados contra o jornal, o possível caráter político é praticamente esvaziado. O editorial não assinado de 29 de agosto de 1968 (*ZH*, 29 ago. 1968, p. 4), após reiterar que Porto Alegre sempre foi uma cidade civilizada, mesmo nos momentos de maior agitação política, assevera a exclusão quase total das possibilidades de vinculação a outros objetivos que não fossem o de causar prejuízo ao jornal. Já na capa de 02 de agosto, o jornal anuncia, ao lado de uma foto tipicamente policial (rosto e perfil), “Quem são os terroristas”, um texto de meia folha, onde se lê, entre outras coisas que:

[...] Hoje, após o sétimo atentado a bomba, já temos uma pista sôbre os autores do terrorismo. Segundo informações de fonte que nos merece crédito o terrorista é um ex-presidiário, conhecido pela alcunha de Mina Velha. Êste delinqüente estaria sendo utilizado por outros elementos denunciados anteriormente pela imprensa – e obviamente com ênfase por êste jornal – como envolvidos em assassinatos e que continuaria em liberdade por não se terem conseguido “provas provadas” (sic). [...] (*ZH*, 02 set. 1968, capa).

Esta hipótese acabou não sendo confirmada até o final de 1968. Os sete atentados sofridos por *Zero Hora* ficaram ao lado daqueles que ocorreram contra *O Estado de São Paulo* e o *Correio da Manhã*, todos sem um desfecho conclusivo.

De qualquer forma, a linha editorial do jornal realmente não foi alterada após este ter sofrido uma série de “atentados” da polícia gaúcha e dos “terroristas” não identificados. O apoio ao governo, em linhas gerais, foi mantido.

Acreditamos ter demonstrado, até este ponto, que os discursos anticomunistas que fazem parte do bojo legitimador da ditadura civil-militar brasileira, ecoavam, a sua forma, nos editoriais assinados pelo diretor Ary de Carvalho e nos não assinados, ambos representantes da opinião institucional do jornal *Zero Hora*.

Encaminhando-nos para a finalização da análise deste periódico brasileiro, apresentamos alguns pontos além daqueles já destacados na “certidão de nascimento” e nos editoriais, que também podem ser identificados como sinalizadores do apoio ao governo e reprodutores das representações anticomunistas.

Significativa parte dos colunistas encarregados de tecerem opiniões sobre a vida política e econômica do país, eram identificados com o governo e com a direita. Citemos alguns: Clóvis Stenzel – já apresentado ao longo do trabalho; Tristão de Ataíde – que, segundo Nunes (1989, p. 139) era um conhecido representante da direita brasileira, que fez parte do integralismo e foi um dos idealizadores da campanha para que Carlos Lacerda conseguisse montar um jornal no Rio de Janeiro, em 1949 (o *Tribuna da Imprensa*). Em *Zero Hora*, ele tinha espaço frequente na página de editoriais, desde meados de 1966; Roberto Campos – foi ministro do Planejamento de Castelo Branco, escreveu alguns comentários, de página inteira, durante 1967, depois de ser alijado do governo por Costa e Silva. Apesar de sua participação no jornal ter durado pouco tempo, o primeiro comentário foi anunciado com antecedência na capa do jornal, bem como no dia de sua publicação.

Dois destes colunistas merecem maior destaque devido a sua constante presença e à relevância do conteúdo de suas colunas. São eles: Carlos Coelho e Ibrahim Sued.

Não temos informações pormenorizadas de Carlos Coelho; o fato é que ele escrevia em *Zero Hora* a sua coluna, intitulada “O sal do dia”, desde outubro de 1966, na maioria das vezes com pequenos parágrafos de comentários sobre a política e a economia nacional. Para ilustrar sua participação, sem querer afirmar que todos os seus comentários eram semelhantes a estes, apresentamos três publicações.

A primeira é a coluna intitulada “O perigo terrorista”, que comenta o discurso de Fidel Castro na Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), realizada em Havana, Cuba, em agosto de 1967. Os principais trechos do texto de Coelho são transcritos abaixo:

Por mais que se procure minimizar a possibilidade de aplicação no Brasil das diretivas de reunião da OLAS, não se deve ignorar que o panorama continental, no que diz respeito à ação subversiva, renovou-se totalmente. O fato de o Partido Comunista, pelo menos oficialmente, não apoiar a luta armada pelo poder é de diminuta significação. O ponto crucial do problema está na “exportação” de combatentes, claramente exposta por Castro no seu discurso de encerramento da reunião em Havana. [...] Não há dúvida de que o govêrno está empenhado em que tal não venha a ocorrer, mas o importante é que as pessoas mais esclarecidas de tôdas as camadas sociais abandonem a atitude tão tipicamente brasileira de inércia diante dos acontecimentos, originada na certeza ilusória de que aqui não há clima para vietnamização, e se precavenham e advirtam àqueles que podem influenciar para o perigo real que representa para nós a ação preconizada pela OLAS. Terrorismo é viável em qualquer parte do mundo. Já pensou o leitor na possibilidade [de] estar tranqüilamente sentado à mesa de um restaurante, batendo papo com amigos e, de repente, estourar uma bomba como aquela do aeroporto do Recife? Já imaginou como é possível precisar sair à noite, para chamar um médico, por exemplo, e êste ser uma pessoa visada pelos terroristas, mas o cliente por engano é baleado pelo assassino de tocaia. Já se lembrou que uma ação revolucionária representa não se poder viajar com certeza de chegada ao destino ou retôrno a casa? Não. Com indivíduos que pretendem tomar o poder à custa do sangue dos

compatriotas não se pode transigir. Respeita-se aqueles que consideram injusto o atual estado de coisas e que, pelo debate, pela doutrinação, tentam mudá-lo. O terrorista, porém, e no fundo, não passa de um vulgar criminoso. Não procuremos fantasmas nem feiticeiras para caçar – o que também é uma forma de ajudar o terrorismo – mas estejamos de sobreaviso para o que possa vir, de Havana, via Montevidéu (*ZH*, 17 ago. 1967, p. 8).

A referencia a Montevidéu, capital uruguaia, explica-se pelo fato de o país vizinho ser o local de asilo de vários políticos cassados com o golpe civil-militar. Além do ex-presidente João Goulart, também esteve lá Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul. Brizola estava sendo acusado, no contexto específico desta coluna, de ser um dos mentores intelectuais e o meio financiador de atividades subversivas no interior do Brasil.

Apesar de uma tentativa de suavização, contrária à “caça” e supostamente permitindo um livre debate de ideias – lembremos que o PCB estava na ilegalidade desde 1947 – o discurso de Coelho se aproxima das caixas “A Ação dos Comunistas” apresentadas no início deste capítulo. Há uma clara tentativa de mobilização da população, com base no temor, para a reprodução do anticomunismo.

As outras duas publicações deste colunista são significativamente denominadas de “O Castro-badernismo” (*ZH*, 18 ago. 1967, p. 8) e “O Castro-badernismo II” (*ZH*, 19 ago. 1967, p. 8). Elas seguem a mesma linha anticomunista do texto anterior, como os títulos denotam.

Já nos referimos a Ibrahim Sued no início deste capítulo. Seguindo Barros (1999, p. 144), informamos que ele era um “notório colunista lacerdista” e que fora o homem que, nos dias subsequentes ao golpe, tentou comprar, em nome de um grupo de empreiteiros, o jornal *Última Hora* de Samuel Wainer. Além de ser um jornalista de grande penetração na alta sociedade carioca, e estar vinculado diretamente ao jornal *O Globo*, Sued escrevia sua coluna para *Zero Hora* desde meados de 1966.

Para demonstrar, de forma sucinta, a sua participação na construção dos discursos anticomunistas, citaremos dois pequenos parágrafos de sua coluna “Ibrahim Sued informa”. Esta coluna era composta de pequenos parágrafos que apresentavam desde comentários políticos até comentários sobre a alta sociedade, sempre encabeçados por um parágrafo mais extenso. Com tratamento equivalente ao dispensado a Coelho, não queremos afirmar que o tipo de discurso que será transcrito abaixo constituía uma prática diária. Queremos apenas sinalizar a existência deste anticomunismo, por menos recorrente que seja, na coluna deste autor.

O primeiro texto foi publicada em agosto de 1968, em meio às manifestações estudantis que marcaram o ano no Brasil e no mundo. Com o título “Ditadura?”, Sued dá voz ao conservadorismo:

A passeata realizada com as determinações de “Seu” Arthur [Costa e Silva] para que não houvesse policiamento ostensivo transcorreu normalmente. Mas o seu sentido foi deturpado. Deixaram as reivindicações estudantis para lançarem folhetos pedindo a “queda da ditadura” e “abaixo o imperialismo”. Foram os comunistas infiltrados. Ora, afirmar que no Brasil há ditadura é a maior injustiça que se pode fazer a um presidente liberal e democrata, como é “Seu” Arthur. São os comunistóides que pretendem impor essa imagem no Exterior. Nunca no Brasil gozou-se de tanta liberdade. Nunca se viu tanta liberdade na Imprensa como agora. Todos os exilados estão voltando e nada lhes acontece. Ditadores são os comunistas da Cortina de Ferro, de Cuba e da China, que mandam ordens para seus adeptos aqui, que as cumprem religiosamente (*ZH*, 28 jun. 1968, p. 10).

O texto, sob o olhar atual, é tão controverso que só poderia constituir uma grande ironia. Com a realidade das cassações, das prisões, das torturas, do fim dos partidos políticos, da extinção da UNE, o colunista, mesmo assim, afirma que “nunca no Brasil gozou-se de tanta liberdade”. Entretanto sabemos que para o olhar da classe no poder na época, e de alguns poucos militares de hoje, o texto não deveria ser paradoxal; constitui, em síntese, a sua “verdade sufocada”.<sup>79</sup>

O outro exemplo que queremos trazer à tona é de mesmo tom anticomunista e se refere, mais especificamente, a UNE, tanto que seu título é um trocadilho das faixas empunhadas pelos estudantes nas manifestações de rua e repetido nas pichações, “Abaixo a UNE”:

Logo depois da Revolução, eu sugeri a alguns militares que o prédio da UNE, que foi incendiado no dia 31 de março de 1964, fosse derrubado, para não se repetir jamais os espetáculos deprimentes que ali se realizavam antes da Revolução (comícios pró Cuba e outras manifestações em favor dos sanguinários regimes comunistas). As autoridades não deram ouvidos às minhas sugestões. Agora, repetiram-se novamente agitações no velho prédio incendiado da UNE, que é localizado exatamente numa das mais importantes artérias da Zona Sul. E agora? (*ZH*, 18 out. 1968, p. 12).

Neste parágrafo, Sued se afirma ainda mais repressor que o governo, asseverando sua posição não seguida pela ditadura a qual, com o tempo, mostrou-se estar “correta”. Cabe frisar a adjetivação “sanguinária”, mais uma vez atribuída aos regimes comunistas.

As publicações destas representações anticomunistas estiveram, portanto, presentes de forma translúcida nos textos dos referidos colunistas, que constituíam, ao lado dos

---

<sup>79</sup> Nos termos do livro de Ustra (2006).

editorialistas, a grande parte dos comentários interpretadores das informações trazida pelos noticiários.

As charges, através do humor, da ironia, do paradoxo, também podem ser consideradas uma forma de interpretar as informações trazidas pelos noticiários. Estas interpretações, na maior parte das vezes, são críticas bem humoradas a algum ponto. Porém, estas críticas não partem de um lugar neutro, mas justamente de pontos contrários ao objeto que criticam. Encontramos poucas charges ao longo dos cinco anos pesquisados do jornal *Zero Hora*. Referimo-nos às críticas mais políticas, presentes junto aos editoriais, pois a coluna de Carlos Nobre, remanescente do *Última Hora*, tinha, normalmente, algum desenho humorístico, de caráter diverso e que não foi objeto deste estudo.

Apresentaremos três charges, sempre publicadas na página 4, junto aos editoriais, que demonstram a reprodução dos discursos anticomunistas através da imagem.

A primeira (figura 29) se refere à descoberta de que a série de assaltos a bancos estava sendo realizada por “terroristas” de esquerda:

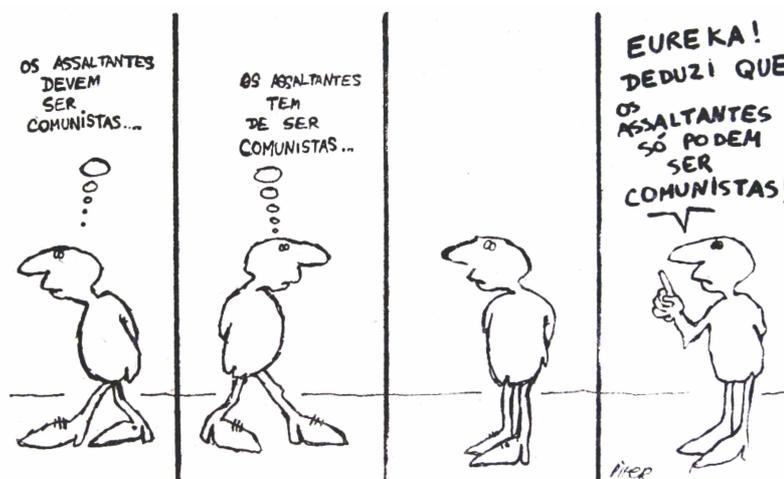


FIGURA 29 - Os "assaltantes comunistas" (ZH, 15 ago. 1986, p. 4).

O pequeno enredo, em desenhos simplórios, demonstra a lógica das ilações, que só podem levar a uma conclusão: os comunistas eram os responsáveis pelos assaltos.

A segunda (figura 30) surge em meio à ampla cobertura dada aos eventos da “Primavera de Praga”, mais precisamente depois da invasão que as tropas da URSS promoveram na Tchecoslováquia, no intuito de impedir as modificações revisionistas intentadas por grupos do país.



FIGURA 30 - A invasão da Tchecoslováquia (ZH, 06 set. 1968, P. 4).

A charge apresenta possivelmente Fidel Castro, devidamente marcado pela foice e o martelo, sugerindo a construção de um outro “muro de Berlim”. O mais destacado e, engraçado, é o segundo quadro, que demonstra a saída da URSS (representada por uma figura de traços monstruosos) de Praga, capital tcheca, depois de ter cerceado as liberdades daquela nação.

Entretanto, a mais representativa charge é a que reproduzimos abaixo (figura 31). Nela é representado um homem fazendo ilações nas quais a “dialética histórica”, um dos fundamentos teóricos do marxismo, é colocada ao lado de “Papai Noel, sátiros e assombrações”, no sentido de não existirem. O mais impactante, porém, é o comentário do pequeno desenho, fora do enredo principal, que surge no quadro de número 3:



FIGURA 31 - Silogismo (ZH, 18 set. 1968, p. 4).

Apesar da pequena falha no texto, pode-se ler: “Já inco[m]o[do] algum comun[ista] hoje?” Tal questionamento, pode demonstrar o objetivo da charge, conclamando os leitores a fazer o mesmo, a ter uma atitude anticomunista, mesmo por meio do humor, e satirizar os representantes desta ideologia, os “comunas”. Por outro lado, como lidamos com imagens que usam de ironia, a charge pode significar justamente o contrário: uma crítica a postura anticomunista. No entanto, dado o conjunto até aqui analisado, optamos pela primeira opção, mesmo que destacando sua possível ambiguidade.

Completando a série de elementos para além dos editoriais do jornal, após analisarmos a postura de alguns colunistas e apresentarmos algumas charges, listaremos algumas manchetes de capas ou de matérias internas, que foram publicadas ao longo dos anos e que podem transmitir parcial ideia da presença do (anti)comunismo no noticiário de *Zero Hora*:

Thomas Mann: “Diminui no Brasil ameaça comunista” (14 jul. 1964, p. 11); Costa e Silva exalta III Exército: “Nosso país jamais será destruído” (29 set. 1964, capa); Alfredo Daudt prêso ao embarcar para Montevideu: Nas mãos deste homem foi apreendido o plano contra-revolucionário [manchete acompanhada de foto do suspeito, indicada por uma grande flecha] (30 nov. 1964, capa); Alberi caçado na fronteira argentina. Guerrilheiros presos usavam armas tchecas. Gen. Justino: - Exército já sabia da trama subversiva (30 mar. 1965, capa); Kennedy: - Miséria é ainda mais perigosa que comunismo (26 nov. 1965, capa); III Exército mostra comunismo no Brasil (29 nov. 1965, p.10); Vereador se confessou comunista e exército agora quer certidão (01 dez. 1965, p. 18); Caçada monstro a “Che” Guevara (23 jul. 1966, capa); Abelhas subversivas atacam fiéis no interior de Minas (31 ago. 1966, p. 8); Astrólogo antecipa 67: Fidel será trucidado (03 jan. 1967, capa); A violenta China de Mao (11 jan. 1967, capa); China ameaça destruir EUA (17 jan. 1967, capa); Ibá: OLAS estimula a agitação. Subversivos sem vez aqui (28 ago. 1967, capa); Vivo ou morto [ao lado da foto de Ernesto “Che” Guevara e do cartaz

do governo boliviano oferecendo a recompensa a quem entregar o “guerrilheiro”] (19 set. 1967, capa); Terrorismo na Colômbia: Cuba já está vingando a morte de Che [única manchete na capa, apresentada junto com uma foto de Fidel Castro discursando com uma grande bandeira com o rosto de Che ao fundo] (20 out. 1967, capa); Mundo comunista convulsionado (23 maio 1968, p.8); Terrorismo em São Paulo: Exército denuncia plano comunista (23 abr. 1968, capa); SP: Líderes comunistas reconhecidos no assalto (14 ago. 1968, capa); Invasão divide bloco comunista (27 ago. 1968, capa); Os fascistas chegaram de vermelho (21 set. 1968, caderno de cultura, p. 2); Navio cubano foi capturado (21 nov. 1968, capa); DSSI procura guerrilheiros [foto de três deles estão estampadas abaixo da manchete] (ZH, 23 nov. 1968, capa).

Certamente houve variações, ao longo do período, na presença do comunismo e do anticomunismo, seja no noticiário, nos editoriais ou em outras partes do jornal. De qualquer forma, independente da quantificação precisa de tal presença, podemos afirmar com segurança, embasados no que apresentamos até aqui, a sua forte existência, ecoando o discurso oficial que legitimava suas ações com base no perigo vermelho.

No final de 1968, o jornalista Carlos Castello Branco (colunista do *Jornal do Brasil*, reproduzido em *Zero Hora*, junto ao noticiário político nacional, desde 11 de julho deste mesmo ano) escreveu duas lúcidas e significativas colunas que nos trazem novamente à questão central da legitimidade e do uso utilitarista do anticomunismo. Estes dois artigos representam mais uma das “brechas” do jornal em que críticas emergiam contrapondo-se ao discurso hegemônico reiteradamente filiado aos argumentos da ditadura.

A primeira, publicada em agosto, comenta as repercussões no Congresso brasileiro com a invasão da Tchecoslováquia pela URSS. O jornalista afirma que, tanto na ARENA quanto no MDB, as análises estão mais voltadas para os reflexos na política brasileira, do que para os resultados na política internacional, no sentido de que tal invasão reacenderia as “velhas teorias” que justificam a dureza do governo com base na permanente expectativa de conflitos. Segundo eles, estas teorias estariam silenciadas desde a posse de Costa e Silva. Entretanto,

[...] seus defensores, que aos poucos silenciaram, poderiam encontrar agora uma base de reparação. Com ares de triunfo, o deputado Clóvis Stenzel [ex-colunista de *Zero Hora*] foi a tribuna saudar na invasão da Tchecoslováquia a “comprovação cabal de que a linha dura tem razão”.

O secretário-geral do MDB, deputado Martins Rodrigues opinava que “sem dúvida esse triste episódio ajuda aos duros”, os quais passariam a invocar o exemplo checo para reavivar as teorias mencionadas e alegar que não há ambiente para o vício das idéias liberais. [...] (ZH, 22 ago. 1968, p. 8).

Entendemos que este silêncio foi mais aparente do que real, pois Costa e Silva, antes de completar dois anos na presidência, instaurou o mais pesado ato institucional. Podemos afirmar junto com a historiografia, como já comentado no segundo capítulo, que o discurso

anticomunista foi uma das principais tônicas legitimadoras dos dois primeiros generais-presidentes do governo pós-1964 no Brasil.

A segunda coluna de Carlos Castello Branco é ainda mais clara. Com o título de “Ocupação ideológica e fisiológica do govêrno”, ele inicia referenciando-se ao governador de São Paulo, Abreu Sodré, que após anunciar que revelaria graves denúncias sobre planos terroristas para a tomada do poder no país, voltou atrás, com uma simples advertência. Na opinião do colunista do *Jornal do Brasil*, o governador teria exagerado nas interpretações das informações acerca do terrorismo em seu estado. Na continuação, ele afirma:

Afinal de contas, atos subversivos de esquerda e de direita são de certo modo a rotina da vida moderna e a polícia e demais órgãos de segurança desenvolvem suas táticas e ampliam seus instrumentos de luta em correspondência aos riscos que vão sendo criados.

A conspiração de direita não parece existir, na medida em que se pense na articulação de uma rêde subversiva visando a derrubada do presidente da república e à mudança das instituições. Não há aparente grupos militares e civis enredados numa ação dêsse tipo.

No entanto, há uma ação e uma pressão política de cunho direitista, que se não se instala dentro do Govêrno está, pelo menos, sólidamente situada nos seus flancos.

Não há necessidade de rodeios. Essa gente está no dispositivo militar e exerce o contrôle do aparelho de segurança, embora encontre cobertura de setores civis clássicos no apoio às formações anticomunistas. Eles não querem conquistar o Govêrno, simplesmente porque já se acham no Govêrno, mas querem se consolidar nos postos em que se acham e, se possível, melhorar sua posição, ampliando sua área de influência.

Duas motivações principais podem ser encontradas pra tal fato: uma de natureza ideológica e outra daquela natureza que os políticos classificaram de fisiológica.

Depois da revolução, como se sabe, dezenas de militares assumiram postos de administração e passaram a comandar setores administrativos da maior importância. Pouco importa que a grande maioria seja de oficiais da reserva, pois na verdade eles estão nos postos em função de sua situação de militares. Eles passaram a ver o País e as coisas sob outro prisma e, como aquele velho exército pessedista que levou trinta anos plantado nos postos de administração pública, não querem ser agora desalojados. Essa é a motivação fisiológica da atitude militar em relação à liberalização da vida pública, isto só, à sua devolução aos civis.

Ideologicamente, o motivo é o mesmo de sempre, a necessidade de manter o País mobilizado na luta contra a subversão comunista. É claro que em 1964 havia legitimidade na reação militar que, como de outras vêzes, foi pleiteada e desejada pelas classes dirigentes e pela grande maioria da classe média do País. Já agora, essa mobilização tem algo de natureza de todos os sistemas de repressão ao comunismo propostos ou praticados no correr do Século XX. A doutrina da guerra subversiva é, como foram as outras, um instrumento terrorista contra a sociedade civil destinado a acobertar a permanência dos militares no poder, sob o pretexto de que só eles estão preparados para impedir a ascensão do comunismo.

Na sua essência, há a mesma descrença na eficácia dos instrumentos democráticos que caracterizou o fascismo. Embora a doutrina tome como ponto de partida a preservação da democracia.

Alguns chefes militares dão-se conta perfeitamente dêsses riscos. Ainda ontem ouvi de um general reflexões sobre os erros que vão sendo cometidos pela atual geração de oficiais das Fôrças Armadas. Através dêles, deforma-se, segundo disse, a imagem da instituição militar brasileira. Essa imagem, acrescentou, vai se comprometendo não só perante os contemporâneos mas no próprio contexto da história do Brasil, onde ela tem uma marca de nobreza (ZH, 21 set. 1968, p. 8).

Apesar do tom conservador e da demonstração de concordância com a justificativa anticomunista para “revolução”, as palavras do jornalista são bastante lúcidas e críticas. Ele situa o anticomunismo, quatro anos depois do golpe que contou com o apoio de amplos setores nacionais, como justificativa ideológica, como instrumento terrorista para acobertar a permanência dos militares no poder. E também reafirma uma das principais contradições desta “doutrina”, o fato de demonstrarem a descrença na democracia ao mesmo tempo em que se proclamam os seus mais altos defensores.

Uma voz externa, dentro de *Zero Hora*, durante o próprio período sob análise, reafirma uma das principais ideias deste trabalho; demonstra a permanência do anticomunismo desde a tomada do poder até o AI-5 como argumento legitimador; e o faz nas páginas do periódico que, como vimos demonstrando, colaborou com tal ideário através de seus escritos diários dedicados à população de Porto Alegre e seu entorno.

Nos meses de novembro e dezembro, nos dias que antecederam a instauração do Ato Institucional nº 5, o mais forte instrumento de repressão da ditadura, *Zero Hora* negava a existência de uma crise, a despeito dos importantes acontecimentos no Congresso, com as tentativas de cassação do deputado federal Márcio Moreira Alves e todas as agitações que já marcavam o ano de 1968.

“[...] Diminui a olhos vistos, dia a dia a área de manobra dos políticos profissionais e, o que é pior, o seu mercado de emprêgo. Porque o país não está em crise, o País cresce” (*ZH*, 16 nov. 1968, p. 4). Assim termina o editorial não assinado que nega a existência de crise e já começa a propagar aquela que seria a tônica da segunda grande estratégia de legitimação da ditadura: a ênfase no crescimento econômico do país.

Nesta mesma linha, poucos dias depois, encontramos o editorial não assinado denominado “Panorama”:

Razão assistia ao presidente Costa e Silva quando negava a existência de uma crise; razão assistia ao ministro Souza Mello, da Aeronáutica, quando disse em Pôrto Alegre que a situação política não se desanuviara porque simplesmente nunca estivera anuviada.

A verdade é que o gôverno controla plenamente a situação em todo o País. Os eventuais atentados terroristas, ocorridos ou que possam ainda vir a ocorrer, são fatos isolados e cujos autores já começaram a ser descobertos e caçados. Não se procure buscar intranqüilidade, com afirmações de que o regime está em perigo. E a prova mais consistente da estabilidade brasileira é o interêsse com que nos procuram investidores e financiadores, governamentais e privados, de todos os países desenvolvidos (*ZH*, 21 nov. 1968, p. 4).

A cobertura dos acontecimentos sobre a referida cassação do deputado é discreta, principalmente nos editoriais, que se esvaziaram de conteúdo político nos primeiros dias de

dezembro. No dia 13 de dezembro, a capa anuncia simplesmente: “Desfecho do Caso Márcio: País está em expectativa” (*ZH*, 13 dez. 1968, capa); sem nem mesmo informar que a requerida licença para processar o deputado havia sido negada pela Câmara, notícia que só encontramos no interior do jornal.

No dia 14, sábado, podemos ler na capa “Decretado recesso do Congresso. Subversão determina medidas excepcionais: novo ato dá plenos poderes ao governo” (*ZH*, 14 dez 1968, capa). Os três editoriais desta edição se recusam a comentar a realidade política brasileira, tangenciando-a com outros assuntos. Talvez por medo, talvez em virtude da força repressiva da censura já em ação; não sabemos. O fato é que na segunda-feira, dia 16, a opinião do jornal volta a ser explicitada e encontramos, outra vez, o apoio à ditadura.

Na capa, o principal interlocutor do Congresso com *Zero Hora*, o ex-colunista do jornal e agora deputado, Carlos Stenzel, surge em foto e palavras: “Stenzel analisa situação: - Ato existirá até acabar subversão. Estados apóiam” (*ZH*, 16 dez. 1968, capa). Segundo os editoriais do jornal, os responsáveis pelas medidas de força são claramente os subversivos e os políticos que ousaram desafiar o governo “revolucionário”. Ary de Carvalho, em sua coluna intitulada “Reorganização”, não declara apoio irrestrito, porém não oferece oposição. Após responsabilizar os políticos, afirma:

[...] Está agora o presidente da República com poderes extraordinários que lhe permitem não somente assegurar a ordem política e social, mas também eliminar o desperdício, equilibrar o orçamento e realizar uma obra administrativa à altura das aspirações nacionais – fator básico – este sim, para reorganização política do Brasil (*ZH*, 16 dez. 1968, p. 4).

Ao lado de seu texto, encontramos uma longa exposição de Miguel Reale, jurista brasileiro, comentando o preâmbulo do ato, que proclama a “retomada do processo revolucionário”. Na sua conclusão, ele reafirma quem são os responsáveis por tal expediente e também tenta ver de forma positiva o futuro que os novos poderes ditatoriais acabavam de possibilitar:

[...] O presidente Costa e Silva, penso eu, foi mais forçado pelas circunstâncias do que impelido por tendências pessoais a soluções de força. O certo é que há uma situação de fato, cujas raízes devem ser buscadas mais no comportamento de estudantes e mestres agitacionistas, de padres afoitos e de políticos irresponsáveis, na “euforia revanchista”, que reuniu num mesmo saco os iluministas da Igreja, os “revolucionários” da esquerda festiva, os stalinistas, os trotskistas e os terroristas da linha chinesa.

Pois bem, dessa situação de fato é mister tirar algo de definitivamente útil para a Nação, penetrando-se mais a fundo na infra-estrutura da crise social que, há tanto tempo, nos assoberba. Sem essa mudança de atitude em face dos problemas, tudo volverá ao ciclo que acaba de ser encerrado, revelando-se, mais uma vez, ilusória a “retomada do processo revolucionário” (*ZH*, 16 dez. 1968, p. 4).

No encerramento, em dezembro de 1968, de um ciclo que havia iniciado no golpe de 1964, no qual ainda havia possibilidade de publicação de algum tipo de crítica à ditadura civil-militar, *Zero Hora* age da mesma forma de quando começara, com uma atitude colaboracionista aos detentores do poder. O jornal continuava a produzir e reproduzir as representações que colocavam a ideologia comunista como a grande inimiga e como a responsável pelas necessárias ações repressivas do Estado, em um tipo de discurso falacioso, cujos erros eram percebidos inclusive por elementos da direita contemporânea ao diário. *Zero Hora* nasceu com o golpe civil-militar e, apesar de ser a caçula da imprensa da gaúcha, demonstrou ser tão conservadora quanto ele.

#### 4.3 LA VOZ DEL INTERIOR

O jornal *La Voz del Interior* nasceu muito tempo antes do golpe que derrubou o presidente Arturo Illia. Diferentemente do caso de *Zero Hora*, o periódico escolhido para ser estudado na Argentina não tem sua criação vinculada nem direta, nem indiretamente, aos golpes de estado modernos. *La Voz*, como é conhecida em sua cidade natal, Córdoba, foi lançada no início do século XX e, portanto, pode gabar-se atualmente de ser um diário centenário.

Em 15 de março de 1904, Silvestre Rafael Remonda criou, em conjunto com José Dionisio Naso Prado, o primeiro diretor, *La Voz del Interior*, um periódico com apenas seis páginas e que se tornaria o mais importante do interior da Argentina. O jornal permaneceu sob o controle da família Remonda durante décadas, sendo que no período ao qual este trabalho se dedica Luis F. Remonda era o diretor. No entanto, desde 1997, a família faz parte apenas do conselho editorial, já que neste ano a empresa passou a ser propriedade do Grupo *Clarín*, o mais poderoso grupo midiático argentino.

Outra diferença que merece ser destacada desde já na comparação com *Zero Hora* é o fato de não podermos atribuir ao diário cordobês a característica sensacionalista. O primeiro e mais patente exemplo desta diferença é a capa do jornal. Enquanto o tabloide *Zero Hora*, seguindo a linha de seu antecessor, apresentava capas reverberantes, com fotos grandes e por vezes chocantes, acompanhadas de manchetes escritas para causar impacto no possível leitor, *La Voz del Interior* incondicionalmente apresentava em suas capas insípidos anúncios

classificados. Dezenas de pequenos retângulos, preenchidos com letras muito pequenas e com poucos caracteres destacados formavam o conteúdo da primeira página do jornal argentino até o final da década de setenta. Tal característica já demonstra o perfil pretensamente mais objetivo deste periódico, o que se confirma em parte com outros atributos gráficos e de conteúdo que veremos adiante.

O periódico cordobês manteve até a última década o formato de maior tamanho entre os jornais, denominado *sábana* (conhecido no Brasil como formato *standard* e nos países de fala inglesa como *broadsheet*). Os diários deste tamanho tem, por concepção, uma linha editorial mais objetiva e completa, enquanto os de tamanho tabloide seriam considerados mais sensacionalistas. Apesar de estas generalizações poderem ser usadas para uma primeira e superficial classificação na época estudada, atualmente ambos os conceitos já não se aplicam de forma tão simplista, dada a multiplicidade de órgãos de imprensa escrita e a recente grande migração para o formato tabloide.

No caso específico de *La Voz*, podemos afirmar que o jornal seguia efetivamente uma linha mais séria e mais completa, principalmente se o compararmos com *Zero Hora* e seu sensacionalismo. Na segunda metade da década de sessenta, início da de setenta, o periódico cordobês tinha uma média de pouco menos que vinte páginas por edição, sendo que nos domingos e em algumas ocasiões com mais cobertura ou com encartes especiais, este número se elevava. A edição era composta por seções (não identificadas explicitamente, mas facilmente constatadas) dedicadas a notícias internacionais, nacionais, provinciais, municipais, esportivas. Também faziam parte do jornal os classificados, informações culturais, variedades, previsão do tempo, programação de cinema e televisão, histórias em quadrinhos, etc. As reportagens, em boa medida, eram grandes – tanto que muitas vezes seu conteúdo passava para outra página – e ilustradas com fotos variadas. Em coberturas de eventos extraordinários, principalmente aqueles ocorridos em Córdoba, diversas fotos eram publicadas, sendo que algumas eram mais explícitas, demonstrando, inclusive, pessoas feridas em confrontos policiais.

Gostaríamos de destacar também, dado o uso ao longo deste capítulo, que em todo o período analisado o diário apresentou editoriais não assinados e charges. Em relação aos editoriais, um estava sempre presente, e poderíamos chamá-lo de principal devido: à sua localização no topo superior esquerdo da página, logo abaixo de um quadro com o nome do jornal, à identificação do diretor e a data; pela manutenção do seu estilo gráfico e de conteúdo; bem como por sua presença invariável. Além deste, em diversas ocasiões foram publicados, na mesma página, outros artigos de opinião, alguns não assinados, como o

principal, e outros contendo a identificação de diferentes pessoas. Não constatamos, apesar de haver alguma repetição de nomes, uma periodicidade de colunistas externos.

As charges também eram uma constante. Existiam duas por edição: uma denominada “*ASI ES*”, que versava sobre os mais variados assuntos, normalmente vinculados a vida provincial; e outra identificada como “*CAMPO AFUERA*”, que, como o nome já denuncia, habitualmente tratava de questões vinculadas à agropecuária e à vida no campo. Ambas eram de qualidade gráfica superior, apresentavam uma perspicácia aguçada e um alto nível de comicidade, comparável as da grande imprensa brasileira da época, cujos exemplares ilustram o primeiro capítulo deste trabalho.

Apesar de intensa busca por estudos mais detalhados sobre o jornal, especialmente sobre suas vinculações políticas nos diversos contextos pelo qual passou, não encontramos livros, capítulos, artigos, teses ou dissertações que se debruçassem sobre este importante periódico provincial. Afora citações menores, tivemos acesso apenas a um livro cujo último capítulo, escrito por Muriel Balbi e María Victoria Barrera (2001) dedica-se a fazer uma análise do discurso de dois diários cordobeses – *Los Principios* e *La Voz del Interior* – porém, no âmbito do golpe de estado de 1976, o último da Argentina.

Portanto, podemos afirmar com relativa segurança que a pesquisa e análise que desenvolvemos é inédita por focar, a partir da história comparada, um jornal pouco estudado, em um período que normalmente é relegado – a ditadura civil-militar de 1966 – e com um objeto específico não considerado de forma sistemática pela historiografia e ciência política argentina: o anticomunismo.

Balbi e Barrera (2001, p. 328), no referido capítulo no qual revisam sua “tese de licenciatura”<sup>80</sup>, afirmam que *La Voz del Interior*, desde seu surgimento, foi concebida com uma proposta editorial que buscava ser independente e que tentava trazer em suas páginas questões populares que não encontravam espaço na imprensa cordobesa de então. Tanto que o seu subtítulo, presente apenas na capa, era “*Diario Independiente de la Mañana*”. Desde os seus primórdios, o jornal tinha uma posição crítica e inovadora frente às estruturas tradicionais do poder político, policial, jurídico e clerical. Exemplo disto foi sua postura nos episódios da Reforma Universitária, em 1918, quando apoiou os estudantes em seus protestos na capital da província.

Segundo elas, o jornal manteve esse caráter opositor até fins da década de sessenta, início de setenta, quando houve uma renovação geracional em sua equipe de jornalismo. Com

---

<sup>80</sup> O equivalente no Brasil é o trabalho de conclusão de curso de bacharelado, incluindo pesquisa.

a crise agravada após a morte de Perón e enfrentando permanentes ameaças, que culminaram no atentado de 1975<sup>81</sup>, o diário abandonou aquele perfil.

A característica local (e não nacional) de *La Voz del Interior*, que supõe um contato mais direto com o cotidiano específico e a construção de vínculos mais profundos com a comunidade, traz outro exemplo em que o jornal demonstra seu posicionamento opositor. Ao supostamente representar a opinião pública, ao mesmo tempo em que contribuía para formá-la, o periódico se colocava frontalmente contra a intervenção federal na província de Córdoba. O centralismo portenho, antigo problema na história da Argentina, era duramente criticado nas páginas do jornal, principalmente no que se refere à instalação, ordenada pela capital, de políticos no governo local.

Porém, como defendem as duas pesquisadoras, posicionamentos opositoristas como esse cessaram no início de 1976. Elas sustentam a hipótese de que

*los periódicos analizados [além de La Voz del Interior, elas estudaram o diário Los Principios] contribuyeron a otorgar legitimidad al golpe de Estado de 1976, presentándolo como la única salida posible a la crisis de gobernalidad planteada en el mandato de Isabel Perón, al construir en sus discursos una realidad entendida como un “estado de necesidad” que hacía necesaria la irrupción de las fuerzas armadas en el gobierno. [...]* (BALBI; BARRERA, 2001, p. 326).

Para chegar neste ponto, as autoras destacam a evolução da caracterização realizada pelo periódico em relação às Forças Armadas. Em dezembro de 1975, três meses antes do golpe, elas são consideradas instituições encarregadas de executar a luta contra a subversão, em um ambiente cada vez mais caracterizado como caótico e violento. Nesse momento, fortes críticas eram dirigidas ao governo de Isabel Perón, atacado por sua incapacidade de reprimir as fontes da violência na sociedade. Conforme Balbi e Barrera (2001, p. 340), *La Voz*, em seus editoriais, distinguia dois grupos: a ultraesquerda – de origem comunista, rejeitados pela sociedade que “*rechaza sus designios*” por ser contrária a tradição “*occidental e cristiana*”; e a ultradireita, igualmente criminosa, mas que exercia o que o jornal denominava de “*violencia protegida*”, ou seja, uma violência encoberta pelo Estado, que, além disso, seria o responsável por gerar a primeira, como “*su reacción de pareja intensidad e inversos sentido*”. No entanto, ainda não se considerava conveniente que os militares assumissem o poder político, já que sua

---

<sup>81</sup> Ocorrido em janeiro de 1975, quando a província estava sendo governada por um interventor nomeado pelo governo peronista. Foram detonados explosivos na sede da planta gráfica do jornal, o que danificou seriamente seus equipamentos, em uma ação assinada pela *Triple A* (Aliança Anticomunista Argentina, grupo de extrema-direita). Conforme reportagem do jornal *La Nación*, acessada em <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=581683](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=581683)>, em 08 de agosto de 2010.

função seria defender a pátria e eles supostamente não estariam preparados para as fissões oriundas do exercício do poder, tarefa que deveria ser realizada pelos partidos políticos.

Com o agravamento da crise nos meses posteriores, a postura do jornal se modifica e ele passa a representar as Forças Armadas como única instituição da nação com a grandeza suficiente para sobrelevar os interesses sectários e, portanto, salvar a pátria da desintegração em que se supostamente vivia. Tendo os militares assumido o governo em março de 1976, suas ações ganham destaque positivo e são tratadas como saneadoras e moralizadoras da situação nacional. O jornal acaba construindo representações que legitimam as ações do novo governo, destacando as Forças Armadas como únicos atores capacitados para conduzir a tarefa de “Reconstrução Nacional”.

Em resumo, as autoras argentinas encerram destacando que *La Voz del Interior* manteve sempre uma postura de defesa do sistema democrático, afirmando sua preferência por soluções políticas para os graves problemas do país. Porém, o governo de Isabel Perón não corresponderia ao conceito de democracia postulado, devido à situação de deterioração das instituições, de corrupção, de violência e de desrespeito pela Constituição. Com isso, quando, em fevereiro de 1976, as possibilidades de um golpe ganhavam cada vez mais força

*el diario cae en una paradoja ya que, por un lado, sostiene la inconveniencia de quebrar el orden constitucional pero, por otro, da por agotadas las soluciones políticas e institucionales. Resuelve dicha paradoja postulando una supuesta diferencia entre lo que entiende como la toma del poder por parte de las Fuerzas Armadas – que con su nuevo estilo militar vendría a emprender la tarea de la Reconstrucción Nacional – y “el golpe” que correspondería al pasado, a las anteriores intervenciones militares en las que “el golpismo” se habría transformado en una suerte de “deporte nacional” fomentado por civiles que lo utilizaban para sacar provecho y ventajas personales (BALBI; BARRERA, 2001, p. 349).*

Desta forma, percebemos que o jornal, no que se refere ao último golpe, tem um posicionamento que reafirma a concepção, bastante generalizada na Argentina de então, de que não havia saída legítima para o país senão o próprio golpe. Ele descreve um panorama desolador, a despeito da proximidade de eleições e das más experiências – inclusive recentes – com governos militares e apoia a saída da ruptura institucional, reafirmado as concepções de que os problemas políticos não podiam ser superados pelas regras deste mesmo sistema.

Seguindo as afirmações de Balbi e Barrera, poderíamos supor que *La Voz del Interior* teria apresentado uma postura opositora em relação ao golpe civil-militar anterior, o de 1966, e a ditadura comandada em grande parte por Onganía (o foco argentino deste estudo). Nossa pesquisa, como veremos adiante, demonstra que, em parte, a generalização estabelecida pelas autoras está correta e pode ser aplicada em boa medida ao período 1966-1971. No entanto,

esta oposição não é uma constante tão linear como o texto das duas pesquisadoras pode sugerir. A realidade, sempre avessa a generalizações, apresenta incontáveis nuances, nem sempre claras, mas que demonstram as variações no comportamento das pessoas e das instituições. Com o jornal sob estudo não foi diferente. Em nossa análise do posicionamento político de *La Voz del Interior* podemos identificar dois períodos macros que servirão de base para as subdivisões deste capítulo: um é o período compreendido entre o golpe e o *Cordobazo*; o outro é o período entre este evento e o fim do governo Levingston. Antes de demonstrarmos nossa análise sobre estes dois períodos, apresentaremos um levantamento que expõe as principais linhas político-ideológicas do jornal, com ênfase na presença do anticomunismo e no posicionamento diante do governo Illia.

#### **4.3.1 Anticomunismo, Antiperonismo e Pró-radicalismo**

Não podemos de forma alguma negar a presença da oposição ao comunismo nas páginas de *La Voz de Interior*. Certamente o jornal não compartilhava os princípios desta ideologia, e demonstrou sua oposição em diversos momentos, porém sem alarde. O que interessa aos objetivos deste trabalho é o uso dado a tal posicionamento. Mais precisamente, queremos entender quais analogias podem ser estabelecidas com a cobertura realizada por *Zero Hora* em relação ao golpe e à última ditadura civil-militar brasileira e a cobertura do jornal cordobês, no que se refere ao golpe que derrubou Arturo Illia em 1966 e a ditadura civil-militar que se seguiu. Também foi o anticomunismo um importante argumento legitimador no caso argentino? Como vimos no capítulo precedente, apesar de sua presença inegável nos discursos oficiais, seu papel legitimador não foi tão central como no caso do Brasil. A postura de *La Voz de Interior* é o que apresentaremos nas próximas páginas.

Como afirmamos, o jornal não compartilhava da ideologia comunista. Alguns exemplos demonstram esse alinhamento ao mundo capitalista, bem como as representações opositoras ao bloco comunista.

O primeiro deles é um excerto de um editorial não assinado, portanto representante da opinião institucional do periódico, que comentava a Assembleia Tricontinental realizada em Havana no início de 1966:

[...] *América tiene instalado el comité internacional para conspirar contra la concordia de sus habitantes bajo la inspiración de los rojos y la advocación del*

*martillo y de la metralla. Y así no se elija la capital cubana como sede, y en pago o reconocimiento a la gestión castrista, no hay dudas de que se ha conseguido oficializar la violencia como el método más efectivo para subordinar voluntades. Al lado de los guerrilleros que atacan poblaciones y matan inocentes para fundar con el miedo y con la represalia los focos subversivos a lo largo y a lo ancho del Continente, está las células bolcheviques organizadas para destruir la democracia y ahora con el rótulo oficial que les ha concedido la conferencia instalada en La Habana. [...] tal vez no sea exagerado vaticinar para el futuro de los pueblos americanos la crisis que los desintegre para el beneficio de los apátridas reunidos en el Caribe. Salvo que los pueblos americanos procuren la terapéutica urgente para destruir el cáncer (LV, 12 jan. 1966, p. 8).*

Neste editorial denominado “*AMERICA AMENAZADA*”, o jornal sugere um clima de medo, de franca ameaça dadas as conclusões do encontro de Havana. Ao fazer isso, ele demonstra a inconveniência da opção dos comunistas pela violência e faz um chamado ao abstrato “povo americano” para que se ache uma solução a este “câncer” – em uma metáfora com a doença comumente utilizada nas representações anticomunistas.

Em meio ao contexto de um mundo dividido pela Guerra Fria, o jornal era permeado por reportagens que se referem à temática comunista, como aquelas sobre o Vietnã, Cuba, URSS, infiltrações nos países latino-americanos, etc. Grande parte destas notícias eram oriundas das agências internacionais e de modo geral demonstravam em seu conteúdo o alinhamento ao “mundo ocidental”. Entretanto, *La Voz de Interior* não se furtava de dar sua opinião de forma mais direta. Apesar de os editoriais não versarem comumente sobre esta temática, quando o faziam, eram tão explícitos quanto o citado anteriormente e quanto o que apresentamos a seguir.

No final de maio de 1966, o principal editorial não assinado é intitulado de “*El mundo alerta*”. Mais uma vez o jornal descreve uma situação bastante ameaçadora em todo o globo e foca sua argumentação em um culpado: o comunismo.

*Sociólogos, historiadores y etnólogos han pronosticado que la situación imperante en la franja peninsular del Vietnam, de no arribarse a un acuerdo pacífico entre los bandos en lucha, podría desatar una tercera guerra mundial. [...] Vietnam en un extremo y Cuba en el otro sostienen la tea incendiaria y a las orillas de sus feudos los intereses de los otros estados comprometidos soplan y avivan la llama. Y la Juventud del mundo, las generaciones en las cuales la Humanidad tiene depositada sus esperanzas, ha comenzado a quemarse a su calor devastador. Sorda, implacablemente, los personajes mueven los hilos entre los bastidores del inmenso proscenio. Y declaman que sostienen un ideal. Y ponen en cañón y la bomba y los gases para proclamarlo. Frente al tremendo desafío se opone el fervor de los que trabajan en concordia para afianzar la prosperidad de su patria. Quizás y Dios lo quiera, la única arma noble que le resta al hombre para defender a la Tierra (LV, 30 maio 1966, p. 10).*

Também neste editorial, como o fez em outros, *La Voz del Interior* demonstra sua opinião claramente opositora ao comunismo. Aqui, como em *Zero Hora*, os riscos de um

conflito mundial generalizado são destacados e o comentário do periódico acaba por constituir-se em uma mensagem que utiliza a estratégia do medo para mobilizar a população contra o perigo vermelho.

No entanto, apesar do alinhamento com o lado capitalista do globo, a postura do matutino cordobês é distinta de seu par gaúcho. Aquela instituição demonstra que a inconformidade com a ideologia comunista, não redundava, necessariamente, em uma postura golpista ou antidemocrática.

Como último exemplo da presença opositora ao comunismo no diário estudado, apresentamos um artigo assinado por Angel Vargas<sup>82</sup>. Publicado no centro da página de editoriais, o referido artigo denomina-se *Ubicándonos Frente a un Problema*; título que aparece abaixo da inscrição “Para *La Voz del Interior*” demonstrando sua origem externa ao jornal. Apesar de não se tratar de uma opinião institucional direta, como são os editoriais não assinados, interessa-nos o fato de que o diário permitiu a presença deste que foi, no período pesquisado, um dos mais claros textos anticomunistas publicados; tanto que foi acompanhado por uma ilustração que pretendia demonstrar a densidade e a localização do comunismo nas três Américas (figura 32). Além disso, o artigo alinha-se aos editoriais apresentados acima que, apesar de não serem frequentes, são demonstrativos do posicionamento do periódico.

Inicialmente, Angel Vargas afirma:

*Los comunistas rusos se refieren con sorna a la “ideinai nischeta antikommunizma” (pobreza ideológica del anticomunismo) y eso es lo único que puede lograrse de la discusión doctrinaria y de la convivencia intelectual, con que se pretende alternar y coexistir con el extremismo apátrida más falso e inhumano que recuerde la historia. ¿Hay o no comunismo en la Argentina? ¿Es o no un peligro inmediato en el país? ¿Cuenta en la peligrosidad del marxismo-leninista la habilidad sobre la cantidad? Si hacemos un inventario, por sintético que sea, de los hechos ocurridos en los últimos tiempos, que se continuaron como consecuencia de la apresurada comunistización que se ejerció durante el régimen frondizista-frigeirista [em referência ao ex-presidente Arturo Frondizi e seu parceiro político Rogelio Frigelio, suposto responsável por sua aproximação com o peronismo], tendremos la respuesta, no por indirecta menos clara y categórica.*

Após a introdução, o autor localiza cronologicamente este problema que, segundo ele, a despeito de ser oriundo da Rússia, China ou Cuba, deveria ser resolvido de modo estrito e categoricamente argentino. São citados casos de descobertas de acampamentos comunistas do *Ejército Guerrillero del Pueblo*, integrados por jovens cordobeses e portenhos; casos de infiltração comunista no meio empresarial e, principalmente, no *Instituto Movilizador de*

<sup>82</sup> Não foi possível encontrar informações acerca deste autor. Para os interesses da pesquisa, no entanto, mais importante é o conteúdo de seu artigo e o fato de ele ter sido produzido para *La Voz del Interior*.

*Fondos Coopertativos*, tudo denunciado pelos mais diversos meios. Depois disso, o autor conclui que:

*El peligro es inmediato y real, esto se ha dicho y se sigue repitiendo desde hace años, el comunismo esta actuando en todos los círculos y estratos sociales y hasta en instituciones y poderes en las tres Américas y naturalmente, también en la Argentina. Países como Paraguay, Costa Rica, Ecuador y Honduras, donde el comunismo estaba hace poco numéricamente ausente, poseen actualmente células que trabajan activamente sobre directivas llegadas de países vecinos donde el extremismo abunda, cuando no de Cuba directamente. En el plan para neutralizar su acción no puede haber equivocaciones, se está frente a dirigentes comunistas millonarios y a agitadores muy bien pagados, que actúan en combinación con activistas y espías que operan al resguardo de "placets" diplomáticos, con falsos turistas y con agentes internacionales infiltrados clandestinamente al país. Ese es el problema frente al cual necesitamos ubicarnos con serenidad, con habilidad, actuando con energía, pero con sentido de justicia, sin confundir a liberales con nihilistas, en defensa de la soberanía, de la libertad y de la democracia, que tanto costó conquistar para nosotros a las generaciones próceres de 1810 (LV, 29 ago. 1966, p. 10).*

Como afirmamos, o texto foi acompanhado por um mapa, assinado pelo próprio autor, o qual reproduzimos a seguir.



FIGURA 32 - Mapa do comunismo nas Américas (LV, 29 ago. 1966, p. 10).

Os pontos pretos indicam a localização do comunismo e sua densidade é demonstrada pela maior ou menor quantidade de pontos. Pode-se perceber que todos os países representados apresentam “focos” de infiltração comunista. Cuba, como não podia ser diferente, tem a maior densidade. A Argentina tem “focos” na região da capital Buenos Aires, na região central de Córdoba (local de maior densidade) e nas fronteiras com Chile (província de Mendoza), Paraguai e Bolívia (região das províncias de Formosa, Salta, Jujuy e Tucumán). Também é interessante notar que no caso brasileiro a maior densidade se localiza na região sul-sudeste, principalmente no Rio Grande do Sul, que apesar de menor densidade, aparece com quase todo o seu território ocupado. Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, também apresentam infiltração, sendo os últimos três estados os com mais densidade, de acordo com o autor.

O artigo (acompanhado pelo mapa) foi publicado dois meses após o golpe que derrubou Arturo Illia e apesar de demonstrar a perigosa presença da infiltração comunista na Argentina não a vincula ao presidente deposto. Tampouco destaca a ação das Forças Armadas como saneadoras ou salvadoras. Em verdade, nem as cita. Essa postura diferencia-se do que constatamos no caso brasileiro quando estudamos o jornal *Zero Hora* e ilustra exemplarmente o posicionamento de *La Voz del Interior* no período: periódico não comunista, que publicou eventualmente representações anticomunistas, mas que não as usou para legitimar a retirada do presidente eleito em 1966.

Demonstrada a presença de representações anticomunistas, partimos agora para apresentar o posicionamento do jornal em relação ao presidente Illia. Para tanto, analisamos os exemplares de alguns meses anteriores ao golpe<sup>83</sup>.

Podemos afirmar, desde já, que o jornal tinha um posicionamento normalmente favorável ao presidente do país. Afirmamos normalmente, pois existiram alguns casos específicos de críticas a Illia. Buscamos construir aqui uma generalização que possa sintetizar a opinião do diário ao longo do período pesquisado, mas é preciso destacar que este procedimento acaba sempre reduzindo a complexidade da realidade, deixando de lado nuances que efetivamente existiram.

Este perfil favorável fica ainda mais evidente quando cotejamos *La Voz del Interior* e boa parte da grande imprensa argentina, principalmente no caso da revista *Primera Plana*,

---

<sup>83</sup> Foram pesquisados os seguintes meses: abril de 1964 – repercussão do golpe no Brasil; novembro de 1965 – saída de Onganía do governo; janeiro, maio e junho de 1966 – meses de acirramento da crise que culminou com o golpe contra Illia.

cujo posicionamento destacamos no primeiro capítulo. Não encontramos no jornal cordobês aquelas caracterizações elaboradas pela oposição “liberal conservadora” – a quem a imprensa se aliara – que desprestigiavam o governo de Illia. As críticas referentes ao vazio de poder, ao simplismo, à ingenuidade, à indecisão, à improvisação ou à lentidão do presidente da república não ecoavam de forma alguma em *La Voz*. As imagens cômicas e cheias de crítica que representavam o presidente como uma tartaruga ou com uma pomba sobre sua cabeça passavam longe das páginas do principal jornal da província natal de Illia.

Podemos constatar um primeiro exemplo deste posicionamento no editorial não assinado da edição de 13 de novembro de 1965; no qual o editorialista constrói um texto sobre a importância da colocação em prática do federalismo na Argentina, salientando o papel de Illia:

*El presidente de la Nación, en un reciente discurso pronunciado durante la celebración del aniversario de una ciudad del interior, tuvo especial preocupación por definir su concepto del federalismo y señalar de qué manera ese sistema que nuestra Constitución prescribe se ve totalmente desvirtuado en la práctica. Como hombre del interior, conocedor profundo de los problemas y los anhelos del país que vive más acá de Buenos Aires y de los puertos, el primer magistrado fue certero en el enfoque de la situación y claro en la manifestación de su voluntad para trabajar en procura de que ella se modifique sustancialmente, como debe ser. [...]*

*El actual gobierno ha dado pasos entusiastas y positivos en procura de corregir esa distorsión que [inlegível] a la comunidad argentina, y a través de la palabra y la presencia del presidente, ha manifestado un plausible interés por despertar al interior del letargo en que lo sumiera una política intencionadamente errónea cuyos orígenes se confunden con los de la nacionalidad. A su lado, las fuerzas vivas del país parecen cobrar conciencia de la necesidad de modificar ese estado de cosas, instalando en el interior nuevas fuentes de producción para estimular el desarrollo de zonas que, como la nuestra, por ejemplo, hasta hace pocos años persistía en explotaciones de carácter tradicional.*

*“El país se ha desarrollado alrededor de los puertos. El interior de la República necesita obras imprescindibles, porque también él contribuye al engrandecimiento del país y de ese modo al de sus habitantes. Por eso tenemos especial preocupación por el interior”. Estas palabras del presidente, que por venir de quien sabemos en qué honda medida manifiesta un íntimo anhelo, reconfortan y alientan la esperanza de que la situación se encamine, por [inlegível], por el cauce más apto para servir a los intereses generales de la Nación (LV, 13 nov. 1965, p. 8).*

Na mesma época em que estava cada vez mais generalizada a crítica sobre a inoperância do governo, *La Voz del Interior* publicava um editorial francamente favorável ao presidente. Nele o presidente é caracterizado como profundo conhecedor dos problemas do interior do país e também como alguém conhecido e confiável, cujos anseios de melhorar a situação seriam profundos; tanto que suas palavras poderiam, segundo o redator, alentar a esperança dos povos do interior, como o de Córdoba. Ademais, o texto destaca que o governo estaria dando passos entusiastas no sentido de corrigir o excessivo centralismo, em uma postura positiva e rara na comparação com os governantes anteriores.

Este posicionamento favorável em relação ao presidente radical denota, em boa medida, o apoio ou até mesmo a aliança da direção do jornal com a *Unión Cívica Radical del Pueblo*, a UCRP, partido de Illia. Durante nossa estada em Córdoba, alguns dos pesquisadores com os quais conversamos afirmaram a existência de uma histórica relação entre o antigo jornal e o radicalismo. No entanto, para corroborarmos de forma definitiva tal afirmação, sofremos, como já indicamos, a falta de bibliografia suficiente. O editorial cujas partes principais transcrevemos abaixo, somado a constatação de um apoio a Illia nos diversos meses pesquisados – postura distinta dos outros órgãos da imprensa de então – parecem sugerir que efetivamente existia uma proximidade entre *La Voz* e o radicalismo *del pueblo*.

No principal editorial não assinado da edição de 17 de novembro de 1965, intitulado “*Lamentable Espectáculo*”, o jornal objetiva demonstrar seu desagrado com o recente enfrentamento ocorrido entre dirigentes de diferentes núcleos do partido radical de Córdoba. Para tanto, ele exalta o passado desta agremiação e a oportunidade ímpar em que essa vivia, devido ao fato de ocupar a presidência da república.

*Bajo la dirección de hombres con jerarquía de conductores que, desgraciadamente, ya han desaparecido, el radicalismo de Córdoba constituyó una de las fuerzas políticas más ponderables y efectivas dentro del panorama nacional. Y ahora, como contrafigura de lo que ha venido siendo a través de un largo historial cívico, está ofreciendo un espectáculo lamentable. [...]*

*Con esta agrupación el radicalismo dividió honores y triunfos en ásperas luchas cívicas, disputándole mano a mano el poder, que le fue quitado, cuando pudo proyectarse en una acción de real envergadura, por efectos de revoluciones que venían a interrumpir el curso normal de la vida de la Nación. Córdoba se convirtió progresivamente de feudo conservador en provincia radical y pudo exhibir ante el país el mérito de sus blasones ciudadanos, que sostuvo y defendió con entereza hasta en los días difíciles de la dictadura [referência ao governo de Perón]. Y puede afirmarse, con toda razón, que el radicalismo, en Córdoba, como en todo el país, es el único partido tradicional que pudo subsistir a la atomización provocada por la acción de la dictadura y mantener en pie la fuerza de gravitación electoral que le permitió volver al poder cuando se restableció el orden constitucional e institucional. La dictadura, gracias a la acción del radicalismo, no pudo formar el partido único con que pretendía perpetuarse y para cuya organización tomó como base la acción política de la C.G.T., organizada para su servicio y gravitando sobre cuatro millones de trabajadores.*

*El radicalismo en Córdoba, como en todo el país, es la gran fuerza cívica que ha servido de bandera para la defensa de la democracia y que ha logrado refirmar la vida institucional en estos últimos años, dando al pueblo una seguridad de orden, de tranquilidad y de paz. El pueblo le ha apoyado en su gesta reivindicadora y ha depositado en esa agrupación su confianza para seguir adelante sin tropiezos. [...]*

*Las luchas intestinas han debilitado sistemáticamente a la única agrupación con principios y tradición, que mantiene su vigencia de partido político orgánico, en esta hora de esperanza que está viviendo el país, tras largos años de angustia y de zozobra en los que muchas veces ha estado a punto de volver a naufragar la democracia. No es cuestión pues, de tirar por la borda todo lo que se mantuvo con honor y dignidad en horas oscuras para la República, sino de mostrar a la ciudadanía, que en el espíritu de los dirigentes priva la voluntad de servir, más que a la agrupación política que conjunciona una fuerza electoral ponderable, a los intereses del país y del pueblo. Y en este caso, hay que saber sacrificar apetitos*

*personales y anhelos de supremacía, para mostrarse en la plena vocación republicana que hizo del radicalismo símbolo y derrotero de las aspiraciones y los anhelos populares (LV, 17 nov. 1965, p. 10).*

Apesar de a motivação do editorial e de suas palavras demonstrarem insatisfação com os conflitos internos, o histórico utilizado, bem como os adjetivos oferecidos, são bastante reveladores do posicionamento pró-radical do periódico.

O radicalismo de Córdoba, como também o nacional, foi descrito como uma das forças mais efetivas dentro do panorama nacional ao longo de sua antiga trajetória. O editorial faz sobressair, no entanto, o período peronista, ao qual denomina ditadura. Nesta época o radicalismo foi, segundo o jornal, o único partido tradicional que sobreviveu às tentativas de atomização, de formação de um partido único da ditadura peronista. Tanto que pode voltar ao poder quando se restabeleceu a ordem constitucional e institucional. Neste ponto, em que se referencia a vitória de Illia, o jornal não revela sua baixa votação nas eleições e nem a condição de proscrição do peronismo, que faz com que caracterizemos aquele momento como de semidemocracia, como já discutido no início deste estudo. Esta ausência é mais um dos aspectos que se soma na demonstração de seu posicionamento favorável ao radicalismo.

Ademais, o diário cordobês afirma que este partido seria a grande força cívica que empunhava a bandeira da defesa da democracia e que nos últimos anos (administração Illia) teria reafirmado a vida institucional, dando tranquilidade e paz ao povo que o apoiava e que depositava confiança nele.

Balbi e Barrera (2001), referindo-se a um período posterior (o da presidência de Isabel Perón durante a crise que antecedeu o golpe de 1976) também dão ênfase à exaltação que o jornal fazia do radicalismo, o que vem a colaborar com nossa interpretação:

*A su vez, también podemos observar una periódica exaltación, por parte de La Voz del Interior, de los anteriores gobiernos radicales. Se trata de resaltar cualidades de las que el oficialismo adolecería, como la de ser honestos, austeros, competentes y democráticos, aún teniendo ciertos factores en contra, como el permanente acoso de las Fuerzas Armadas y del partido justicialista (p. 336).*

Ao longo da crise nos dois meses que antecederam o golpe civil-militar que colocou Onganía no poder do país, podemos perceber a manutenção da posição favorável a Illia nos editoriais de *La Voz del Interior*. Por exemplo, quando se afirma em editorial não assinado que,

*[...] las actuales autoridades nacionales asumieron el poder con el tácito convencimiento de la opinión pública de que este período institucional abierto en 1963 podía no madurar en realizaciones de envergadura en algunos parcializados campos de la actividad del país, pero que le era irrenunciable agotar las instancias*

*en procura de una coincidencia nacional en los objetivos fundamentales de pacificación y normalización del cuerpo de la República. [...]*

*“Afirmo con la seguridad que da la convicción que emana del análisis razonado, que si mucha es todavía la distancia por cubrir mucho es también el trayecto recorrido” - ha dicho el primer mandatario. - Y en esa frase resume, quizá con más claridad que en ningún otro concepto, la circunstancia y la necesidad de una hora de nuestra historia en que nos apremian, por sobre toda otra cosa, las grandes coincidencias democráticas. A las que, casi paradójicamente, sólo se puede arribar después de andar mucha distancia, como lo sugiere la expresión presidencial, es decir a costa de dejar en el camino, para cuando oportuno atenderlos, otros asuntos que reclaman también la preocupación de los argentinos.*

*En su mensaje, donde no dejó de enfocar todos los aspectos del quehacer del país en el último año y de esbozar las iniciativas que han de encararse en el futuro, el primer magistrado ha puesto el acento con singular acierto en los temas que comentamos, porque sin duda ellos constituyen en estos momentos en eje fundamental de todos los problemas de la República y merecen una atención preferente, casi excluyente, en beneficio de la solidez de un porvenir que deberá estar fuertemente respaldado en la estabilidad y continuidad de sus instituciones para encarar obras de largo aliento.*

*El gobierno que ha rendido su balance de tres años por boca de su representante más conspicuo quizá no pueda – o no deba – vanagloriarse de realizaciones espectaculares en muchos de los terrenos en que compete actuar como representante y mentor natural de la voluntad ciudadana. Hay una responsabilidad, sin embargo, que de ninguna manera ha eludido y que aunque lo desgaste y lo sacrifique definitivamente, está llevando hasta ahora a buen término. Esa responsabilidad es la de ser menos actor que moderador. La de jugar un papel en cierto modo tangencial en algunos de los episodios de la vida política e institucional, para desarmar las tensiones y facilitar acercamientos que aunque incipientes y débiles hoy, pueden fortificarse mañana si se deja actuar con criterio y medida al tiempo mismo, que es el supremo buen componedor.*

*Esa es una tarea deslucida y poco utilitaria, que puede aparecer inspirada por una opaca comodidad. Pero es sin lugar a dudas la más importante que la Nación espera del presente gobierno, porque su feliz término depende todo lo que se aspire a realizar en el futuro. [...]* (LV, 3 maio 1965, p. 10)

O editorialista apoia a priorização do presidente na tarefa de pacificação e de normalização da vida democrática do país, em detrimento de outras atividades. Além disso, ele explica a aparente falta de ação do presidente – muito criticada por outros meios – como sendo resultado da consciência de que naquele momento seria mais importante cumprir um papel, mesmo que desgastante, de moderador do que ator; de agir de forma tangencial em determinados assuntos para aliviar as tensões e poder alcançar seus objetivos principais.

O jornal, inclusive, cita que esta atitude pode parecer “*opaca comodidad*”, mas que em verdade seria o que a nação esperava do presidente. Desta forma, além de se colocar como intérprete do povo, *La Voz* saía em defesa do comportamento do presidente, buscando explicá-lo; defesa esta que o próprio Illia não fazia, como destacamos no primeiro capítulo.

Outro exemplo desta posição favorável ao presidente, pode ser constatada no comentário sobre sua viagem ao extremo sul do país, quando o editorialista afirma:

*En ambas circunstancias [inauguração de duas obras] las palabras del doctor Illia mantuvieron el mismo tono conciliador y comprensible sobre los problemas*

*argentinos, de sus discursos precedentes. El llamado a la colaboración de todos para facilitar el éxito de la tarea que a pueblo y gobierno le competen, como así también el reconocimiento a las virtudes que distinguen al ser nacional, dentro de nuestro pensamiento democrático, constituyó parte principal de sus discursos, en el convencimiento de que la labor constructiva se hace factible donde “la libertad y la posibilidad del hombre en un ambiente de justicia” privan por sobre las comunes apetencias del individuo.*

*Su concepción del medio social en un clima de paz y de trabajo ideal, coincide con la de todo ciudadano bien intencionado que mira más allá de mezquinos intereses el destino de la patria. Por eso la insistencia del primer mandatario en señalar la vigencia de la concordia para la gran faena de hoy y mañana, importa su postura irrenunciable y la que, a pesar de los juicios encontrados que provoca por sobre todo en el ámbito político, desea hacer triunfar con fervorosa porfía. De ahí que esta intencionada repetición de conceptos sobre las normas de vida de nuestro pueblo se haya convertido casi en el motivo central de sus mensajes, en la esperanza de que las divergencias en el orden laboral, cultural y económico no provoquen la división de los individuos y por extensión de la familia argentina, más en estos tiempos cuando enconos de partidos llevan a sus partidarios a actitudes dolorosas y comprometedoras.*

*No es fácil en esta hoar [hora] crucial del mundo mantener en rumbo serenamente cuando muchos tratan de agitar las aguas para que el barco zozobre. No es fácil, tampoco, imponer dentro de los acuciamientos financieros que hacen peligrar los presupuestos hogareños un sistema de convivencia donde la austeridad y el respeto sean cláusulas que todos deben acatar. Porque aquí como en todas partes influyen poderosamente las ambiciones políticas y premeditadamente los hechos se desvirtúan atribuyéndoles causas que nunca los inspiraron. Por eso y en repetidas circunstancias e análisis de los discursos de los gobernantes son realizados con un sentido subjetivo mucho más allá de lo que pensaron o quisieron sus autores. [...]*

*Por consiguiente las expresiones del Presidente de la Nación han de tener siempre vigencia entre los argentinos, desde que se fundamentan en una profunda vocación de amor y de armonía entre los hombres, esencialmente cuando sostiene que “no son éstas revoluciones de desencuentros que se resuelven dura y sangrientamente: Son revoluciones del intelecto y del corazón” (LV, 18 maio 1965, p. 10).*

Mais uma vez as palavras do presidente da Argentina são levadas em alta consideração. Seu tom conciliador e sua reiteração da concórdia e das normas de vida do povo argentino são interpretados positivamente na tarefa de buscar a reconciliação dos mais diversos âmbitos. Aqui, outra vez, Illia é defendido pelo jornal de más interpretações, principalmente daquelas oriundas da classe política.

Nos dias que antecederam o golpe, *La Voz del Interior* repercutiu em seu editorial principal o projeto relacionado à situação nacional e os pronunciamentos do reitor e do conselho superior da *Universidad de Buenos Aires*. Tal notícia já havia sido publicada no dia 19 de junho e, posteriormente, foi comentada no editorial intitulado “*Una voz de alerta*”, no qual o periódico sustenta que:

*[...] En estos días, por ejemplo, el consejo superior de la Universidad de Buenos Aires acaba de dar una nueva y suficiente prueba de su preocupación por la República y de la lucidez de sus enfoques sociales, al denunciar con todas las letras que “se ha creado en nuestro país un clima que reviste la mayor gravedad, por cuanto no sólo aparecen sectores que propician un golpe de estado, sino que con él pretenden instaurar un prolongado régimen de fuerza sustitutivo de todo el*

*ordenamiento republicano”. Y al hacer además “un llamado a los integrantes de la comunidad nacional. Pertenecientes a todos los sectores, clases, partidos y orientaciones, para realizar un esfuerzo conjunto, firme y sostenido, tendiente a restablecer y profundizar, dándole nueva vida, la convicción esencial de que el progreso del país y su transformación en todos los órdenes sólo puede lograrse con la plena vigencia de las instituciones democráticas, como expresión irremplazable de la voluntad popular”.*

*Alguna vez en la Argentina aún sus peores enemigos y sus más acerbos críticos tendrán que reconocer muchos de los valiosos ejemplos que han emanado, para todos, de la universidad. Este que acaba de dar es el de la firmeza de las convicciones y el valor suficiente para sostenerlas cuando en muchos se han debilitado y en otros han cambiado de signo. Frente a una realidad agobiante de imprevisibles consecuencias, que algunos tratan de empujar hacia la más dolorosa y la más funesta de las definiciones porque sin duda están sosteniendo intereses y principios que son los de la civilidad, la actitud de la Universidad de Buenos Aires es la que cabe a la responsabilidad de un organismo donde se conoce, se estudia y se practica la democracia como la posibilidad más fecunda de una civilización que quiere evolucionar en libertad, porque sabe que sin esas dos condiciones primeras y fundamentales: la democracia y la libertad que ella implica, no hay futuro posible para el hombre en su expresión más cabal.*

*El llamado que la alta casa de estudios formula a toda la comunidad, denunciando a los escépticos, los impotentes y los desilusionados, no es sólo un alerta sino también un objetivo, porque retoma los enunciados de una innegable tradición republicana y los propone como el argumento más convincente para enfrentar esta lamentable situación con que algunos quieren ahogar al país. Así como la universidad sabe que desaparecidas la democracia y la libertad también desaparecerá la universidad como expresión del pensamiento libre y sin otro compromiso que la verdad, la civilidad debe saber que rotos los diques que para ciertas euforias constituyen las instituciones democráticas, todos sus derechos y todas sus posibilidades de libre determinación serán cuestionados y dificultados.*

*Por eso – y porque en esencia lo que se está jugando ahora es el futuro de todos – la ciudadanía debe recibir estas palabras del alto organismo con la receptividad con que se acogen los consejos de quien sabe y puede darlos, porque está habilitado para ello por un prestigio y una trayectoria cuya rectitud nadie puede desmentir ni empequeñecer (LV, 21 jun 1965, p. 10).*

O periódico se expressa, “fala” através do posicionamento da universidade portenha. Além de citar textualmente o conteúdo da declaração no que se refere ao plano golpista e à conclamação à comunidade nacional para que as convicções democráticas fossem consideradas como condição necessária para as transformações que o país precisava; o jornal também procura legitimar a fala deste ator, remetendo-se às suas contribuições passadas e à sua vivência democrática de então. Com isso, *La Voz* reproduz e amplia os conceitos propagados, demonstrando que seu posicionamento coincidia com o da universidade, na medida em que também se manifestava na luta engajada pela manutenção da democracia naquele momento de crise.

No dia que antecedeu o golpe civil-militar, o jornal cordobês publicou reportagem própria<sup>84</sup> sobre a visita do presidente Arturo Illia à cidade de Bell Ville, ao sudeste da província de Córdoba. A cobertura jornalística da visita ocupou duas páginas da edição. Na primeira delas a manchete estampava “*Ofreció una Cálida y Entusiasta Acogida el Pueblo de Bell Ville, al Presidente de la Nación Dr. Arturo U. Illia – Estamos al servicio de los intereses nacionales, dijo*” (LV, 27 jun. 1966, p. 10). A reportagem relatou com detalhes todo o dia do presidente em sua visita oficial a cidade, transcrevendo, inclusive, todos os discursos pronunciados por Illia. Três fotos ilustravam o evento, duas na primeira página, e uma na segunda (que foi utilizada para reproduzir um grande discurso do presidente sobre as políticas petrolíferas e agropecuárias); todas elas tinham o Dr. Illia como figura central e cercada de várias lideranças.

Em meio às colunas da primeira página dedicada à cobertura da visita, o jornal apresentou uma pequena crônica de duas colunas, em meio a uma caixa que a destacava do restante do texto. Esta crônica, intitulada “*El Fervor Popular Enmarcó la Visita del Dr. Illia a Bell Ville*”, resumia o evento em tons mais poéticos, enfocando a adesão popular ao presidente da nação. Após citar toda a movimentação desde cedo na cidade interiorana, a expectativa sobre o que o presidente poderia falar em seus discursos, tendo em vista a situação nacional, e a quantidade de pessoas nas ruas, o jornalista (não nomeado) afirma:

[...] *De la máquina descendió poco después don Arturo, como cariñosamente lo aclamaba el público. Tuvo que dar muchos apretones de mano y debió soportar los empujones del público que pugnaba acercarse a él. [...] Durante todo el trayecto las muestras de calurosa adhesión se repitieron en forma ininterrumpida y así se prologaron durante toda la jornada, alcanzando su grado máximo, cuando el doctor Illia y sus acompañantes, se dispusieron a tomar el avión para retornar a la metrópoli. Hubo emoción en muchos rostros. Inclusive el doctor Illia, evidenció estarlo. Millares de pañuelos se arrugaron en un adiós sin palabras, blanco sobre el gris de la tarde. De igual manera el presidente respondió a tan espontánea muestra de cariño y adhesión y lo prosiguió haciendo aun cuando el carreteo del avión señalaba la inminencia de su partida* (LV, 27 jun. 1966, p. 10).

A reportagem como um todo, com destaque às manchetes e à crônica recém referenciada, ganham especial relevância dado o momento nacional. A visita do presidente a

---

<sup>84</sup> Não temos nos referido às reportagens do jornal, dando ênfase aos editoriais, pelo fato de a grande maioria das notícias acerca da política nacional serem oriundas da agência de notícias argentina *Saporiti*. Nestes casos, ficava como responsabilidade do jornal apenas a seleção das notícias e a colocação das manchetes. Além disso, como já informamos, a capa do jornal era destinada aos classificados e as manchetes internas, de maneira geral, eram bastante sóbrias e objetivas, sem a utilização de caracteres muito grandes ou de frases de impacto. Desta forma, entendemos que o material produzido pelo próprio jornal é muito mais revelador na tentativa de se estudar o perfil de seu posicionamento, ficando aquelas notícias oriundas de fontes externas em segundo plano.

uma pequena cidade do interior e a centralidade deste momento na vida dos anfitriões, seria comum não fosse o contexto de crise e de convergência das diversas oposições que cercavam Illia.

Justamente neste contexto, o jornal constrói uma reportagem em que a adesão e o fervor popular tem grande destaque – não queremos, com isso, colocar em dúvida a existência ou não de tais demonstrações, queremos apenas acentuar que a construção jornalística deste periódico enfatizou tal aspecto justamente quando boa parte da sociedade ou apoiava o golpe ou se resignava com a força dos acontecimentos. A postura do jornal neste momento é mais um aspecto que vem corroborar a afirmação de que seu posicionamento político era pró-Illia. Caso não o fosse, o diário poderia, como facilidade, dar menos destaque a esta adesão popular que certamente não ia ao encontro dos objetivos golpistas.

Como já afirmamos, existiam críticas ao presidente e ao governo nas páginas do jornal. Entretanto, elas eram muito mais tênues que aquelas elaboradas pela imprensa favorável ao golpe; além de estarem focadas em termos de execução, de como fazer uma coisa ou outra, e não na suposta incapacidade de Illia ou na inviabilidade do sistema de partidos. Exemplo disto é o comentário publicado pelo periódico em meados de junho, tendo em vista que a comemoração do sesquicentenário da independência argentina estava marcada para ocorrer na província de Tucumán – local da proclamação em 1816 –, justamente uma das regiões que vivia em maior crise no país com diversas manifestações populares e atentados atribuídos a grupos de esquerda. O diário critica o suposto excesso de otimismo do poder executivo que ainda não tinha tomado uma decisão sobre a melhor saída para resolver os problemas daquela província, sendo que a festa, tão significativa para nação, estava na iminência de ocorrer (*LV*, 14 jun. 1966, p. 10).

Antes de encerrar esta parte do estudo que pretendeu demonstrar a existência de representações anticomunistas em *La Voz del Interior*, bem como asseverar uma postura de apoio ao presidente Arturo Illia e seu partido, a UCRP, gostaríamos de destacar brevemente mais uma faceta que faz parte do posicionamento político do periódico cordobês: o seu antiperonismo.

Apesar de não fazer parte de nossos objetivos, a leitura do jornal também nos possibilitou a conclusão de que ele mantinha um postura de franca oposição ao peronismo. O editorial “*Lamentable Espectáculo*” (*LV*, 17 nov. 1965, p. 10), comentado acima quando demonstramos a postura pró-radicalismo do periódico, já fazia referência à época peronista como os “*días difíciles de la dictadura*” e criticava a tentativa de Perón de perpetuar-se no poder a partir de um partido único organizado com base na ação política do CGT. Neste

mesmo editorial, o jornal afirmava que o radicalismo pode voltar ao poder quando se restabeleceu a ordem constitucional e institucional; a despeito de neste restabelecimento da ordem o movimento peronista sair proibido, posição que revela a concordância do jornal com tal proibição que não era considerada um limite a constituição e a democracia. Ademais, em diversas reportagens e comentários, o jornal se recusava a escrever o nome do antigo presidente Juan Perón, utilizando uma forma de tratamento que demonstra seu antiperonismo: *ex-dictador*.

Esta postura também aproxima o jornal das ideias da UCRP que, como vimos no primeiro capítulo, era frontalmente contra o peronismo. No entanto, visando dar maior legitimidade a sua vitória eleitoral e integrar significativa parcela da população ao mundo político, o governo Illia levou a cabo a estratégia de “*peronismo sin Perón*”, mantendo distância do antigo líder e buscando contribuir para criação de novas lideranças dentro do movimento sindical.

Enfim, com tudo que afirmamos até então, podemos sintetizar que durante a presidência de Arturo Illia o periódico cordobês *La Voz del Interior* manteve uma postura editorial que se mostrou contrária ao comunismo, marcando seu alinhamento com o mundo ocidental sem exacerbar posições através de um anticomunismo golpista; contrária a liderança de Perón e ao movimento peronista associado a ele; porém favorável ao presidente argentino e ao seu partido, em uma atitude que se diferenciava da de boa parte dos grandes órgãos de imprensa nacional.

Guardadas as devidas proporções e considerando apenas o apoio ao presidente em um contexto de crise e de grande convergência de oposições, poderíamos estabelecer um paralelo entre o jornal argentino *La Voz del Interior* e o brasileiro *Última Hora*. Ambos constituiriam-se, cada um a sua forma, em vozes quase isoladas no apoio aos presidentes que estavam na iminência de ser retirados do poder por golpes civil-militares.

#### **4.3.2 Oposição velada**

*La Voz*, no entanto, não foi “morta” pelo golpe. Diferentemente de seu “par” brasileiro no paralelo que propomos, ela não foi sucedida por outro jornal com postura diametralmente oposta. O periódico cordobês seguiu seu curso, porém sua opinião foi amenizada, não sabemos se através de uma censura explícita ou não. Desde o golpe até meados de 1969,

quando ocorreu o *Cordobazo*, a postura do jornal pode ser caracterizada por uma oposição velada à ditadura. Este posicionamento mais moderado pode ser explicado pela existência de censuras internas ou externas (sendo as primeiras mais prováveis, pois a ditadura que se estabelecia não se destacava por uma sanha censória), agravadas pelo caráter comercial da empresa jornalística que precisava continuar existindo e, como o próprio povo, estava em compasso de espera sobre o futuro que lhes esperava.

No dia do golpe, 28 de junho de 1966, o jornal estampou grande reportagem cuja manchete afirmava: “*GOLPE MILITAR: Esta Madrugada las Tropas Iban Hacia la Casa Rosada*” (p. 7). As informações, todas oriundas da agência de notícias *Saporiti*, ocupavam duas páginas da edição e faziam uma síntese cronológica dos eventos, iniciando as dezessete horas do dia anterior (27) e indo até o início da madrugada do dia 28. As últimas informações davam conta que unidades do exército marchavam em direção à Casa de Governo e que os comandantes das Forças Armadas assumiriam o governo às sete horas da manhã, com a renúncia ou a retirada à força de Illia.

O editorial desta edição, no entanto, não tece comentários sobre os importantes eventos que abalavam o país – o golpe ainda não havia se efetivado, embora tudo demonstrasse, inclusive as últimas informações de Buenos Aires, que ele estava na iminência de ocorrer. O comentário institucional daquele dia, intitulado “*La semana de Córdoba*”, se limitava a criticar a organização da festa de comemoração da fundação da cidade, destacando o seu caráter repetitivo e a falta de visão turística dos responsáveis.

No dia posterior ao golpe, o periódico pode publicar a ampla repercussão do movimento contra Illia, tanto em nível internacional quanto em nacional. Nesta edição, também foi publicado na íntegra o documento chamado pelo jornal de “*La Proclama Revolucionária*”, que constituía o anexo 1 da *Acta de la Revolución Argentina*, intitulado *Mensaje de la Junta Revolucionaria al Pueblo Argentino* e já analisado no capítulo anterior.

Neste dia, o editorial não assinado se dedica a comentar a situação nacional, porém com um tom bastante asséptico do qual podemos depreender apenas eventuais e pequenas críticas que não são direcionadas diretamente ao movimento civil-militar que acabara de tomar o poder. Sob o título de “*Anhelo de Tranquilidad*”, o texto não revela mais aquele mesmo apoio que em diversos momentos o jornal forneceu a Illia. O editoralista afirma que o povo demonstrou uma atitude de serenidade e de tranquilidade frente à brusca mudança de governo. Tal atitude se explicaria pelo fato de as informações sobre um possível golpe já terem circulado perante a opinião pública e

*es que el país ha experimentado muchas revoluciones y golpes de estado que, en distintas circunstancias, han detenido y a veces paralizado por tiempo apreciable, el ritmo normal de vida de la república, que le han servido de aleccionadora experiencia y le han acostumbrado a la reflexión y al saber esperar.*

Assim, o jornal acaba relacionando as revoluções e os golpes que o país já sofreu à paralisia da república, a qual o povo deveria esperar passar. O periódico também acaba, de alguma forma, demonstrando sua contrariedade quando afirma que

*viene el país viviendo desde hace largos años en un ambiente de inseguridad e inestabilidad que no es, justamente, lo que los argentinos anhelan. Y es ya la hora de que todo se estabilice para que la Nación se encauce dentro de un módulo de vida que dé satisfacciones, honra y orgullo a toda la ciudadanía y promueva el bienestar del que apenas ha habido fugaces vislumbres en un torturado derrotero de más de tres largas décadas, en las que desgraciadamente no alcanzó cristalizar el ideal argentino que todos los hijos de esta tierra sustentan en lo íntimo de su espíritu.*

O que em um primeiro momento pode parecer uma declaração de apoio, pode ser interpretado, conhecida a postura anterior do diário, como uma alusão aos repetidos golpes de estado que ocorreram no país nos últimos anos. As referências àqueles momentos de fugazes vislumbres de um modo de vida mais positivo, podem ser consideradas como vinculadas ao governo recém deposto.

Ademais, o periódico, com sua costumeira pretensão de intérprete do desejo popular, também afirma que

*el pueblo está en ese permanente afán de ver mejorada la salud moral del país, como que silenciosamente trabaja y sólo desea orden y tranquilidad para contribuir con su esfuerzo a ver engrandecer a la República en la libertad y la democracia de las que nació. Cumpliéndose ese anhelo, que significará restablecer ante el mundo los blasones de la argentinidad, que enraízan en su historia y sus tradiciones, el país vivirá horas augurales y podrá disfrutar del bienestar largamente esperado, lo cual será el verdadero triunfo de quienes puedan concretar esa esperanza. [...] (LV, 29 jun. 1966, p. 10)*

Assim, *La Voz* retoma os conceitos originários da República Argentina de liberdade e de democracia, fazendo menção justamente àquilo que a nação acabara de perder. Para reforçar esta interpretação podemos nos remeter àquele editorial no qual o periódico fazia eco e aditava os arrazoados oriundos da *Universidad de Buenos Aires*, que alertavam sobre o perigo de perda das liberdades no caso da confirmação do golpe que se anunciava.

Neste mesmo dia, uma pequena reportagem oriunda da agência *Saporiti* anunciava “*El ex Dictador se Muestra Satisfecho de lo Ocurrido*”. Nela é divulgado que o ex-ditador (Perón,

que não tem seu nome citado na notícia), desde Madri, havia anunciado seu apoio ao golpe de estado e tinha exaltado a personalidade de Onganía.

No dia seguinte, *La Voz* publica um editorial não assinado intitulado “*El Cáncer de la República*” que, infelizmente, está com uma de suas colunas ilegíveis devido a um rasgo na página. Assim mesmo, boa parte do conteúdo pode ser entendida e revela, mais uma vez, o arraigado antiperonismo do jornal e sua tentativa de vincular de alguma forma a motivação do golpe ao líder exilado. Criticando as soluções dadas pela “Revolução Libertadora” (que retirou Perón do poder em 1955), o editorialista afirma:

*[...] En lugar de ello los gobernantes se inclinaron más bien a contemporizar, dejando hacer al exiliado que desde Madrid instaló un gobierno paralelo contra el cual los hombres respetuosos de la ley no pudieron luchar. O no quisieron. Y el país siguió a los tumbos, pese a que la ciudadanía, hizo cuanto pudo en las justas electorales, para lograr el imperio de la auténtica democracia, que anhelaba tanto como la restauración de la economía nacional que la dictadura dejó totalmente desquiciada.*

*El radicalismo que llegó al poder apoyado por el gran núcleo de opinión independiente y aún por partidos políticos que compartían con aquél los ideales de democracia, se vio superado en todos sus esfuerzos por la acción solapada y artera del peronismo que enervó todos sus empeños y que con los “planes de lucha” [executados pela CGT] lo mantuvo en permanente jaqueo. El partido que fue gobernante ha desaparecido de la dirección de los destinos de la República, pero el régimen que dejó la dictadura sigue subsistiendo en los núcleos que han venido proclamando paladinamente su adhesión incondicional al exiliado y que hacen un culto de la obsecuencia y el servilismo.*

*Al gobierno militar que ha asumido la dirección del país, le cabe la responsabilidad histórica que no ha podido ser satisfecha hasta ahora de terminar con los vivaques de la demagogia y que fue una de las causas de la Revolución Libertadora. Porque mientras haya peronismo en estas condiciones el país seguirá por tortuosos caminos, proclive a descender a catastróficos abismos. Sin democracia ni libertad.*  
 [...] (LV, 30 jun. 1966, p. 10)

Além de demonstrar seu antiperonismo o jornal desvia de sua postura mais usual ao ser fortemente explícito nesta demonstração, o que já se percebe pelo próprio título do editorial. Outrossim, assevera que a ação do governo paralelo comandado por Perón desde seu exílio, minou o governo radical que, apesar do apoio daqueles que compartilhavam seu ideal de democracia, se viu superado por esta ação desintegradora. Desta forma, o diário tenta ver algum ganho no novo governo militar que havia se estabelecido, demonstrando certa resignação com o alijamento do governo que apoiava e não se pronunciando sobre a mudança. Esta tentativa se explicita através de um chamamento à responsabilidade histórica dos militares que teriam o dever de terminar, efetivamente, com o peronismo.

Foi essa a postura de *La Voz del Interior* durante a queda de Illia. Analisaremos, a partir de agora, o posicionamento do jornal em alguns acontecimentos chave que marcaram o período desde a assunção de Onganía até meados de 1969, quando o *Cordobazo* alterou os

rumos de seu governo. Esta análise objetiva verificar a existência de ressonâncias no periódico dos argumentos utilizados pelos civis e militares na tentativa de legitimar o golpe e a ditadura. Como analisado no capítulo anterior, as principais justificativas sustentadas foram a ineficácia do governo Illia, argumento principal, e o anticomunismo, justificativa adicional. Argumentos estes que, somados com outros, formam o pano de fundo da tese da falência do sistema de partidos argentinos.

O decreto lei 16.912, lançado em 29 de julho de 1966, além de suprimir a autonomia universitária, determinou a intervenção em diversas universidades e proibiu as atividades políticas no seu âmbito. A partir de então, as universidades argentinas que eram administradas por um governo tripartite composto por docentes, estudantes e graduados, passaram a depender do Ministério do Interior – órgão que coordenava a pasta da Educação sob novas orientações, definia os interventores e relegava aos reitores e decanos que aceitavam essa situação meras funções administrativas.

Frente à reação imediata que ocorreu na Universidade de Buenos Aires, a Polícia Federal, sob o mando do Exército, invadiu aquele estabelecimento, retirando à força e com violência explícita os professores e estudantes que a ocupavam, no episódio que ficou marcado como “*la noche de los bastones largos*”. A nova lei e este momento repressivo inaugural dispararam uma série de renúncias de professores, decanos e reitores que, em protesto e autoproteção, fugiram da purga iniciada pelo governo com o objetivo de terminar com a infiltração marxista e a agitação estudantil. Com isso, centenas de professores exilaram-se, migrando para centros de estudos da Europa, Estados Unidos e América Latina – uma verdadeira “fuga de cérebros” que comprometeu o desenvolvimento científico argentino por anos.

*La Voz del Interior* não apresentou sua opinião de pronto, apesar de ter noticiado com detalhes todos os desdobramentos da intervenção através das agências nacionais e internacionais, como também através de sua produção própria no que se refere aos acontecimentos vinculados à Universidade de Córdoba. Divulgou, por exemplo, a renúncia do reitor e de todos os decanos desta universidade; o fechamento por quinze dias de todas as universidades do país ordenado pelo poder executivo; além disso, no dia 01º de agosto, trouxe à opinião pública a informação de que o governo estadunidense havia demonstrado preocupação com o fato de um professor daquela nacionalidade – Warren Arthur Ambrose, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts – ter sido agredido pela polícia argentina durante a ocupação da Universidade de Buenos Aires na noite de 29 de julho (“*la noche de los bastones largos*”).

Os primeiros comentários institucionais do matutino cordobês sobre os sérios acontecimentos que repercutiam não só no país como fora dele, foram publicados apenas no dia 06 de agosto. Um dia depois de ter sido apresentada pequena notícia que informava que os EUA consideravam justificadas as medidas tomadas pelo governo argentino nas universidades e acrescentava que o secretário adjunto para assuntos interamericanos, Lincoln Gordon (ex-embaixador estadunidense no Brasil) afirmou que as medidas contra as universidades argentinas se justificavam porque nelas se escondiam agitadores profissionais, mas lamentou os métodos empregados pela polícia contra os professores (em referência ao seu conterrâneo agredido) (*LV*, 05 ago. 1966, p. 9).

Foram dois os editoriais que versaram sobre este assunto e que revelavam a inconformidade do jornal com a intervenção do poder executivo. O primeiro deles demonstrava sua indignação com os comentários dos funcionários dos EUA e, por conseguinte, mas sem declarar especificamente, com a motivação interna ao país para tal intervenção. Em um dos trechos, o periódico justifica sua reação:

*[...] No otra puede ser la posición a sumir frente a las afirmaciones de un alto funcionario del Departamento de Estado norteamericano, quien refiriéndose a la lamentable situación porque atraviesan las universidades argentinas, ha dicho que “Es infortunado que la tradición de la universidad libre haya sido abusada al extremo de que algunas facultades latinoamericanas se transformen en asilo de pistoleros”, y también frente a ese mismo Departamento, que ha hecho suyas aseveraciones de tal calaña lanzadas al conocimiento de la opinión pública mundial sin razón ni fundamento algunos.*

*La universidad argentina merece un homenaje mejor que el de los bastonazos policiales sobre sus profesores y alumnos y el de la algazara verbal de un errado funcionario. Por hacer de ella lo que realmente llegó a ser – una institución cuyo prestigio no podrán oscurecer las imprecaciones de los mediocres ni la mala voluntad de sus nada disimulados enemigos – muchos hombres de bien y de talento han postergado legítimas aspiraciones personales, entregando su alto aporte intelectual y su respaldo moral a una tarea común que ha fructificado en realizaciones que nadie puede desconocer. [...]* (*LV*, 6 ago. 1966, p. 10)

Os termos “asilos de pistoleiros” e “agitadores profissionais” utilizados pelos funcionários estadunidense estão associados a infiltração comunista utilizada como justificativa do governo de Onganía para intervir nas casas de estudo superior. O diário, ao criticar o Departamento de Estado daquele país, acaba por criticar também os argumentos governamentais. Tal postura também se revela quando ele faz referência aos “*bastonazos policiais*”, esses executados diretamente pelas autoridades locais.

O posicionamento do jornal fica mais patente no editorial do dia 08. Neste texto, é comentada de forma positiva a notícia extraoficial de que o reitor da Universidade de Córdoba

seria o até então decano da Faculdade de Direito. Demonstrando sua concordância com a indicação, que encaminharia a volta à normalidade institucional, o periódico afirma que

*[...] Una resolución de esta naturaleza significaría, indudablemente, una oportuna rectificación de una medida que la gran mayoría de la opinión pública nacional ha considerado como apresurada, dado que el problema universitario no es, precisamente, lo más urgente que hay que resolver en el país, teniendo en cuenta que el desequilibrio económico y el encarecimiento de la vida es la causa fundamental de los principales males que aquejan a la Nación y la razón de la intranquilidad, el desasosiego y la desorientación en que se ha venido viviendo.[...] Es cierto que en las Universidades estatales hay muchas cosas que corregir y perfeccionar. Pero esto debe hacerse de a poco y progresivamente, contando con la propia colaboración de las autoridades y profesorado de los altos centros de estudio, que son quienes están en directo contacto con la realidad. Y no exabruptamente, utilizando elementos extraños a las Universidades muchos de los cuales, aunque no lo confiesen, están contra la existencia de las universidades estatales y contra la verdadera y auténtica libertad de pensamiento que debe privar en ellas, para servir con amplitud a la ciencia y a la cultura. [...]*  
*En buena hora, entonces, si el gobierno nacional se pone a tono con la realidad y demostrando que se apoya en una auténtica autoridad moral, reeve la medida adoptada con respecto a las Universidades y normaliza sus actividades, dentro del quehacer en que se estaban desarrollando. No será ningún síntoma de debilidad, insistimos en ello [...] (LV, 8 ago. 1966, p. 10).*

O editorial tenta “convencer” o governo – e para tanto demonstra certo cuidado na exposição da crítica – de que sua atitude perante as universidades deveria ser revista. Ele afirma, mais uma vez apresentando-se como intérprete do povo, que a maioria da opinião pública considerou apressada a medida nas universidades do país. Instituições que teriam problemas que não seriam prioritários na vida nacional e deveriam ser resolvidos por pessoal próprio e não de forma abrupta por elementos estranhos. Além disso, em vários momentos, o diário assevera em sua tentativa de convencimento que não seria nenhum demérito, ou demonstração de debilidade, o fato de o governo rever seu posicionamento, evitando a persistência em um erro de consequências irreparáveis; pelo contrário, tal atitude seria expressão de bons critérios e de autocrítica, ademais de revelar que os administradores nacionais se apoiavam sobre uma autêntica autoridade moral.

Os termos utilizados pelo periódico não deixam a menor dúvida de sua discordância com a intervenção, a despeito da tentativa, algo ingênua, de lograr uma mudança no posicionamento da ditadura: retificar, atitude apressada, mudança abrupta, elementos estranhos, corrigir erros, rever, persistência no erro, consequências irreparáveis, etc.

O decreto-lei que regulamentou as intervenções nas universidades argentinas motivou diversas manifestações estudantis desde o dia do seu lançamento. Interrupção de aulas, ocupações de faculdades, atos relâmpagos, assembleias, greves de fome e até greve geral dos

estudantes foram os meios pelos quais os jovens protestaram contra a quebra da organização universitária argentina

No dia 7 de setembro de 1966, enquanto o Brasil comemorava sua independência de Portugal em meio à ditadura civil-militar comandada por Castelo Branco, os estudantes de Córdoba se reuniram, a despeito da proibição policial, para decidir os rumos da greve que desde a intervenção tinha imposto uma inatividade quase total na universidade nacional da província. Ao mesmo tempo, encontravam-se trinta e oito estudantes em greve de fome em um templo católico da cidade. Em Buenos Aires, a legalmente extinta *Federación Universitaria Argentina* (FUA) havia convocado uma greve geral para esta mesma data na universidade da capital.

*La Voz do Interior* relatou da seguinte forma os acontecimentos ocorridos no centro de Córdoba no final daquele dia:

*ENTRÓ EN ESTADO DE COMA EL ESTUDIANTE BALEADO AYER TARDE POR LA POLICÍA – Graves derivaciones tuvo el proceso universitario*

[Córdoba] *DRAMÁTICA y dolorosa fue la jornada de ayer para la ciudadanía de Córdoba. Sus calles muchas veces sacudidas por acontecimientos vitales para la vida del país, se vieron manchadas de sangre en la culminación de este proceso que se iniciara con la sanción de la Ley 16.912 y que aún no ha terminado. Como estaba anunciado ya reiteradamente por las autoridades policiales, fue evidente ayer que la policía trató de intimidar al estudiantado con un gran despliegue. Luego, la policía cortó el tránsito en las dos avenidas y entonces, los incidentes se sucedieron sin interrupción por más de tres horas, circunstancia en que fue herido a balazos por la policía el estudiante Santiago Pompillón [sic].*

[...] *Pasadas las 19 grupos estudiantiles comenzaron a reunirse en el casco céntrico, con preferencia en la esquina de 9 de Julio y General Paz, pero sin realizar manifestaciones que pudieran identificarlos como revoltosos. Fue en esos momentos precisamente en que se sintió una explosión, luego identificada por uno de nuestros cronistas como de una pistola lanzagases y de inmediato se vio aparecer por calle 9 de Julio proveniente del Pasaje Cuzco, el “Neptuno” que sin más comenzó su tarea de rociar indiscriminadamente a los viandantes que fueron sorprendidos por esta inopinada actitud policial. Ese fue el verdadero comienzo de los sucesos, los estudiantes arremetieron entonces con estribillos y trataron de aglutinarse en manifestaciones pequeñas en diversas esquinas, mientras la policía con su “Neptuno”, compañía de gases, carros de asalto y tropa de infantería, emprendían una represión que fue “in crescendo” a medida que pasaban los minutos. En tal circunstancias y al paso de algunos carros de asalto y coches del Comando Radioeléctrico, los estudiantes atacaron con piedras y elementos contundentes, ocasionando roturas de parabrisas de algunos vehículos.*

*La tragedia en las calles – El centro de la ciudad prácticamente fue limpiado de transeúntes por la policía que cerró el tránsito en ambas avenidas en toda su longitud [...]. Si las manifestaciones perseguían un objetivo, este estaba logrado ya que se había paralizado la ciudad y ahora, por las distintas arterias se sucedían sin solución de continuidad, los choques entre a autoridad y los estudiantes. [...]*

*Hieren a un estudiante – Pasadas las 20.30 hicieron recorridas por la avenida Colón tres o cuatro patrulleros y carros de asalto. En ese momento, uno de ellos se detuvo y de él bajaron algunos policías, que trataron de detener a un joven que se encontraba en el centro de la calzada, el fue capturado y golpeado por los representantes del orden. Ante esto, el estudiante logró zafarse de sus custodios y cuando trataba de emprender la fuga, fue agredido de tres disparos por uno de sus captores.*

*Esto fue presenciado por numerosas personas, algunas de las cuales concurrieron luego a nuestra redacción para, bajo su responsabilidad atestiguar públicamente de este doloroso suceso.*

*Por nuestra parte, pudimos recoger una cápsula calibre 45 en el teatro de los sucesos y luego, un grupo de estudiantes nos trajo otra recogida, de acuerdo a sus dichos, frente al 350 de la avenida Colón. [...]*

#### *VERSIÓN POLICIAL DE LOS HECHOS*

*POCO antes de las 22, por intermedio de la Oficina de Prensa, la Jefatura de Policía de la Provincia, dio a conocer la siguiente versión de los graves sucesos:*

*“Aproximadamente a las 20 horas, mientras los efectivos de Seguridad efectuaban su tarea de prevención, dispersando grupos estudiantiles, que intentaban trasgredir las disposiciones vigentes, al llegar el móvil 8, a la esquina de General Paz y 9 de Julio, fue atacado con piedras de todo calibre, rompiéndole el parabrisas y lesionando en ojo y frente al agente Carlos Viberti. Al bajar el jefe del vehículo para efectuar el procedimiento correspondiente, fue agredido a puñetazos por un conjunto de aproximadamente unos 30 estudiantes, ocasionándole diversas contusiones. Con la colaboración de peatones circunstanciales se detuvo al estudiante de medicina de tercer año Ramón Alberto Avellaneda, con domicilio e 25 de Mayo N° 338; Adolfo Andreoli, estudiante de segundo año de medicina; Leguizamón Juan Angel, estudiante del primer año de ingeniería y Juan Carlos Rey, empleado de Esso. En similares circunstancias y en momentos que el móvil N° 2, transitaba por San Martín, esquina 9 de Julio, fue apedreado, ocasionándole diversas abolladuras en distintas partes del vehículo, siendo detenido en tal oportunidad, el estudiante de ingeniería Carlos Arturo Peña. Momentos más tarde, sobre Colón al 300, grupos de estudiantes procedían a reunirse y ante la aparición del vehículo Neptuno, que transitaba de acuerdo al plan previsto, le arrojaron a su paso clavos “miguelitos”, a la par que se oían varias detonaciones de armas de fuego, provenientes de diversas direcciones. El móvil numero cuatro que cumplía su tarea próximo al lugar al acercarse al mismo, encontró junto a la calzada, en la esquina de Tucumán Y Colón a un ciudadano herido que resultó ser Santiago Pampillón, quien fue conducido de inmediato al hospital de Urgencia, procediéndose a su debida atención. A las 21,30 horas, grupos de estudiantes fueron localizados en algunos techos de las casas sobre calle Tucumán, entre 9 de Julio y Colón; Santa Rosa y Colón, efectuando disparos y arrojando piedras al paso de los vehículos policiales” (LV, 8 set. 1966, p. 20).*

Após retratar o ocorrido em uma longa contracapa, fechada no calor das horas finais do dia em que Santiago Pampillón foi baleado, o periódico repercute, nos dias seguintes, os desdobramentos das manifestações e acompanha a agonia do estudante até o dia em que destaca em manchete: *“DEJÓ DE EXISTIR SANTIAGO PAMPILLÓN – La agonía del infortunado estudiante duró hasta las 11 y 28 de la víspera, en su lecho del Hospital de Urgencia” (LV, 13 set. 1966, p. 11).*

A edição de 08 de setembro de 1966 apresentou o evento do final do dia anterior aos poucos. Primeiro, reproduziu as informações da agência de notícias de Buenos Aires, informando apenas que, até o meio dia, não houve incidentes graves; já na página 13, informa que a greve havia sido significativa em Córdoba e lança uma chamada para a página 20, contracapa do jornal, em que relataria *“una extensa crónica de los actos e incidentes ocurridos anoche en la zona céntrica”*. Provavelmente essa crescente na forma da apresentação ocorreu devido à forma de diagramação e de produção do próprio jornal,

produzido ao longo do dia 07 de setembro, e, portanto, tendo possibilidade de utilizar apenas os espaços finais para as últimas notícias do dia.

A última página do periódico, a de número 20, efetivamente apresentou uma longa narrativa das manifestações que culminaram no atentado ao estudante Santiago Pampillón. O jornal proporciona a primeira tentativa de dar sentido à surpresa causada pela agressão. A sua instantaneidade carrega junto de si a falta de informações confiáveis, ou mesmo a falta de cuidado em um fechamento da edição às pressas: o sobrenome da vítima foi escrito de forma incorreta – “Pompillán” – tanto no corpo da matéria como na legenda da foto que a ilustra e no manifesto escrito pelos estudantes. A nota oficial da polícia escreve o nome de forma correta, apesar de em seu conteúdo afirmar que havia encontrado o corpo do estudante baleado em uma esquina do centro de Córdoba, contrariando o que muitas pessoas testemunharam.

*La Voz del Interior*, ao operar a naturalização do acontecimento, nesta primeira representação de maior alcance, esforçou-se em situar a agressão em um processo maior que dá inteligibilidade ao evento. Os estudantes se manifestavam contra a lei que acabava com a autonomia universitária, contra a qual, como já vimos, o jornal também se opunha. No entanto, durante esta cobertura não são feitas ilações que relacionem de forma crítica o atentado ao estudante e a promulgação da lei. O diário se concentra no caso específico, dando ênfase à responsabilidade policial.

Como podemos constatar, o periódico considerou a polícia, como a responsável não só pelos disparos, mas por boa parte da agitação – segundo ele, “*el verdadero comienzo de los sucesos*” foram suas ações. Sem sombra de dúvidas a segurança pública foi responsabilizada e teve seu discurso esvaziado pelo periódico – a nota da polícia foi reproduzida, mas em clara oposição à narrativa feita pelos jornalistas e pelos testemunhos diretos reproduzidos *ipsis litteris* pelo periódico; além disso, foi apresentada uma foto, na mesma página vinte, em que são mostrados agentes feridos e uma viatura com o para-brisa estilhaçado acima da legenda “*ESTA es la nota gráfica sacada a solicitud de las autoridades policiales [...]*”. O periódico não se negou a publicar o que foi pedido pela polícia, mas o fez em evidente caráter contraditório.

Nos dois dias subsequentes, *La Voz del Interior* publicou editoriais que mantêm esta mesma linha interpretativa que pudemos perceber nas reportagens produzidas internamente na cobertura do conflito ocorrido nas ruas de Córdoba. No primeiro deles, o jornal destaca, que

[...] *Frente a la negativa de las autoridades y en un acto de rebeldía juvenil que puede no encontrar justificación pero que puede también tener perfecta explicación,*

*los estudiantes concertaron concretar la asamblea para deliberar sobre la situación que les afecta y que ha paralizado todo quehacer en el instituto nombrado [Universidad Nacional de Córdoba]. El gobierno, decidido a hacer que se acatará la prohibición establecida, dispuso que los efectivos policiales disolvieran la manifestación, y éstos, como ya es habitual, no trepidaron en apelar a la violencia incontrolada para cumplir con las órdenes que les habían sido impartidas.*

*El saldo de los sucesos ha ido más allá de todo lo previsible, porque hay un estudiante que está ahora luchando infructuosamente con la muerte, y la ciudad está sumida en el estupor, el miedo y la congoja, porque no sabe si se han cerrado ya las consecuencias de estos hechos o si, por el contrario, cabe esperar cosas más desgraciadas aún. Como otras veces, los excesos de violencia de que el miércoles fueron escenario las calles de la ciudad pudieron imputarse en un primer momento a la vehemencia personal de los agentes de policía, a quines la misma agitación y nervosidad de los momentos protagonizados habrían liberado de toda moderación. Aunque esto de ninguna manera puede admitirse, pese a que también, de alguna manera, puede ser explicable, esas presunciones se agotaron definitivamente ante el comunicado que ayer ha hecho difundir el Poder Ejecutivo provincial y a través del cual hace recaer sobre sí toda la responsabilidad de lo ocurrido – porque el texto del comunicado no deja lugar, lamentablemente, a otra interpretación [...].*

*No obstante, de lo que ha sucedido sólo la muerte de ese joven estudiante baleado – si es que se produce – será irreparable. Y por ser eso mismo ya demasiado para la sensibilidad de todos, es inexcusable advertir que todavía se está a tiempo para no agravar las cosas. Que los universitarios adviertan hasta dónde ha llegado su juvenil rebeldía y emprendan un camino más apto para hacer valer sus ideas y razones, y que el gobierno mida la dramática trascendencia de sus actos, y sobre todo la importancia de su papel como autoridad para pesar positivamente en la búsqueda de una solución, que a estas horas es el anhelo más cierto de toda la comunidad. [...] (LV, 9 set. 1966, p. 11)*

Apesar de pontuar a responsabilidade da rebeldia juvenil, o texto apresentado pelo periódico destaca a habitual violência descontrolada da polícia. Este excesso de violência que deixou um estudante à beira da morte e a cidade em um clima de medo, seria imputado, em um primeiro momento, aos agentes policiais. Entretanto, e para desgosto do periódico que não aceitava explicações que escusassem tais atores, o governo provincial responsabilizou-se por todos os fatos. Ao final, o editorialista conclama ambas as partes à reflexão, asseverando, outra vez, a importância do papel governamental.

No segundo, intitulado “*Mesura y comprensión*” o jornal, ao constatar que o conflito entre os estudantes e as forças da ordem estava se agudizando e se transformando em uma luta sem tréguas cujas consequências seriam imprevisíveis, fez outro apelo às partes em contenda. Desta vez, no entanto, não se nota diferença no tratamento entre elas. O texto termina da seguinte forma:

*[...] Ha llegado, pues, el instante preciso para recapacitar y para deponer actitudes de franca desinteligencia. El entendimiento es más fácil cuando las partes en desavenencia aplacan su ardor y dejan que hable la palabra de la cordura y de la confianza. Puesto que no ha de ser cosa imposible conformar los deseos de todos, discutiendo con libertad y con fundamento el acuerdo que ha de erradicar de nuestras calles la violencia que en ellas quiere entronizarse. Sólo basta que los grupos de estudiantes y los cuerpos de vigilancia renuncien a esta lucha estéril en*

*que están empeñados y deje que los entes responsables busquen la solución apetecida (LV, 10 set. 1966, p. 10).*

Até a notícia da morte de Pampillón e também nos dias que seguem a ela, o jornal continua cobrindo de perto este acontecimento marcante, que oportunizou revelações à sociedade argentina. Conforme Liliana de Riz:

*La opinión pública, que había recibido con indiferencia las medidas aplicadas en la universidad, fue conmovida por la ferocidad de la violencia represiva. Por primera vez se mataba a un estudiante y este hecho sería el preludio de la efervescencia que más tarde sacudiría la vida universitaria del país [...] (DE RIZ, 2007, p. 52).*

Começava a ser revelada a dura face da ditadura, ainda não percebida pela sociedade que recebe, consternada, a notícia da morte de um dos seus jovens, a primeira vítima fatal do governo de Onganía.

Quando da proclamação da lei anticomunista, em agosto de 1967, cujos discursos oficiais foram comentados no capítulo anterior, *La Voz* não publicou nenhum editorial que demonstrasse sua opinião. No entanto, ao longo deste período, frequentemente foram editadas notícias sobre a ação do comunismo no mundo, na Argentina e na província de Córdoba e, eventualmente, o editorial era dedicado a tal assunto. Podemos afirmar que o periódico cordobês manteve aquela postura, já existente antes do golpe, de demonstrar sua contrariedade à ideologia vermelha. No entanto, em nenhum momento podemos perceber o uso de tais críticas com a finalidade de defender ou muito menos de legitimar a ditadura civil-militar que comanda o país. Pelo contrário, as críticas a este governo continuaram a fazer parte do repertório do periódico, ora indiretas, ora certas, mas sempre com certos senões; em uma aparente tentativa de não se posicionar frontalmente contra aqueles que derrubaram o governo, apoiado por ele, de Arturo Illia.

Podemos perceber a permanência de tais críticas nos comentários elaborados quando de uma visita do Tenente General Onganía a Córdoba; visita esta também ocorrida em agosto de 1967. Um dia antes da chegada do primeiro mandatário o jornal afirmava, entre outras coisas:

*Las situaciones de anormalidad en la vida del país como son las provenientes de los golpes de estado o revoluciones que alteran temporalmente su régimen institucional, no son nunca satisfactorias ni beneficiosas para el desenvolvimiento natural de la República; sobre todo, en lo político y lo económico. Sin excluir a lo social, porque siempre se producen estados de inseguridad, de inestabilidad, de vacilaciones y hasta de desorientación. Hasta tanto se decide cuál es el rumbo que verdaderamente se debe seguir.  
Subrogados los principios institucionales fundamentales, las provincias son las que más sufren las consecuencias de esos estados de transición determinados por los*

*cambios de gobierno que no estaban previsto en la vida regular de la marcha del país. Lo primero que se suspende en estos casos es el imperio del federalismo. [...] (LV, 22 ago. 1967, p. 10)*

Assim, clamando pelo velho problema argentino do federalismo – que, como vimos anteriormente, foi usado como motivo de elogio à postura de Illia durante sua presidência – o periódico argumenta que os golpes e as revoluções são uma condição anormal danosa ao desenvolvimento integral do país. Situação adversa que seria sentida primordialmente por províncias como Córdoba que, apesar de sua capacidade, fica limitada pelas decisões do poder centralizado em Buenos Aires.

No dia em que Onganía chegaria a cidade, *La Voz del Interior* publica um editorial dedicado a ele, como já revela o seu título “*Informe ao Presidente*”. Na mesma linha do texto anterior, o jornal é ainda mais explícito ao afirmar que:

*[...] El centralismo se ejerce cada vez con más rigor desde la capital. [...] La revolución del 28 de junio de 1966 encontró en Córdoba a una provincia en marcha. Y la detuvo. Todavía, desde entonces, sigue detenida, y no aparecen indicios de que esta actual situación tienda a modificarse. En primer lugar porque, como lo dijimos ayer, se nos está sometiendo a una férrea dependencia que demora y neutraliza todas las iniciativas – que por desgracia no abundan – y en segundo lugar porque, justamente, se está llevando adelante desde la mayoría de las reparticiones oficiales una mera y oscura labor administrativa, que no encuentra cómo incursionar en el terreno quizás riesgoso pero ciertamente ineludible de los planes y programas de acción que Córdoba necesita, que reclama ya, como uno de los estados principales y más adelantados del país. [...] (LV, 23 ago. 1967, p. 12).*

Tendo em vista que o interlocutor era o próprio presidente, podemos considerar o alto grau de crítica de tais afirmações. O jornal não deixa margem a dúvidas quanto ao seu posicionamento ao asseverar que a “revolução” deteve a marcha da província e que até agora não se tinha verificado perspectiva de mudança. Esta atitude também serve como demonstração de que apesar de existir censura – como pode ser percebido pelo fechamento das revistas *Tía Vicenta*, em 1966, e da *Primera Plana*, em 1969 – o governo era, em boa medida, complacente com este tipo de oposição.

O editorial de 15 de março de 1968, data em que *La Voz del Interior* completava sessenta e quatro anos de existência, reitera esta interpretação acerca da liberdade de imprensa:

*[...] Cuando los gobernantes ejercitan el poder al margen de la voluntad del pueblo, basando su autoridad en el derecho de la fuerza y en su potestad para el dominio, suelen sentirse incómodos frente a la prensa que actúa con libertad, precisamente, porque no están convencidos de que sus actos respondan a los anhelos públicos y porque advierten en la función informativa de la prensa la*

*inevitable divulgación de sus errores o arbitrariedades que no admiten les sean señalados. Ni menos, expuestos a la crítica.*

*El siglo que transcurre, en el que la prensa ha alcanzado su más significativo desarrollo como factor indirecto en la función de gobierno, por el contralor de los actos estatales que lleva al debate ante el tribunal de la opinión, como por ser cátedra de orientación ciudadana, ha demostrado a través de azarosas experiencias, que todos los que ejercitan el poder persiguiendo dudosos propósitos que no consultan los sentimientos colectivos, son enemigos acérrimos de la prensa libre; porque la arbitrariedad no acepta ninguna forma de examen ni control.*

*Cualquier modo de despotismo que avasalle el regular juego de las instituciones y que cohiba al pueblo para la libre expresión de las ideas, busca siempre contar con el servilismo y la obsecuencia de la prensa venal, que nunca falta, dispuesta a la loa y el ditirambo, tendiendo ante los ojos del pueblo telones de engañosos espejismos. Y cuando no logran los poderosos sus propósitos, por la convicción del dinero que, para mucha gente “no tiene olor”, recurren a la coacción, la persecución, la amenaza y hasta el acto vandálico, para acallar la voz de la prensa que no comulga con sus oscuros designios.*

*La autentica prensa, la prensa sana que se respalda en su autoridad moral insobornable, ejercita su acción de crítica elevada y de censura admonitiva, sin temor a las represalias ni las coacciones, porque se respalda en la verdad, la justicia y el derecho. Aplaude cuando debe aplaudir, haciendo mérito al honor bien conquistado y como expresión de reconocimiento y satisfacción del pueblo. [...] En nuestro país se han vivido en distintas épocas estas diferentes alternativas y, al presente, salve el caso de algunos funcionarios subalternos del poder central que no han interpretado debidamente los postulados de la revolución ni la importancia de la misión de la prensa, el periodismo disfruta de la correspondiente libertad para ejercer su misión, como lo han concretado las declaraciones formuladas por la Asociación de Entidades Periodísticas Argentinas, cosa que no ocurre en otros países americanos y europeos donde la libertad de prensa es una ficción. [...] (LV, 15 mar. 1968, p. 12).*

O jornal inicia de uma forma que pareceria levar a outras conclusões, pois destaca que os governos que exercem seu poder à margem da vontade do povo, como era o caso da Argentina de então, incomodam-se com a imprensa livre, por esta divulgar seus erros e arbitrariedades; destacando, de forma redundante, que estes governos que não consultam o coletivo seriam inimigos da imprensa livre, por não aceitarem nenhuma forma de exame nem de controle. Esta condição de falta de consulta à população, certamente aplicava-se na íntegra ao país que naquele momento vivia sob uma ditadura que havia dominado o poder executivo e legislativo do país, além de proibir todos os partidos políticos. Tal introdução já demonstra a postura oposicionista do diário que, ao final, afirma, de forma contraditória à sua posição inicial, que o periodismo no país desfrutava de liberdade para exercer sua missão.

Ao longo deste ano, *La Voz* continuou publicando muitas notícias envolvendo o comunismo; notadamente no âmbito internacional, com diversas citações sobre a URSS, a China, o Vietnã, mas principalmente sobre a América Latina, Cuba e as descobertas de células guerrilheiras e de ações anticomunistas nos governos vizinhos. As questões nacionais vinculadas a esta ideologia também foram retratadas, porém em menor número. Praticamente

a totalidade destas reportagens eram das agências de notícias internacionais, como a francesa *Agence France-Presse* (AFP) e a estadunidense *Associates Press* (AP); e da nacional *Saporiti*;

Neste período, poucos editoriais trataram de questões vinculadas à política nacional, a despeito do acirramento dos conflitos no país nos âmbitos estudantil e sindicais e do aumento das críticas à ditadura, advindas sobretudo dos políticos e partidos extintos. Apenas num ou noutro podemos perceber aquele mesmo tompositor ao governo já estabelecido pelo jornal. Exemplo disto, são os comentários apresentados pelo periódico cordobês no dia em que se comemorava os cinquenta anos da Reforma Universitária, os quais tecem novas e cuidadosas críticas ao governo:

[...] *El actual gobierno de la República, mal orientado por las perniciosas teorías de los sectores reaccionarios que quieren volver las casas de estudio a un estado de involución y retroceso, se apresuró, indudablemente, a intervenir las Universidades, entregándolas a los elementos cuya acción sólo ha servido para entorpecer su marcha y retardar el proceso de engrandecimiento y de mejoramiento en que estaban empeñadas. Sobre todo, porque se ha vuelto atrás en muchas de las conquistas que les dieron rango y prestigio ante el mundo – frutos de aquel movimiento reformista que recordamos – y que necesitaban, perfeccionarse si se quiere; pero, sobre todo, afianzarse; pero no retroceder.*

*En esta oportunidad, al recordar lo que se hizo por el progreso de las universidades argentinas, que tuvo en Córdoba trascendencia de acontecer histórico, consideramos de nuestro deber señalar al gobierno de la Nación, en el afán de hacer crítica constructiva, que debe calar hondo en el sentir del alma de la juventud estudiosa, para comprenderla mejor y darle la Universidad que realmente reclama y necesita: la Universidad que debe estar plenamente identificada con la vida del país para poder ser factor decisivo en su marcha de progreso y en el impulso de su desarrollo. La consulta a todos los sectores donde se conjugan los valores del intelecto, antes de llegar a determinaciones definitivas, quizá sea el mejor camino para alcanzar las soluciones anheladas dentro de la paz de los espíritus (LV, 15 jun. 1968, p. 10).*

Aproveitando a ocasião, novamente a questão da intervenção universitária é levantada, quase dois anos após sua realização, o que demonstra a centralidade desta mudança e a contrariedade do jornal perante ela. No entanto, o jornal assevera que estas críticas são estabelecidas no afã de serem construtivas, em uma postura mais suave que estava prestes a terminar.

Ao final de 1968, como ocorrera ao longo de todo o ano, houve uma grande cobertura da situação política brasileira. Em dezembro, o jornal seguiu de perto, através de reiteradas reportagens, os eventos que se sucederam à decretação do Ato Institucional nº 5. Tanto que, em um dos últimos dias do ano, publicou um balanço da AFP – que no auge da crise teve que enviar as notícias de outros locais que não o Rio de Janeiro, devido à forte censura imposta inclusive para as agências estrangeiras; durante alguns dias as informações sobre o Brasil eram endereçadas de Montevideú, Washington, Nova Iorque, Paris – que informava:

*UN MAL AÑO POLITICO FUE 1968 PARA BRASIL: Una Serie de Acontecimientos Llevaron al Gobierno a Adoptar Medidas que Repugnan a las Democracias. Rio de Janeiro, 26 (A.F.P.) - El año político de 1968 en Brasil, que había empezado bajo el signo de la esperanza, terminó en forma sensacionalista. Las ceremonias de Año Nuevo habían registrado ante todo los discurso optimistas del presidente Costa e Silva y de sus consejeros. Se hablaba de apertura, de recomposición, de unión de todos los brasileños y de pacificación de los espíritus. Once meses después el viernes 13 de noviembre [na verdade, dezembro] tras una crisis que se fue arrastrando durante meses, el jefe del Estado decretó la suspensión Sine die del Congreso Federal y proclamó el quinto acto institucional. El país se halló así bajo una ley de excepción que concede plenos poderes al jefe del Ejecutivo. La Constitución subsiste, pero el presidente de la República se arrogó el derecho de suspender o dejar subsistir las garantías constitucionales, en mérito de su exclusivo criterio. [...] (LV, 27 dez. 1968, p. 7).*

Dias antes dos singulares acontecimentos que viriam, em seu conjunto, a se chamar *Cordobazo*, um editorial não assinado de *La Voz del Interior*, repercutiu positivamente recente discurso do presidente da *Asociación de Abogados de Buenos Aires*, que criticou a condição nacional de falta de participação popular e, por conseguinte, de democracia; e o esquecimento da Constituição. O texto que reitera os argumentos do advogado inicia com uma importante constatação:

*Múltiplos indicios, que se manifiestan en distintos lugares del país y que abarcan a los más diversos sectores de la sociedad argentina, muestran a las claras la creciente afirmación de un estado espiritual que hasta ahora adoptó la forma de una prudente espera y de una discreta tolerancia, incluso ante algunas inquietantes expresiones de pensamiento y vagos esbozos de alteración o de reforma de ideas e instituciones que son caras a la sensibilidad de nuestro pueblo por provenir, precisamente, de los mejores momentos de su historia y de sus prohombres más esclarecidos. Esa actitud, que cobra cada día perfiles más definidos, consiste en una expresa ratificación de las convicciones básicas y de la forma democrática de vida que han presidido nuestra evolución nacional desde Mayo de 1810 en adelante, frente a los devaneos y teorizaciones que postulan una suerte de segunda fundación de la República y una mañosa substitución de su carácter y de sus ideales orientadores. [...] (LV, 15 maio 1969, p. 12).*

Efetivamente a “prudente espera” da sociedade argentina estava sendo superada e, de forma cada vez mais generalizada – pois é bom lembrar que desde o início existiram protestos, como os realizados pelos estudantes – a oposição à ditadura ficava mais ampla e ativa. Passada a surpresa e a expectativa de muitos que apoiaram o golpe, a sociedade passou a se manifestar na mesma proporção em que o regime não demonstrava resultados, ampliava suas amarras e não dava nenhuma expectativa sobre o retorno efetivo da democracia.

Esta mudança de postura ganha concretude no *Cordobazo*, momento a partir do qual, como citamos no capítulo anterior, foi destruído o poder psicológico que sustentava a ditadura e que, por consequência, impedia a demonstração das oposições potenciais.

### 4.3.3 A oposição pós-cordobazo

Como poderíamos supor, *La Voz del Interior* cobriu com detalhes o movimento ocorrido na mesma cidade de sua sede, desde a agitação crescente ao longo do mês, até o dia 29 de maio, quando o forte ato oposicionista efetivamente ocorreu. Entretanto, o mais importante para o objetivo deste trabalho é a expressão mais direta da opinião institucional do jornal, a qual podemos ter acesso através dos editoriais. Neles, cujo enfoque, durante vários dias, foi a onda de protestos e reações, podemos perceber a total falta de coincidência com os pronunciamentos e explicações sustentados pelos governantes.

Esta disparidade pode ser notada perfeitamente em comentários como os realizados após as afirmações do ministro do Interior Guillermo Borda – transcrito na íntegra e analisado no capítulo anterior. O editorial, nomeado com a pergunta “¿Un país de extremistas?”, contra-argumenta o membro do governo da seguinte forma:

*A propósito de los graves disturbios registrados en diversos puntos del país, que parecen iniciar una dura etapa de agitación social luego del tremendo saldo deparado por la muerte de dos jóvenes universitarios víctimas de la represión policial, el ministro del Interior no ha tenido reparos en afirmar días pasados y ratificar posteriormente a través de un mensaje radiodifundido, que el conflicto correntino se originó en causas “artificiales” o de escaso significado y que las diversas manifestaciones antigubernamental han sido promovidas por sectores “extremistas”.*

*La primera de estas dos estimaciones que constituye la columna vertebral de la curiosa absolución de posiciones ensayada por el conductor de la cartera política del gobierno, cae rápidamente en el vacío y se destruye con los hechos concretos que irritaron a la masa estudiantil. A partir de la privatización del Comedor Universitario de Corrientes, que es sino el detalle culminante de la gruesa avalancha de medidas limitacionistas tomadas por la actual administración es esa casa de estudios superiores y en resto del país. Por otra parte, esa disposición de la Universidad del Nordeste, sumó su aporte negativo en el preciso momento en que otras medidas del gobierno contribuyeron a estimular la expansión de un pesado clima social, que forzosamente envuelve también a los estudiantes, como miembros que son del conjunto comunitario, para usar un término bien conocido por los hombres de la Revolución Argentina. Esas fueron las causas muy concretas de la explosión social que se manifiesta por estos días y a las que el ministro del Interior asigna pequeño calibre con la mala idea de mitigar por ese medio la responsabilidad policial en la dura emergencia. Mala idea puesto que en lugar de alcanzar ese objetivo, ratifica en todo caso la impresión pública que atribuye a los guardianes del orden una desmesurada actitud frente a la demostración de protesta cuyo origen y desarrollo el gobierno considera trivial. Después del saldo registrado y del análisis oficial de los hechos aterroriza pensar en el desenlace que puede deparar una futura acción represiva cuando el ministro entienda que las causas de algún disturbio son importantes.*

*La imprecisa asignación de culpabilidad a sectores de extrema izquierda, también merece algunas consideraciones. En realidad no sorprende a la opinión pública el uso de esa conocida frase casi siempre adosada a aquella otra que asegura una “absoluta tranquilidad en todo el país”, aunque, como ahora difícilmente puedan ser conciliadas con la situación que palpa el hombre de la calle. Ambas fueron muy empleadas por los jefes de la dictadura depuesta en 1955 y, la primera de ellas, sirvió frecuentemente para poblar las cárceles o nutrir los prontuarios con nombres de “extremistas” cuyo único pecado consistía en no compartir la ideología y los procedimientos oficiales. [...] el ministro del Interior pudo dar muestras de mejor imaginación y evitar la caída en lugares comunes tan gastados en el curso de los últimos años. [...] (LV, 21 maio 1969, p. 12).*

O texto apresentado pelo matutino cordobês demonstra sua total inconformidade com as afirmações realizadas pelo ministro, demonstrando, através de argumentos, seu caráter falho e simplista. Contra a ideia de que as causas eram artificiais, o jornal sustenta que a irritação dos estudantes teve motivação concreta e que estas vinculam-se diretamente ao governo em sua (má) administração das universidades e a outras medidas que estimulavam um pesado clima social. Em suas colocações, o diário utiliza a expressão “*conjunto comunitario*” e, com ironia, informa que o faz por esta ser bem conhecida dos homens da “Revolução Argentina”. As afirmações do ministro, segundo o jornal, tinham como objetivo mitigar a responsabilidade policial frente aos fatos.

Ao contra-argumentar a ideia da ligação com a extrema esquerda, o periódico destaca que isso seria um simplista lugar comum – o que também pode ser constatado pelo título do editorial que, ao perguntar se a Argentina seria um país de extremistas, vincula o descontentamento a toda a população e busca esvaziar o posicionamento oficial. Além disso, *La Voz* explicita novamente seu antiperonismo, ao asseverar que essa conhecida frase era muito utilizada pela ditadura extinta em 1955 para punir aqueles que não concordavam com o governo peronista.

Logo após o *Cordobazo*, evento ainda não denominado desta forma, o jornal, através de seu editorial principal, sintetiza o evento, demonstra todo o seu assombro e expõe sua opinião contrária a tal violência:

*[...] Fue una explosión de agitación civil beligerante, que asumió formas semejantes a la moderna guerrilla urbana, se expandió como una onda eléctrica, de extremo a extremo de la ciudad, y puso en las calles una cantidad impresionante de personas, decididas a enfrentarse con las fuerzas de seguridad en todos los terrenos y a doblegarlas.*

*El fenómeno, que no tiene precedente en la historia inmediata de nuestros conflictos sociales, superó la barrera opuesta por las escasas previsiones de las autoridades locales, que ya en horas de la tarde aparecían impotentes para contenerlo y debieron apelar a la intervención combinada de parte de los efectivos del ejército y de la aeronáutica con asiento en la Capital, los que, al principio y durante algunas horas, encontraron una resistencia no fácil de reducir. [...]*

*Las características externas de esta beligerancia civil no son de fácil clasificación y calificación, dentro de las normas ortodoxas de los enfrentamientos de este tipo que registra la historia de estos días. En todas partes donde se mostraron el 29, tomaron las formas de gruesas masas de ciudadanos que, dotadas de una capacidad de movimiento realmente excepcional, golpeaban en múltiples sitios simultáneamente y se recomponían enseguida para perseverar en sus objetivos: atacar a las fuerzas de seguridad con los elementos contundentes de agresión que hallaban a la mano y sembrar el caos en el lugar de los hechos, sin contemplaciones de ninguna clase. Luego aparecieron armas de fuego, y con ello los peligros y las consecuencias de la acción se multiplicaron. Creemos que sería incurrir en un ejercicio intrascendente y ligero de interpretación sociológica o política de los sucesos atribuirlos únicamente a la acción preconcebida y planeada de grupos extremistas, colocados en la cúspide de una organización que se mueve a través de células, o de un dispositivo semejante. Esto equivaldría a taparse los ojos con fórmulas manidas, que algunos usan todavía hoy, por pereza mental, por interesados prejuicios, o porque se niegan a analizar con objetividad los hechos sociales del presente. Con los ojos vendados lo único que puede hacerse, en una situación como la que estamos viviendo es tantear a ciegas los móviles reales, las causas efectivas que están detrás de los estallidos populares sin llegar nunca a nada claro. Por lo demás, según se sabe, los hechos que hicieron crisis el 29 se estuvieron discutiendo durante varios días a la luz pública. Las autoridades, por tanto no los desconocieron, como no desconocen las causas que han venido preparando conflictos en el campo del trabajo. Digamos con franqueza que les ha faltado visión penetrante y oportuna de la realidad, que no han actuado a tiempo y, por eso, han venido a topar frontalmente con acontecimientos que pudieron detenerse.*

*[...] Todas estas acciones, por su irracionalidad y porque la pasión que destruye indiscriminadamente se autonega en sus causas y en sus fines, han sido rechazadas en cualquier época por toda conciencia justa. Nosotros la condenados, también, con entera firmeza y responsabilizamos a sus autores, cualquiera sea el lugar que ocupen en los acontecimientos. Así como la violencia injusta y desmedida de la autoridad no es consentida por ningún código jurídico o moral, tampoco ninguna conquista legítima – política, económica o social – puede asentarse, y menos justificarse, en la destrucción o en la depredación. [...]*

*Como argentinos a quienes duele esta tragedia de la nación, que sangra en Córdoba de un desencuentro que puede ser fatal para su destino, exhortamos a que cese la discordia y hable una vez más, como en otras circunstancias, que fueron históricas por su desinterés y grandeza, la voz de la razón. La razón que invocamos es la razón de la Patria, que no es la de ningún grupo en particular; es la que viene del fondo mismo de la nacionalidad y abraza, por eso, a todos los argentinos por igual. Esa razón es razón de concordia y de unidad, inclinarse ante ella es el deber de la hora; deber de los que tienen la autoridad, para bien usarla, y deber del pueblo, fuente de toda soberanía, que debe encauzar pacíficamente su sed de justicia (LV, 31 maio 1969, p. 10).*

Ao sintetizar os fatos do fenômeno considerado sem precedentes na história recente dos conflitos sociais na Argentina, o editorialista apresenta algumas ideias que merecem ser destacadas. A primeira delas é a grandiosidade, negativa, do evento de dois dias antes; tanto que ele é considerado de difícil classificação e qualificação. Apesar disso, o texto já adianta, na mesma linha do editorial comentado anteriormente, que seria apressado atribuir os eventos à ação preconcebida e planejada por grupos extremistas. Esta atitude, que o jornal já esperava que fosse tomada pelo governo, serviria apenas para obstruir a compreensão das causas efetivas que estão por detrás dos protestos populares. Além disso, o periódico critica

diretamente o governo por sua falta de visão e de ação preventiva rápida, pois o evento vinha sendo concebido, às claras, há dias.

Ao final, o diário cordobês condena com veemência os eventos e responsabiliza seus autores, independente de suas identificações. Ademais, exorta que cesse a discórdia e que se retorne ao caminho da razão.

Passado o estupor inicial diante de tão fortes acontecimentos, *La Voz del Interior* entende que havia chegado a hora de refletir, tal é o nome do principal editorial institucional, publicado no dia 3 de junho, no qual as responsabilidades são expostas de forma mais crua:

*El país está precipitándose en un profundo abismo de perspectivas inciertas y peligrosas. Córdoba ha dado la muestra más acabada de la tremenda magnitud que pueden alcanzar los graves síntomas de malestar social advertidos desde hace semanas en el ámbito todo de la República, con expresiones de diverso tono y envergadura, pero invariablemente dirigidas a exhibir la disconformidad general de la población con el proceder del gobierno. De ninguna manera puede aislarse lo ocurrido en Córdoba de todo aquello que está alterando por estos días la vida y el desenvolvimiento de los principales centros urbanos argentinos, aunque en nuestra ciudad, por cierto, los hechos fueron hasta límites realmente insospechables y nunca vistos hasta hoy.*

*[...] es necesario, a esta altura del crítico proceso, tomar sobre todo una clara visión de las causas que originaron el desastre, a fin de que la dolorosa experiencia sirva con eficacia a la misión correctora que quepa emprender.*

*La situación de las últimas semanas no surgió de la nada ni tuvo origen en cuestiones artificiales o nimias como algunos voceros del gobierno se esfuerzan creer. El clima de agitación fue tomando forma a partir de los muchos y graves errores en que viene incurriendo la conducción de la Revolución Argentina, cuyos hombres no han sabido tratar en la forma adecuada y prudente, los engorrosos asuntos que se vinculan al desenvolvimiento político, económico y social de la nación, todos estrechamente ligados entre sí. Haciendo gala de un extraño concepto de autoridad, el gobierno se ubicó en un plano superior y distante de la ciudadanía, siguiendo el impulso de la actitud orgullosa e inexplicable que ha caracterizado toda su gestión.*

*Pese a los dramáticos momentos vividos en el territorio de la patria y particularmente en Córdoba, todavía no se ha escuchado la palabra del presidente de la Nación ni se han notado mayores desvelos en el Ministerio del Interior; directamente tocado por los sucesos que son de conocimiento público. El pecado original del gobierno hace pie en el mayúsculo amor propio que lo ciega y le impide aceptar consejos o sugerencias, como no le permite reconocer errores, perder funcionarios ineficaces o enmendar faltas cometidas, aunque las pruebas estén a la vista y los hechos que promueve sean factores irritantes.*

*Las jornadas anteriores a la tremenda conmoción registrada, demostraron la profundidad del abismo que separa a los gobernantes de los gobernados. El Poder Ejecutivo no supo atender los llamados que partieron desde los más diversos sectores de la comunidad. Empresarios y obreros, profesionales, estudiantes, la prensa y la jerarquía eclesiástica, fueron algunas de esas voces que reclamaron una prudente reconsideración de la marcha impresa al país, para evitar los duros acontecimientos que todos percibían en el ambiente. Las exhortaciones cayeron en el vacío y cuando la autoridad quiso encontrar el camino del diálogo, la violencia, la muerte y la destrucción a niveles superlativos, habían rebasado la instancia de las intenciones.*

*[...] Quienes han protagonizado estos tremendos y luctuosos episodios, desde cualquier ángulo o puesto de lucha, tiene que buscar a través de un sereno examen de conciencia, las soluciones que soslayan la repetición de tan tremendo enfrentamiento de hermanos. Un examen de conciencia que toca también y en forma*

*especial a los hombres del gobierno, obligados a una responsable autocrítica y a dar el primer paso en aras del bienestar general, que es el de la Nación misma. Porque la violencia no solo está detrás de una piedra, de un garrote o de cualquier arma de fuego. También llega escrita muchas veces en el papel de un decreto o de una ley mal concebida. Y ambas violencias generan, como se ha visto, resultados imprevisibles (LV, 3 jun. 1969, p. 12).*

Da reflexão proposta pelo jornal, surgem, de forma patente, conclusões que responsabilizam francamente o governo da “Revolução Argentina” pela situação de graves magnitudes que enfrentava o país. O texto é claro em demonstrar sua interpretação dos fatos, o que expõe, sem os cuidados percebidos anteriormente, a oposição do jornal à ditadura civil-militar no poder há três anos.

O editorialista assevera que o que ocorreu, e já vinha ocorrendo há semanas, teve como objetivo exibir a inconformidade geral da população com o proceder do governo. Buscando esclarecer as causas que originaram aquilo que chama de desastre, ele afirma que não se pode, de nenhuma maneira desvincular o ocorrido em Córdoba com os demais acontecimentos que vinham agitando os principais centros do país. O movimento não havia surgido do nada e nem tinha origem em questões artificiais. Este clima de agitação seria a consequência dos muitos e graves erros de condução da “Revolução Argentina”.

Além dessa responsabilização direta, o jornal ainda destaca a distância entre a população e o governo, que teria se colocado em um plano superior, onde, cheio de um amor próprio que cega, não aceitava conselhos, sugestões e não reconhecia seus erros; o mesmo governo que não soube atender aos alertas de diversos setores da comunidade, que reclamavam uma prudente reconsideração da marcha imposta ao país.

Ao final, ainda propõe um exame de consciência aos protagonistas dos últimos episódios, mas sobretudo aos homens de governo, obrigados que estariam a fazer uma responsável autocrítica. O editorial termina com uma significativa conclusão na qual afirma, no mesmo tom crítico que pautou todo o texto, que a violência também pode ser fruto de um decreto ou de uma lei mal concebida e que pode gerar, associada a outras causas, resultados imprevisíveis.

Neste último editorial, o jornal também cobrava um pronunciamento oficial do presidente Onganía. Após este ter ocorrido, *La Voz del Interior*, como já tinha feito quando analisou a fala do ministro do Interior, publicou um editorial em que demonstra, outra vez, sua inconformidade com os argumentos utilizados pelo presidente – tratados no capítulo anterior. O texto revela a total falta de coincidência entre o que propunha o discurso oficial e o que o periódico entendia.

Tendo como título “*La palabra presidencial*”, o texto afirma que

*Pese a que el Presidente de la Nación anunció la reunión de las comisiones paritarias salariales para septiembre próximo y manifestó además que cesaba la actividad de los tribunales militares, seguramente en carácter de contribución a la concordia a que todos aspiramos, el discurso pronunciado el miércoles por el titular del Poder Ejecutivo dio la impresión de que el gobierno no ha alcanzado aún a medir la gravedad de la situación social y política que vive el país. Conformarse con la explicación de que los dramáticos hechos vividos en nuestra ciudad se debieron pura y exclusivamente a la actuación de elementos y grupos extremistas es fácil, pero también es erróneo, y además peligroso.*

*De todas maneras, lo seguro es que el presidente fue muy mal informado, y eso no sería extraño si su informante fue el gobernador de la provincia, que a estas horas aún debe creer que su gobierno sigue bendecido por el sacrosanto y omnipotente consenso. Lo real y lo que todos los que hemos vivido estas últimas jornadas conocemos perfectamente, es que si hubo actividad extremista, ella fue a la cola de los sucesos, especulando con la reacción antigubernamental de los obreros y los estudiantes, y en general, con la opinión adversa al régimen de gran parte de la población, que, como bien se sabe, no se privó de arrimar combustible a muchas hogueras.*

*Pero todo eso ya es historia. Lo lamentable es que se trata de una historia que, al parecer, no ha dejado enseñanzas en quienes necesitaban recogerlas de ella. Sería cruel y deshonesto que siguiéramos engañándonos sobre el particular: hay en el país un clima de descontento que puede ser, indudablemente, caldo de cultivo apto para cualquier aventura de carácter extremista. Pero esa circunstancia no ha sido generada por los activistas de ideas extremas ni por los políticos desplazados, sino por una serie de medidas antipopulares, de dudosa justificación, y por una absoluta falta de comunicación social y política, que debían, inevitablemente, desembocar en una ruptura como esta que nos aqueja.*

*La cuestión es salir de esta riesgosa situación, y es una cuestión difícil de resolver y de manejar. Por lo pronto, a una crisis de este calibre no va a enfriársela tratando de preservar a todo trapo un “principio de autoridad” que, si bien se miran las cosas, es en verdad lo que menos importa. Porque no es el gobierno el que está en dificultades – aunque, en realidad, sí lo esté – sino la República. Y más que autoridad y fuerza hacen falta inteligencia y grandeza para enfrentarse a los hechos sin prejuicios ni valoraciones apriorísticas, sino con plena lucidez de que, en estos momentos, está jugándose mucho del destino futuro de la Argentina. [...]*

*Y como gobernar no es mandar, sino conciliar digna y equitativamente los intereses comunes, y obrar por la grandeza nacional. Haría muy bien a la República que quienes hoy ocupan el poder se despojaren de toda pasión y prejuicio, para enfocar el problema en toda su magnitud y en toda su gravedad, y para ofrecer, con generosidad y grandeza, las soluciones a su alcance. Sin necesidad, por supuesto, de recordar a nadie quién ejerce el poder y cuáles son sus prerrogativas, porque esa es cuestión aparte, aunque haga a la totalidad del problema (LV, 6 jun. 1969, p. 10).*

Como podemos perceber, o mesmo tom explícito e acusatório já demonstrado no editorial anterior, é aqui mantido e ampliado. Não há mais meias palavras e as críticas ao presidente e à ditadura são, agora, explícitas. O texto rebate a afirmação – já antecipada nos editoriais anteriores – de que os episódios ocorridos em Córdoba foram decorrência exclusiva da atuação de grupos extremistas. Explicação esta, que é considerada fácil, errônea e perigosa. O periódico assevera, outra vez, que a causa do movimento foi uma reação generalizada de descontentamento ao governo e acrescenta que se houve a presença de extremistas, que estes

foram na onda de acontecimentos protagonizados por grande parte da população. Portanto, estas circunstâncias não teriam sido criadas por ativistas extremistas, nem por políticos excluídos, mas pela série de medidas antipopulares levadas a cabo pelo próprio governo.

Apesar de o jornal não concordar com a crueza e a brutalidade que marcaram o *Cordobazo*, é muito claro na análise de seus textos de opinião que, a partir de então, os mesmos motivos atribuídos a esta movimentação – em suma, o grande descontentamento com o governo – ficou explícito em suas páginas. Desde maio de 1969, portanto, a crítica do diário cordobês à ditadura se ampliou em frequência e intensidade.

Como vimos no capítulo precedente, a presidência de Onganía duraria apenas mais um ano. Até sua queda, *La Voz* continuou expressando sua inconformidade, como podemos ver em diversos momentos. Um dos exemplos foi quando, em novembro de 1969, o periódico deu ampla cobertura, principalmente em termos críticos, ao fato de o general presidente ter consagrado a Argentina ao Imaculado Coração de Maria. Esta cobertura crítica é ilustrada pela publicação de um manifesto dos padres progressistas vinculados ao *Movimiento Cristiano del Tercer Mundo* – que foram levar este documento até a direção do jornal, encontro que mereceu, inclusive, publicação de uma foto. O documento foi apresentado na íntegra sob o já revelador título “*El Movimiento Cristiano del Tercer Mundo Cuestiona la Decisión Presidencial de Consagrar el País a la Virgen - “Desconfiamos de las alianzas entre el trono y el altar, entre la cruz y la espada”, expresan en un comunicado*” (LV, 30 nov. 1969, p. 34).

Outro exemplo é o editorial publicado em 01º de dezembro, que apesar de não comentar o evento político/religioso do dia anterior, afirma:

*Se ha criticado mucho desde este gobierno a quienes le antecederon en esa función [governo Illia], en el sentido de que se apelaba abusivamente a soluciones de carácter popular y demagógico, antes que a medidas realmente efectivas y de efectos perdurables en beneficio del país. [...]. Sin ninguna duda que el actual régimen, cuyo advenimiento fue indiscutiblemente bien recibido en algunos sectores de la comunidad nacional, ha advertido un notorio deterior de su prestigio con el correr del tiempo, y quiere salir al cruce de ese proceso modificando su imagen basada fundamentalmente en la eficiencia – que no logró – para ganar un favor popular que, si lo tuvo, se le ha ido poco a poco de las manos. [...]* (LV, 1º dez. 1969, p. 22)

O texto faz menção e pretende demonstrar que as supostas falhas de Illia não foram, de fato, superadas; e que o apoio de algumas partes da população ao regime estava se esvaindo enquanto este não demonstrava a eficiência que propagava desde o seu estabelecimento.

Como último exemplo deste posicionamento opositor durante o governo Onganía – que seria retirado do poder neste mesmo mês – faremos referência ao comentário institucional publicado logo após a divulgação de que o ex-presidente Aramburu havia sido sequestrado.

*La situación no es nueva en la historia del mundo. Lo es, quizás, en la Argentina, que la está sufriendo ahora en carne propia. La violencia, el crimen organizado, como manifestaciones de la acción política, constituyen un hecho nuevo para nuestro país, una dolorosa experiencia que todos estamos sufriendo, aunque tal vez en una mayor medida los muchos que tanto han dicho y reiterado que para que las cosas terminaran de arreglarse alguna vez, lo que aquí – en la Argentina – hacía falta, era un gobierno fuerte. Está ese gobierno – o parece estarlo – y están también los robos de bancos por grupos ideológicos, la desaparición de veinte toneladas de dinamita, es secuestro de uno de los ciudadanos más prestigiosos de la República. Ahora nos parece entender que cuando se acusaba de debilidad al gobierno constitucional, se debía a que no clausuraba diarios o revistas. Estas han sido, hasta hoy, las pruebas más expresivas de la fortaleza del actual Poder Ejecutivo, que no se han dado, en cambio, en terrenos donde pudieron ser más requeridas. El hecho es que la fuerza no puede compararse nunca con la violencia. Son dos cosas distintas e irreconciliables. La primera es noble, viril, serena, mesurada. La segunda es un mero producto de la ofuscación, el final de un callejón sin salida en el que se suele desembocar cuando no se sabe ya – o no se supo nunca – qué hacer en realidad. Y la violencia engendra violencia. Es como una bola de nieve que crece y crece según desciende por la ladera. No por nada este gobierno, que desestimó los beneficios de una oposición democrática al extinguir la vigencia de los partidos políticos, tiene ahora una oposición que él mismo ha suscitado, a su imagen y semejanza. [...] (LV, 2 jun. 1970, p. 12)*

Segundo a apreciação do matutino, a violência das manifestações políticas que o país vinha sentindo na própria carne, era decorrência do próprio governo, que ao extinguir os partidos políticos e impedir o jogo democrático, teria criado outro tipo de oposição. Esta oposição, tal qual o próprio governo, agiria com violência.

Além disso, o texto se refere à debilidade atribuída pelos golpistas ao governo deposto, afirmando, de forma irônica, que isto se devia ao fato de que este não censurava a imprensa. Atitude distinta do atual governo, pretensamente forte, que só demonstrava sua fortaleza impondo tais limitações e engendrando mais violência.

Alguns dias após instituir a pena de morte na Argentina, através de um grave discurso – reproduzido na íntegra e analisado por nós no capítulo anterior – o general Onganía foi retirado da Casa Rosada pelas mesmas forças que o haviam alçado à condição de presidente.

O periódico cordobês, ao analisar o discurso da *Junta de Comandantes em Jefe* que havia reassumido o poder e ainda não tinha proclamado um novo presidente, afirmou, em tom crítico mas com alguma esperança que:

*[...] En la continuidad del proceso institucional abierto el 28 de junio de 1966, ésta que se ha inaugurado el lunes 8 parece nomas una nueva etapa. Para que ella se pusiera en marcha, es decir para que las fuerzas armadas se decidieran a sustituir*

*el mandatario que hace cuatro años ellas mismas impusieran a la Nación, hizo falta que una larga y dolorosa serie de hechos y circunstancias denunciara el paulatino e inexorable distanciamiento entre el pueblo y el gobierno. Aquél reclama oídos que escucharan y ojos que vieran, y éste pretendía a toda una sociedad civil un acatamiento de características militares. La colisión era inevitable y se produjo. No se terminará, por cierto, con un mero cambio de hombres, sino cuando la ciudadanía se sienta realmente representada y cuando pueda volver a participar verdaderamente del manejo de las cosas comunes. Sin la participación popular no existe ninguna perspectiva de paz, de orden ni de democracia. Alguien ahora, en las instancias superiores de poder, parece haberlo entendido así. Puede ser que no nos equivoquemos, porque ya no hay tiempo para otro fracaso (LV, 11 jun. 1970, p. 14).*

O diário não esconde que em seu entendimento a simples troca de nomes não seria suficiente para terminar com o confronto entre população e governo. Este só terminaria com o retorno à democracia. Contudo, admite a possibilidade de que alguém de dentro das instâncias do poder tenha se dado conta desta realidade – não podemos afirmar com segurança, mas esta pode ser tanto uma alusão ao general Lanusse, quanto apenas uma expressão genérica, sem correspondência com nenhuma pessoa.

Logo após a assunção do general Levingston à presidência da Argentina, este elaborou um discurso cujos principais conteúdos foram analisados no capítulo precedente desta investigação. *La Voz*, por sua vez, na mesma edição em que foi publicado o referido pronunciamento, teceu seus primeiros comentários acerca das palavras presidenciais. Em linhas gerais, o jornal não foi tão crítico como vinha sendo com Onganía, dando um primeiro voto de confiança ao novo primeiro mandatário. No entanto, o texto é inequívoco na cobrança por prazos e planos efetivos que fossem além de objetivos genéricos, no que se refere ao retorno da democracia, como podemos constatar em sua parte final:

*[...] Pero hay un aspecto del mensaje presidencial que la opinión pública esperaba más rotundo, especialmente porque él ha pasado, al parecer, como un factor decisivo en la crisis reciente: el plan político de salida o solución institucional. Todo concurría a forjar una imagen esperanzada, para superar las peligrosas ambigüedades en que el país ha vivido en este punto. Los anticipos sobre el particular son, empero por una parte, indefinidos, y, por otra, positivos. Lo primero, porque una vez más se vuelve a afirmar que “para concretar la salida institucional será menester haber afianzado las bases de los objetivos revolucionarios fijados en junio de 1966”, por lo cual “nadie debe llamarse a engaño ya que el proceso no es todavía corto”. Lo segundo, en cuanto se promete “que en su concepción (en la del plan político), confección y concreción se tendrán en cuenta todas las corrientes de opinión” y que el pueblo “cuando sea convocado será para ejercer en plenitud los atributos de su soberanía, sin las conocidas trampas, proscripciones ni dramáticas opciones”.*

*La mayor claridad sobre el destino institucional de la República es el deber supremo de la hora. Por eso, la ciudadanía – que no tiene prisa excesiva, porque conoce las dificultades del momento, pero que quiere saber a dónde es conducida – anhela que se fijen plazos discretos, se dé comienzo a las consultas con los sectores responsables de la opinión nacional y se indiquen los instrumentos que se pondrán en práctica para el reencuentro democrático (LV, 25 jun. 1970, p. 14).*

Além disso, o matutino publica uma charge (figura 33) – elemento presente durante todos os meses pesquisados, mas, na maioria das vezes, sem uma vinculação direta com os assuntos políticos aqui discutidos, apesar de sua alta qualidade – que reitera, através do humor, a crítica à manutenção do discurso de Onganía sobre o retorno da democracia. Como podemos ver, um cidadão com um jornal em uma das mãos pergunta a outro sobre o significado das “condições” para o retorno das eleições. O inquirido, por sua vez, partindo do pressuposto, esperançoso mas talvez falso, de que a retirada de Onganía havia ocorrido justamente para que o retorno da democracia fosse mais rápido e objetivo, responde secamente, e bem ao estilo argentino, que o inquiridor estava lendo um diário antigo, pois quem dizia isso era o ex-presidente.



FIGURA 33 - Diário velho (LV, 26 jun. 1970, p. 13).

Um mês depois, o “tempo” concedido a Levingston já se esgotava e o periódico cordobês voltava a apresentar suas duras críticas em relação ao necessário retorno da democracia. No editorial “*Política sin Política*” o diário condena uma presumida estratégia do poder executivo:

*Hemos hablado ya, en repetidas oportunidades de la necesidad imperiosa, insoslayable, de devolver a la ciudadanía el auténtico ejercicio de la soberanía política que le fuera sustraído en junio de 1966 con menos argumentos que pretextos, para dar base al desarrollo de un proceso institucional que cuatro años después, acaba de desnudar todas sus carencias y frustraciones. Ha habido ahora un cambio de conducción en la más alta jerarquía nacional, y ese cambio que en un primer momento se presumió definido y, por eso mismo*

*auspicioso en cuanto anulaba las pretensiones de un régimen que – lo admita o no – quería perpetuarse, no ha satisfecho de ninguna manera las expectativas crecientes del pueblo argentino.*

*Está claro que hay una modificación advertible en punto al idioma que esta administración nueva utiliza; que hay un reconocimiento, no del todo explícito, respecto de los anhelos ciudadanos, y que hay también un convencimiento de que la democracia es un sistema de gobierno lleno de imperfecciones, pero el mejor de todos los que existen.*

*Lo sugestivo es que todo eso está derivando en actitudes verdaderamente sospechosas con referencia al real desenlace político que habrá de operarse en la Argentina. Porque si antes se hablaba de plazos largos ahora se habla de plazos no cortos, y ambas cosas significan exactamente lo mismo. Y porque, principalmente, este movimiento que derrocó al último gobierno constitucional y abominó de la política y los políticos, está recurriendo a hombres políticos para llenar vacantes en importantes jerarquías nacionales y provinciales. Así ha ocurrido con algunas secretarías del Estado y con algunas provincias, para cuyo Poder Ejecutivo se ha nombrado a hombres de activa militancia política. [...]*

O editorialista de *La Voz del Interior*, após asseverar que a soberania política foi retirada da população mais com pretextos do que com argumentos, confirma que a troca de presidentes parecia ser auspiciosa, com o derrocamento de um regime que queria se perpetuar no poder. Contudo, o governo de Levingston não estaria satisfazendo de nenhuma maneira à expectativa do povo argentino e, conseqüentemente, daquele que se considerava seu intérprete: o jornal. A despeito de haver um reconhecimento de que o novo governo tinha uma interpretação mais favorável da democracia, nem em termos práticos e nem no discurso se percebia mudanças substanciais. Como o texto alude criticamente, enquanto o antigo presidente falava em longo prazo, o novo se referia a prazos não curtos.

Após isto, o jornal comenta a nova prática de se valer de políticos afastados desde o golpe de 1966 para ocupar cargos no governo, afirmando que um enfoque simplista poderia ver com otimismo este aparente avanço no manejo político. Segundo ele, esta poderia ser apenas uma mudança de tática para neutralizar as inquietações nacionais, com a concessão de poder a indivíduos de grupos políticos que estariam, em verdade, a mando das Forças Armadas e não como representantes do povo. E, finalizando, assevera seu descontentamento:

*[...] Desde esa perspectiva, aquí no se han dado pasos adelante sino hacia atrás, tal como si se quisiera adormecer la conciencia de la población conformándola con concesiones graciosas que, no dudamos, suscitarán a poco que se las analice un rechazo unánime y absolutamente justificado, porque no van dirigidas a satisfacer las aspiraciones de la ciudadanía, sino a frustrarlas (LV, 24 jul. 1970, p. 12).*

Assim, o diário propõe uma possibilidade interpretativa à população. Interpretação que critica as ações deste novo governo e busca anular uma possível estratégia de convencimento dos civis e militares que estavam no poder. O provável leitor pode, com isso, ser exposto a uma perspectiva a qual não havia pensado e então estabelecer ou reiterar sua

contrariedade com a ditadura – como também pode discordar, mas o que nos interessa aqui é a posição sustentada, e portanto sugerida, pela empresa jornalística. Portanto, de forma cada vez mais patente, se sobressai a total disparidade do discurso do periódico cordobês com o defendido pelo governo, o que nos revela neste estudo comparativo, uma diferença fundamental com o caso brasileiro e o posicionamento do jornal *Zero Hora* pelo menos até 1968.

O tema do federalismo é um dos que mais se destaca no que se refere à inconformidade do periódico com a condução da Casa Rosada. Como vimos no início deste capítulo, Illia foi elogiado por seu conhecimento das necessidades do interior do país e por sua postura – rara em termos de governante nacional – favorável à suplantação efetiva do centralismo portenho.

Após a ocorrência do golpe que derrubou o presidente semiconstitucional, foram diversas as condenações expostas pelo jornal sobre o desrespeito do novo governo em relação às províncias. No final de fevereiro de 1971, um dia após a renúncia do então governador de Córdoba, Bernardo Bas, e em um contexto de nova efervescência dos movimentos sociais, *La Voz del Interior*, mais uma vez, bradou sua indignação em editorial intitulado “8 Gobernadores 8”<sup>85</sup>:

*Otra sorpresiva crisis institucional sacude a nuestra provincia, en uno de los momentos menos propicios para asimilar impactos de semejante naturaleza. Córdoba está afrontando una inquietante situación derivada de conflictos sociales y laborales en plena marcha o a punto de precipitarse, cuando el gobierno nacional – con la mayor desaprensión – provoca el alejamiento del séptimo gobernante designado desde el advenimiento de la Revolución Argentina y la pronta instalación del octavo hombre que habrá de regir los destinos provinciales en poco más de cuatro años.*

*Es evidente que el relevo de turno fue motivado por el poder central, que en este caso ha actuando igual que en anteriores ocasiones, es decir, con absoluto desconocimiento de la situación local y con olímpico desprecio por la mínima consideración que merecen las provincias. Además, surge en primera instancia una descomunal contradicción en el criterio conductivo del Ministerio del Interior, uno de cuyos subsecretarios afirmó categóricamente hace escasos días que no sería afectada Córdoba con los recambios de gobernadores, pues su mandatario era uno de los mejores hombres de la Revolución Argentina. Contradicción que ratifica la trayectoria de incoherencias que exhibe el presente régimen de facto, desde su instalación en el poder.*

*Al margen del juicio que puede merecer a los cordobeses la gestión cumplida por el gobernador saliente, la actitud de las autoridades metropolitanas infiere una nueva lesión al concepto de federalismo y propone un inquietante futuro para el desenvolvimiento institucional de la provincia. Quienes tienen en Buenos Aires la facultad de hacer y deshacer, continúan pensando que Córdoba o cualquier provincia argentina puede ser manejada a la distancia, como los antiguos*

<sup>85</sup> A repetição do número não é uma falha na transcrição, realmente estava assim impresso; ou seja, é utilizada uma figura de linguagem que reforça o significado pouco crível da grande quantidade de governadores, já revelando o sentido do texto que antecede

*terratenientes porteños solían dirigir sus estancias del interior, sin mayores conocimientos y cambiando de capataz toda vez que éste no fuera lo suficientemente dócil para cumplimentar sus caprichos. Tratan a las provincias como sucursales de una casa central omnipotente, impersonal y ajena a las realidades lugareñas, que en el caso particular de Córdoba tiene características peculiares y dignas de ser atendidas con la mayor preocupación, porque gravitan decididamente en el desenvolvimiento social, político y económico del país.*

*Cualquiera sea el hombre que en los próximos días se convierta en el octavo gobernante de la Revolución Argentina, tendrá que resolver candentes problemas de complejidad poco común. [...] (LV, 26 fev. 1971, p. 12)*

O comentário apresentado pelo jornal identifica a saída do governador como sendo algo provocado pelo governo nacional, a despeito de as notícias darem conta de que Bernardo Bas havia renunciado. O autor crítica duramente a postura do poder central, denunciando seu desconhecimento da realidade local e sua total falta de apreço com as províncias. Ele reforça também a nova lesão ao federalismo, remetendo-se a realidades passadas, pré-independência, cuja herança ainda não estava, ou não está, totalmente superada. Também cabe frisar que o editorialista destaca a contradição deste governo, pois poucos dias antes o governador foi elogiado por membros de um dos ministérios, sendo considerado um dos melhores homens da “revolução”.

Ao destacar esta postura, o diário afirma que isto ratifica uma trajetória de incoerências que vieram marcando aquele “*régimen de facto*”. É importante salientar que apesar das mais diversas críticas com que desqualifica o poder central, o jornal não usa o termo ditadura. Nos exemplares pesquisados, este termo é reservado, como já citamos, ao período do governo de Perón, a quem o jornal prefere chamar de “*ex-dictador*”. Não sabemos o motivo da não utilização deste termo nas referências ao governo da “Revolução Argentina”, mas é preciso afirmar que isto não minimiza em nada, como vimos demonstrando, a forte condenação que o jornal faz deste regime.

O editorial termina alertando que o oitavo governador teria que enfrentar problemas de complexidade pouco comum; frase esta que o olhar perspectivo nos permite avaliar como de um apurado acerto.

A pessoa delegada pelo poder central para governar Córdoba foi o conservador José Camilo Uriburu, que, apesar do pouco tempo em que ficou à frente da província, teve especial importância no encerramento do governo do general presidente Levingston. Logo após ter assumido, o novo governador pronunciou um discurso que ganhou importância pelo seu conteúdo, mas principalmente pelas reações opositoras que desencadeou. Este discurso, realizado na cidade de Leones, fortemente anticomunista e de características muito próprias, foi analisado no capítulo anterior. O que nos interessa, agora, é demonstrar sua repercussão

em *La Voz del Interior*; repercussão esta que, já podemos adiantar, foi extremamente negativa, seguindo a mesma linha que o jornal assumiu de forma mais explícita desde o *Cordobazo*.

O editorial “*Un discurso Temerario*” tece comentários críticos e irônicos:

*El gobernador de la provincia acaba de pronunciar un discurso que la ciudadanía debe haber recibido con asombro y, sin duda, con justificada protesta íntima. [...]*

*No diremos nada del estilo oratorio preferido en la emergencia, en el cual relucen atavíos de la antigua retórica y los ademanes característicos del verbo de la grandilocuencia, ya que alguien, en todo caso, podría aducir que ello pertenece al tino literario personal y nada tiene que ver con los actos y los problemas propios de la vida del Estado. [...]*

*En el discurso de Leones han abundado las exageraciones del gobernador; que parece lanzado a la ambiciosa tarea de fijar – como lo ha señalado – “los términos de la dialéctica política” y a definir, “en grado de doctrina con imperio positivo, los principios de unidad nacional de una Argentina vertebrada”. Exagerada es esa empresa, como exagerado es anticipar que “Córdoba, convertida en columna”, irá a confundirse dentro del “gran movimiento de opinión” que, según el gobernador, ha puesto en marcha el actual presidente, “desde mediados de 1970”. No es evidentemente, un delegado del poder central – según él mismo se ha definido – sino el pueblo quien ha de juzgar la presente conducción de la República y quien ha de orientar la marcha de Córdoba, cuando llegue la hora de decidir, en el terreno adecuado, el destino de la Nación. Sólo un mandatario que a esta altura de la civilización se atreve a proclamar – como lo hace ahora el de nuestra provincia – que “la palabra del gobernante” ha sido “conferida por Dios”, por lo cual “tiene la virtud de llegar a donde no llega ninguna otra palabra, intérprete como es del principio de autoridad, que representa de modo indelegable y viviente”, ha podido permitirse hablar con tan soberbia desmesura, asumiendo facultades o misiones que nadie le ha conferido.*

*Pero si esas manifestaciones hieren la sensibilidad del pueblo de Córdoba, celoso de su personalidad moral y civil, lo agravan otras, aún más desdichadas. Son aquellas que denuncian “la conjura conceptual de la contrarrevolución”, que habría elegido a la provincia “como epicentro nacional para su cobarde maniobra”. Engolando el gesto, el gobernador ha sentenciado: “declaro que confundida entre la masa de valores que es Córdoba, por definición, se anida una venenosa serpiente, cuya cabeza quizás Dios me depare el honor histórico de cortar de un solo tajo”.*

*Esa conjura no ha sido caracterizada por el denunciante en forma inequívoca. Se ha amparado en la vaguedad de enunciados tales como “la avaricia contenida”, “la ineficacia desplazada” y “la bandera roja”. Son frases hoy ambiguas, que no valen siquiera como efectismos verbales. ¿Cuál es pues la “serpiente venenosa” que descabezará “de un solo tajo”, como un intrépido cruzado, el ciudadano a quien el poder central ha confiado la administración de los intereses de la provincia? ¿Por qué no ha indicado con precisión dónde anida ese poderoso – y mortífero – reptil? El gobernador – que, según su expresión, no puede limitarse “a una académica o lírica enunciación de principios o de números” – ha recaído en la retórica, en la dudosa retórica, pues su acusación, por su genéricos contornos, se convierte en una ofensa generalizada a un pueblo como el de Córdoba, que ha mostrado el coraje civil necesario cuando la historia se lo ha demandado, y que lucha sin sosiego por contener el avance avasallante del centralismo político y económico y demanda para sus clases productoras y laboriosas un nivel de vida acorde con los tiempos, con sus aportes a la grandeza nacional y si contribución sin pausa a la cultura, en sus más altos niveles.*

*El gobernador, que ha incursionado, por lo demás, en el terreno resbaladizo de los enjuiciamientos sobre conductas anteriores en el ejercicio del poder público, los cuales deberá probar, si se lo piden, no ha podido referirse a Córdoba en los términos que comentamos. Es un grave error, que aumentará las dificultades que ya rodean su gestión, apenas comenzada (LV, 9 mar. 1971, p. 12).*

Para quantificarmos e termos uma melhor ideia do nível de condenação ao discurso do governador, vejamos uma lista dos adjetivos utilizados direta ou indiretamente para designá-lo ou para se referir à sua fala: exagerado, ambicioso, soberbo, desmesurado, agravante, desditoso, vago, ambíguo, retórico, genérico, ofensivo, errôneo. Tudo isso, apresentado em poucos parágrafos.

Ademais, o editorial destaca como mais agravantes, as denúncias sobre a “*conjura conceptual*” que teria Córdoba como epicentro; e cujo conteúdo vago e ambíguo leva o autor do comentário a perguntar ironicamente ao “intrépido cruzado” qual seria a serpente que ele decapitaria. No fim, é feita alusão a este caráter ofensivo da fala do governador, que com suas genéricas acusações teria atingido toda a província.

Não foi só no editorial não assinado que o diário condenou as palavras de Uriburu. A charge desta edição foi uma excelente demonstração de crítica política através do humor, como podemos ver na figura 34.

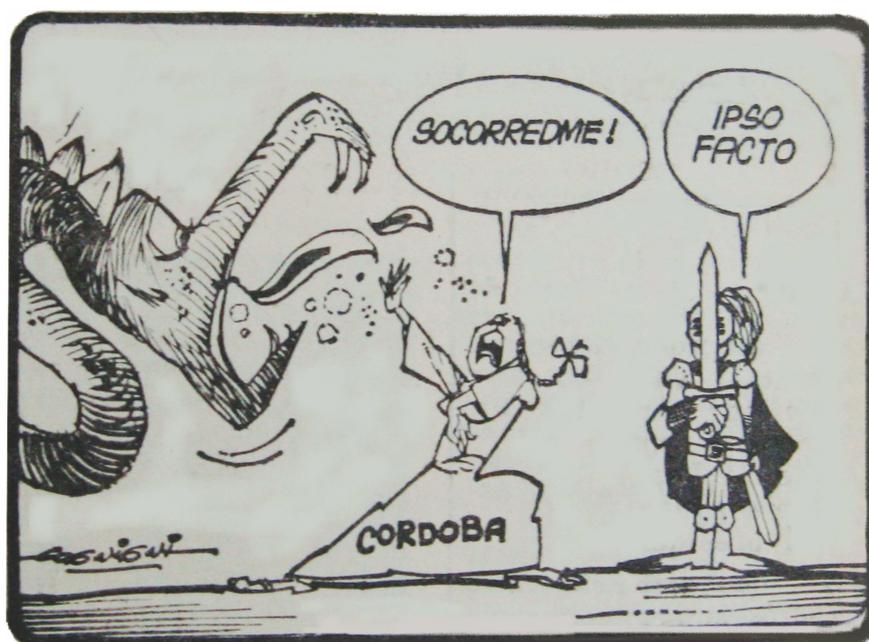


FIGURA 34 - Córdoba em perigo (LV, 09 mar. 1971, p. 13).

A charge pretende apresentar uma cena medieval, na qual uma donzela (a província de Córdoba), grita desesperadamente por socorro, visto estar sendo atacada por um grande dragão que lhe cospe fogo. Ao seu lado está um cavaleiro de armadura e de espada em punho, pronto para defendê-la. O chargista nos leva a interpretação de que o cavaleiro protetor é o

governador Urriburu pela fala latina atribuída a ele, que naturalmente atenderia ao pedido e protegeria a donzela, ação para a qual ele já estava pronto.

Nesta mesma edição, o jornal também publicou a íntegra de um comunicado do “*Comando de Lucha de la CGT*” regional Córdoba<sup>86</sup>, que afirmava seu repúdio às declarações e enviava uma resposta:

*[...] que no nos asusta a los trabajadores organizados amenazas de ningún funcionario de turno y que el pueblo de Córdoba conoce muy bien donde está y cual es la serpiente venenosa a la que sí vamos a cortarla algún día la cabeza. Esa serpiente que el pueblo conoce es la representada por los intereses nacionales e internacionales a cuyo servicio se encuentran los personeros gobernantes que han sumido a la República en la dependencia que hoy soporta por imperio de la fuerza. De allí, que al teatral y aparatoso anuncio del Delegado presidencial debemos contestar con la expresión unánime del pueblo de Córdoba que desde mayo de 1969 viene ratificando la decisión de recuperar el poder soberano de la República [...]* (LV, 9 mar. 1971, p. 17).

Apesar de não ser esta uma matéria própria do jornal, sua publicação reforça seu posicionamentopositor à ditadura civil-militar instaurada na Argentina desde 1966.

O alerta feito pelo diário no final do último editorial apresentado, assim como a ameaça da CGT, acabariam se confirmando. Em 12 de março, foi realizada uma grande greve geral, convocada pela CGT, que terminaria em conflito e que teve o saldo trágico de mais um jovem morto. Três dias depois, Córdoba viveria uma nova convulsão popular: o *Viborazo*; movimento que esteve na raiz da renúncia de Urriburu e da retirada de Levingston da presidência, reassumida pela *Junta de Comandantes em Jefe*.

Duas charges ilustram a queda do governador (figuras 35 e 36).

---

<sup>86</sup> O secretário da CGT já havia afirmado, logo depois da designação do novo governador, que não se poderia de nenhuma maneira voltar ao ano 30 (LV, 3 mar. 1971, p. 17), em uma referência histórica ao militar José Félix Urriburu, que, no primeiro golpe de estado da Argentina, retirou do poder o presidente radical Hipólito Yrigoyen em 1930, permanecendo como presidente de fato por dois anos.

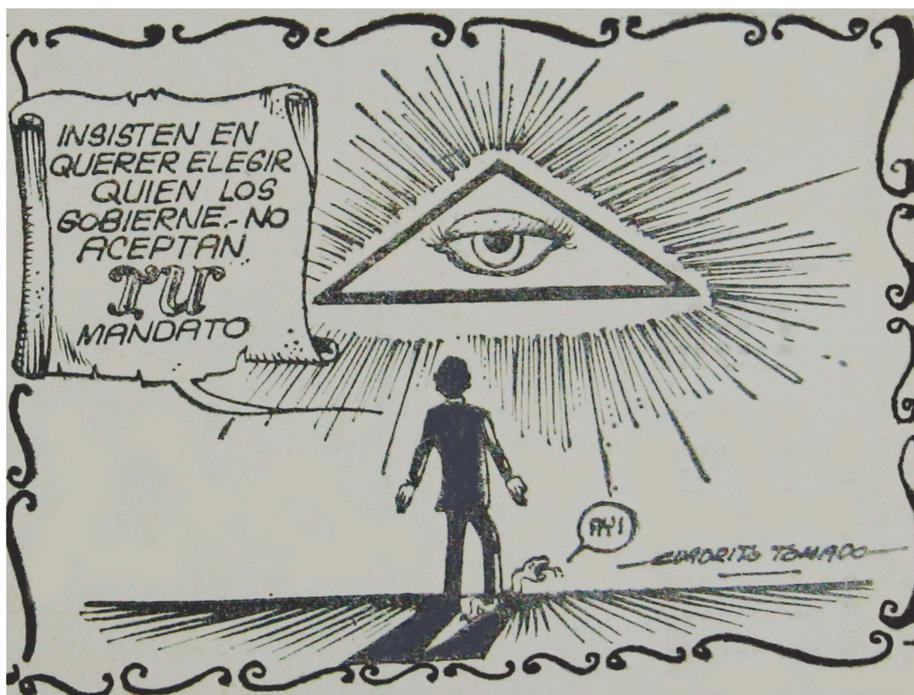


FIGURA 35 - “Teu” mandato (*LV*, 13 mar. 1971, p. 9).

A primeira delas, publicada um dia após a greve de 12 de março, apresenta uma imagem com ares de antiguidade – ou como de um livro antigo – como se percebe por suas bordas. O personagem principal, o governador da província, aparece dando um relato a uma força maior, Deus, segundo seu discurso, aqui representado de uma forma mais simbolista como sendo um grande olho envolto por um triângulo resplandecente. O governador se dirige a esta entidade com um “TU” maiúsculo, reforçando a interpretação de que seria Deus ou alguma força muito maior que ele. No relato, uma reclamação como indicam os seus braços abertos, o governador afirma que o povo, sujeito oculto que podemos subentender, insiste em querer escolher seus governantes, não aceitando os desígnios daquela força. Também é preciso destacar que o personagem aparece pisando em uma serpente que, bem menor, grita de dor.

A imagem acaba constituindo-se em um deboche opositor bastante esdrachado do governador. Embora não haja referência nominal a ele, sua figura é prontamente reconhecida pelas referências ao conteúdo de seu discurso em Leones.

A segunda charge foi publicada após a renúncia de Uriburu e insiste na imagem da serpente.

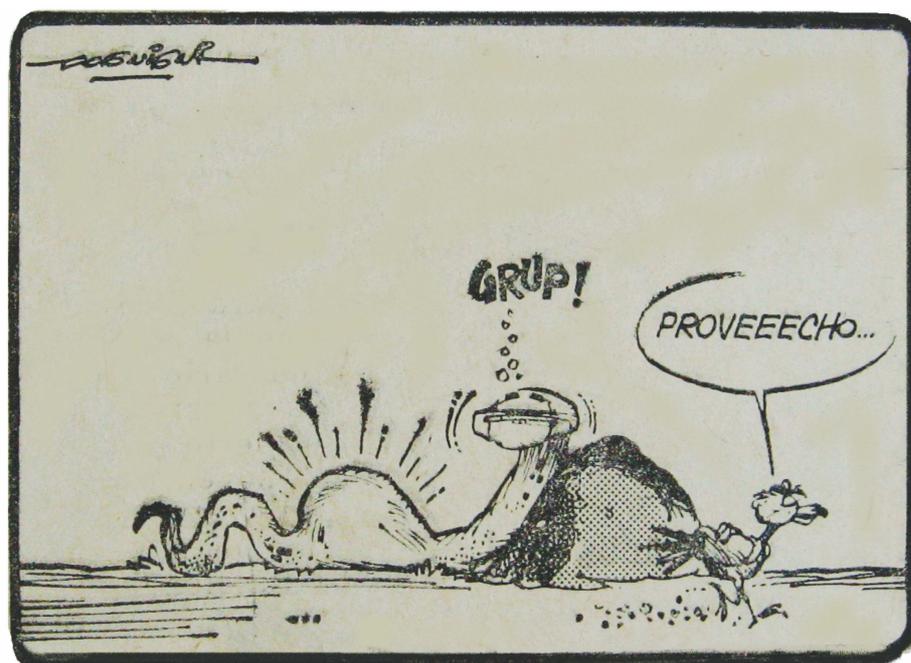


FIGURA 36 - “Proveecho” (LV, 18 mar. 1971, p. 13).

Esta composição, bem mais simples que a anterior, apresenta uma serpente com a barriga cheia e arrotando, como se recém tivesse engolido uma presa. Como podemos facilmente supor, a vítima é o ex-governador que acabou sendo devorado pelo réptil, cuja periculosidade ele tinha reiterado quando explicou, dias após o discurso de Leones, que “*la víbora [...] es la bandera roja; la víbora son aquellos que quieren comernos*” (como vimos na citação apresentada no final do capítulo anterior). Também faz parte da composição um pequeno pássaro que, ou assistiu a deglutição, ou percebeu o estado da víbora, e lhe deseja um bom apetite. Poderíamos supor que o pequeno pássaro, outro componente da fauna de Córdoba, seria uma parte da sociedade, não aquela que exatamente provocou a queda do governador (representada pelo réptil), mas aquela que se alegrou com o seu resultado.

Na mesma edição em que foi publicada esta charge, o jornal apresentou dois editoriais vinculados ao tema: um, o principal, mais sério e objetivo, intitulava-se “*9 Gobernadores*”; o outro, localizado ao fim da página e de caráter mais crítico e militante foi denominado de “*Hasta Nunca*”. A reprodução da mensagem de renúncia de Uriburu para o presidente general Levingston também faz parte do material que compunha esta página.

No primeiro deles, o periódico cordobês afirma que:

*Esta vez el cambio de gobernador para Córdoba fue mucho más rápido de lo que suponía, aunque al conocerse el nombre del octavo mandatario ahora en retirada, ya se vislumbraba escasa consistencia e indicios de pronta inestabilidad. Lo cierto*

*es que nuestra provincia tiene designado el noveno delegado federal que regirá sus destinos en cuatro años, precisamente el lapso fijado para que un solo gobernador ejecute su mandato cuando funcionan los resortes constitucionales.[...]*

Depois de reiterar os perniciosos efeitos destas trocas frequentes e frisar novamente o problema do centralismo de Buenos Aires, o editorialista comenta a difícil situação que o novo governador enfrentará na província e dá dicas de como deverá ser sua atuação:

*[...] Solucionar los problemas de Córdoba, implica, en considerable medida, enfrentar Buenos Aires y su política excesivamente centralista. En varias ocasiones, los mejores propósitos fracasaron ante la imposibilidad de abatir los egoístas intereses del puerto, que son fruto de distorsión y desequilibrio. Quizá la mayor parte de las dificultades que hoy fundamentan el inquietante rostro de la violencia cordobesa, sólo pueden ser superadas mediante cambios radicales en importantes facetas de la conducción nacional, que impiden concertar las bases del cambio estructural reclamado por el interior para acceder al desarrollo. El nuevo gobernador, un hombre que no es de Córdoba, tendrá que jugar ese papel un tanto agresivo contra sus propio mandantes, para obtener los medios que le ayuden a tentar la ruta del éxito. Hasta hoy el régimen imperante sólo ha dado a nuestra provincia cuatro años estériles y ocho gobernadores. La experiencia es amarga y en Córdoba no queda margen para nuevos errores (LV, 18 mar. 1971, p. 12).*

O jornal tenta “cooptar” o governador para que ele, desde o principio, se volte contra seus mandantes, contra a atitude centralista da capital que até então proporcionou anos estéreis para a província. Esta papel agressivo, colocado pelo diário como condição para que o novo governador tente recolocar a província na rota do êxito, era, certamente, de difícil ou impossível consecução por parte do delegado do poder executivo; o que revela o tipo de oposição que ele enfrentaria e já pressagia graves dificuldades para seu mandato imposto.

O outro comentário publicado nesta edição é de tom muito mais direto, por vezes engraçado, mas que representa de forma ainda mais patente a contrariedade do periódico com relação ao ex-governador. Reproduzimos abaixo os principais trechos deste editorial não assinado:

*[...] Pero si bien es cierto que el gobernador renunciante duro poco, no lo es menos que sera recordado mucho. El funcionario que ha dimitido habrá de ser memorado, seguramente, como el introductor de los ofidios en la teoría sociopolítica nacional, mérito nada desdeñable, por cierto, si se considera que un filósofo y publicista cordobés pasó a la historia gracias a una vaca. Las serpientes, como se sabe, son mucho más peligrosas que los rumiantes, y mérito es el manejarse en torno de ellas y resultar indemne.*

*Aunque esto último puede ser discutible, sobre todo si se analiza con alguna atención – que bien lo merecer – el texto de la renuncia del gobernador. Porque de verdad que al renunciante mandatario parece haberse picado una víbora o, si no, algún otro bicho. “He cumplido así – dice su dimisión –, con la ayuda de Dios y el apoyo de las autoridades nacionales, la promesa contenida en la declaración de Leones de atacar el comunismo en la Argentina. El operativo “Clínicas”, cumplido por Villar y sus hombres – añade –, con ahorro de vidas, ha degollado al reptil, cuyo cuerpo lo veo aun estremecerse en los gremios, donde quiso anidarse”.*

*Hablemos en serio ahora: el funcionario que se va luego de comenzar su gestión interviniendo en una gresca callejera protagonizada por uno de sus hijos y de terminarla agudizando, por su propia presencia en carácter de gobernante, las tensiones latentes en la sociedad cordobesa, ni atacó al comunismo, ni le cortó la cabeza a un reptil ni a un pajarito. Porque ésto de que se trata entre nosotros no es cosa de animales no materia para el estudio de zoólogos, sino un asunto de hombres maduros, civilizados, lúcidos y conscientes de su capacidad individual, de sus posibilidades sociales y de sus aptitudes políticas.*

*Que por una de esas aberraciones de la historia, todas esas virtudes humanas y ciudadanas hayan sido puestas entre paréntesis, no es sino el mayor justificativo para la reacción que en estos últimos años ha teñido de sangre las calles de Córdoba y de otros lugares del país; y es la ratificación – si falta hacia – de las indiscutibles bondades del régimen republicano y representativo, bajo cuyo imperio jamás una provincia como Córdoba hubiese sido agraviada con la presencia de tamaño gobernante. [...]*

*Esto de ahora, en cambio, fue mucho más grave, porque este gobernador que se va no ha omitido decir, entre otras cosas, que ha puesto orden en la provincia, cuando se sabe concreta, notoria y dolorosamente, que el desorden empezó – como en el cine continuado – precisamente cuando llegó él. Jamás el natural ingenio de los cordobeses se vio tan incentivado como con las palabras de un gobernador que gratuitamente nos ofendió con la que él llama pomposamente en su renuncia “declaración de Leones”, donde rebajó al ridículo las aspiraciones, las inquietudes y los problemas de un pueblo en cuyo sacrificio común alienta más patriotismo que en todos los discursos oficiales juntos. A esta provincia líder de esa Argentina que está más allá y por encima de la pompa y la indiferencia de los despachos oficiales, no se la puede mortificar encontrando funambulescos reptiles supuestamente enemigos de la Nación. Porque aquí en Córdoba no hay otros reptiles que los que la zoología tiene clasificados, ni hay enemigos de la Nación. Hombres con vocación nacional, en cambio, hay muchos, y dudamos que entre ellos se encuentre el hombre que se va ahora de una provincia a la que nunca debió volver; salvo en tren de turismo, que para eso, por supuesto, estamos siempre de temporada (LV, 18 mar. 1971, p. 12).*

A primeira parte do texto é mais uma piada crítica ao ex-governador, como o título já indica. Nela o editorialista afirma que apesar de ter durado pouco, Uriburu seria muito lembrado, como o introdutor dos ofídios na teoria sócio-política nacional – podemos afirmar, com o olhar que a história nos permite, que apesar da graça, o autor tinha razão; a “víbora” citada pelo conservador entraria para a história nacional com a sua derivação consequente, o *Viborazo*, que hoje é listado até na mais simples cronologia da “Revolução Argentina”.

Ainda nesta parte, o autor presume que Uriburu havia sido picado por uma víbora ou por outro bicho, pois ele estaria delirando quando escreveu sua carta de renúncia e afirmou que tinha cumprido sua missão de atacar o comunismo na Argentina; delírio este que ficaria mais evidente quando ele afirma que pode ver o corpo de réptil degolado a se estremecer nos sindicatos onde quis se aninhar.

O editorial, em sua parte dita “séria”, demonstrando que não há coincidência alguma entre as declarações anticomunistas do ex-governador e o posicionamento do jornal, afirma que Uriburu não atacou o comunismo, nem cortou a cabeça de um réptil, nem a de um passarinho. Muito menos colocou ordem na província; pelo contrário, afirma o diário que,

como se sabe concreta, notória e dolorosamente a desordem começou justamente quando aquele chegou e ofendeu gratuitamente a população cordobesa.

Ainda segundo este editorial, as reações que tingiram de sangue as ruas de Córdoba, são consequência direta da falta de uma série de virtudes humanas e cidadãs que foram colocadas em parênteses pela ditadura; o que também ratifica, se ainda fora necessário, a indiscutível superioridade do regime republicano e representativo.

Dias antes da saída de Levingston, *La Voz del Interior* publicou o editorial que será o último a ser apresentado neste estudo. Ele se chama “*Cuando Huye el Tiempo*” e reitera de forma indubitável sua posição crítica à ditadura civil-militar imposta ao país após o golpe contra o presidente Arturo Illia.

*La tensión innegable de esta hora que vive la República no alcanza, no obstante, a disimular el tremendo sentimiento de frustración que embarga al hombre argentino frente a un panorama nacional pocas veces tan desolador como el que ahora se ofrece a nuestra vista. Recorrido el país por la incomunicación y los enfrentamientos; agudizadas hasta lo increíble las diferencias de clase por una política económica que cada vez concentra mayor riqueza en menos cantidad de gente; sumido el gobierno en la maraña de sus propias e insalvables contradicciones, con grupos y grupúsculos internos que pugnan por el poder como en los peores tiempos de la más barata politiquería, una sola esperanza parece quedarnos a los argentinos de esta hora: la que puede ofrecernos, con todo lo que tiene de imprevisible, el tiempo por venir.*

*Nos bastaría que un solo hombre – nada mas que uno sólo – diera una sola razón, siquiera la más mínima, que justificara la abolición de las instituciones republicanas y el gobierno representativo, operada en junio de 1966. Si alguien, aún uno sólo, sigue creyendo hoy que aquello tuvo alguna justificación, seguramente haría más llevadera esa sensación de fracaso, de tiempo perdido, que nos agobia y que nadie ya puede ocultar. Es una pretensión pueril – y descabellada, por supuesto – pero es nomás el resultado de estos tristes, oscuros cinco años de historia que estamos viviendo y que – quede ello claro – no han tenido como protagonista al hombre argentino, salvo en la oposición o en el silencio, sino a un pequeño sector del país cuyas intenciones no queremos juzgar, pero cuya responsabilidad ante el juicio de la historia es verdaderamente dramática.*

*Cuando la huelga trasciende la mera protesta del no trabajar para convertirse en reacción violenta frente a lo establecido – o mejor dicho, lo impuesto –; cuando una mera asamblea de trabajadores, como la de ayer en Tribunales, deriva en la detención – solicitada por el propio Tribunal Superior de Justicia – de casi 500 personas incluyendo abogados y hasta algunos jueces y desata la histeria de una represión sin frenos ni límites en el Palacio Municipal; cuando en el transcurso de un lustro no se atina con una política económica coherente que dé satisfacción a los justos requerimientos de empresarios y trabajadores; cuando las universidades regresan a las peores épocas del discrecionalismo clasista; cuando la idoneidad es una rara virtud en el adocenado elenco de los funcionarios gubernamentales y cuando, en fin, no existe un proyecto nacional que ofrezca siquiera básicas pautas del desenvolvimiento del país en los múltiples niveles de su quehacer; cuando todo ello ocurre, en fin, la esperanza es una virtud preciosa y es además – por lo que a nuestra generación respecta – la tabla a la que se prende un náufrago en la soledad del mar: no para navegar, sino para no hundirse.*

*Pero esperanza no es resignación. Y como lo prueban hechos muy elocuentes de estos últimos tiempos, los argentinos no estamos resignados a que las cosas sigan como hasta ahora. Hemos perdido lastimosamente cinco preciosos años. Nos los*

*han hecho perder, mejor dicho. Y ése es un crédito demasiado oneroso para otorgar a nadie, sean muy buenas o muy malas las intenciones que le animen.*

*El pueblo no pidió esto que dijeron hacer en su nombre. Y su silencio, mal interpretado como complicidad, sólo fue manifestación de impotencia frente a la fuerza. Nada más que éso. Pero el pueblo ahora tiene todo el derecho a pedir que se le rindan cuentas, porque no se ha perdido sólo el tiempo de los responsables de este proceso que va hacia ninguna parte, sino que ha dilapidado el tiempo del país, que es mucho más valioso y trascendente que aquel otro. Y ese tiempo, hoy, lo debemos computar en las evidencias de una economía seriamente deteriorada, de un enfrentamiento de clases cada día más agudo y de una general y peligrosa desorientación de la cual el propio gobierno está abundando en claras e incontrovertibles expresiones.*

*Porque ahora el gobierno parece no saber qué hacer. Y no es que antes lo haya sabido, por cierto, sino que al parecer ha tomado conciencia de ese no saber. El pueblo, en cambio, sí lo sabe. Y si ayer – si se le hubiera permitido – hubiese dicho que lo justo, razonable y positivo era asegurar la continuidad institucional, hoy puede afirmar con rotundas razones la necesidad perentoria de retornar sin vueltas a la normalidad de las instituciones, único ámbito en que el país podrá recuperar su exacta dimensión y quebrar el escepticismo que hoy lo invade y que le impide encarar las grandes empresas que la historia reclama (LV, 20 mar. 1971, p. 14).*

O protesto é tão amplo e a crítica tão profunda, que os comentários do matutino cordobês mereceram ser transcritos por inteiro. O *Viborazo* parece ter agudizado ainda mais as críticas já expostas sem aparentes limitações desde maio de 1969, com o *Cordobazo* – é o que podemos concluir a partir deste editorial e do anterior.

Este último demonstra, entre outras coisas, a total discordância do jornal com as justificativas dadas quando da efetivação do golpe em 1966. Esta oposição se revela quando o autor “pede” ao menos uma justificativa razoável para a retirada de Illia da Casa Rosada. Várias foram dadas, como tratamos na primeira parte do capítulo precedente, mas nenhuma passou da condição de simples pretexto no entendimento do periódico.

Nesse sentido, o editorialista afirma de forma direta que o povo não tinha pedido nem o golpe e nem a ditadura (não tratados nestes termos), a despeito de os militares terem alegado que fizeram isso em seu nome.

O diário também repete aqui a sua compreensão de que na época de Illia se vivia dentro de uma lógica republicana e aquele seria um governo representativo; o que mostra, como afirmamos desde o início desta análise, que a proibição do peronismo não era considerada um entrave à democracia argentina e que a baixa concorrência de votos ao político radical não era um limitante em termos de representatividade, como alegado pelas oposições de então.

Com isso, o periódico se situa, ademais de pretendo intérprete do povo, ao lado da oposição ao regime, apresentando uma lista de fatos e sentimentos que comprovariam a completa deterioração da sociedade argentina nos mais diversos âmbitos. Como força opositora, o periódico também assevera que nestas condições, com um panorama desolador e

quando um tremendo sentimento de frustração embargava o povo, este teria todo o direito de se manifestar e exigir, como o próprio jornal o faz, a peremptória necessidade de retorno, sem retrocesso, à normalidade institucional.

Tudo o que apresentamos até aqui demonstra que o matutino cordobês apresentou um comportamento indubitavelmente opositor ao golpe de estado e à ditadura civil-militar que se estabeleceu em 1966. A intensidade desta oposição variou com o passar dos anos, mas esteve presente desde as primeiras horas e intensificou-se com o correr dos acontecimentos, crescendo junto com aquela sustentada por outros setores da sociedade argentina que não se eximiram frente à opressão.

A despeito de o jornal apresentar em sua composição ideológica o componente anticomunista, optando por um lado no mundo dividido pela Guerra Fria, as representações vinculadas a esta oposição não foram usadas, intencionalmente, de forma colaboracionista com a ditadura. Pelo contrário, em diversas vezes o periódico se esforçou por demonstrar que a tentativa de legitimação e de justificação de ações do governo através de argumentos anticomunistas era falsa e utilitária.

O diário influenciou e foi influenciado pela oposição à ditadura; produziu e reproduziu representações que demonstravam o resultado destruturante daquele governo civil-militar para a sociedade argentina; contribuiu, portanto, para impedir a construção de um consenso favorável à ditadura, semeando, ao contrário, ideias que propunham um consenso alternativo, opositor àquele regime de força.

## 5 CONCLUSÃO

A análise comparada que nos propomos a fazer partiu de uma similitude de fatos – golpes civil-militares que derrubaram presidentes eleitos pela população – em cenários distintos – Brasil e Argentina. As especificidades de cada uma das realidades, no entanto, são, sem sombra de dúvidas, mais destacadas do que as coincidências.

Algumas semelhanças são fortuitas, como o fato de o estado brasileiro e a província argentina eleitos para o estudo de caso jornalístico eram, cada um deles, os locais de nascimento dos presidentes derrubados. A sede do III Exército do Brasil e da Argentina também estavam situadas, respectivamente, no Rio Grande do Sul e em Córdoba. Contudo, não são os casos fortuitos que efetivamente nos interessam. Destacaremos aqui, como reflexão final, uma síntese comparada da investigação histórica apresentada ao longo dos três capítulos da dissertação.

João Goulart e Arturo Illia guardam algumas semelhanças se focarmos, de longe, o momento em que estiveram a frente do governo de seus países. Ambos chegaram ao poder com certas dificuldades impostas por oposições que questionavam a conveniência e a legitimidade de suas assunções. Um e outro governaram países em forte crise econômica, social e política; e tomaram medidas que, vistas a longo prazo, redundaram em benefícios para a população de cada país, apesar de terem sido severamente criticadas. Os dois, após empossados, enfrentaram um leque de diversas oposições que souberam usar com grande eficiência a mídia para destruir suas reputações. Jango e Illia foram retirados do poder por golpes efetivados por militares que representavam não só as forças castrenses, mas importantes parcelas da sociedade civil. Os dois movimentos golpistas não precisaram usar a força – que foi apenas demonstrada com a grande adesão militar – para retirar os presidentes de suas atribuições constitucionais.

As diferenças entre os dois líderes, por sua vez, surgem de forma mais destacada quando iluminamos com mais detalhe cada um dos casos. As disparidades em relação aos movimentos que ambos representavam são significativas para o entendimento das oposições que os combateram. João Goulart era herdeiro político do getulismo/trabalhismo, força política de importância significativa na vida nacional – se considerarmos suas vitórias políticas na eleição de 1950, com o próprio Getúlio Vargas; sua parceria vitoriosa com o PSD, nas eleições de 1955 que elegeu Juscelino Kubitschek para presidência e o próprio Jango como vice; e, apesar da derrota do candidato a presidência do PTB no pleito presidencial de

1960, João Goulart foi eleito para o cargo de vice-presidente – a despeito, e talvez justamente por isso, de enfrentar fortes oposições.

Arturo Illia, por outro lado, representava uma agremiação política, o radicalismo, que, apesar de existir desde o final do século XIX só conseguiu ter papel preponderante na Argentina, como o teve nas décadas de dez e vinte, após a proscrição do peronismo. Este último movimento é quem pode ser considerado representante da maior força política da Argentina de então. Alguns pesquisadores colocam, talvez sem o devido cuidado, o peronismo argentino ao lado do getulismo brasileiro, como movimentos resultantes de líderes de característica semelhantes. Seguindo este raciocínio, fica patente a disparidade entre Illia e Jango. Enquanto este último representava a continuidade do movimento iniciado por Vargas, Illia era o representante de um partido que se aliava abertamente ao bloco antiperonista.

A forma como um e outro assumiram o poder também apresenta importantes disparidades. Enquanto Jango recebeu 48% dos votos para o cargo de vice-presidente, em um contexto de significativa liberdade democrática, Illia venceu a eleição para presidente com apenas um quarto dos votos, na época em que a Argentina vivia uma “semidemocracia”, com o peronismo proibido de participar das eleições. Goulart enfrentou vigorosas oposições e foi impedido de assumir após a renúncia de Jânio Quadros com base em argumentos anticomunistas, passou pela solução negociada do parlamentarismo e só obteve efetivamente o poder após o retorno do presidencialismo em 1963. Já Illia foi marcado, desde o início com o contexto e o resultado da eleição, como um presidente com base de sustentação minoritária e sem legitimidade.

Os dois presidentes passaram por situações análogas no sentido bastante abrangente de que sofreram ferrenhas oposições que, ao convergirem, os retiraram do poder. No entanto, um olhar mais agudo em cada uma das realidades revela menos coincidências. Aparentemente o arco opositor enfrentado pelo presidente brasileiro era quantitativamente menor do que aquele que se impôs sobre o argentino.

Jango, além de contar com os seus próprios partidários – como já vimos o trabalhismo era mais amplo no Brasil do que o radicalismo do povo na Argentina –, tinha ao seu lado a grande maioria dos sindicatos urbanos e rurais, os movimentos sociais, a esquerda, setores progressistas da Igreja, parte das Forças Armadas, principalmente nas classes subalternas (todos estes apoios devem ser considerados em termos relativos, de constante negociação e conflitividade – o que queremos demonstrar aqui, principalmente, é que estes grupos não faziam parte da oposição militante ao presidente). Por outro lado, a oposição era composta por partidos conservadores e de direita, tendo à frente a UDN, por setores das Forças Armadas

que não constituíam o “dispositivo militar” do presidente, pelo empresariado nacional, por entidades de classe e aparelhos ideológicos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), por parte dos setores médios da sociedade e também por um grande e importante aliado: a maior parte da imprensa.

Illia, por sua vez, não tinha importantes aliados (a própria forma de governar do presidente favorecia este isolamento com seu rechaço à política de alianças). Fora do seu próprio partido, a UCRP, não havia nenhum grande setor nacional que lhe prestasse apoio. Desta forma, o leque de oposições era bem mais amplo e heterogêneo do que o existente no Brasil. Por um lado, havia a oposição “nacional popular”, composta pelo poderoso sindicalismo peronista, por partidos nacionalistas, por setores católicos, por ampla parte da esquerda; e por outro, a oposição “liberal conservadora”, da qual faziam parte os grandes empresários industriais e rurais, partidos conservadores provinciais, partidos de caráter fortemente antiperonistas, grande parte da imprensa. Em uma simplificação, talvez temerária, poderíamos afirmar que Jango estaria exposto, em uma equivalência com o caso argentino, apenas à oposição “liberal conservadora”, sendo que os setores nacionais populares estariam ao seu lado.

As críticas sustentadas por estas oposições aos presidentes do Brasil e da Argentina, principalmente aquelas que utilizavam o grande potencial de influência da imprensa escrita – em grande parte aliada aos opositores – também apresentam significativas distinções em ambos os países. Esta condição díspar origina-se justamente nas diferenças de contexto dos países e de origens, situações e ações de cada um dos presidentes.

Desde o tempo em que foi ministro do Trabalho de Vargas – quando já ficava claro que ele seria o herdeiro político do velho líder gaúcho – João Goulart teve de enfrentar a oposição antigetulista presente nas classes conservadoras brasileiras. Sua atuação no ministério, muito próxima aos sindicatos, foi preponderante para que este argumento passasse por uma metamorfose, sendo posteriormente sobreposto pelo argumento anticomunista. Quando da renúncia de Jânio, os ministros militares já o utilizavam para tentar impedir Jango de assumir o poder. Após ter ultrapassado esta barreira inicial e a seguinte, o parlamentarismo, o presidente foi sendo paulatinamente taxado de comunista. O mútuo apoio entre ele e os sindicatos, as demonstrações de que se inclinava definitivamente para a esquerda, a tentativa de implantação do estado de sítio e principalmente sua postura na Revolta dos Sargentos, no Comício das Reformas, no Levante dos Marinheiros e na reunião com os sargentos no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, tudo isso parecia confirmar os temores de seus opositores e dar verossimilhança aos seus argumentos acerca das supostas tendências

autoritárias do presidente e de sua conspiração comunista. Com isso, as oposições civis e militares – não tão heterogêneas quanto as que enfrentou Illia, mas também formadas por grupos de diversos matizes – acabaram convergindo e efetivando o golpe.

O presidente brasileiro também era caracterizado por seus opositores através de outros atributos, como demagogo, corrupto, oportunista, manipulador, porém se sobressaíam os argumentos anticomunistas e os que destacavam sua suposta faceta ditatorial. Neste último sentido, além das ilações que o ligavam a Vargas, outras, em função de sua proximidade com os sindicatos, o vinculavam criticamente a Perón. Isto demonstra o poder de propagação do antiperonismo e sua condenação à ligação orgânica entre presidente autoritário e sindicatos pelegos.

Os ataques dirigidos ao presidente Arturo Illia estavam, no entanto, assentados sobre bases diferentes. Se, para descrevermos o caráter destas críticas nos remetêssemos a uma das imagens utilizadas, talvez a mais precisa seria a figura de uma tartaruga. Simbolizando a lentidão, ela foi usada pelo dois setores oposicionistas ao presidente argentino, a despeito das diversas ações tomadas por ele logo da sua chegada à Casa Rosada.

O setor “nacional popular”, liderado pelo peronismo e agindo inicialmente por vias não institucionais, colocou em prática o *plan de luchas* que, através das mais variadas ações de protestos, opunha-se ao governo independentemente da existência de decisões favoráveis e dos logros econômicos obtidos pela administração Illia. Estas ações eram motivadas não só por um engajamento pelo atendimento de demandas sindicais, mas, principalmente, pela busca da conquista de uma maior liberdade para o peronismo. Além disso, esta luta pretendia demonstrar a debilidade do governo radical e dar vulto a força do movimento sindical.

Pelo outro lado, a oposição “liberal conservadora” criticava os posicionamentos e ações do governo no sentido de que este enfatizava a intervenção do Estado na economia (a reação ao estabelecimento da lei do salário mínimo, vital e móvel é exemplar em demonstrar a indignação destes setores) e a falta de reação de Illia contra o *plan de luchas*. Esta postura condescendente denotaria o vazio de poder na sociedade argentina e o conseqüente espaço para a ação subversiva, tanto a vinculada ao peronismo quanto a comunista, que aproveitariam a situação para se infiltrarem na sociedade.

Enfim, com o desenrolar do governo, esta oposição dual, cada uma com seus motivos próprios, interpretou que o sistema político argentino estava esgotado e aliou-se às Forças Armadas. Desde então, começou uma campanha psicológica, através da grande imprensa escrita proclive ao golpe, para criar um clima propício para o rompimento da ordem semidemocrática em que o país vivia. Nesta campanha, buscou-se arrasar com a reputação do

presidente, taxando-o principalmente de: ineficiente, sem autoridade, lento, com visão ingênua e irreal da realidade argentina, complacente com a infiltração comunista nos meios laborais e estudantis. Tais críticas foram acompanhadas por argumentações que intentavam demonstrar a caducidade e a ineficiência das estruturas políticas nacionais. Por outro lado, essa mesma imprensa exaltava a contrafigura de Illia, o general Juan Carlos Onganía. Durante sua permanência no governo e também depois de sua renúncia, ele em especial, mas todo o conjunto das Forças Armadas, eram apresentados para os leitores das revistas semanais e dos jornais como portadores daquilo que exatamente faltava ao presidente: eficiência, profissionalismo e administração moderna.

Esta exaltação, prévia ao golpe, das forças que assumiriam o poder após a derrubada do presidente não ocorreu de forma tão explícita no Brasil. Isto demonstra, em conjunto com outros aspectos, uma especificidade do caso argentino: o golpe e a solução governativa posterior estavam sendo discutidos às claras, inclusive pela imprensa.

Outra diferença significativa, resultado do contexto ímpar da Argentina de então, era a presença do anticomunismo nas críticas a Illia. Apesar de fazer parte do conjunto das interpretações negativas ao presidente radical, os argumentos ligados ao perigo comunista estiveram longe de representar a mesma centralidade que tiveram no caso brasileiro. Illia não tinha um histórico e nem estava próximo aos sindicatos, não flertava com a esquerda e suas medidas, salvo algumas exceções (como o cancelamento dos contratos petroleiros e a definição pela não participação da intervenção em Santo Domingo), não podiam ser consideradas seriamente esquerdizantes. Assim, a crítica acabava por ser indireta. Não era a ação oportunista do presidente argentino que estaria bolchevizando o país. Eram a sua falta de ação, sua ineficiência, sua debilidade e sua complacência que estariam supostamente abrindo as portas da nação para a infiltração comunista.

Após esta campanha prévia de depreciação, as oposições civis e militares do Brasil e da Argentina, com dois anos de diferença uma da outra, convergiram e efetivaram os golpes de estado que retiraram do poder João Goulart e Arturo Illia. Como em todos os regimes modernos, as ditaduras que se estabeleceram emitiram documentos com a pretensão de legitimar os golpes e as primeiras medidas do novo governo. Ou seja, tentaram construir a adesão consensual e popular capaz de minimizar a necessidade do uso da força coercitiva.

A análise destes primeiros documentos oficiais, denominados aqui de fundacionais, revelou a manutenção da dinâmica entre coincidências e divergências em nosso duplo campo de observação. Em relação às semelhanças constatadas podemos destacar: que apesar de os movimentos golpistas terem sido fomentados por setores civis e militares, coube a estes

últimos, grupo de força que efetivou a retirada dos presidentes, divulgar os documentos que inauguravam os novos governos; que as Forças Armadas de ambos os países posicionaram-se nestes pronunciamentos como intérpretes privilegiadas da realidade nacional e como única instituição com virtudes suficientes para tomar a organização de seus países e salvá-los do perigo iminente; que numa e noutra realidade foi constatada uma quebra de autoridade e uma generalizada falta de ordem; que os dois conjuntos de documentos se referem à deterioração do prestígio do país na comunidade internacional; e que também revelam semelhanças na argumentação referente à necessidade de reconstrução do país.

Em relação às diferenças, a principal delas para o interesse deste trabalho é a disparidade no peso do argumento anticomunista. Seguindo a mesma linha que já caracterizara as críticas a Jango e a Illia, os documentos fundacionais revelam que a intensidade atribuída ao perigo comunista, bem como a forma pela qual o país estava sendo exposto a esta penetração, foi distinta nos dois países do Cone Sul. No Brasil, era o governo que supostamente estava fixando posições esquerdizantes e podia estar encaminhando o país a uma revolução comunista. Além disso, o anticomunismo estava na centralidade da argumentação legitimadora. Já na Argentina, era a ineptidão do governo e não sua ação direta que estava criando as condições de convulsão social que levariam a uma possível virada comunista. Neste último caso, a justificativa anticomunista era secundária na tentativa de construção do consenso. Ou seja, mesmo perigo, mas sob formas e intensidades distintas.

No caso argentino, podemos afirmar que a ineficácia foi o argumento agrupador em torno do qual os demais, entre eles o anticomunismo, foram apresentados como consequência de uma situação de vazio de poder. Além disso, também é preciso destacar as tentativas do grupo golpista de se legitimar com base na justificativa da falência das estruturas políticas nacionais, consequência, não explicitamente revelada, das tentativas fracassadas de organizar o jogo político primeiro sem o peronismo e, depois, com a estratégia do “peronismo sem Perón”.

A interpretação relativa à ineptidão da organização político-institucional argentina também se revela pela forma como a ditadura se impôs ao país, o que destaca outra substancial diferença com o caso brasileiro. No Brasil, o movimento golpista de 1964 utilizou em sua busca por legitimação, além da justificativa de ação devido ao perigo vermelho, uma demonstração de aparente compromisso com as instituições do regime político anterior. Em uma atitude autolimitante, passível de maior aprovação por parte da população, foram mantidos a Constituição, o Congresso e os partidos políticos, a despeito das limitações e da abertura de um período restrito para a cassação de qualquer político. Ademais, a ditadura se

apresentava como sendo provisória, tanto que Castelo Branco, em seu discurso de posse, prometeu que deixaria a presidência em 31 de janeiro de 1966, entregando o poder ao brasileiro eleito; ou seja, ele, supostamente, apenas encerraria o mandato de Jango.

A ditadura civil-militar argentina, por seu turno, após destituir o presidente Illia, concentrou todo o poder em suas mãos e procedeu um “expurgo” generalizado. Os governadores e intendentés foram destituídos, o Congresso Nacional foi fechado, os partidos e as atividades políticas foram proibidos e os membros da *Corte Suprema de Justicia* foram substituídos. Desta forma, a denominada “Revolução Argentina” foi mais longe em sua inicial reestruturação do Estado do que o seu par brasileiro. O golpe, assim, diferenciava-se das intervenções militares precedentes, pois agora não se buscava a solução para um problema específico; era necessário fundar uma nova Argentina, tarefa para a qual não se atribuíram prazos.

Com o estabelecimento das ditaduras civil-militares, os argumentos utilizados para derrubar Jango e Illia precisavam ser atualizados para o novo contexto no qual a antiga oposição havia se transformado, à força, em situação. Com a estrutura do Estado sob seu controle, as ditaduras deram prosseguimento a estas tentativas de construção do consenso; não só através de discursos e retóricas, mas também com medidas efetivas nas mais diferentes áreas de atuação.

A análise focada nos documentos oficiais emitidos após a etapa fundacional parece demonstrar que, em linhas gerais, foi mantida a argumentação principal de ambos os governos, ao mesmo tempo em que revela uma diminuição de algumas disparidades encontradas nos discursos da fase inicial de cada um dos países.

No caso brasileiro, a ditadura continuou substancialmente ancorada no argumento anticomunista. De 1964 a 1968, boa parte das ações de maior impacto – como as promulgações dos Atos Institucionais e os fechamentos do Congresso –, foram justificadas com base na necessária reação ao perigo vermelho, agora não mais relacionado ao governo deposto e sim à permanência e ao caráter deletério desta infiltração para o atendimento dos objetivos “revolucionários”. Nem sempre esta argumentação fazia uma referência nominal ao comunismo, contudo a necessidade do combate a esta força internacional ficava patente através de sinônimos e termos que o referenciavam indiretamente. Exemplo mais flagrante desta permanência argumentativa é a promulgação do AI-5. O mais repressivo e abrangente de todos os Atos remetia-se às justificativas fundacionais e reiterava de forma destacada a necessidade de enfrentamento da subversão.

A ditadura civil-militar argentina também manteve sua argumentação legitimadora inicial, apregoando seu caráter apolítico e a necessidade de superar o desagregador sistema político nacional. Assim, os principais argumentos continuaram díspares nas duas realidades pesquisadas. No entanto, no caso da Argentina, os discursos relacionados à eficiência, atributo sempre colocado em contraposição à administração Illia, perderam importância. Com a retirada do governo pretensamente débil, a ditadura passa a ser ela a responsável pela execução das propagadas mudanças, o que provoca um esgotamento deste importante argumento fundacional. No sentido de que a falta de eficiência serve bem como discurso desqualificador do outro; ou de autopropaganda quando o governo pode se apresentar como eficiente. Quando o governo anterior já está muito deslocado no tempo e as “promessas” de eficiência não se efetivaram, é mais razoável que o governo atual abandone este argumento antes que ele se vire contra ele próprio.

Por outro lado, a referida diminuição das diferenças argumentativas e de comportamentos entre os dois governos – não estamos tratando de um apagamento das distinções, apenas destacando seu abrandamento – refere-se ao esvaziamento da postura autolimitante da ditadura brasileira e ao aumento circunstancial do anticomunismo nos pronunciamentos da ditadura argentina.

No Brasil, o caráter pretensamente provisório e de curta duração da ditadura, desejado por muitos de seus apoiadores civis e proclamado por Castelo Branco em sua posse, foi se apagando com o crescimento do nível repressivo do governo. O nível de intervenção na organização política do país, que consistia em uma fundamental diferença no estabelecimento das duas ditaduras, foi sendo vigorosamente incrementado no caso brasileiro. Utilizando a justificativa da necessidade da manutenção da tranquilidade política e social, ameaçadas pela subversão e pelo embate contrarrevolucionário que estariam dificultando o atendimento de seus objetivos, a ditadura sediada em Brasília determinou ao longo dos primeiros anos: a prorrogação do mandato presidencial; a extinção dos partidos políticos e sua substituição pelo bipartidarismo; o estabelecimento do voto indireto para a eleição do presidente e dos governadores; a militarização da ordem política nacional. Além disso, uma nova Constituição foi promulgada, institucionalizando o regime, incorporando os Atos Institucionais anteriores e concentrando atribuições no poder executivo. Todas estas alterações demonstram a significativa diminuição, senão o próprio esgotamento, do potencial legitimador daquela autolimitação inicial. A própria ditadura civil-militar, às vésperas de completar o seu terceiro ano no comando do país, desconstruía em grande medida uma das suas primeiras estratégias de adesão popular.

A despeito deste esvaziamento, é importante destacar que os ditadores brasileiros, diferentemente dos argentinos, mantiveram, apesar de seu gradual apagamento e transformação, resquícios do sistema político anterior. Com a importante limitação imposta pela cassação de diversos políticos e com a existência do bipartidarismo, os cargos legislativos, bem como os executivos dos municípios não capitais, continuaram a ser preenchidos por eleições diretas. Ou seja, algum tipo de participação cidadã, através do voto, mesmo que condicionada e limitada a alguns cargos, continuava existindo, constituindo-se, possivelmente, em uma espécie de amortecedor das pressões populares. Diferentemente da ditadura civil-militar argentina, que impunha um domínio pleno sobre a política-institucional do país. Com isso, a única forma de participação do povo era através de formas não institucionais.

Após a fase inicial de consolidação da ditadura argentina, podemos constatar um incremento quantitativo e qualitativo do anticomunismo nos discursos oficiais, a despeito da manutenção de seu carácter secundário na argumentação legitimadora. Este aumento de presença e importância, alternado com outros de grande silêncio acerca do perigo vermelho, está vinculado a momentos específicos da vida nacional, tais como: a proclamação da lei anticomunista, justificada pelo fato de que, mesmo após um ano do novo governo, havia uma penetração profunda do comunismo na sociedade, principalmente nos meios educacionais, artísticos e culturais, diante da qual o governo não poderia furtar-se de cumprir seu papel de defensor das instituições – argumentação semelhante à brasileira, porém mais rara na Argentina; o *Cordobazo*, quando o governo tentava minimizar o significado dos impactantes acontecimentos, atribuindo sua origem a motivações externas, plantadas por força extremista organizada, ideologias alheias, ou ainda, agitadores profissionais; sequestro e assassinato do ex-presidente Arumburu e assassinato do dirigente sindical José Alonso, também atribuídos ao extremismo ideológico.

Além disso, os pronunciamentos do governador de Córdoba, no início de 1971, demonstram além de um engajado anticomunismo, o poder que um discurso, somado a fatos como a brutal repressão policial aos protestos populares, tem de mobilizar as oposições, concatenando as forças contra o governo. A metáfora zoomórfica do conservador Uriburu – cuja imagem é recorrente na iconografia comunista – deu nome ao forte movimento desencadeado nas ruas de Córdoba: o *Viborazo*; causa da retirada do recém chegado interventor provincial e componente final para que os militares retirassem da presidência, após alguns dias, aquele que lhe havia nomeado, o general Levingston.

Estas modificações dos discursos legitimadores de ambas as ditaduras, a despeito da permanência dos argumentos principais, demonstram a tendência de esgotamento e de necessidade de atualização das retóricas utilizadas por um regime implantado de forma arbitrária. Tais alterações ocorreriam de forma ainda mais significativa nos períodos posteriores aos delimitados por esta investigação: o Brasil, na década de setenta, após o severo incremento de repressão inaugurado com o AI-5, assistiu à perda do potencial legitimador do anticomunismo, substituído pelo discurso que enfatizava o chamado “Milagre Brasileiro”; na Argentina, logo após a queda de Levingston, o general Lanusse assumiu a presidência e iniciou um processo de reabertura política do país, em um reconhecimento, na época não tão explícito, de que havia se superado a errônea ideia de que o país poderia, ou deveria, viver sem política. Desta forma, os discursos e as práticas passaram a focar a necessidade de construção de uma solução política que permitisse canalizar os protestos populares – todas as forças deveriam retornar à legalidade, inclusive o peronismo –, o que acabou cumprindo o papel legitimador desta ditadura em fase final.

Os dois jornais escolhidos para o estudo de caso comparado, em nosso duplo campo de observação, *Zero Hora* e *La Voz del Interior*, apresentaram em suas páginas representações anticomunistas. Seu uso, no entanto, foi distinto. O primeiro periódico ecoava de forma colaboracionista em sua linha editorial aquele que foi o principal argumento legitimador da última ditadura brasileira. O segundo, no entanto – apesar de também divulgar, sem muita intensidade, sua oposição à ideologia e à prática comunista, o que poderia contribuir indiretamente para reforçar uma das justificativas para o golpe de 1966 na Argentina – apresentava uma linha editorial que certamente “anularia” tal contribuição indireta, por defender, de diversas formas, uma postura oposicionista à ditadura de então. Essa posicionamento ficou mais plenamente explícito a partir de maio de 1969, após a eclosão do *Cordobazo*.

Que hipóteses levantamos para explicar esta diferença nos casos comparados? A resposta pode iniciar pela ideia de que no contexto dos anos sessenta e setenta, em um mundo polarizado pela Guerra Fria, era condição praticamente obrigatória – respeitadas as raras exceções – a qualquer grupamento social, o alinhamento a um dos lados em disputa: capitalismo ou comunismo. Isto não significa, no entanto, que se vivia em uma realidade simplesmente binária. E é justamente isso que a comparação entre os dois periódicos pode demonstrar. Apesar do alinhamento com o “mundo ocidental”, a postura, em cada um dos dois casos, foi distinta – se outros jornais fossem estudados poderíamos levantar ainda mais possibilidades. Enquanto *Zero Hora*, em seu contexto específico, ressoava o anticomunismo

de forma colaboracionista ao governo, *La Voz del Interior*, apesar de compartilhar tal ideologia, destoava claramente dos discursos oficiais.

A aliança do jornal brasileiro com o governo da ditadura através do seu colaboracionismo é, no mínimo, estranha, se considerarmos o fato de que o seu diretor era o mesmo que comandava a sucursal gaúcha do *Última Hora*, jornal defensor do trabalhismo e apoiador de Jango. Nesta fase, Ary de Carvalho estaria “suportando” uma postura imposta pela sede carioca do periódico, distinta daquela que ele efetivamente defendia? Tanto que, na primeira oportunidade, comprou o espólio do antigo jornal e montou outro que representava sua real opção? Ou, com esta mudança de jornal e de linha editorial, estaria ele tendo uma atitude pragmática, se adaptando ao “tempo” para viabilizar a sobrevivência de sua empresa jornalística? Não sabemos. E a resposta provavelmente não é simples. Pode ser, inclusive, uma combinação das duas alternativas. O que precisa ser destacado, porém, é que a responsabilidade de um órgão jornalístico, com toda a sua potencial influência na população – mediada, obviamente, pela recepção – não poderia se ajustar ao governo da ocasião, sem, com isso, comprometer o jogo democrático, seu nome, sua qualidade e sua consciência. *Zero Hora*, independente de não chegarmos a um porquê definitivo, contribuiu livremente para reproduzir o discurso legitimador da ditadura civil-militar brasileira, bem como a apoiou em grande medida. Isto explica, em parte, o fato de, atualmente, a empresa não se referir a seu posicionamento durante aquele período<sup>87</sup>. Sem dúvida, esta postura é uma marca indelével em sua história e deveria, a partir de uma necessária autocrítica, ser apresentada à população.

*La Voz del Interior*, por sua vez, ao tempo da ditadura era uma empresa já consolidada; um jornal de sessenta e dois anos quando do golpe contra Arturo Illia. Sua postura pró-radical, anticomunista e antiperonista, já estava, também, consolidada. Some-se a isso, o fato de o presidente deposto ser, além de cidadão cordobês, membro do partido aliado, a UCRP. Assim, seu posicionamento pode ser bastante distinto do de *Zero Hora*. Não queremos com isso, retirar a importância do arbítrio desta empresa em concordar ou não com a ditadura, em colaborar ou se opor a ela. Queremos apenas demonstrar que a escolha pela oposição ocorreu em um contexto específico que, pelo menos, contribuiu para tanto. Ou seja, não podemos atribuir ao matutino cordobês nenhuma característica superior que o coloque, por exemplo, acima de *Zero Hora* em um juízo de valor que não nos cabe aqui erigir. Isto fica evidente se

---

<sup>87</sup> Em 2007, o Grupo RBS publicou junto com o jornal *Zero Hora* um caderno comemorativo aos seus cinquenta anos de existência. Neste caderno, na página dedicada ao ano de 1964 foi destacado que o golpe de 31 de março contou com o apoio da grande maioria da imprensa. No entanto, em relação ao posicionamento do jornal que seria criado um mês após a queda de João Goulart, o caderno silencia (*ZH*, Caderno especial – Grupo RBS 50 anos, Porto Alegre, 31 ago. 2007, p. 11).

ponderamos que este mesmo jornal apoiava abertamente a proscrição do peronismo, não a considerando uma medida limitante à democracia argentina, justamente em uma época que esta era a maior força política do país. Isto também vem à tona se levarmos em conta a interpretação que afirma que este mesmo jornal apoiou o golpe de 1976, em um contexto mais conflituoso e com o peronismo no poder.

O que demonstramos aqui é uma constatação sobre um momento específico – o golpe de 1966 e a ditadura civil-militar durante os governos Onganía e Levingston – e só em relação a este período podemos afirmar que a postura do jornal foi de oposição. Não constatamos em *La Voz* ecos do argumento legitimador da ineficiência do governo Illia, do anticomunismo ou da falência do sistema de partidos. Pelo contrário, como vimos no trabalho, em diversas ocasiões o periódico se propôs a contra-argumentar estes “pretextos”. Tudo isso, a despeito de identificarmos na Argentina uma censura mais ativa do que a brasileira no período estudado. Atribuímos esse posicionamento ao contexto apresentado e a uma escolha do periódico. Alterada uma destas variáveis, o resultado poderia ser outro.

*Zero Hora*, desde o seu nascimento e ao menos até 1968, colaborou com a última ditadura brasileira. *La Voz*, por outro lado, após apresentar uma postura mais apreensiva no período entre a queda de Illia e o *Cordobazo*, criticou intensamente a ditadura oriunda do quinto golpe de estado da Argentina contemporânea; pelo menos até 1971. Após estes períodos, os dois países continuariam trilhando seus próprios rumos e apresentando uma complexa interrelação de semelhanças e diferenças entre si. O Brasil iniciava a etapa de maior repressão da ditadura que permaneceria no comando por mais dezessete anos. A Argentina, por sua vez, assistiria ao fim deste movimento em apenas dois anos. No entanto, o interregno democrático seria curto e violento. Logo os setores golpistas reassumiriam o controle do país. A comparação deste novos contextos, porém, é tarefa para novas pesquisas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 107-128.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

BORGES, Júlio de Azambuja. **Zero Hora, anticomunismo e ditadura civil-militar brasileira (1964-1968)**: uma relação impressa. São Leopoldo: Unisinos, 2007 (Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em História).

AYMARD, Maurice. *Qué historia comparada, hoy*. In: BONAUDO, Marta, REGUERA, Andrea e ZEBERIO, Blanca. **Las escalas de la historia comparada**. Buenos Aires: Miño y Dávila srl, 2008. p. 13 – 25.

BALBI, Muriel; BARRERA, María Victoria. *Los diarios cordobeses frente al golpe de Estado de 1976*. In: GORDILLO, Mónica (Org.). **Actores, prácticas, discursos en la Córdoba combativa – Una aproximación a la cultura política de los '70**. Córdoba: Ferreyra Editor, 2001. p. 325 – 352.

BARROS, Jefferson. **Golpe mata jornal**: desafios de um tablóide popular numa sociedade conservadora. Porto Alegre: JÁ, 1999.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada: um novo modo de ver a História. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-30, jun 2007.

BIROLI, Flávia. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. **Varia História**, Belo Horizonte, vol 25, n. 41, p. 269-291, jan/jun 2009.

BIZ, Osvaldo. Por que apagar a memória de 1964? In: BIZ, Osvaldo (Org.). **Sessenta e quatro**: para não esquecer. Porto Alegre: Literalis, 2004. p. 13-53.

BONAVENA, Pablo. et al. **Orígenes y desarrollo de la guerra civil en Argentina: 1966-1976**. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

BRENNAN, James; GORDILLO, Mónica Beatriz. *Córdoba rebelde: el cordobazo, el clasismo y la movilización social*. La Plata: De la Campana, 2008.

CAPELATO, Maria Helena R. **Multidão em cena**: Propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Papyrus, 1998.

\_\_\_\_\_. Memória da ditadura militar argentina: um desafio para a História. **Clio Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 24, p. 61-81, 2006.

CARDOSO, Ciro; BRIGNOLI, Héctor. O método comparativo na história. In: **Os métodos da história**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 409-419.

CAVAROZZI, Marcelo. *Autoritarismo y democracia (1955-2006)*. Buenos Aires: Ariel, 2006.

COUSINS, Cyrus Stephen. *General Onganía and the Argentine [military] revolution of the right: anticomunism and morality, 1966 – 1970*. **Historia Actual Online**, Cadiz, n. 17, p. 65-79, 2008.

ELMIR, Cláudio Pereira. **O crime da “Última Hora”**: Porto Alegre na passagem dos anos 50. Porto Alegre: UFRGS, 1996 (Dissertação de mestrado em história).

ELMIR, Cláudio Pereira. A ficção e o maravilhoso no discurso jornalístico. In: **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS - vol. 35, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 2009, p. 124-147.

ELMIR, Cláudio Pereira; ROLDÃO, Rita de Cássia dos Santos. O discurso do “Última Hora” de Porto Alegre: oralidade, sensacionalismo e populismo na imprensa gaúcha (1960-1964) (Notas de Pesquisa). In: **História Unisinos** – vol. 6, nº 5, São Leopoldo, jan/jun 2002, p. 261-273.

FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e poder**: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro. São Paulo: Annablume, 2005.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004a.

\_\_\_\_\_. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: Revista Brasileira de História. **Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964)**. vol. 24, nº 47, São Paulo: ANPUH, 2004b. p. 29-60.

\_\_\_\_\_. **O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GARCIA, Alicia; MOLAS, Ricardo Rodriguez. **Textos y documentos: el autoritarismo y los argentinos.** La hora de la espada y del balcón/5 (1946-1964). Buenos Aires, Centro Editor de América Latina S.A., 1989.

GALLARDO, Juan Luis. **De Memoria Nomás: recuerdos políticamente incorrectos.** (livro de memórias inédito, escrito entre 2005/2006).

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Angela de Castro. Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores? In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre a memória e a história.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 31-55.

GROPPO, Alejandro J. **Los dos príncipes: Juan D. Perón y Getulio Vargas – Un estudio comparado del populismo latinoamericano.** Villa María: Eduvim, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KLEIN, Lucia; FIGUEIREDO, Marcus. **Legitimidade e coação no Brasil Pós-64.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MANCUSO, Lara. A Comparação no estudo da história da América Latina. **Projeto História,** São Paulo, (31), p. 259-275, dezembro 2005.

MAZZEI, Daniel. **Periodismo y política en los años '60: Primera Plana y el Golpe militar de 1966. Entrepasados revista de Historia,** Buenos Aires, n. 6, p. 27-40, 1994.

McGUIRE, James W. **Perón y los sindicatos: la lucha por el liderazgo peronista.** In: AMARAL, Samuel; PLOTKIN, Mariano Ben (Org.). **Perón: Del exilio al poder.** Cántaro:

UNTREF, Universidad nacional de Tres de Febrero, 2004. p. 161-203. (SEGUNDA EDIÇÃO)

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006a. p. 129-147.

\_\_\_\_\_. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006b.

NUNES, Augusto (Org.). **Minha razão de viver**: memórias de um repórter – Samuel Wainer. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

PERSELLO, Ana Virginia. **Historia del radicalismo**. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

PETERSEN, Aurea Tomatis. O golpe de 1964 e a legitimidade do regime. In: BIZ, Osvaldo (Org.). **Sessenta e quatro**: para não esquecer. Porto Alegre: Literalis, 2004. p. 55-77.

POTASH, Robert A. **El ejército y la política en la Argentina 1962 – 1973**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1994. .

RIZ, Liliana de. **Historia Argentina 8: La política em suspenso 1966-1976**. Buenos Aires: Paidós, 2007.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

\_\_\_\_\_. **Capítulos da guerra fria**: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norteamericano (1945-1964). Porto Alegre: UFRGS, 2007.

ROUQUIÉ, Alain. **Autoritarismo y democracia: Estudio de política argentina**. Buenos Aires: Edical, 1994. p. 83 – 127.

SIDICARO, Ricardo. **La política mirada desde arriba – Las ideas del diario La Nación, 1909 – 1989**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1993.

SILVEIRA, Helder Gordim da. Do abril de 64 ao AI-2: a implantação inicial do regime militar no Brasil, segundo a diplomacia argentina. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, PUCRS, v. XXXIV, n. 1, p. 121-141, junho de 2008.

SMULOVITZ, Calalina. *La eficacia como critica y utopia. Notas sobre la caída de Illia. Desarrollo Económico -Revista de Ciencias Sociales*, Buenos Aires, V. 33, n. 131, p. 403 – 423, 1993.

TCACH, César; RODRÍGUEZ Celso. *Arturo Illia: Un sueño breve – El rol del peronismo y de los Estados Unidos en el golpe militar de 1966*. Buenos Aires: Edhasa, 2006.

THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: olhares plurais. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-23, jun 2007.

ULANOVSKY, Carlos. *Parén las rotativas 1920 - 1969*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2005.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada**: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. 2. ed. Brasília: Ser, 2006.

VILLALOBOS, Marco Antônio. **A guerrilha do riso**: Carlos Nobre x Ditadura militar brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

VILLEGAS, Osiris G. *Guerra revolucionaria comunista*. Buenos Aires: Circulo Militar, 1962.

**FONTES E ARQUIVOS DE PESQUISA**

- Jornal *Zero Hora* – Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre, Brasil;
- Jornal *La Voz del Interior* – Hemeroteca do Poder Legislativo da Província de Córdoba. Córdoba, Argentina;
- Revista *Primera Plana* – Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia. Tandil, Argentina;
- Discursos dos generais presidentes Onganía, Levingston e Lanusse – Biblioteca Central da *Universidad Nacional del Centro de La Provincia de Buenos Aires* (UNICEN). Tandil. E Biblioteca del Congreso. Buenos Aires, Argentina.